

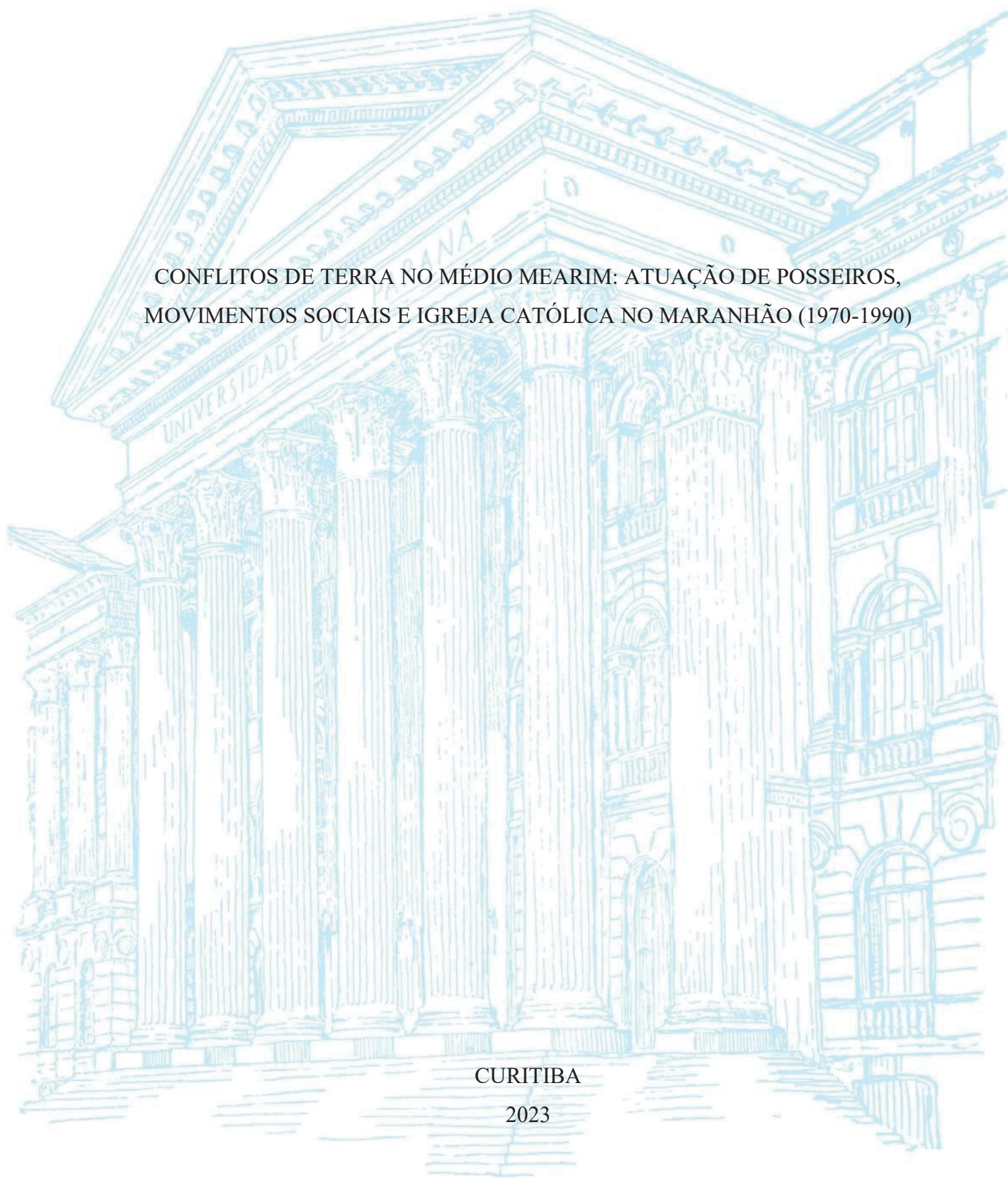
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAYANE DE SOUSA LIMA

CONFLITOS DE TERRA NO MÉDIO MEARIM: ATUAÇÃO DE POSSEIROS,
MOVIMENTOS SOCIAIS E IGREJA CATÓLICA NO MARANHÃO (1970-1990)

CURITIBA

2023



DAYANE DE SOUSA LIMA

CONFLITOS DE TERRA NO MÉDIO MEARIM: ATUAÇÃO DE POSSEIROS,
MOVIMENTOS SOCIAIS E IGREJA CATÓLICA NO MARANHÃO (1970-1990)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História,
Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de
Doutora em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Carla Doré

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Lima, Dayane de Sousa

Conflitos de terra no Médio Mearim : atuação de posseiros, movimentos sociais e Igreja Católica no Maranhão (1970-1990). / Dayane de Sousa Lima. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréa Carla Doré.

1. Posse de terra - Maranhão. 2. Conflito social. 3. Igrejas e problemas sociais – Igreja Católica. 4. Posseiros. I. Doré, Andréa Carla, 1969-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DAYANE DE SOUSA LIMA** intitulada: **Conflitos de terra no Médio Mearim: atuação de posseiros, movimentos sociais e Igreja Católica no Maranhão (1970-1990)**, sob orientação da Profa. Dra. ANDRÉA CARLA DORÉ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 06 de Outubro de 2023.

Assinatura Eletrônica

07/10/2023 16:12:02.0

ANDRÉA CARLA DORÉ

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

09/10/2023 10:40:56.0

MÁRCIA MILENA GALDEZ FERREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO)

Assinatura Eletrônica

09/10/2023 10:54:11.0

RODRIGO RODRIGUEZ TAVARES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

09/10/2023 13:14:49.0

REGINA BEATRIZ GUIMARÃES NETO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO)

Assinatura Eletrônica

06/10/2023 22:35:54.0

MARCOS GONÇALVES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 320292

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 320292

In memoriam de Raimundo (trabalhador rural) e Júlia
(migrante cearense), meus avós, meu alicerce.

A minha querida mãe Maria Oirta que me
fortalece com seu cuidado e orações.

In memoriam a Fr. Adolfo, Fr. Godofredo, D. Fr. Pascásio,
D. Fr. Henrique e Ir. Wilma, missionários alemães
que lutaram por justiça no Médio Mearim.

In memoriam a Raimundo (ACR), Patrício (sanfoneiro) e
Sandes (advogado), que trabalharam em defesa
dos posseiros do Médio Mearim.

Aos narradores(as) do Médio Mearim que contribuíram com
esta tese. A força e coragem de vocês me inspiram.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o autor da vida, já que, “até aqui me ajudou o Senhor”. Gratidão por toda estrutura que me destes e por cada pessoa que colocastes em meu caminho neste processo de formação. A Nossa Senhora da Assunção, tua intercessão de Mãe me sustentou!

A minha prima e irmã Samara, obrigada por todo apoio, por cuidar da minha mãe na minha ausência. A toda minha família por ser abrigo, por serem o meu chão, Rogeane, Rogério, Tio Badú, Tia Didi, Mailde, Lucas e João Paulo. A minha amada irmã, Lidiane, aos meus sobrinhos Liana Isabele, Arthur e Leandro, gratidão por me acolherem em Curitiba. A Douglas (cunhado), sempre solícito a me ajudar a resolver as burocracias. A Dalvanir que me acolheu em sua casa e me deu todo suporte em Curitiba. A minha irmã Josy, obrigada pelo apoio e compreensão no dia a dia. A minha família do coração, Jossandra, José Filho, tia Leide, tio Paulo, Anthony, Thallysson, Gilvaneide, Neves, Moisés, Augusto, Sinara, Laisa, John Herbert, Perla Cristina, Paulo Henrique, Pe. Gemerson, Érika Rarice, Elideusa, Solange, Raquel e Lúcia Rejane. Gratidão por dividirem as alegrias e dores do meu processo de formação. A Adriana e Natália, que foram meu suporte no curso de Psicologia durante estes 4 anos.

A minha mãe espiritual, Ir. Maria Zenaide, minha antropóloga favorita, responsável por me inserir na vida acadêmica. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, obrigada por sempre me apoiarem, por cuidarem tão bem de mim. A Ir. Gabriele Schmidt, superiora desta instituição, por todo o incentivo e por abrir as portas necessárias para minha formação. A Ir. Lúcia Teixeira pelos cuidados, obrigada por me dar um lugar de tranquilidade para escrever a tese em Bacabal. O convento é meu pequeno paraíso, por saber que cada árvore e tijolinho tem o trabalho do meu avô. Gratidão infinita por tudo que tens feito por mim. A Ir. Teresinha que esteve nos conflitos de terra do Médio Mearim, obrigada pela entrevista e atenção, e por sempre tirar as minhas dúvidas ao longo desses anos. A Ir. Daniele e Ir. Ritinha, sempre preocupadas em me deixar confortável e cuidarem de mim no convento.

A minha gratidão de modo muito especial a Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção por acreditar e apoiar o meu trabalho. Ao Ministro Provincial em exercício Fr. Antônio Pachêco. A Bernardo Brandão, por ter sido o primeiro frade a acolher meu pedido para acessar as fontes da Província Franciscana. A Fr. Jardiel Souza e Fr. Ivaldo Evangelista, por terem sido pontes na abertura deste arquivo. Deus abençoe vocês por tamanha generosidade. A Fr. Cristóvão Jackson, você é abrigo amigo, obrigada por sempre me socorrer com fontes, com informações e por acolher minhas angústias, obrigada por tornar tudo mais leve. Você é muito

precioso! A Fr. Antonio Clecio, obrigada por me acolher em Lago da Pedra e por percorrer os povoados comigo. Obrigada por tornar esta pesquisa viável através dos contatos com os entrevistados de Lago do Junco. A Fr. João Paulo, mesmo ocupado com o economato da província sempre me socorre e dá um jeito de atender minhas solicitações. Ao meu pai espiritual D. Fr. João Muniz (bispo do Xingu), obrigada pela confiança e permitir que eu tivesse acesso aos documentos da província. Ao Dr. Fr. Miguel Kleinhans, o meu Teólogo favorito, minha gratidão pelo senhor é eterna. Sempre preocupado em me tirar dúvidas e acolher minhas angústias. A Fr. Gilberto Magno, obrigada meu querido por todo apoio e carinho, pela confiança e orações.

Ao meu querido amigo Fr. Fábio Sousa e Fr. Eurico Alves por traduzirem algumas fontes do alemão para o português. Ao meu amigo Fr. Heriberto Rembecki, que memória invejável! Sempre aprendo muito com o senhor. Sou grata pelas longas manhãs de conversa, por viabilizar o acesso as fontes do seu arquivo pessoal, pela confiança e carinho. Obrigada, também pela paciência de tirar as minhas dúvidas. É sempre uma honra te escutar. A Fr. Adolfo Temme (*in memoriam*), que acolheu os pesquisadores no Eremitério em Teresina por dois dias. Que rica experiência! Que honra tê-lo conhecido e escutado tantas vezes. Minha admiração e gratidão é eterna meu querido franciscano. Obrigada por seu trabalho na minha terra.

Aos atores sociais do campo, que vivenciaram os conflitos de terra no Médio Mearim. Obrigada por aceitarem participar da construção desta tese, por me acolherem em suas casas e dividirem suas experiências com a academia: José Soares (Antonino), Antonio Leite, Nasira Silva (Naná), Sebastiana Sequeira (Sibá), João Valdeci, Beneval Silva, José da Conceição (Canuto). A Guilhermina Aguiar (ACR), gratidão por suas narrativas, por estar atenta as minhas dúvidas todas as vezes que eu solicitei. Aos que tiraram minhas dúvidas em relação aos conflitos de terra no Médio Mearim, tio Fontineles, que viabilizou o acesso as fontes do seu acervo pessoal; Sullivan; Didi (ACESA); Leomar (Assentamento SIGRA - Lagoa Grande), gratidão por não medirem esforços para tirar as minhas dúvidas.

A Liana Isabelle e Anderson Lima por me ajudarem com a transcrição das entrevistas. A Laryssa Pimenta, obrigada por dividir comigo as alegrias, medos e angústias da vida acadêmica. A Jaciara e Riba por dividirem a rica experiência do campo em Teresina comigo. A Vilciele, minha amiga e Psicóloga, obrigada por me acolher nos momentos mais difíceis desse processo acadêmico. A Daniele Moreira por traduzir o resumo desta tese para o inglês. A minha amiga Lorildes por todo apoio e por traduzir o resumo para o alemão.

A minha turma do doutorado: Blenda Moura, Igor Vitorino, Gabriela Grimm e Luiz Fernando por dividirem as angústias acadêmicas e conhecimento comigo. A CAPES, por

fomentar esta pesquisa. Obrigada por me darem a estrutura necessária para que eu pudesse me dedicar à pesquisa. Ao PPGHIS - UFPR, minha gratidão é eterna a cada um de vocês. Aos professores que me avaliaram na entrevista, obrigada pela oportunidade. Gratidão aos professores que ministraram as disciplinas fundamentais neste processo de aprendizagem: Dr. Luiz Carlos Ribeiro, Dr. Carlos Lima, Dr. Clóvis Gruner, Dr.^a Adrianna Setemy, Dr. Daniel Lvovich e Dr.^a Andrea Doré. A Maria Cristina, secretária desta instituição, obrigada por ser acolhedora, você torna a vida dos pós-graduandos mais leve com sua eficiência. Gratidão! Ao Comitê de Ética por confiarem e autorizarem a pesquisa de campo com as entrevistas. Aos professores da banca de qualificação, Dr. Rodrigo Tavares e Dr.^a Regina Beatriz, obrigada pelo aceite do convite, pela leitura atenta e contribuições para com esta pesquisa. É uma honra tê-los também como examinadores do meu trabalho final. Estendo minha gratidão ao Dr. Marcos Gonçalves por aceitar participar desta banca. A Dr.^a Roseli Boschilia, por presidir a banca de qualificação. A Dr.^a Andrea Carla Doré por aceitar ser minha orientadora, em virtude da aposentadoria do Dr. Luiz Carlos Ribeiro.

Ao Dr. Luiz Carlos Ribeiro, meu querido orientador, gratidão pela acolhida, cuidado, compreensão, paciência e generosidade. Pela leitura atenta, profissional e humana desta tese. Por construir junto comigo um pedaço da História Rural do Médio Mearim. Obrigada por sua dedicação no campo da educação, que o seu legado continue dando bons frutos, minha gratidão é eterna. A professora Marcia Milena Galdez, obrigada por me acolher todos estes anos, pelo cuidado, por me ensinar tanto no campo da pesquisa, pelas leituras atentas, pelas ricas discussões e pelas viagens de campo maravilhosas. Obrigada pela generosidade em aceitar fazer parte da minha banca.

A Dr.^a Pollyanna Gouveia, minha orientadora do mestrado, gratidão por me incentivar a continuar esta jornada acadêmica. As minhas queridas professoras, as primeiras a me mostrarem o caminho da pesquisa, Milena Rodrigues, minha primeira orientadora, Nila Michele Bastos, Márcia Cordeiro, vocês são minha inspiração.

FOTO 1 – ZONA RURAL DE LAGO DO JUNCO¹



¹ Foto produzida na década de 1980. Arquivos pessoais de Fr. Adolfo Temme.

Aldeia é terra de Deus e terra de irmãos. O povo dizia: isto aqui é nosso. De uns anos pra cá, foi profanada por alguém que dizia: isto aqui é meu. E a terra começou a sofrer. O manto de Cristo, sem costura, foi todo cortado. Até antigos caminhos foram fechados. O povo não podia diante da prepotência, mas nunca aceitou a canga. O tempo passou, e a terra chamou: o mato engrossou, já tenho pão para dar. Os homens entraram na marra, já que a lei era tão cruel. Entraram e não foi na terra alheia, foi na terra dos pais e avós. Brocaram, derrubaram, mas quem aproveitou foi o Inimigo que de noite semeou o capim. A terra chorou violentada. Mas já neste ano tornou a convidar, preocupada que estava com a fome dos filhos. Vinde a mim, vós que estais aflitos. Os homens entraram de novo: brocaram, derrubaram, mas o Inimigo redobrou o ataque.

No dia 23 de novembro, dia de sábado pelas 10 horas da manhã, a Aldeia foi invadida por 115 soldados, a maioria com farda da PM, e outros sem farda, sob o comando daquele que tem o nome de Secretário de Segurança. Logo instalaram o horror com tanta arma que o povo nunca tinha visto.

Fr. Adolfo Temme, crônica “O dia do grande horror”, 1985.²

² A crônica relata a invasão da Polícia Militar nos povoados Aldeia, município de Bacabal e ao povoado Pau Santo, município de Lago do Junco. Na invasão a Pau Santo o lavrador Manoel Monteiro de 76 anos foi assassinado pela polícia de Bacabal.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre os conflitos de terra na região do Médio Mearim - MA, nas décadas de 1970 a 1990. Este foi um período que conheceu fenômenos históricos que precisam ser considerados para se analisar o conflito de terras no Brasil: internacionalmente experienciou-se a reestruturação do capitalismo (a chamada globalização) e no plano nacional vivenciamos o fim da ditadura militar e a redemocratização do país. Posseiros e quebradeiras de coco babaçu se organizaram na luta pela terra e pelo acesso livre aos babaçuais, contra latifundiários que iniciaram a partir da década de 1970, um processo de expropriação das famílias em posse das terras. Muitas dessas famílias migraram dos estados de seca da região Nordeste nas décadas de 1930 a 1950. Outros eram migrantes do próprio território maranhense, cujo objetivo era ocupar as chamadas terras livres do estado, lugar onde houvesse terras agricultáveis e água em abundância. Motivado pelos projetos desenvolvimentistas do país, o estado do Maranhão sancionou a Lei de Terras Nº 2.979/17-07-1969, conhecida como Lei de Terras Sarney, incentivando a privatização e/ou grilagem de terras públicas e a expansão de projetos agropecuários. Os atores sociais do campo, apoiados pela diocese de Bacabal e Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção se engajaram em sindicatos, movimentos sociais e outras lutas políticas pelo direito de permanência nos povoados. Na década de 1980, auge dos conflitos de terra no Maranhão, a Igreja Católica de Bacabal apoiou e assessorou os posseiros através de entidades como Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR, Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV e movimentos pastorais, atendendo as áreas de conflitos de terra da região do Médio Mearim. Para operacionalizar o mapeamento das áreas de conflitos e dos atores sociais envolvidos, analisamos fontes eclesiais, documentos das entidades de apoio aos posseiros, recortes de jornais de circulação regional e nacional, entrevistas com os atores sociais do campo e agentes pastorais engajados, além da bibliografia que contempla o recorte temporal e espacial desta pesquisa. Assim, recortamos os povoados pertencentes aos municípios de Bacabal, Lago da Pedra, Lago do Junco, Paulo Ramos e Pio XII para nos aprofundarmos nesses conflitos. Levamos em consideração a construção da memória e a notoriedade dada a estes conflitos, bem como a possibilidade de informações encontradas nas narrativas orais e fontes documentais.

Palavras-chave: Conflitos agrários; Médio Mearim; posseiros; movimentos sociais; Igreja Católica.

ABSTRACT

This research deals with land conflicts in the Médio Mearim region of Maranhão, Brazil, during the 1970s to 1990s. We need to take into consideration a lot of historical phenomena that happened during this period when analysing land conflicts in Brazil: internationally, there was the restructuring of capitalism (known as globalization), and on a national level, we experienced the end of military dictatorship and the democratization of the country. Rural workers and coconut shellers organized in the fight for land and free access to babassu palm groves, against rural landowners who, starting from the 1970s, began a process of expropriation of families who owned the land. Many of these families had migrated from drought-stricken states in the Northeast region of Brazil during the 1930s to 1950s. Others were migrants from within the Maranhão territory itself, aiming to occupy the so-called free lands of the state, places with arable land and abundant water. Motivated by the country's development projects, the state of Maranhão enacted Law No. 2.979/17-07-1969, known as the Sarney Land Law, which encouraged the privatization and/or illegal appropriation of public lands, as well as the expansion of agricultural and livestock projects. Social actors from rural areas, supported by the Bacabal diocese and the Franciscan Province of Our Lady of the Assumption, engaged in unions, social movements, and other political struggles for the right to remain in their communities. In the 1980s, the peak of land conflicts in Maranhão, the Catholic Church of Bacabal supported and assisted rural workers through organizations such as the Christians in Rural Action - ACR, Legal Assistance for Farmers - AJULAV, and pastoral movements, addressing land conflict areas in the Médio Mearim region. To operationalize the mapping of conflict areas and the involved social actors, we analyzed ecclesiastical sources, documents from organizations supporting rural workers, clippings from regional and national newspapers, interviews with social actors from rural areas and engaged pastoral agents, in addition to the bibliography that encompasses the temporal and spatial scope of this research. Thus, we delimited the villages within the municipalities of Bacabal, Lago da Pedra, Lago do Junco, Paulo Ramos, and Pio XII to delve into these conflicts. We took into consideration the construction of memory and the notability given to these conflicts, as well as the potential information found in oral narratives and documentary sources.

Keywords: Agrarian conflicts; Médio Mearim; land settlers; social movements; Catholic Church.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Forschung befasst sich mit Landkonflikten in der Region Middle Mearim – Bundesstaat Maranhão in den 1970er bis 1990er Jahren. Dies war eine Zeit, die historische Phänomene kannte, die berücksichtigt werden müssen, um den Landkonflikt in Brasilien zu analysieren: International wurde die Umstrukturierung des Kapitalismus (die sogenannte Globalisierung) erlebt und auf nationaler Ebene erlebten wir das Ende der Militärdiktatur und die Redemokratisierung des Landes. Landarbeiter und die Babaçunußknackerinnen, organisierten sich im Kampf um Land und freien Zugang zu Babaçu-Palme gegen Landbewohner zusammen, die 1970 begannen Enteignung der Familien, die das Land besitzen. Viele dieser Familien wanderten in den 1930er bis 1950er Jahren aus den Dürrestaaten der Nordostregion aus. Andere waren Migranten aus dem Maranhão-Territorium selbst, deren Ziel es war, das sogenannte freie Land des Staates zu besetzen, Orte, an denen es Ackerland und Wasser gab in Hülle und Fülle. Motiviert durch die Entwicklungsprojekte des Landes verabschiedete der Bundesstaat Maranhão das Landgesetz Nr. 2.979/17-07-1969, bekannt als Sarney-Landgesetz, das die Privatisierung und/oder Landnahme von öffentlichem Land und die Ausweitung landwirtschaftlicher Projekte fördert. Soziale Akteure auf dem Land engagierten sich, unterstützt von der Diözese Bacabal und der Franziskanerprovinz (Unsere Liebe Maria von der Himmelfahrt), in Gewerkschaften, sozialen Bewegungen und anderen politischen Kämpfen für das Recht, in den Dörfern zu bleiben. In den 1980er Jahren, auf dem Höhepunkt der Landkonflikte in Maranhão, unterstützte die katholische Kirche von Bacabal Landarbeiter und ermöglichte ihnen den Zugang durch Organisationen wie die, Aktion der Christen im ländlichen Raum (ACR), Rechtshilfe für Landwirte (RHL) und pastorale Bewegungen die Landkonfliktgebiete der Region Middle Mearim. Um die Kartierung von Konfliktgebieten und den beteiligten gesellschaftlichen Akteuren zu operationalisieren, analysierten wir darüber hinaus kirchliche Quellen, Dokumente von Einrichtungen, die Landarbeiter unterstützen, Zeitungsausschnitte mit regionaler und nationaler Verbreitung, Interviews mit gesellschaftlichen Akteuren vor Ort und engagierten Seelsorgern zur Bibliographie, die den zeitlichen und räumlichen Ausschnitt dieser Forschung berücksichtigt. Daher haben wir die Dörfer der Stadtgemeinden Bacabal, Lago da Pedra, Lago do Junco, Paulo Ramos und Pio XII herausgeschnitten, um uns mit diesen Konflikten zu befassen. Wir berücksichtigen die Konstruktion der Erinnerung und die Bekanntheit dieser Konflikte sowie die Möglichkeit von Informationen, die in mündlichen Erzählungen und dokumentarischen Quellen zu finden sind.

Schlüsselworte: Agrarkonflikte; Mittleres Mearim; Besitzer; soziale Bewegungen; Katholische Kirche.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 – Zona rural de Lago do Junco.....	09
FOTO 2 – Quebradeira de coco babaçu.....	55
FOTO 3 – Babaçuais em Povoado São Manoel - Lago do Junco.....	78
FOTO 4 – Babaçuais em Povoado Ludovico - Lago do Junco.....	79
FOTO 5 – Etapas da confecção de um pacará utilizando olho de palha de babaçu.....	80
FOTO 6 – Congresso de dirigentes por ocasião da celebração dos dez anos da diocese de Bacabal/1978.....	100
FOTO 7 – Procissão no povoado Pau Santo/Lago do Junco.....	143
FOTO 8 – Equipe Estadual - ACR/MA.....	170
FOTO 9 – Equipe Estadual - ACR/MA.....	170
FOTO 10 – D. Pascásio e agentes pastorais da ACR – Médio Mearim, década de 1980.....	184
FOTO 11 – Amontoado de coco babaçu para a quebra.....	202
FOTO 12 – Instrumentos de trabalho das quebradeiras de coco.....	202
FOTO 13 – Coco babaçu quebrado (castanha).....	203
FOTO 14 – Casca do coco babaçu.....	203
FOTO 15 – Quebradeiras de coco de Lago do Junco em mutirão.....	204
FOTO 16 – Estrada em povoado pertencente a Lago do Junco.....	207
FOTO 17 – Estrada no povoado Pau Santo.....	208
FOTO 18 – Derrubada de babaçuais no Médio Mearim.....	211
FOTO 19 – Derrubada de babaçuais no Médio Mearim.....	212
FOTO 20 – Palmeiras queimadas por fazendeiros no Médio Mearim.....	212
FOTO 21 – Posseiros escondidos na mata em São Manoel.....	220
FOTO 22 – Posseiros escondidos na mata em São Manoel.....	221
FOTO 23 – Posseiros escondidos na mata em São Manoel.....	221
FOTO 24 – José Machado.....	225
FOTO 25 – Cruz que sinaliza o assassinado de José Machado - Pio XII.....	225
FOTO 26 – Julião Pinto.....	226
FOTO 27 – Carteira de sindicalista do trabalhador rural Julião Pinto.....	226
FOTO 28 – Carteira de Sindicalista do Trabalhador Rural de Bento Alves.....	226
FOTO 29 – Enterro de José Machado/1984.....	228
FOTO 30 – Enterro de José Machado/1984.....	229

FOTO 31 – Enterro de José Machado/1984.....	229
FOTO 32 – Fr. José, OFM ao lado do corpo do irmão José Machado.....	230
FOTO 33 – Casa de Manoel Tintinho/1988.....	238
FOTO 34 – Kombi do morador de Aldeia do Odino/1988.....	239
FOTO 35 – Casas queimadas na invasão de Aldeia do Odino/1988.....	239
FOTO 36 – Casas queimadas na invasão de Aldeia do Odino/1988.....	240
FOTO 37 – Missa de corpo presente de Trazibe da Conceição/1988.....	241
FOTO 38 – Enterro de Trazibe Da Conceição/1988.....	241
FOTO 39 – Ato em protesto e solidariedade contra a violência no Povoado Aldeia do Odino/1988.....	242
FOTO 40 – Passeata dos posseiros passando em frente à fazenda/1988.....	243
FOTO 41 – Ato em protesto e solidariedade contra a violência no Povoado Aldeia do Odino/1988.....	243
FOTO 42 – Chegada dos agentes pastorais em São Manoel/1986.....	251
FOTO 43 – Chegada dos agentes pastorais em São Manoel/1986.....	251
FOTO 44 – Casas de posseiros derrubadas em São Manoel/1986.....	252
FOTO 45 - Missa de desagravo no momento da invasão em São Manoel/1986.....	252
FOTO 46 - Missa de desagravo no momento da invasão em São Manoel/1986.....	253

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Jornal Movimento Sem Terra - 1985.....	72
FIGURA 2 – Informe: assunto - Frei Godofredo Bauerdick.....	118
FIGURA 3 – Telegrama endereçado ao Secretário de Segurança Pública - São Luís/MA (Frente).....	122
FIGURA 4 – Telegrama endereçado ao Secretário de Segurança Pública - São Luís/MA (Verso).....	123
FIGURA 5 – Correspondência de D. Fr. Pascásio Rettler aos Trabalhadores Rurais/1977.....	160
FIGURA 6 – Recibo: honorários Dr. Sandes Macêdo – 1978.....	163
FIGURA 7 – Recibo: honorários Dr. Sandes Macêdo – 1979.....	164
FIGURA 8 – Audiência com o governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira/1982.....	177
FIGURA 9 – Audiência com o governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira/1982.....	178
FIGURA 10 – Manifestação de Trabalhadores Rurais em Pio XII/1984.....	231

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Migração por região maranhense – 1930.....	91
GRÁFICO 2 – Migração por região maranhense – 1940.....	92
GRÁFICO 3 – Migração por região maranhense – 1950.....	92

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Políticas Territoriais implantadas no Maranhão entre 1942 e 1962.....	86
QUADRO 2 – Clérigos da diocese de Bacabal acusados pela DOPS/MA.....	119
QUADRO 3 – Cooperativa Banco Rural do Maranhão.....	130
QUADRO 4 – Divisão da diocese de Bacabal por território.....	156

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Médio Mearim, MA.....	25
MAPA 2 – Médio Mearim.....	26
MAPA 3 – Mapa dos biomas brasileiros - 2000	75
MAPA 4 – Sub-regiões agroecológicas de existência de babaçuais no Maranhão.....	81
MAPA 5 – Mapa do Maranhão com divisão por regiões (1939-1965)	87
MAPA 6 – Mapa do Maranhão com divisão por regiões (1970-1980)	88
MAPA 7 – Municípios do Médio Mearim na década de 1960.....	89
MAPA 8 – Mapa das regiões do Maranhão.....	139
MAPA 9 – Divisão por municípios da diocese de Bacabal.....	155

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACB	- Ação Católica do Brasil
ACO	- Ação Católica Operária
AC	- Ação Popular
ACESA	- Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
ACR	- Ação dos Cristãos no Meio Rural
ANC	- Assembleia Nacional Constituinte
APEM	- Arquivo Público do Estado do Maranhão
AJULAV	- Assistência Jurídica aos Lavradores
AMTR	- Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ASSEMA	- Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ATAM	- Associação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão
BAPESA	- Empresa Rural Bacabinha Agropecuária - AS
CEB'S	- Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	- Conselho Episcopal Latino-Americano
CIA	- Central Intelligence Agency
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
COPPALJ	- Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CRB	- Conferência dos Religiosos do Brasil
D.	- Dom
DOPS	- Departamento de Ordem Política e Social
Dr.	- Doutor
EFA	- Escola Família Agrícola
FETAEMA	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão
FR.	- Frei
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IR.	- Irmã
JAC	- Juventude Universitária Católica

JUC	- Juventude Católica Rural e Agrária
MA	- Maranhão
MASTER	- Movimento de Agricultores Sem Terra
MEB	- Movimentos de Educação de Base
MIQCB	- Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MIRA	- Movimento Intermunicipal Rural Diocesano
MIRAD	- Ministério de Desenvolvimento da Reforma Agrária
MISEREOR	- Mich Erbamt des Volkes
MST	- Movimento Sem Terra
OFM	- Ordem dos Frades Menores
PAEG	- Plano de Ação do Governo
PB	- Paraíba
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PE	- Pernambuco
Pe.	- Padre
PGE/MA	- Procuradoria Geral do Estado do Maranhão
PI	- Piauí
PIB	- Produto Interno Bruto
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	- Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PT	- Partido dos Trabalhadores
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TJ/MA	- Tribunal de Justiça do Maranhão
UDR	- União Democrática Ruralista
UTAB	- União dos Trabalhadores Agrícolas de Bacabal
UTAB	- União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	24
2	A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: IMPACTOS PARA O RURAL MARANHENSE NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990.....	56
2.1	TENSÕES NA POLÍTICA BRASILEIRA E A QUESTÃO AGRÁRIA.....	56
2.2	GOVERNO MILITAR BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO ESTATUTO DA TERRA, LEI Nº. 4.504/64.....	60
2.3	ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL E PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA.....	66
2.4	CONFIGURAÇÃO DO CAMPO MARANHENSE E PROCESSO MIGRATÓRIO 1930/1970.....	74
2.5	PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO MARANHÃO	82
2.6	OCUPAÇÃO DO MÉDIO MEARIM E SUAS ESPECIFICIDADES.....	86
2.7	LEI DE TERRAS Nº 2.979, DE 17 DE JUNHO DE 1969....	94
3	A IGREJA CATÓLICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E OS MOVIMENTOS PASTORAIS E SINDICAIS NO MARANHÃO.....	101
3.1	CONCÍLIO VATICANO II.....	101
3.2	MOVIMENTOS PASTORAIS EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR	106
3.3	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEB'S.....	124
3.4	ATUAÇÃO PASTORAL CATÓLICA E MOVIMENTOS SINDICAIS NO MARANHÃO	128
4	DIOCESE DE BACABAL E PROVÍNCIA FRANCISCANA: ENGAJAMENTO SOCIAL NO MÉDIO MEARIM – 1970/1990	144
4.1	MUNICÍPIO DE PAULO RAMOS: CONFLITO DE TERRA NO POVOADO SÃO JOSÉ DO RICARDO	144
4.2	EXPANSÃO DOS CONFLITOS DE TERRA NO MÉDIO MEARIM	157
4.3	AÇÃO DOS CRISTÃOS NO MEIO RURAL - ACR/MA E ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS LAVRADORES - AJULAV	165
4.4	UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA – UDR/1985	172
4.5	“OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES”: MISSIONÁRIOS ALEMÃES .	180
5	LUTA PELA TERRA: ENGAJAMENTO DOS ATORES SOCIAIS DO CAMPO NO MÉDIO MEARIM	185
5.1	LUTA PELA LIBERTAÇÃO DO COCO BABAÇU E DA TERRA NO MÉDIO MEARIM	185
5.2	POSSEIROS EM CONFRONTO COM FAZENDEIROS.....	215
5.3	CONFLITO DE TERRA EM Pio XII - 1984	224
5.4	BACABAL: CONFLITO DE TERRA EM ALDEIA DO ODINO - 1984 A 1988.....	232
5.5	LAGO DO JUNCO: CONFLITO DE TERRA EM SÃO MANOEL - 1986.....	246
5.6	ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DE POSSEIROS E QUEBRadeiras DE COCO APÓS A CONQUISTA DA TERRA.....	254
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	257
	REFERÊNCIAS.....	260
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	270
	APÊNDICE B – BIOGRAFIA DOS ENTREVISTADOS.....	271

APÊNDICE C – QUADRO DE CONFLITOS ACOMPANHADOS PELA ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS LAVRADORES – AJULAV.....	274
ANEXO A – LISTA DOS BISPOS DO MARANHÃO.....	276
ANEXO B – DOPS - PEDIDO DE BUSCA/1974.....	277
ANEXO C – INTROMISSÃO, JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO – 1980.....	278
ANEXO D – PROTESTO: LAVRADORES DE PAULO RAMOS E LAGO DA PEDRA.....	279
ANEXO E – NOTA OFICIAL, D. FR. PASCÁSIO RETLLER, 1986.....	280
ANEXO F – TERMO DE COMPROMISSO - ITERMA/1988.....	281
ANEXO G – NOTA DE REPÚDIO – ACR/BACABAL/1984	283
ANEXO H – JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO.....	284
ANEXO I – LÁPIDE, CEMITÉRIO EM ALDEIA DO ODINO 1922.....	285
ANEXO J - PERTENCES DE ANTONIO FONTINELE, POVOADO CENTRO DO AGUIAR (1986).....	286

1 INTRODUÇÃO

O Maranhão foi cenário de intensos conflitos agrários na segunda metade do século XX, cujas diversas regiões foram afetadas. A conjuntura política do Brasil do final da década de 1960 e início de 1970, conhecida como “milagre econômico”, com seus projetos de “modernização”, que objetivava desenvolver áreas do Norte e Nordeste, impulsionaram a expansão da agropecuária no Maranhão. O estado foi bastante beneficiado com o Programa de Integração Nacional do Governo Federal, realizando muitos investimentos em infraestrutura. Com este movimento político e econômico, o estado financiou terras devolutas para grupos empresariais e influentes no meio político, o que facilitou a compra e grilagem de grandes extensões de terras³.

Neste contexto político e econômico, a grilagem foi bastante utilizada para adquirir e ampliar propriedades no Maranhão, assim como ocorreu também em outros estados do país. Esta prática reconfigurou as relações sociais dos posseiros⁴ e quebradeiras de coco babaçu da zona rural. As áreas de terras devolutas, chamadas de “espaços vazios” na década de 1930, ocupadas por famílias que viviam da exploração da agricultura e do extrativismo, passaram a ser apropriadas por latifundiários que iniciaram um processo de expropriação das populações do campo, sobretudo na década de 1970. No Médio Mearim, os impactos das novas relações sociais e econômicas desencadearam conflitos e enfrentamentos entre fazendeiros e posseiros. Estes conflitos foram marcados por ameaças, torturas, prisões, mortes e expropriações, demarcando a década de 1980 como auge desses conflitos no campo maranhense.

Diante do cenário de conflitos agrários vivenciados no Brasil, a presente tese objetiva analisar os múltiplos processos que configuraram os conflitos de terra na região do Médio Mearim-MA, nas décadas de 1970 a 1990. Bem como identificar os atores sociais engajados na luta pela terra e seus diferentes objetivos e articulações neste processo de disputa. O recorte temporal e geográfico, se justificam pela intervenção da Igreja Católica em apoio aos posseiros nos conflitos de terra que ocorreram no Médio Mearim, região que corresponde a área pastoral

³ De acordo com Manfredo, as terras devolutas pertencem ao Estado (públicas), que estão no poder de instâncias privadas, porém não pertencem a estas instituições. Ser “devoluta” atende ao conceito que foram ou devem ser devolvidas ao Estado (Manfredo, 2011, p.01).

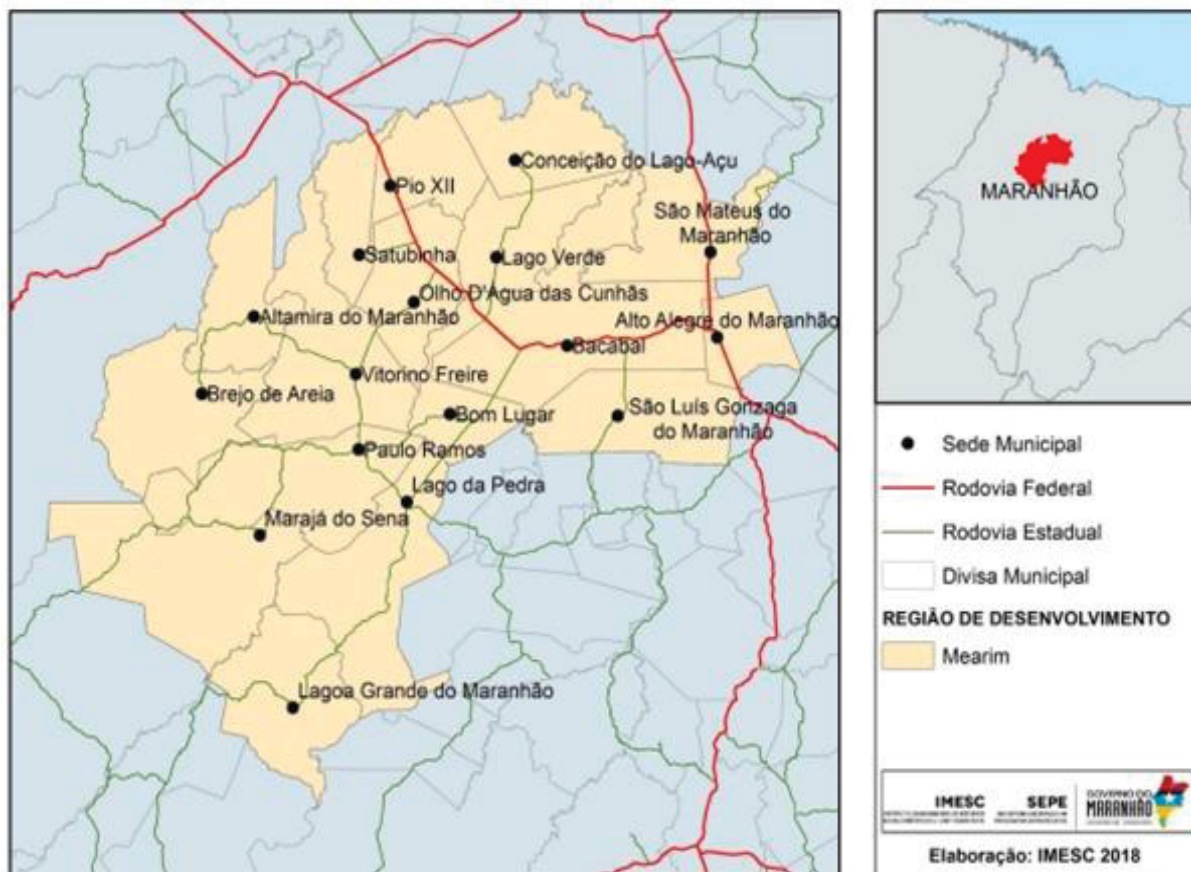
⁴ As fontes que embasam esta tese utilizam, para definir os trabalhadores rurais, a categoria “posseiros”. Mesmo reconhecendo a complexidade das conceituações que envolvem os atores sociais do campo, decidimos tomar essa categoria como referência.

da diocese de Bacabal. Como critério para este recorte utilizamos a forma como as fontes da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção e da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR, foram construídas e organizadas. Tais documentos que se referem aos conflitos de terra começaram a ser construídos no final da década de 1970, período em que os posseiros começaram a ser expulsos dos povoados. Esta produção se encerra no início da década de 1990, período em que estes posseiros foram assentados a partir da compra de terras pelo estado ou pela Igreja Católica de Bacabal.

Dado o grande número de municípios encontrados nas fontes, delimitamos Bacabal, Lago da Pedra, Lago do Junco, Paulo Ramos e Pio XII para aprofundarmos esta análise. Esta escolha se justifica pela quantidade de documentos disponibilizados, o detalhamento deles e a notoriedade dada a estes conflitos tanto nas fontes escritas, quanto nas fontes orais. (Ver mapas 1 e 2)

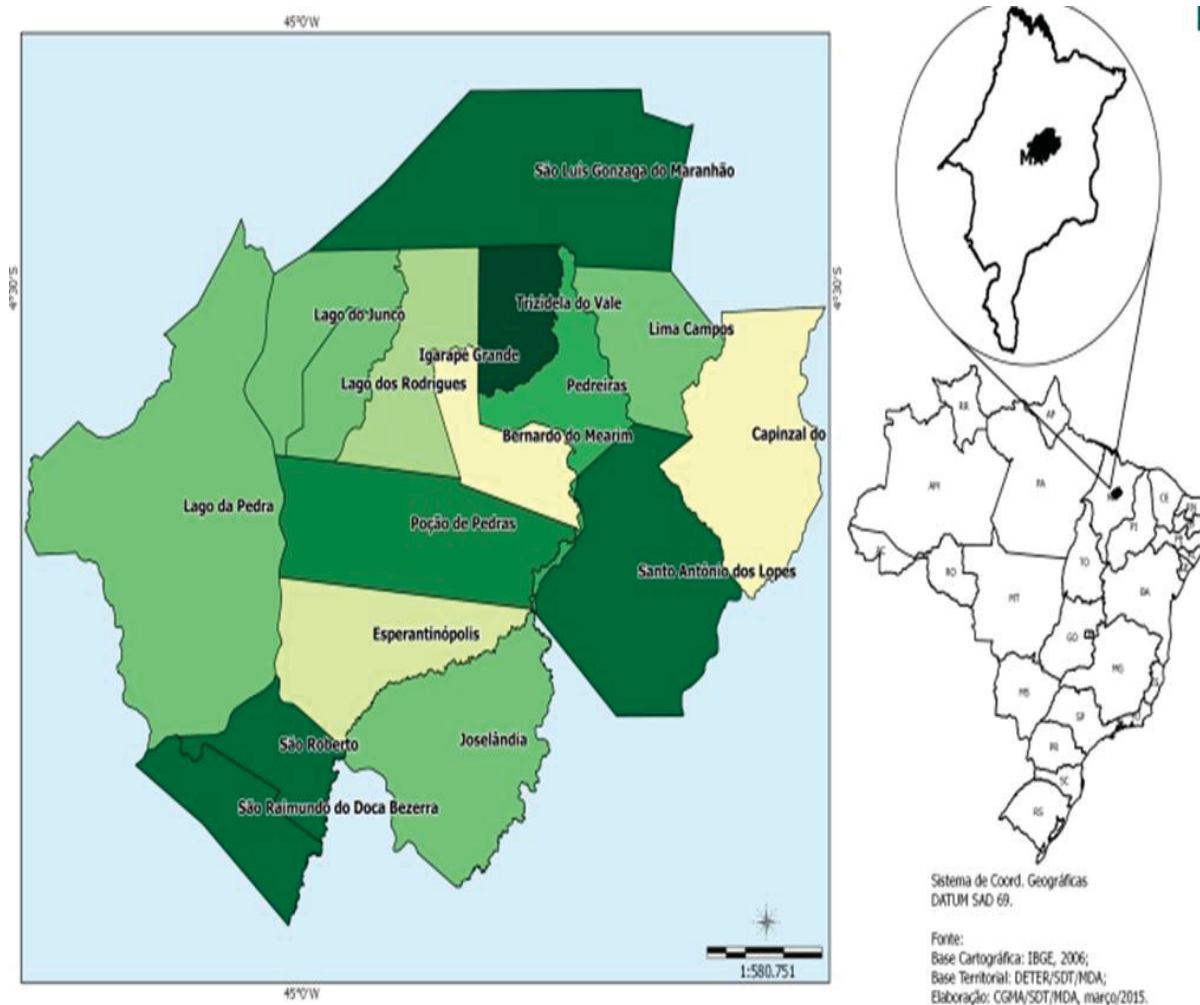
Em virtude da dificuldade de encontrar mapas que representem os 21 municípios do Médio Mearim, apresentamos dois mapas que compõem os 5 municípios selecionados para a análise desta pesquisa. Observe que Lago do Junco aparece apenas no mapa 2.

MAPA 1 – MÉDIO MEARIM, MA



Fonte: IMESC, 2018

MAPA 2 – MÉDIO MEARIM



Fonte: SIT/MDA, 2015

Diante da complexidade e do acesso às fontes, analisamos os seguintes eixos documentais: 1) Igreja Católica, 2) Imprensa, 3) História Oral e 4) Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão - DOPS.

As fontes do eixo Igreja Católica foram cedidas por Fr. Heriberto Rembecki, por Guilhermina Aguiar da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR, pelo conselho definitório da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção e por Fr. Adolfo Temme. Os documentos estão guardados em lugares diferentes e cada acervo tem sua especificidade. Para fins didáticos enumeramos os acervos para indicar o lugar onde cada um foi coletado.

Uma parte dos documentos está na secretaria da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em Bacabal (Acervo 1). Este acervo foi aberto pela primeira vez para um pesquisador em 2015, não sendo utilizado anteriormente para fins de pesquisa nem mesmo por membros da província. Depois de enviar um pedido que foi analisado pelo conselho definitório

da província, pude acessar o acervo, tendo consultado em 2015 e 2020. Posteriormente em 2021, a professora titular da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Milena Galdez e a pesquisadora Laryssa Pimenta da mesma instituição também puderam consultar o acervo. Nele encontram-se documentos referente aos conflitos de terra mediados pela diocese e pela Província Franciscana. Dentre os documentos estão relatórios das áreas de conflitos, orientações aos posseiros, fotografias, documentos de compras de terras, notas de repúdio etc.

Outra parte dos documentos encontra-se no escritório particular de Fr. Heriberto Rembecki em Bacabal (Acervo 2). Esta é composta por relatórios que contam de forma detalhada a história da fundação dos povoados e a mediação da Igreja Católica nos conflitos de terra no Médio Mearim. Não há cópias destes relatórios nos arquivos da secretaria da província e no arquivo da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR. Este acervo também não tinha sido consultado por pesquisadores, sendo cedido para mim em 2015 para fins acadêmicos.

Outros documentos encontram-se no Eremitério (Acervo 3), convento dos franciscanos em Teresina - PI. Os documentos eram guardados por Fr. Adolfo Temme, que faleceu em 02 de maio de 2023. A maior parte destas fontes foram construídas por ele, uma das principais lideranças religiosas na articulação da luta pela terra no Médio Mearim e cronista da província. Poucos pesquisadores acessaram este acervo, que contém uma vasta documentação, no entanto o frade forneceu apenas crônicas e fotos. O pesquisador da Universidade Federal do Maranhão - UFMA⁵ pode consultar apenas as crônicas. Já a professora Milena Galdez, juntamente com seus orientandos e eu tivemos acesso as crônicas⁶ e fotografias dos conflitos de terra. Mas neste acervo há muitos outros documentos que não foram disponibilizados para nenhum pesquisador.

Existe muita cautela por parte dos clérigos, para que estes documentos não se tornem públicos, uma vez que expõe todos os atores sociais envolvidos nos conflitos, sobretudo por

⁵ O pesquisador da UFMA que acessou as crônicas de Fr. Adolfo Temme, foi o historiador e sociólogo Dr. Jorge Luiz Feitosa Machado, professor da UFMA (polo Bacabal) que possui amplos trabalhos sobre a ação política e pastoral de clérigos no Maranhão nas décadas de 1950 a 2000. O pesquisador encontrou bastante resistência para acessar outras fontes além das crônicas. Quando conseguiu autorização para consultar o acervo da secretaria da província em 2018, os documentos foram criteriosamente selecionados pelos clérigos. Ver: MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. **Ação Política, missão pastoral e instâncias de inserção: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012; e MACHADO, Jorge Luiz Feitosa. **PANTEÕES DA “ORDEM”: intérpretes e estratégias de consagração da “memória franciscana” no Maranhão (1952-2000)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.

⁶ Ver: PIMENTA, Laryssa Gomes. **Peregrinos da Terra: a luta dos posseiros pelo direito a propriedade no Médio Mearim segundo as crônicas do Fr. Adolfo Temme (1990)**. Universidade Estadual do Maranhão, Monografia (Graduação em História), 2019.

revelarem nomes e sobrenomes dos acusados de assassinatos e outros crimes. Nas crônicas escritas por Fr. Adolfo Temme, encontram-se relatos dos conflitos de terra em diversos povoados. É perceptível o viés teológico e progressista em sua escrita ao narrar os conflitos por terra fazendo conexões com o Antigo e Novo Testamento da Bíblia, onde chama a atenção para a responsabilidade social e política. Nos textos constam o apoio dos franciscanos aos posseiros e suas orientações em relação ao direito à terra, à justiça e resistência, bem como repúdio às autoridades e membros da União Democrática Ruralista - UDR, acusados de promover a violência no campo.

As fontes da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR (Acervo 4), foram coletadas na casa de Guilhermina Aguiar, representante da entidade nas décadas de 1980 e 1990. Neste acervo consta documentos dos conflitos de terra sob a perspectiva desta entidade, fonte construída por lideranças leigas e clérigos, sobretudo Fr. Godofredo Bauerdick, frade que estruturou e coordenou a entidade em Bacabal inicialmente. Dentre os documentos estão listas de posseiros assassinados, cartas de denúncias de clérigos, relatórios de encontros com os posseiros, lista de doações para famílias que tiveram suas casas derrubadas, correspondências dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR's, relatórios da Comissão Pastoral da Terra - CPT etc. Sabemos que a CPT e os STR's têm seus próprios acervos, no entanto, os documentos referentes ao movimento sindical e à CPT, analisados nesta tese foram coletados dos acervos da Província Franciscana e da ACR.

É importante ressaltar a dificuldade que as universidades encontram para adentrar nos arquivos eclesiásticos em todo o país. No Brasil, eles são acessados em sua maioria apenas pelos membros da própria instituição que a produziu, sendo sigilosos e arquivados em paróquias e conventos. São raras as congregações, províncias e dioceses que permitem o acesso de cientistas e pesquisadores ao seu acervo. Quando isto ocorre, os documentos autorizados para tornarem-se públicos são categoricamente selecionados por religiosos e clérigos. Nas minhas experiências de consulta dos acervos da província, do escritório de Fr. Heriberto Rembecki e da ACR, não houve restrições a qualquer tipologia de documento. Foi-me autorizado entrar nos arquivos e buscar os documentos que considere relevantes para a pesquisa, além de darem suporte em relação a informações, sempre que aparecem dúvidas quanto a datas, locais, fotografias etc.

Como exemplo dessa dificuldade, podemos citar os arquivos eclesiásticos da Cúria Diocesana de Bacabal (Acervo 5). Existe uma vasta documentação que trata dos conflitos de terra assistidos pela diocese, alguns deles construídos por D. Fr. Pascásio Rettler, onde tive a

oportunidade de visitar e observar como estão guardados, mas não foi possível pesquisá-los. Embora tenha-se cogitado a abertura do acervo, através de um pedido ao atual bispo, logo depois houve um recuo da Cúria Diocesana, sob a justificativa que esses documentos precisavam ser preservados. A justificativa de preservação dada por membros do clero refere-se a não divulgação deste acervo. Os 5 acervos aqui mencionados apesar de falarem do mesmo tema, apresentam especificidades, sobretudo quanto a sua autoria e dificilmente um documento se repete entre os arquivos.

Felizmente aos poucos as portas estão se abrindo para a pesquisa, a exemplo dos acervos aqui apresentados e viabilizados para que outros pesquisadores tenham acesso também. Isto ocorreu pela relação próxima com membros do clero e de congregações femininas, como ministros provinciais, secretários e madres superiores. Diante da possibilidade de acessar alguns acervos e entrevistar clérigos e religiosas, considerei importante a análise dos conflitos de terra no Médio Mearim da perspectiva das fontes eclesiásticas e narrativas de agentes pastorais⁷. Estabelecer uma relação de confiança com os produtores das fontes possibilitou a abertura dos acervos e entrevistas.

No acervo eclesiástico, foi possível observar que além dos documentos supracitados, foram arquivadas fontes que não foram produzidas pela Província Franciscana e pela ACR. Trata-se dos recortes de jornais, onde há inúmeras matérias que foram guardadas nestes dois arquivos. O eixo imprensa desta tese, corresponde a recortes de jornais de circulação estadual e nacional sobre os conflitos de terra no Maranhão, onde aparecem outras regiões do estado em conflitos. No entanto a maior parte refere-se ao Médio Mearim na década de 1980.

Analisar jornais requer uma metodologia específica relacionada a imprensa, no entanto os jornais aqui analisados são recortes que foram selecionados e arquivados pela Igreja Católica. Tivemos acesso apenas a fragmentos, não sendo possível analisar o jornal por inteiro, saber a localização das matérias, a ênfase que receberam, se estava na capa, no meio ou no final do jornal, que são informações importantes para uma análise específica de fontes da imprensa.

De acordo com Capelato (1988) os jornais são fontes históricas e mercadoria política. Assim, é preciso estar atento para a intencionalidade (como requerem também outras fontes),

⁷ Chamaremos de agentes pastorais todos os engajados na luta pela terra em apoio aos posseiros que pertencem a instituição Igreja Católica. São eles, clérigos, freiras e os integrantes das entidades criadas pela Igreja, como Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR e Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV.

bem como para os impactos e intervenções que estes produzem na sociedade. Para a autora é importante observar as lutas políticas e sociais através da imprensa.

A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos (Capelato, 1988, p.34).

Deste modo, os recortes de jornais comparecem nesta pesquisa como parte do cruzamento de outras fontes para compreendermos as relações sociais, de poder e a notoriedade dada aos conflitos de terra no Médio Mearim. Uma vez que estes recortes de jornais apresentam um debate nacional sobre a questão agrária, a violência no campo e as articulações políticas partidárias e dos movimentos sociais na década de 1980.

Neste eixo, estão os jornais da década de 1980, como: O Estado do Maranhão⁸, O Imparcial e O Estado de São Paulo. Alguns dos jornais coletados são de circulação do estado do Maranhão e outros nacionais, mas selecionamos apenas os três supracitados por noticiarem conflitos sobre os municípios que decidimos aprofundar. Dentre as matérias estão, notícias de invasão a povoados; intervenção de padres franciscanos, bispos e freiras; assassinatos; posicionamento do governo do estado do Maranhão; acusações contra o Coronel Silva Junior; notas de repúdio da Igreja e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR's; denúncias contra a União Democrática Ruralista - UDR, dentre outras matérias que tratam especificamente da violência no campo maranhense. A análise desses recortes de jornais nos permitiu uma visão panorâmica das tensões e violência no campo maranhense. Assim foi possível identificar o cenário que se formou nos municípios do Médio Mearim através deste veículo de comunicação.

No eixo Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão - DOPS, foram selecionados apenas os documentos que aparecem censuras aos padres franciscanos do Médio Mearim na década de 1980, período ainda regido pela ditadura militar. Com base neste pré-requisito encontrei apenas três documentos, que foram utilizados no capítulo II, onde

⁸ Este jornal pertence ao Grupo Sarney. Para melhor aprofundar as questões ideológicas que atravessavam as matérias destacadas ver: PICCOLO, Monica e SULIDADE, Mariana (Orgs.) **Maranhão republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís, Editora Shalom/EDUEMA, 2015.

discutimos ações políticas dos clérigos em apoio aos posseiros. Este acervo encontra-se no Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM.

As fontes apresentadas nesta tese são de suma importância para a preservação da memória e construção da historiografia regional e nacional. Os documentos permitiram identificar as áreas de conflitos, bem como as especificidades de cada um deles, dada a forma organizada que estas fontes foram construídas e arquivadas. Quanto as fotografias, uma das tipologias de fonte desta tese, foi fundamental para expor o cenário da violência no campo do Médio Mearim. Elas corroboraram para identificar a atuação dos latifundiários, atores sociais do campo⁹ e agentes pastorais nesta conjuntura, sobretudo no auge desses conflitos.

O cruzamento entre a imagem fotográfica e a história se dá a partir do estatuto técnico das fotografias e seus sentidos de autenticidade e prova, que as transformam em testemunhas oculares de fatos. Mas as evidências históricas não são peixes em um oceano a serem fígados ao sabor das marés pela isca do historiador, da mesma maneira que a imagem não é captada pelo olhar neutro. A evidência histórica e a imagem são construídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)presentar o passado (Mauad e Lopes, 2012, p.263).

As fotografias aqui utilizadas foram produzidas por membros da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR e por clérigos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção. A maioria delas são referentes a momentos de ataques aos povoados ou que retratam o cotidiano dos posseiros e quebradeiras de coco.

Quanto ao eixo História Oral, para construí-lo entrevistamos homens e mulheres que falaram das suas memórias e experiências, tendo como critério de inclusão o recorte temporal e geográfico do tema de interesse desta pesquisa. Desta forma, foi possível fazer uma escuta criteriosa das lembranças individuais e coletivas dos posseiros, quebradeiras de coco e líderes sindicais, e assim adentrar nas suas versões da história sobre suas próprias comunidades, na maioria das vezes (re)contada por outras instituições, como Estado e Igreja. Quanto as narrativas de agentes pastorais, foi possível a análise das fontes escritas e orais, e fazer o cruzamento delas com as fontes orais dos atores sociais do campo. Desta forma, analisamos 14 entrevistas que foram feitas com 12 pessoas, onde 2 clérigos foram entrevistados por duas vezes em momentos diferentes.

⁹ Os atores sociais do campo correspondem a posseiros, dentre eles quebradeiras de coco babaçu, que podem ser também lideranças sindicais e pastorais engajadas (dirigentes, coordenadores de CEB's etc.) nos conflitos de terra no Médio Mearim.

Em 2015 entrevistei agentes pastorais engajados nos conflitos de terra do Médio Mearim. São eles: Fr. Heriberto Rembecki e Fr. Adolfo Temme, os dois clérigos pertencem a Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção; Ir. Teresinha de Jesus da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos e Guilhermina Aguiar, uma das coordenadoras da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR. Estas entrevistas foram realizadas por mim, onde utilizei apenas um gravador de voz. A entrevista com Fr. Heriberto Rembecki foi realizada na sede da província em Bacabal; Ir. Teresinha foi entrevistada na sede da sua congregação em São Luís; Guilhermina Aguiar foi entrevistada na Cúria Diocesana em Bacabal e Fr. Adolfo Temme foi entrevistado na casa de praia das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos em São Luís.

Antes de adentrar na realização das próximas entrevistas que ocorreram em Teresina-PI; Bacabal - MA e Lago do Junco - MA; é importante destacar o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, que por meio do projeto de extensão da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA intitulado: “Luta pela terra no Médio Mearim - MA, 1960-1990: experiências, narrativas e deslocamentos”¹⁰, na qual fiz parte, financiou as viagens para a realização das entrevistas. O projeto foi coordenado pela Dr^a. Marcia Milena Galdez, professora titular do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

A primeira visita a campo com o financiamento do projeto universal¹¹, ocorreu em Teresina, PI em fevereiro de 2019. A entrevista foi realizada por mim, pela Prof^a. Dr.^a Marcia Milena Galdez (UEMA), e pelos pesquisadores José Ribamar Lemos (Mestre - UEMA), Jaciara Leite (Mestra - UEMA) e Laryssa Pimenta (Mestra - UEMA). Entrevistamos Fr. Adolfo Temme, que nos recebeu no “Eremitério, Retiro São Francisco”, onde ficamos hospedados por dois dias. Assim pudemos fazer uma série de entrevistas e participar com ele da dinâmica de oração da casa. Selecionamos Fr. Adolfo Temme, por sua trajetória nos conflitos de terra nos municípios de Bacabal, Lago da Pedra e Lago do Junco. Após esta entrevista, só foi possível retornar ao campo em 2022, devido aos desafios enfrentados pela pandemia de Covid-19, vivenciada no Brasil desde 2020.

¹⁰ Edital FAPEMA nº 31/2016. A vigência deste projeto seria de 07/06/2018 a 07/06/2020, no entanto com as circunstâncias da pandemia de COVID-19, o prazo se estendeu até 2022. Com o financiamento da FAPEMA foi viabilizada a estrutura técnica de equipamentos de filmagem e gravação para as entrevistas. Além dos custos com passagens, alimentação e hospedagens dos pesquisadores que realizaram a pesquisa de campo.

¹¹ FAPEMA: “Luta pela terra no Médio Mearim - MA, 1960-1990: experiências, narrativas e deslocamentos”.

No primeiro semestre de 2022, entrevistamos 12 atores sociais do campo, dentre eles quebradeiras de coco e trabalhadores rurais/posseiros. Onde identificamos um órfão e uma viúva em circunstâncias dos conflitos de terra. As entrevistas com os atores sociais do campo foram realizadas por mim, pela Prof^a. Dr^a. Marcia Milena Galdez (UEMA), e por Laryssa Pimenta (Mestra - UEMA).

Para realizar as entrevistas, visitamos povoados pertencentes a dois municípios da região do Médio Mearim: povoado Aldeia do Odino (município de Bacabal) e povoados: Centrinho do Acrísio, Ludovico e São Manoel (município de Lago do Junco). As entrevistas feitas nos povoados pertencentes a Lago do Junco¹² foram realizadas por mim e Laryssa Pimenta no mês de abril de 2022, onde entrevistamos 6 atores sociais do campo.

O acesso aos participantes foi viabilizado pelo contato com Fr. Antônio Clécio¹³, frade que atua na paróquia São José, os povoados do município de Lago do Junco pertencem a área pastoral desta paróquia, administrada por frades da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção. Os participantes foram contactados previamente pelo frade e nos aguardavam. Outros, pediram para falar conosco quando chegamos ao local, nos abordaram dizendo que gostariam de contar suas histórias. Havia sempre a indicação de alguém que poderia falar. Os participantes nos orientavam sobre pessoas que contariam bem a história desses conflitos, por serem lideranças engajadas. Alguns lamentaram o fato de “companheiros de luta” já terem falecido ou estarem doentes, impossibilitando a participação nas entrevistas, o que consideraram de fundamental importância para a construção da história dos povoados. Os posseiros de Ludovico chamaram a atenção para a preservação de suas histórias, gostariam que seus filhos e netos valorizassem a luta do povoado. Naná (Entrevista, 2022) quebradeira de coco babaçu, relatou que a partir do momento que um pesquisador conta a história de uma comunidade, há uma valorização dela e o reconhecimento por parte das pessoas que moram no povoado.

Dentre os desafios para construir o acervo da História Oral com os posseiros, encontramos dificuldade de acesso aos povoados pertencentes a Lago do Junco. Entramos com muita dificuldade nos três povoados, cuja estrada não é asfaltada. Fomos em período chuvoso, dificultando ainda mais o acesso. O caminho todo estava coberto por poças de lama, estes

¹² Ficamos dois dias na área rural para a realização das entrevistas, onde os entrevistados nos ofereceram hospedagem e alimentação.

¹³ Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, OFM.

povoados ficam distantes da sede e nos períodos chuvosos ficam isolados. Algumas políticas públicas só lhes são possíveis se saírem dos povoados, a exemplo, acesso a hospitais ou postos de saúde. A distância dos povoados até a sede Lago Junco, consiste entre 30 e 40 km.

As entrevistas realizadas em Aldeia do Odino, município de Bacabal foram feitas por mim, Laryssa Pimenta e pela Prof.^a Dr.^a Marcia Milena Galdez. Entrevistamos 2 posseiros engajados na luta pela terra. Não tivemos intermediários para contactar os entrevistados previamente, assim a metodologia configurou-se numa visita de uma tarde, onde nós localizamos dois posseiros, sendo que um deles foi liderança no período dos conflitos. Nós os convidamos para relatarem suas experiências e eles foram bastante solícitos, onde prontamente aceitaram conversar conosco. O povoado está localizado a 17 km da sede e a estrada para o povoado é asfaltada, portanto não tivemos dificuldade para chegar ao local.

Cientes do nosso dever enquanto pesquisadores, esta pesquisa foi submetida a análise criteriosa do Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná – UFPR¹⁴, onde atendemos todos os critérios para preservação dos entrevistados, a ética, o respeito aos Direitos Humanos e o compromisso enquanto instituição de ensino superior. Uma vez que adentramos a intimidade dos participantes desta pesquisa, solicitando que (re)contassem experiências de eventos traumáticos. Assim, os participantes acessaram memórias que muitas vezes querem esquecer, pelos sentimentos que reverberam no presente de cada participante. Tomamos ainda todas as medidas e cuidados com a saúde, orientados pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em virtude da pandemia de Covid-19.

As entrevistas nos povoados foram feitas de forma individual e na residência de cada entrevistado. No início, explicamos aos participantes as características da pesquisa, apresentamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE e a Autorização do uso de imagem e voz, uma vez que propomos gravar as entrevistas em áudio e vídeo, e utilizá-las para produção de trabalhos acadêmicos como artigos, dissertações e teses. Falamos da importância da narrativa deles para a construção da história sobre os conflitos de terra na região do Médio Mearim. Orientamos ainda, sobre as perguntas que faríamos, porém que ficassem à vontade para destacarem os pontos que considerassem mais relevantes. Caso em algum momento sentissem desconforto, não precisariam responder, poderiam sinalizar que não gostariam de falar sobre o assunto.

¹⁴ Aprovado em 2021 pelo Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná - SCS/UFPR. Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAEE: 51411521.9.0000.0102.

Assim, construímos um roteiro para as entrevistas (Ver apêndice A), mas a metodologia principal consistiu em deixar os participantes livres para destacarem as lembranças que viessem em suas memórias. Fizemos intervenções apenas quando consideramos necessário o aprofundamento de algumas questões pontuais. Consideramos importante, esse critério na narrativa para que os entrevistados não ficassem presos às perguntas que nós selecionamos, para assim observarmos o que consideram mais relevante no contexto dos conflitos de terra que vivenciaram. Mas em alguns momentos precisamos fazer intervenções para que focassem em pontos específicos para que pudéssemos entender o contexto, as expressões, datas, locais etc. Alguns entrevistados construíram suas narrativas sem que houvesse muitas intervenções. Pois utilizaram linguagem bastante clara, identificando eventos importantes, lugar, contexto histórico, político, os atores sociais envolvidos e as articulações no processo de luta pela terra. Os entrevistados, sobretudo os que exerceram liderança construíram suas falas com embasamento político em relação a reforma agrária, aos movimentos sindicais, a política vigente e as ações arbitrárias da polícia, principalmente das décadas de 1970 e 1980.

A última entrevista para compor esta tese, foi realizada com Fr. Heriberto Rembecki, em janeiro de 2023 no Centro Franciscano de Animação Missionária - CEFRAM, em Bacabal. Esta entrevista não está associada ao projeto da FAPEMA. Foi uma iniciativa da Escola de Fé e Política da diocese de Bacabal, na qual fui convidada a compor a equipe de entrevistadores. O frade foi convidado a falar sobre sua atuação e de D. Fr. Pascásio Retller na diocese de Bacabal desde a sua fundação em 1968. Com a autorização do entrevistado e da diocese, considerei importante utilizar a entrevista, porque o frade apresenta narrativas sobre a inserção da diocese através das paróquias nas Comunidades Eclesiais de Base - CEB's e nos conflitos de terra no Médio Mearim. A entrevista foi realizada por Rogério Costa e Guilhermina Aguiar, membros da equipe Fé e Política da diocese de Bacabal; por Adna Soriano e Iran Oliveira (Rede Vida de Televisão/polo Bacabal), por Raimundo Alves (coordenador da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura do Médio Mearim - ACESA) e por mim, convidada como pesquisadora.

Com as narrativas dos agentes pastorais e dos atores sociais do campo, pudemos perceber pontos específicos e distintos dos conflitos de terra no Médio Mearim. Nas entrevistas com os posseiros, observamos suas narrativas sobre os confrontos com os chamados pistoleiros ou jagunços, tema que trouxe desconforto e cautela por parte dos entrevistados. Dois deles, narraram detalhes dos confrontos, mas pediram que seus nomes não fossem identificados em relação a este ponto específico. Ao longo da história do Brasil, as classes sociais subalternas

foram negligenciadas, o medo de falar sobre os confrontos armados, revela-se no silenciamento imposto aos posseiros e quebradeiras de coco, sobretudo pela violência no campo. Assim, quando tratarmos de eventos relacionados a confrontos com mortes relatados pelos agentes pastorais do campo, os seus nomes não serão registrados nas referências, serão apresentados apenas como entrevistado A, B etc. Quanto às referências dos entrevistados que autorizaram a entrevista completa serão apresentados pelos nomes na qual são chamados na comunidade¹⁵.

Nos interessa compreender, como se articularam os confrontos armados entre atores sociais do campo e ruralistas neste contexto, pois eles foram muito acirrados e frequentes, sobretudo no auge dos conflitos na década de 1980. Fato este que comparece brevemente nos documentos construídos pela Igreja Católica, mas bastante mencionado nas entrevistas com os atores sociais do campo, registrados também nos recortes de jornais. Houve uma série de confrontos com emboscadas e invasões a povoados, onde morreram posseiros e os chamados jagunços e/ou pistoleiros.

Diante do exposto, fizemos uma análise criteriosa do processo, e observamos que os documentos construídos pela Igreja não apresentam muitos dados dos assassinatos dos jagunços e/ou pistoleiros, eles dão ênfase aos assassinatos dos posseiros. Analisamos as fontes buscando compreender as intenções por trás das notícias ocultadas. As fontes eclesiásticas retratam os posseiros como vítimas, oprimidos pelo estado e por latifundiários. Representá-los como agressores, ainda que fosse para se defender não era a intenção. Deste modo, pouco se revela sobre os pistoleiros assassinados nos conflitos, do contrário os posseiros são identificados e os possíveis mandantes e executores dos crimes são divulgados por nome e local.

Na construção das fontes orais encontramos diversos desafios, além do acesso aos locais anteriormente citado. Houve dificuldade quanto a preservação da qualidade dos áudios de algumas entrevistas. O barulho da chuva que iniciou no meio de uma entrevista afetou a sonoridade, deixando a voz do entrevistado baixa e algumas vezes inaudível. Em outras entrevistas, havia barulho de transportes na estrada, crianças brincando em seus terreiros, cacarejo de galinhas, latido de cachorros, barulho de obras, pessoas conversando etc. Mas consideramos importante entrevistar os participantes em seus espaços de vivência, por considerar que ficariam à vontade para narrarem suas experiências.

¹⁵ A exemplo Sebastiana (Sibá), Anastásia (Naná), José da Conceição (Canuto) e José Soares (Antonino). Visando conhecer o lugar de fala de cada um dos narradores aqui inseridos, incluímos uma breve biografia de todos os entrevistados (Apêndice B).

Ao manusear teorias e ferramentas que constroem registros das memórias de um grupo, neste caso memória de posseiros, a História Oral é uma metodologia significativa para a compreensão das relações sociais e da construção do espaço rural do Médio Mearim, sobretudo a partir das narrativas dos atores sociais do campo, uma vez que foram muitas vezes silenciados. Assim pudemos compreender as especificidades desta parte do território brasileiro, que traz aspectos regionais e culturais diferenciados não só do país, mas do próprio estado do Maranhão. Esta metodologia revela também aspectos traumáticos que atravessaram a (re)construção dos povoados após os conflitos de terra. Bem como, os múltiplos posicionamentos dos atores sociais do campo, que apesar de terem assumido coletivamente uma disputa em defesa das terras, outros não concordaram ou tinham medo dos enfrentamentos e foram embora, ou não se envolveram de forma mais participativa.

Diante da responsabilidade de construir a fonte oral e uma análise sobre ela, refletimos o nosso papel de pesquisadores, que nos foi concedido, diante das histórias narradas, (re)memoradas, (re)contadas e (re)elaboradas para a instituição acadêmica. Qual o papel social do historiador diante das ferramentas que lhe cabe manusear? O que é possível apreender diante do passado que não vimos? O que chega como fonte, muitas vezes escorrega por nossas mãos como água sem que tenhamos possibilidade de captar as nuances, ou ter certeza de que os fatos ocorreram da forma como nos são apresentados. Uma história pode ser narrada de muitas formas. Existe diferença entre contar uma experiência pessoal numa roda de conversa entre amigos e familiares, e contar a mesma história para pesquisadores diante de uma câmera. Certamente temos muitos desafios neste método de construção da pesquisa. No entanto, há muitas ferramentas que qualificam a veracidade deste método. A exemplo, o cruzamento das fontes orais com as fontes escritas, nos possibilitou observar o processo que impulsionou os confrontos entre os atores sociais do campo e os latifundiários, bem como o apoio da Igreja Católica e as suas intervenções por meio das entidades e acordos com estado e/ou com os próprios fazendeiros.

Ainda há muitas críticas na academia em relação a História Oral, onde pesquisadores colocam em dúvida a relevância deste método para a problematização do objeto de pesquisa. Contudo, a metodologia vem ganhando espaço desde o século XX, tendo início na Universidade de Colúmbia, em Nova York em 1947, com Allan Nevins, após a Segunda Guerra Mundial. Com o auxílio dos avanços tecnológicos ele começou a captar as experiências vividas por combatentes da guerra, familiares e vítimas (Meihsy, 1996, p.19).

Assim, consideramos que esta metodologia tenha sido central na análise dos conflitos de terra no Médio Mearim, pela relevância de construir fontes junto as comunidades rurais e pela pouca historiografia que tratem especificamente os municípios aqui investigados. A História Oral nos desafiou a aprender – com nossas experiências de campo, a fazer junto com as testemunhas a construção desta fonte e estabelecer uma relação de confiança com os participantes. A História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado (Alberti, 2008, p.155).

A experiência do campo de pesquisa, foi de fundamental importância, para conhecermos o espaço geográfico que apresentamos, importante principalmente para auxiliar no manuseio das fontes escritas. O Médio Mearim é uma região com dezenas de municípios, onde eu não conhecia a maioria dos povoados. Assim, foi importante ir a campo e experienciar o espaço e observar o cotidiano dos participantes da pesquisa. Nas narrativas é frequente o discurso sobre a preservação da “mãe palmeira”, e percorrer os povoados me permitiu visualizar esse espaço sagrado para eles. A zona rural do Médio Mearim apresenta grande extensão territorial de babaçuais e em contraste fazendas também extensas com a criação de gado. Só foi possível perceber esta característica visitando a região. Mas é válido lembrar que a realização das entrevistas, é apenas uma etapa da construção da fonte oral.

Guimarães Neto (2012), compreende a História Oral enquanto metodologia, sendo atualmente utilizada em várias partes do mundo, incluindo Brasil e outros países da América Latina. Esta é uma prática desafiante no campo da pesquisa, tanto para as questões teóricas, quanto para as metodológicas. Mas indispensável para a análise da produção e uso dos documentos no campo da História Oral.

Enaltecida ou hostilizada, a história oral, com muita frequência, é vista como uma chave para o tratamento de temas contemporâneos ou da chamada história do tempo presente e mesmo relacionada a outras temporalidades, destacando-se os textos que se referem às tradições orais. Em todo caso, desconstruindo a ideia de chave, aborda temas relativos ao presente dos pesquisadores (e daí sua articulação com várias áreas do conhecimento). Ainda assim, no mesmo passo, é acusada de falta de consciência teórica em face dos impasses entre oralidade e escritura, além de outras impropriedades apontadas, lançando-se a ideia da impossibilidade (Guimarães Neto, 2012, p.15).

A narrativa de uma história se constrói a partir de fatos comuns de um determinado grupo. Por outro lado, considera-se também a subjetividade dos narradores, por darem sentido diferenciado para a história que eles contam. Os grupos costumam (re)produzir histórias que

fazem parte das suas vivências, mas cada um experiencia e apreende os fatos de modo particular. É inegável a contribuição da História Oral para a construção da historiografia.

Outro elemento a ser observado, é a intencionalidade da fonte e a finalidade de construir uma narrativa ou um documento. Pois, a história sofre influências do lugar de fala das pessoas, que corroboram para os objetivos que se pretendem deixar ou não registrados. Assim, o uso da História Oral, como metodologia deve ser manuseada buscando observar e compreender algumas especificidades. Dentre elas, consideramos relevante os silêncios que comparecem nas narrativas. Os silêncios podem ser vivências que se quer esconder ou esquecer, ou simplesmente não são lembrados pela testemunha por ter sido para ela um evento traumático. Deste modo, precisamos estar atentos às entrelinhas nas narrativas, para que a análise da fonte seja coerente.

Para estarmos melhor armados para estas batalhas e combates, devemos insistir na necessidade da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade. Nós, os historiadores, nos vemos na premente necessidade de pedir recursos emprestados à psicologia, à antropologia, à etnologia, à sociologia, à geografia, à demografia etc, para compreender os relatos e interpretar os silêncios, os esquecimentos, as intenções, as tergiversações (Meyer, 2000, p.115).

Assim, a memória se constrói no presente, sendo atravessada pelas mudanças constituídas pelo tempo. As testemunhas podem não recordar dos detalhes, ou modificar suas impressões em decorrência dos traumas causados pelos eventos. Neste contexto, os conflitos de terra no Médio Mearim ocorreram há mais de 40 anos. Portanto, alguns entrevistados reconheceram não lembrar nomes e por vezes se confundiram com datas. Um dos entrevistados, teve dificuldade com o encadeamento dos relatos por ter sequelas de um AVC. Este fez várias pausas na fala tentando recordar nomes e datas e perguntou se queríamos saber algo específico, porque desta forma seria mais fácil para lembrar.

As emoções também foram recorrentes em alguns entrevistados. Observamos através de algumas pausas, da fisionomia do rosto, os olhos marejados de lágrimas e outros de fato não seguraram o choro em determinadas partes da narrativa. Nestes casos, nós acolhemos a manifestação dos entrevistados, silenciando e esperando que eles retomassem, caso quisessem continuar. Relembrar eventos do passado é um movimento que reverbera no tempo presente na vida da testemunha, trazendo à tona sentimentos e emoções.

Os discursos construídos pelos atores sociais do campo e por agentes pastorais, apresentaram muitos pontos em comum. Os atores sociais do campo, mesmo sendo deixados livres para iniciar por onde quisessem, começaram narrando que a terra era da comunidade, dos seus avós e pais. Se consideravam donos, porque suas famílias chegaram nas terras e elas eram

devolutas, só havia mata fechada e se declaravam posseiros, porque residiam há pelo menos 30, 40 ou 50 anos na área reclamada pelos fazendeiros. Observamos que no percurso das entrevistas eles seguiram um roteiro bastante parecido.

Todas as fontes escritas, como jornais, relatórios, fotografias etc., convergiram em vários pontos com os depoimentos. Foi fundamental a multiplicidade dessas fontes para compreender o lugar de fala dos atores sociais envolvidos.

As abordagens, os procedimentos e as operações metodológicas frequentemente indicam opções diversas, considerando a multiplicidade das interpretações. E são bem-vindas, ou deveriam ser. Do mesmo modo, a utilização de diversos tipos de fontes documentais (visuais, orais, escritas, entre outras) na construção propriamente narrativa da história propõe desafios constantes. Estes instituem paradoxos, oposições, encontros e desencontros, mas que, por isso mesmo, abrem-se uma miríade de diálogos, ligados estreitamente à histórias, com as quais lemos, discutimos e analisamos as relações entre o presente, o passado e o futuro. É nessa perspectiva que se torna pertinente explorar a produção da escrita da história na relação com as práticas de produção das fontes orais, revelando como as pesquisas e análises elaboradas carregam as marcas das experiências das quais os textos são resultados (Guimarães Neto, 2012, p.24).

Apreender o passado pela narrativa, terá sentido para o narrador, quando ele, por tal ação, apropria-se de um lugar na história, compartilha dos ideais de um grupo, sociedade ou território, na busca por tornar real a sua existência e condição humana. Isto, é um movimento do tempo presente, que se efetiva através da memória, cuja função é de tentar (re)constituir, (re)contar, (re)lembrar e (re)significar a compreensão sobre o passado. Além, de colocar em cena aqueles que foram silenciados e não puderam escrever suas histórias, apesar de tê-las documentadas em uma carta, crônica, recorte de jornal ou obra. Diferente da Igreja Católica e dos latifundiários, que se expõem publicamente, por estarem legitimados.

De acordo com Pollak (1992, p.2) a memória é subjetiva, social e poderá ser herdada. Ainda que, pessoas que pertençam a um grupo não tenham passado pelos eventos de conflitos, poderá ter sentimentos e lembranças dos acontecimentos que ouviram ser relatados muitas vezes pelos pais, avós, tios ou vizinhos, ou seja, os membros do grupo na qual pertencem.

Para Delgado (2017), as narrativas e os lugares de memória são instrumentos de preservação e transmissão de heranças identitárias e de tradições, são modos de tradução do social.

Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras os registros da memória e da consciência da memória no tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram a história da humanidade. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo (Delgado, 2017, p.62).

A estrutura geográfica e objetos também podem auxiliar na preservação dessas memórias. No Médio Mearim por exemplo, mais de 500 povoados desapareceram, sendo substituídos por fazendas, assim a região divide-se entre o gado e as palmeiras do coco babaçu. Deste modo, um ponto comum nas entrevistas foi o fato de todos relembrares, incluindo os agentes pastorais, que os espaços ocupados pela pecuária antes eram povoados.

Apesar do esforço para preservar uma memória, os integrantes de um grupo não se apropriam dela da mesma forma. Durante as entrevistas muitos participantes relataram a falta de interesse dos jovens pela história dos seus povoados. Atualmente, os filhos dos posseiros, têm mais acesso a outros lugares e meios de comunicação, impulsionando a saída deles dos povoados em busca de estudo e trabalho em ramos que não envolvem agricultura. Sibá (Entrevista, 2022), quebradeira de coco do povoado Ludovico, caracterizou o ato de sair da terra como um desrespeito à sua história, uma desvalorização da luta, uma vez que há muita terra para produzir, mas não há interesse. Pois muitos constroem suas vidas fora, não retornando para os povoados de origem.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 2008, p.34).

Para o autor, construir narrativas não é o bastante para que nossa memória se auxilie com as de outras pessoas. É preciso que haja pontos de contato entre essas histórias para que as lembranças tenham um fundamento comum.

A multiplicidade de fontes utilizadas nesta pesquisa, nos viabiliza um leque de interpretações acerca do objeto, possibilitando uma ampla problematização do tema conflitos de terra no Médio Mearim. O acervo documental construído por diversas instituições nos permitiu fazer muitas perguntas, observando suas intencionalidades, fraturas e potencialidades através dos vestígios produzidos por aqueles que experienciaram os eventos, seja pelos escritos deixados ou pelos depoimentos transformados em fontes históricas. O acesso a variadas tipologias de fontes nos permitiu o cruzamento dos documentos construídos nas décadas de 1970-1990, com os testemunhos de atores sociais do campo e dos agentes pastorais. Sobre o cruzamento de fontes documentais e entrevistas/testemunho, Guimarães Neto destaca:

O entrecruzamento com outras coleções documentais exige também diálogos com diversas produções teóricas e metodológicas que lidam com fotografias e outras fontes visuais; jornais, revistas e impressos diversos; documentos oficiais; e tantos outros

registros que os historiadores trazem para seu campo de análise. Entrecruzamentos cruciais que instituem configurações diversas e alteram as percepções dos pesquisadores. Essa operação permite refletir e interpretar não apenas as entrevistas/testemunhos e as implicações da memória individual e social, mas também as práticas discursivas no espaço social, especialmente a posição do entrevistador e a do entrevistado em relação aos grupos sociais envolvidos (Guimarães Neto, 2012, p.29).

Nas fontes eclesásticas, identificamos registros de conflitos de terras na região do Médio Mearim, datadas do final da década de 1970. Os relatórios mencionam os primeiros conflitos em 1979, desta forma, nossa primeira hipótese, consistiu em investigar a possibilidade desses conflitos terem iniciado décadas antes da apresentada nestes relatórios. Uma vez que outras fontes escritas mencionam famílias expropriadas entre as décadas de 1950 a 1960, antecedendo ao período dos conflitos registrados pela província.

Quanto a intervenção da Igreja Católica junto às comunidades rurais, observamos ações diretas, principalmente nos períodos de mais tensões, onde o bispo de Bacabal D. Fr. Pascásio Rettler e os clérigos da Província Franciscana buscaram dialogar com autoridades políticas, policiais e latifundiários. Em outros momentos, as ações foram de mediação, apoiando movimentos sindicais e oferecendo assistência jurídica às famílias ameaçadas de expropriação.

Neste contexto, nossa segunda hipótese versa sobre as intenções e posicionamento da Igreja em relação aos conflitos de terra no Médio Mearim, sobretudo o apoio aos posseiros e envolvimento nos conflitos de terra. Neste sentido, é necessário observar as pautas políticas e religiosas desta instituição para identificar a sua postura diante do novo cenário mundial, a exemplo: o processo de globalização e modernização.

Diante do exposto, consideramos importante discutir a reconfiguração da estrutura da instituição Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II em 1962 e posteriormente das Conferências Latino-Americana de Medellín (1968) e Puebla (1979). A partir das discussões que surgem nesses encontros entre clérigos e religiosos, que inicia uma abertura para as questões sociais, sobretudo em favor das populações marginalizadas. Esta abertura interna, inclinada a pensar o mundo sob a perspectiva política e social, e não apenas pelo eixo da fé, do sagrado e do espiritual, foi significativa para impulsionar o envolvimento desta instituição no apoio aos movimentos sociais. É inegável que a instituição Igreja Católica esteve muitas vezes no lugar de protagonismo no combate às desigualdades sociais. Mas ela também sofreu rupturas neste contexto de mudanças, onde constituiu-se uma ala inclinada ao conservadorismo e outra progressista que buscava por mudanças na instituição religiosa e na sociedade.

Observamos clérigos abertos a participação do leigo no Médio Mearim, a formação de lideranças foi um dos carros chefes na luta pela terra. As ações pastorais foram implantadas e

acompanhadas pelos clérigos franciscanos. Assim estruturaram as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's para a formação política dos leigos, o que a Igreja nomeou de “conscientização” dos fiéis para as questões sociais, políticas e econômicas. Nosso olhar sobre a História da Igreja, foi fundamental para entender os pontos de convergências e divergências ao se posicionarem sobre as conjunturas políticas do Brasil. Ao mesmo tempo que as ações cunhavam uma visibilidade e valorização dos grupos marginalizados, a Igreja equilibrava-se numa nova camada social que exigia dela ações diferenciadas.

Para uma melhor análise do envolvimento dos religiosos, incluímos Roberto Romano (1979), que tece duras críticas acerca da romantização de muitos autores em relação a postura da Igreja Católica nos movimentos sociais. Para ele, as atividades públicas desta instituição no Brasil passam despercebidas pela real compreensão de sua especificidade. Observando apenas as formações sociais, estruturas econômicas e organizações políticas, ignorando os sistemas de representações e suas realidades simbólicas. O autor convoca os pesquisadores para uma análise crítica, observando a estrutura desta instituição milenar, considerando o discurso teológico-político muitas vezes negligenciado, não comparecendo em muitas análises a questão da dominação religiosa, bem como os demais poderes da sociedade civil e do próprio Estado.

Em outras palavras, o discurso teológico é posto em segundo plano em face da análise política conjuntural, o que leva a uma identificação de personagens eclesiais dentro do jogo político sem tematizar, ao mesmo tempo, seus motivos e seu modo específico de exprimi-los. Neste sentido, não basta, por exemplo, indicar a correlação, na última década, entre a crise nacional brasileira e a crise interna da Igreja. Não basta descrever as oscilações ideológicas e políticas do episcopado, para explicar a gênese das frações convergentes ou opostas dentro de organismos oficiais, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Romano, 1979, p.19-20).

Romano está preocupado em discutir o modo como as diversas posições da Igreja Católica se conjugam com elementos da cultura contemporânea. Deste modo, é importante não perder de vista as tradições desta instituição. Para ele, “Não se pode esquecer o peso desta história, em cujo transcurso se determinaram as representações ideais que fundamentam a legitimidade postulada para as instituições civis, para o Estado e para a própria Igreja” (Romano, 1979, p.20). É a partir desse olhar crítico proposto por Romano, que se torna interessante observar o posicionamento e a aproximação da Igreja Católica nos conflitos de terra no Médio Mearim, nas décadas de 1970 a 1990, como forma de compreender os interesses e estratégias formuladas pelos membros do clero em conjunto com a população da região.

A exemplo do engajamento da diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, observamos a proposta de formação política e religiosa das comunidades rurais, que se efetivou pela organização e orientação às lideranças nos povoados que

experienciaram os conflitos de terras no Médio Mearim. Assim, religiosos(as) e padres estrangeiros, viabilizaram uma formação política com base cristã católica, sendo-lhes transmitidos valores teológicos, construindo o ideal de “povo de Deus” que precisava ser libertado da escravidão.

Sobre isso, as fontes sinalizam diversas ações da Igreja, sobretudo quando começaram as ocorrências de expropriação e assassinato de posseiros. D. Fr. Pascásio Rettler e os clérigos, missionários alemães da Província Franciscana se posicionaram contra o Estado e os latifundiários em apoio às famílias afetadas. Os clérigos defendiam o direito à terra, para aqueles que nela trabalhavam e estavam sendo expulsos em massa, ocasionando o desaparecimento dos povoados. Os clérigos perceberam que grande parte da região pertencente a área pastoral da diocese de Bacabal estava sendo afetada por estas desapropriações, assim novas medidas no eixo missionário desses clérigos entraram em pauta, o da luta pela terra.

Construímos esta tese também analisando bibliografias sobre o contexto histórico e político do Brasil no período que nos propomos a investigar, e sobre o Médio Mearim de forma específica. Apesar dos esforços de historiadores, sociólogos, geógrafos e outros pesquisadores de estudar esta parte específica do território maranhense, ainda são poucos os pesquisadores que conseguem pesquisar a partir de fontes eclesiásticas. Dada a dificuldade de acessar essas fontes, assunto discutido anteriormente.

No que tange as categorias que atravessam esta pesquisa estão os posseiros, dentre eles as quebradeiras de coco babaçu. Conforme Motta e Zarth (2008), dentre os atores sociais que representam o campo no Brasil estão: os proprietários e posseiros de terras públicas e privadas; extrativistas que usufruem dos recursos naturais, a exemplo os povos das florestas; os agroextrativistas; os ribeirinhos, os pescadores artesanais e catadores de caranguejo que compõe a atividade agrícola; os castanheiros; as quebradeiras de coco babaçu; os açazeiros; os arrendatários não capitalistas, foreiros, parceiros e aqueles que usufruem da terra por cessão; quilombolas; indígenas; os serranos; caboclos; colonos; os povos das fronteiras no Sul do Brasil; agricultores familiares mais especializados e os poliprodutores dos assentamentos de reforma agrária.

O campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define **como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais** (Motta e Zarth, 2008, p.11, grifo nosso).

Os autores criticam o modo como alguns discursos retratam o camponês, o que eles nominam de “produção da amnésia social”, pautada numa ótica unidimensional. Esta postura, minimiza as lutas dos camponeses brasileiros, suas estratégias de enfretamentos, tais como os movimentos sociais. De fato, a multiplicidade das relações que se constroem na luta pela terra nas várias regiões do território brasileiro, são muito complexas.

Sobre a definição de posseiro, Luna (1984) diz ser o lavrador que trabalha na terra sem possuir título legal, também não possui documento registrado em cartório que o defina enquanto proprietário. Nos Censos oficiais, é classificado como ocupante da terra, já o Estatuto da Terra o classifica como posseiro. A autora enfatiza que ele não deve ser confundido com outras categorias, como exemplo a do agregado¹⁶.

Constatamos através das fontes escritas e orais que no Médio Mearim até o início dos conflitos não havia o interesse dos posseiros de documentar as terras em que viviam e trabalhavam. Isto não era uma questão para eles. Antes do aparecimento das terras com donos eles não se autodenominavam posseiros, se reconheciam apenas como lavradores e demarcar as terras com cerca ou títulos de posse não fazia parte das preocupações cotidianas. A busca por registrar as terras é uma preocupação que surge com a publicação do Diário Oficial de Justiça do Estado do Maranhão em 1977, sobre a Ação Discriminatória. Onde o estado convocou todos que se considerassem proprietários, para comparecerem com um advogado no cartório de Bacabal para habilitar a terra. Este evento foi descoberto e divulgado aos posseiros pelos clérigos, cujo bispo de Bacabal, D. Fr. Pascásio Rettler escreveu uma carta para as sedes de cada município explicando e pedindo aos párocos¹⁷ que informassem aos posseiros. O bispo exigiu urgência, pois o prazo era de 60 dias para se apresentarem, do contrário perderiam os direitos de posse sobre a terra.

Congost (2007, p.25) critica o conceito de propriedade difundida pelas diversas sociedades, pautada no Estado Moderno e Liberal. A autora é enfática, ao declarar que a condição legal não é o critério mais relevante da discussão, muito menos as condições nominais de propriedade. Para além disso, é fundamental compreender o cotidiano, as formas de acesso aos recursos, e as práticas de distribuição social da renda, que podem incorporar diferentes

¹⁶ O agregado mora na propriedade de um fazendeiro, faz acordo com ele para plantar roça, mas precisa prestar serviço ao proprietário, como trabalhador ou como capanga. Outra categoria é o arrendatário ou o parceiro, neste caso, os trabalhadores rurais pagam a renda em dinheiro ou espécie aos proprietários, em troca de áreas para suas lavouras.

¹⁷ Padre administrador de uma paróquia.

modos de usufruir dos chamados direitos de propriedade, e os meios de uso dela, constituindo multiplicidade na forma de ser proprietário. Neste sentido, sinaliza a autora, o foco não é a propriedade como ideia e sim a ideia de propriedade como obra em construção contínua.

Mussumessi (1988, p.46) defende que o direito de propriedade reivindicado judicialmente pelo camponês, é o mesmo direito requerido pelo capitalista para expropriar este camponês. Ambos têm interesse na terra e reclamam o direito. O posseiro, muitas vezes pela justificativa das benfeitorias, respaldado por leis que o Brasil estabeleceu sobre as terras ao longo da História; e o latifundiário pela justificativa do título de compra, sejam quais forem os meios que ele tenha utilizado para tais aquisições. A autora chama a atenção para as contradições desse direito e as interpretações que se constroem sobre a terra camponesa e a terra capitalista. A primeira, integrada como terra de trabalho, e a segunda, terra de negócio.

Assim, para Mussumessi (1988) a forma como o camponês lida com a terra, tem características específicas. Eles ocupavam as terras livres, mas não havia interesse em estabelecer título de propriedade privada com a terra que produzia, pois a cada ano este local mudava e uma nova área de mata era derrubada. Deste modo, este trabalhador rural era dono apenas da sua roça, da sua área de cultivo até colher todos os produtos, como arroz, mandioca, feijão, milho etc. Assim, no ano seguinte, uma nova área para cultivo era derrubada e recomeçava o ciclo da produção.

As terras *libertas*, devolutas, da fronteira, não submetidas ainda às regras jurídicas e econômicas dominantes, proporcionariam ao pequeno produtor uma oportunidade especial de colocar em prática, sem constrangimentos externos, o ideal da *terra de trabalho*, distintivo do campesinato e representativo da sua lógica peculiar. Por seu turno, os conflitos derivados da entrada em cena de novos agentes sociais (grileiros, grandes pecuaristas, empresários rurais, agências estatais etc.) – portadores da concepção dominante de propriedade – constituíam uma expressão particularmente aguda e crua do embate mais amplo entre a *terra de trabalho* e a *terra de negócio*, entre a lógica do consumo e a do mercado, entre o campesinato e o Capital (Mussumessi, 1988, p.30, grifos da autora).

Mussumessi (1988) percebeu em sua pesquisa sobre “O processo de colonização dos Vales Úmidos do Maranhão”, os variados elementos que constitui uma disputa pelo direito de propriedade. Em alguns momentos ela assume a perspectiva dualista, evidenciando a existência do camponês-posseiro de um lado, e do outro o latifúndio. O primeiro, enfrenta e resiste aos mecanismos de expropriação para permanecer nas terras, já o segundo, objetiva transformar a terra em pequenos e grandes rendimentos, usando mecanismos para expulsar os posseiros.

É indispensável que na História Agrária do Maranhão, compareçam neste cenário de disputa: Igreja Católica, Estado, polícia, sindicatos e outras entidades. De fato, ao longo da tese de Mussumessi estes grupos são analisados, fazendo-nos perceber uma teia de relações que

fazem parte das tomadas de decisões e resistências nos conflitos de terra. Assim, pensar a partir de uma dinâmica dualista, camponês-possessor versus proprietário capitalista, poderá nos direcionar para pontos específicos e desconsiderar outros elementos que fazem parte do processo.

O modelo dualista sem dúvida ressalta alguns aspectos importantes da dinâmica e dos conflitos sociais característicos das regiões de fronteira. E, até certo ponto, é fiel as ideias e concepções recorrentes no discurso dos pequenos produtores, ou seja, traduz, com efeito, uma determinada percepção, ou um determinado modo de expressão que os próprios agentes sociais (os camponeses-possessores, no caso) têm da realidade por eles vivida. Não se pode negar, ademais, que a disputa pela terra entre pequenos e grandes, pobres e ricos, possesores e grileiros, com frequência assume formas extremamente violentas e polarizadas, sugerindo um confronto não só de duas classes ou grupos sociais, como de dois mundos norteados por “lógicas”, éticas e valores radicalmente opostos. Nestes aspectos, deve-se reconhecer que a visão dualista tem seu lugar e sua importância no âmbito dos debates sobre o problema agrário na Amazônia ou em outras partes do país, e que as questões que ela traz à luz são relevantes, em certa medida, para se entender o processo de expansão capitalista no campo brasileiro, particularmente nas regiões de ocupação recente (Mussumessi, 1988, p.40).

Ao defender a ideia dualista, Mussumessi, é ciente que algumas realidades sejam ocultadas, ou fiquem em segundo plano, ela não inviabiliza a importância desses elementos. Assumir o que ela chama de modelo genérico de análise, é responsável pela construção de confrontos radicais e os legitimam como objeto exclusivo, selecionando apenas vieses que (re)afirmam as visões teóricas das “grandes questões”. Ainda que, estas visões subestime outros fatores, as vezes mais decisivos. Assim, a autora defende a problematização da multiplicidade dos atores sociais envolvidos, mas considera importante demarcar também alguns grupos específicos para a compreensão da historiografia.

Quanto ao latifúndio, categoria importante para esta tese, nos anos 1950 com intensas discussões sobre o desenvolvimento e a industrialização, o termo latifúndio se consolidou para se referir a monopólio de terras, atraso tecnológico e relações de trabalho marcadas pela exploração. Em 1964, período da ditadura militar o termo latifúndio passou a ter uma definição legal, através do Estatuto da Terra Lei nº 4.504 de 30/11/64 que instituiu os parâmetros da reforma agrária no Brasil. Assim o latifúndio ficou classificado em “latifúndio por exploração” e “latifúndio por extensão”. O latifúndio por exploração são áreas de imóveis com 1 a 600 módulos, que são mantidos inexplorados nos aspectos físicos, econômicos e sociais, com fins especulativos ou explorados de forma inadequada. Os “latifúndios por extensão” são áreas superiores a 600 módulos, independentemente do tipo de produção que nela se desenvolve (Medeiros, 2012, p.449).

De acordo com Mussumessi (1987) é necessário observar para além das “lógicas”, numa via de perceber as manobras e alianças políticas, que permitem a transgressão de grileiros e latifundiários em relação a lei, nos aspectos que ela se mostra favorável ao posseiro. Neste contexto, ela denuncia os meios desiguais no processo de luta, uma vez que, proprietários e grileiros dispõem de mais recursos, sobretudo econômico, favoráveis à manipulação do sistema jurídico que garantem o direito à terra.

Ao se estipular simplificada e esquematicamente uma oposição entre o “direito camponês”, e o “código dominante”, acaba se tratando a grilagem, as regras jurídicas formais e a “propriedade capitalista” como uma coisa só, e transfigurando o confronto do posseiro com o grileiro, sem maiores mediações, num choque entre o “campesinato” e o “capital”. No que se elide o fato básico de que os atos de grilagem, tão comuns sobretudo nas áreas de fronteira, são ilegais do ponto de vista do próprio sistema jurídico e existente na sociedade capitalista brasileira, com todas as ambiguidades e contradições que esse sistema pode conter (Mussumessi, 1988, p.46).

A grilagem era uma forma muito comum de adquirir títulos de terras no Maranhão. A abertura do governo do Maranhão para os grandes empreendimentos agropecuários, facilitou a concentração fundiária para as grandes empresas vindas de fora do estado. No entanto, nós identificamos várias formas de grilagem no Médio Mearim, até mesmo entre os trabalhadores rurais. A grilagem, de acordo com Asselin (2009, p.43) é o ato de falsificar títulos de propriedade e registros de compra e venda de terras. Isto é feito geralmente com a conivência de pessoas vinculadas a cartórios ou órgãos do governo.

Almeida, A. W. (1982) identificou 4 categorias de grilagem no Maranhão ao fazer um levantamento de conflitos de terra e mobilizações camponesas no estado, tomando como referência a imprensa entre janeiro de 1981 a janeiro de 1982. Nesta pesquisa ele apresenta: 1) A grilagem em terras devolutas para especulação; 2) A grilagem em terras devolutas para exploração; 3) A grilagem em terras tituladas e 4) A grilagem em terras de herança sem partilha.

Na primeira, a “grilagem em terras devolutas para especulação”: a terra é tomada como reserva de valor. Os grileiros se utilizam sobretudo da força para expulsar de imediato os trabalhadores rurais que cultivam a terra. Neste contexto, os posseiros são proibidos de quebrar coco babaçu. Em sequência, já que ficam sem acesso ao coco, não podem extrair a amêndoa e fazer o carvão da casca. Desta forma, é proibido o acesso total da palmeira do babaçu para a retirada da palha, cipó, talo e madeira. Ficam também, sem acesso as suas roças e reutilização de capoeiras. Para tal ação, os grileiros contam com a força dos chamados jagunços ou capangas que enfrentam os posseiros e vigiam as áreas griladas. O objetivo dessa categoria de grileiro é a limpeza da área para que possam comercializá-las.

Já a segunda categoria, a “grilagem em terras devolutas para exploração”, tem por objetivo a exploração da atividade madeireira, pecuária e agrícola. Diferente do primeiro, este não tende a expulsar de imediato os posseiros. Os grileiros, categoricamente expropriam a terra explorando a mão de obra dos trabalhadores rurais ali existentes. Forjando um cenário de negociação os grileiros passam a cobrar rendas, uma forma indevida de apropriação da pequena produção dos posseiros. Mais uma vez, o pistoleiro é convocado para efetivar a cobrança da renda. A quantidade de arroz acordada entre as partes, deve ser devidamente ensacada pelo posseiro e entregue ao suposto proprietário. Terminada a colheita o posseiro é obrigado a semear capim na área do seu roçado.

Os grileiros se valiam do trabalho “gratuito” dos posseiros para levar adiante o empreendimento da criação de gado. Os posseiros ao fazerem roças, limpavam as áreas que eles precisavam para a agricultura, assim o grileiro já não precisava pagar para roçar as áreas necessárias para o capim, sendo este trabalho de semear o capim feito pelo posseiro ao final da colheita de suas roças.

Almeida, A. W. (1982) destaca que no caso do Maranhão, os grileiros negociavam o arroz com usineiros, comerciantes que beneficiavam o arroz e o introduziam no mercado regional e nacional. Esta foi uma forma de expulsão muito utilizada na região do Médio Mearim nas décadas de 1970 e 1980. Esta é uma estratégia de expulsão adiada, dada a promessa dos fazendeiros que as famílias não seriam expulsas, mas ao passar de dois ou três anos não sobravam mais áreas para as roças, ficando o espaço coberto de pastagem para o gado.

Na terceira categoria, está a “grilagem em terras tituladas”: neste caso, ocorriam as fraudes cartoriais em áreas tituladas. A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão - PGE/MA, propôs à Corregedoria de Justiça o cancelamento de títulos e registros imobiliários em 1981, denunciando a grilagem. Foram identificados pelo órgão competente alterações em relação à medida e localização geográfica dos imóveis.

O corte da terra, como dizem os lavradores, executado pelos grupos econômicos interessados na área, é feito com inúmeros pistoleiros, que vão ameaçando os que no traçado ilegal das cercas permanecem nas terras supostamente pertencentes aos grileiros. Invariavelmente ocorrem tiroteios envolvendo os gerentes de fazenda, os peões encarregados dos “piques”, os pistoleiros e os lavradores expropriados (Almeida, A. W., 1982, p.11).

Na quarta categoria, está a “grilagem em terras de herança sem partilha”: estas se caracterizam pela disputa de herdeiros. Um deles toma posse do título de propriedade e expulsa os demais parentes das terras. De acordo com Almeida, A. W. (1982), muitas vezes estes se aliam a especuladores que orientam a adulteração dos documentos e após feita a expropriação

dos familiares, vende as terras. O autor identificou situações tais como estas na Baixada Ocidental e região Sul do Maranhão.

Dr. Sandes Macedo¹⁸ advogado da diocese e da Província Franciscana, que defendeu a causa dos posseiros assistidos pela Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR/MA, do Médio Mearim, escreveu um relatório em 1979 aos posseiros, explicando alguns conceitos que envolviam a luta pela terra. Em primeiro lugar, ele justifica o direcionamento do documento, pelas insistentes notícias que acompanhava, publicadas nos jornais da capital do estado do Maranhão. As matérias informavam que grileiros estavam agindo com violência contra as famílias, na tentativa de expulsá-las das terras, por este motivo, decidiu orientá-los sobre seus direitos.

Dr. Sandes Macedo, respaldado pelo Estatuto da Terra, Lei 4.504/64 explica no relatório o conceito de propriedade, posse e usucapião¹⁹. Em relação a propriedade ele diz que está baseado em um documento verdadeiro, legítimo, como a escritura de compra e venda, formal de partilha etc. São terras particulares, onde os nomes constam os títulos de propriedade.

Em relação a ocupação, significa residir em terras devolutas da União, Estado e Município. Quando alguém declara ser legítimo proprietário de uma área de terra, pode reivindicá-la quando injustamente ela estiver nas mãos de outrem. Porém, a lei declara que se alguém estiver na posse de uma área por 10, 15 ou 20 anos, por si ou por seu antecessor, este passa a ser proprietário dela. Neste caso declara-se o direito da usucapião, “Recordemos que posse só tem lugar em terras particulares. Recordemos, também, que a Ocupação jamais pode se converter em propriedade, pela usucapião, por ser essa exercida em terras públicas, que não podem ser usucapidas” (Relatório, Macedo, 1979, fl.02).

Diante do exposto, observamos que o problema da terra má distribuída que gera a concentração de grandes extensões nas mãos de poucas pessoas é um problema que não ficou no passado. O Brasil foi e ainda é afetado por conflitos de terra em várias partes do seu território, o que desperta o interesse de pesquisadores de diversas áreas, formando um acervo bibliográfico extenso sobre a História Agrária no Brasil.

Os dados publicados pela “Revista Conflitos no Campo Brasil” da Comissão Pastoral da Terra - CPT, referente ao ano 1988, apresentaram um panorama da situação no Brasil,

¹⁸ Documento do arquivo da Ação dos Cristãos no Meio Rural – ACR/MA. (Dr. Sandes Macedo. Relatório, 21 de novembro de 1979, São Luís - MA).

¹⁹ Estas leis sofrem alterações com a Constituição Federal de 1988.

chamando a atenção para o Nordeste, sendo líder em conflitos, registrando 199 casos com 27 assassinatos. Em segundo lugar, apareceu o Norte com 141 casos, com 48 assassinatos. No Centro Oeste, foram registrados 115 casos com 9 assassinatos. O Sul, registrou 88 conflitos com uma morte e o Sudeste apresentou um número menor de conflitos, 78 casos (CPT, 1989, p.10).

A obra de Victor Asselin (2009), “Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás”, nos ajudará sobre a reflexão da Lei de Terras Sarney. O autor critica o apoio financeiro do governo do Maranhão às grandes empresas destacando que o “uso e manipulação dos incentivos fiscais e das redes oficiais e particulares de crédito rural” foram elementos cruciais para o incentivo à grilagem (Asselin, 2009, p.23).

O evento destacado por Asselin é um divisor de águas no estado, pois no final da década de 1970, começaram a cobrar os documentos das terras de todos que trabalhassem e ocupassem áreas no campo. Foi dado um prazo para que todos, incluindo os posseiros legalizassem as terras. Esta obrigatoriedade foi consequência da privatização das terras devolutas do Maranhão. O governo incentivou a compra barata de terras devolutas por grandes empresários com a Lei de Terras Nº 2.979/ 17-07-1969, também conhecida como Lei de Terras Sarney. No entanto, ao longo do trabalho discutiremos sobre as dificuldades enfrentadas pelos posseiros para documentarem as terras que ocupavam.

Outra pesquisa significativa para este trabalho é a tese de Márcia Milena Galdez (2015) “Construção do Eldorado Maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim - MA (1930-1970)”. A autora apresenta um panorama das transformações do Médio Mearim a partir do processo migratório. Dentre os migrantes estão pessoas oriundas do Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, que se dirigiram ao Médio Mearim, por diversas motivações. A partir de entrevistas com esses migrantes, a autora apreendeu as experiências e práticas culturais do cotidiano desses atores sociais, levantando a reflexão sobre a desconstrução do eldorado maranhense e dando lugar aos conflitos por terra.

Ao entrevistar os migrantes, a autora percebeu que a ideia do eldorado é um discurso da minoria, que buscou através do trabalho ou de estratégias políticas ganhar com a economia local e com os benefícios que a região apresentava. Mas para outros, enriquecer não era o foco, ir em direção ao Maranhão era estratégia de sobrevivência. Como a autora destaca, muitos migravam para escapar.

O estado do Maranhão, durante parte do período estudado, é classificado pelo IBGE, juntamente com o estado do Piauí, como uma região específica: Meio Norte em 1940, Nordeste Ocidental em 1945, sendo incorporado à região Nordeste somente a partir de 1950. Após a inserção oficial do Maranhão no Nordeste, o termo migrante ou imigrante nordestino continua sendo largamente utilizado na documentação oficial, na imprensa e nas narrativas orais de migrantes e descendentes (Ferreira, M., 2015, p.21).

As experiências relatadas na tese de Ferreira, M., contribui sobremaneira para nosso objeto de pesquisa, no sentido que nos leva a compreender as relações que configuraram o Médio Mearim. Nos documentos e depoimentos na qual tivemos acesso, comparece bastante a memória da migração, onde esse discurso da seca é frequente, no entanto a autora desconstrói a ideia que os migrantes fugiram apenas da seca ou estavam em busca do eldorado e apresenta diversas motivações para o “rumar ao Maranhão”.

A dissertação de Lima Neto (2007), analisa os modos de organização dos posseiros. Suas reflexões tem como ponto de partida, as associações organizadas por estes atores sociais no município de Lago do Junco, em especial as delegacias sindicais e a Associação em Área de Assentamento do Maranhão - ASSEMA. O autor discute o engajamento de clérigos que resultou na organização dos posseiros, levando-os a resistirem ao processo de expropriação, o que desencadeou de fato os conflitos. Os impactos deste engajamento foram bastante pontuados nas narrativas dos atores sociais do campo.

Esta tese é composta por 5 capítulos incluindo a introdução, onde fizemos a análise do objeto iniciando o capítulo II pela configuração do espaço do Médio Mearim, até as relações e estratégias de enfrentamento que se constituíram ao longo dos conflitos de terra nas décadas de 1970 a 1990.

No capítulo II intitulado “A questão agrária no Brasil: impactos para o rural maranhense nas décadas de 1970 a 1990”, discutimos a questão agrária no Brasil e Maranhão especificamente, contextualizando desde a década de 1930, mas com ênfase no período de 1970-1990, objeto desta tese. Consideramos importante configurar o Médio Mearim em sua versão geográfica, social e econômica a partir da migração que tem suas bases mais fortalecidas nas décadas de 1930 e 1950. Assim, buscamos problematizar as relações que se estabeleceram e as condições de entrada dos migrantes no Maranhão. Deste modo, fizemos uma análise macro e micro do estado, nos seus aspectos políticos, econômicos e sociais a partir da década de 1930 a 1970 para identificar as especificidades do Médio Mearim.

Analizamos os projetos de colonização e expansão do Maranhão em nível federal e estadual. Assim, foi possível identificar o movimento de chegada e de passagem dos atores sociais, que de um lado demarcou o período da agricultura familiar e do extrativismo, e do outro

a expansão da agropecuária no estado. Sobre a questão fundiária discutimos as especificidades do Estatuto da Terra, promulgada em 1964, primeiro ano da Ditadura Militar. Esta Lei foi a resposta do governo às pressões da população rural, criada com a promessa de solucionar as questões do campo no país. Discutimos também a Lei de Terras nº.2.979/69, conhecida como Lei de Terras Sarney, implementada com o discurso de desenvolvimento do estado, um divisor de águas para mudanças no campo maranhense em relação à dinâmica de posse e propriedade de terras devolutas, tendo como consequência, a curto prazo, conflitos por terra entre posseiros e fazendeiros.

No capítulo III intitulado “A Igreja Católica na segunda metade do século XX e os movimentos pastorais e sindicais no Maranhão”, discutimos as (re)configurações filosóficas e teológicas da Igreja Católica que impulsionaram a abertura para que os leigos tivessem maior participação nas pastorais. O evento central que desencadeou as novas posturas de clérigos e religiosos(as) foi o Concílio Vaticano II que ocorreu entre 1962 e 1965. Discutimos ainda as conferências de Puebla e Medellín que trouxeram novas posturas no campo pastoral e político para a Igreja Católica da América Latina, sobretudo o Brasil. Entender esta conjuntura histórica da Igreja foi importante para compreender a sua forma de atuação junto as comunidades rurais do Médio Mearim. Trouxemos como pauta, a organização das CEB’s e outros movimentos dentro da Igreja Católica, importantes na atuação da diocese de Bacabal que resultaram na formação de lideranças nos diversos povoados que pertenciam à diocese.

No capítulo IV intitulado “Diocese de Bacabal e Província Franciscana: engajamento social no Médio Mearim – 1970/1990”, discutiremos a atuação da diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção nos conflitos de terra no Médio Mearim. Neste contexto, alguns mecanismos de apoio aos posseiros foram elaborados pela Igreja, com o objetivo de garantir a permanência das famílias nos povoados. A diocese de Bacabal e os franciscanos cobraram do estado ações emergentes em prol dos posseiros, para isto criaram a Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV e estruturaram a Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR, duas entidades que foram centrais na luta pela terra no Médio Mearim. Identificamos assim, em que momento a Igreja entrou nas comunidades rurais e as motivações que a levou a engajar-se nos aspectos sociais emergentes que compareceram.

O capítulo V intitulado “Luta pela terra: engajamento dos atores sociais do campo no Médio Mearim”, analisamos os conflitos de terra nos municípios a partir das fontes escritas e orais. Investigamos como se configuraram as políticas e estratégias de enfrentamento dos posseiros neste processo. Neste capítulo foi possível problematizar os conflitos de terra

sobretudo a partir das perspectivas dos atores sociais do campo, através das narrativas orais. Além de fazer o cruzamento com as fontes orais e escritas dos agentes pastorais engajados e da imprensa, através dos recortes de jornais. Neste capítulo abordamos os conflitos de terra nos municípios de Bacabal, Lago do Junco, Lago da Pedra, Paulo Ramos e Pio XII especificamente.

FOTO 2²⁰ - QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU²¹



²⁰ Foto produzida por Fr. Adolfo Temme. A fotografia é da década de 1980. Arquivos pessoais de Fr. Adolfo Temme, cedida em 2019. Não foi possível identificar em qual povoado do Médio Mearim a fotografia foi produzida.

²¹ Atividade extrativista exercida por mulheres, homens e crianças no Médio Mearim. No entanto era a principal atividade das mulheres. Enquanto os homens em sua maioria faziam o trabalho de roça, as mulheres juntavam o coco para quebrar. O coco não é derrubado, eles esperam cair naturalmente, o que ocorre o ano inteiro devido a grande quantidade de palmeiras, depois são recolhidos para serem quebrados em casa ou embaixo dos babaçuais. Atualmente, em alguns contextos, esta categoria é identificada como trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas (Andrade, 2009, p.224).

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: IMPACTOS PARA O RURAL MARANHENSE NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990

A questão agrária é um problema histórico enraizado nas relações sociais do espaço rural brasileiro. A terra concentrada nas mãos de um pequeno grupo é uma característica marcante da estrutura fundiária do país. Tendo como consequência as desigualdades sociais e econômicas que construíram novas relações no campo ao longo da história. Na segunda metade do século XX, ocorreu uma série de discussões sobre os problemas causados pela má distribuição de terras, demandando ações governamentais e reivindicações dos movimentos populares. Trataremos neste capítulo as principais discussões acerca dos problemas enfrentados pelas populações do campo, bem como as propostas governamentais acerca da reforma agrária no período do regime militar e no processo de redemocratização do Brasil.

2.1 TENSÕES NA POLÍTICA BRASILEIRA E A QUESTÃO AGRÁRIA

Iniciemos este debate sobre a questão agrária no país, trazendo o conceito apresentado por Stedile (2012) no “Dicionário da Educação do Campo” sobre esta temática. O autor conceitua a questão agrária como área do conhecimento responsável por estudar os problemas sociais relacionados ao uso, posse e à propriedade de terras. No Brasil este tema é muitas vezes associado aos problemas agrários e conflitos no campo, mas é necessário observar o processo histórico do país para entender as especificidades e as formas de atuação da política brasileira e sociedade civil em relação a esta pauta.

A origem da expressão vem dos primeiros estudiosos que, a partir do século XVIII e até o século XX, analisaram o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ficando conhecidos como “pensadores clássicos”. Ao investigarem o comportamento do capital na organização da produção agrícola e em relação à propriedade da terra, esses pensadores concluíram que, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolvia, com sua lógica e leis, a propriedade da terra foi se concentrando nas mãos de menor número de proprietários capitalistas (Stedile, 2012, p.641).

Stedile atribui o problema da concentração fundiária à forma como se desenvolveu o capitalismo no Brasil. Sua dinâmica ao longo das décadas, intensificou a transformação da terra em mercado, fonte de disputa gerando conflitos em várias regiões do país. A concentração de grande quantidade de terras nas mãos de poucos, desencadeou problemas de caráter social, político e financeiro que se perpetua parecendo não ter solução, seja pelo (des)interesse dos representantes do Estado brasileiro ou pela força, influência e domínio do latifúndio. Os

governos, ao longo da história e pressionados sobretudo por sindicatos e movimentos sociais, aprovaram leis e adotaram medidas para uma possível resolução dos agravantes em relação a posse e propriedade com as políticas de reforma agrária.

Ainda que o discurso dos governos que criaram e aprovaram as leis de reforma agrária ao longo da história tenha sido em nome do combate à violência no campo, os textos finais dos decretos, a execução das leis e o impedimento dos trabalhadores rurais e extrativistas de participarem das decisões de reforma, trouxeram como consequência o agravamento dos conflitos de terra no Brasil.

As categorias mais atingidas neste campo de disputa pelo domínio de terras estão: os trabalhadores rurais, posseiros, comunidades indígenas, ribeirinhas, extrativistas e quilombolas. Os principais expropriadores são grupos empresariais e latifundiários, com grande representatividade parlamentar, assim ao longo da história podemos observar a utilização do poder público em favor de interesses políticos, fundiários e econômicos.

Esta contradição ética, que tem raízes profundas na história do país e, ao mesmo tempo, se atualiza e ganha complexidade com o passar dos anos – criando novos sujeitos, abrindo novas frentes de disputa –, forjou no país uma estrutura fundiária fortemente concentrada e promoveu a banalização do uso da violência no campo (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CEDOC, 2022, p.24).

A discussão sobre a questão da terra no Brasil emergiu na longa duração do conflito de classes, com a luta pela democratização da posse da terra, dos tempos coloniais ao atual. Os debates buscavam solucionar o monopólio das terras nas mãos dos latifundiários, com o objetivo de redistribuir terras para camponeses pobres, para que houvesse na prática uma democratização do direito e acesso à terra por aqueles que dela precisavam para trabalhar.

No segundo pós-guerra, houve um processo de industrialização no Brasil, resultado das mudanças políticas, econômicas e tecnológicas do contexto global. Nesse período, o Brasil passou por significativas mudanças econômicas e sociais, buscando reduzir sua dependência das exportações de produtos primários e desenvolver uma base industrial mais diversificada. Tais como investimentos em infraestrutura, criação de estatais e políticas de desenvolvimento nacional. O processo de industrialização provocou a saída de muitos trabalhadores do campo, para os grandes centros urbanos em busca de empregos nas indústrias, resultando num rápido processo de urbanização. Esse processo de industrialização acentuou ainda mais as disparidades econômicas entre as classes sociais. Houve um aumento da classe operária industrial, onde surgiram núcleos concentrados, sobretudo em São Paulo, expandindo novas camadas sociais,

como a da classe média. O crescimento trouxe a urgência de reformas estruturais, as chamadas reformas de base.

Alguns partidos e movimentos de esquerda atuavam expressivamente no cenário político brasileiro no início dos anos 1960. Predominava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, embora ilegal, viveu seu apogeu naquele período, quando contou com muitas adesões e suas ideias influenciaram a luta política e sindical, e até mesmo as diretrizes do próprio governo federal. As propostas do PCB, que poderiam ser chamadas de nacional-reformistas, influenciavam vários setores sociais, mesmo os que não militavam no Partido. Buscava-se realizar a “revolução burguesa” no Brasil, pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semifeudais, no campo, travando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (Ridenti, 2010, p.33).

Para o Partido Comunista Brasileiro - PCB (política de esquerda), o desenvolvimento do Brasil seria alcançado somente com a realização de seu projeto de revolução “democrático-burguesa”. Com o objetivo de consolidar a etapa prévia à revolução socialista, o PCB movimentava campanhas no campo e na cidade favorecendo reformas amplas, com a finalidade de difundir o socialismo. A reforma agrária e a sindicalização do proletariado eram as principais bandeiras do partido, sendo a primeira, o meio de libertação do campo, que denominava de “herança feudal”, vista como obstáculo para a etapa necessária da “revolução burguesa”. Para o PCB, o imperialismo e o latifúndio eram entraves para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, “que estaria fadado ao fracasso devido à aliança da burguesia nacional com os latifundiários e com as multinacionais – aliança garantida pela força das armas do regime militar” (*Ibidem*, p.48).

De acordo com Martins a reforma agrária fortaleceria o campesinato, cuja condição de classe resultaria em posições conservadoras e de direita. Para o PCB, a reforma era “uma etapa de desenvolvimento capitalista que pedia modernização das relações de produção, viabilização do trabalho assalariado e transformação dos trabalhadores rurais numa classe operária do campo” (Martins, 2000, p.104).

As Ligas Camponesas, importante movimento de luta pela reforma agrária, foram inicialmente organizadas pelo PCB após 1945, como associações civis com a finalidade de desenvolver o trabalho no campo. Este movimento foi duramente reprimido pelos latifundiários e pela polícia, sendo retomadas somente na década de 1950 por comunistas e ex-militares. As Ligas Camponesas buscavam melhorias nas condições dos trabalhadores do campo, além de lutarem pela redistribuição de terras aos trabalhadores rurais. De Salis (2008, p.40) afirma que, “para as Ligas, a reforma seria o trampolim essencial e direto rumo ao socialismo e, por isso mesmo, sua execução deveria ser imediata e massiva”.

Na década de 1950, o PCB, as Ligas Camponesas e os setores reformistas da Igreja Católica disputavam a organização dos trabalhadores rurais. A Igreja se posicionava contrária as ideias revolucionárias levantadas pelo PCB e as Ligas. De Salis acrescenta que a postura de defesa da Igreja em relação a reforma agrária era uma ação preventiva de contenção da população rural. A preocupação da Igreja Católica revela-se na carta publicada em 10 de setembro de 1950 em Minas Gerais, construída na Primeira Semana Ruralista, organizada pelos bispos e pela Ação Católica Brasileira. Esta discutia a questão agrária e alertava os fazendeiros, religiosos e professores sobre o avanço de ideais comunistas no campo. A autora chama atenção para a data de publicação da carta, que ocorreu logo depois do Manifesto do PCB de 1950, que difundia a reforma agrária radical.

O documento publicado pelos bispos, carta pastoral de D. Inocêncio Engelke, intitulado: “conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Agrária”, denunciava as condições ruins que viviam os trabalhadores rurais. A ala conservadora da Igreja considerava este um ambiente propício para difusão de ideias comunistas, assim convocavam a sociedade para se antecipar à revolução, sinalizando que outros grupos poderiam fazer isso (*Ibdem*, p.41-42). Havia uma preocupação da Igreja em relação ao êxodo rural, pois os centros urbanos alimentavam a ideia de melhores salários e condições de vida. A indústria em crescimento não daria conta do contingente populacional, assim os resultados segundo a carta dos bispos, seria um contingente marginal em processo de desenvolvimento. As consequências do êxodo rural para os proprietários rurais seria a diminuição da mão de obra nas grandes lavouras.

Diante do cenário, a Igreja propõe a “Reforma Social Agrária”, que se daria por etapas. No primeiro momento a ideia consistia na formação de lideranças, para centralizar o trabalhador no campo, sobretudo para afastá-los dos ideais revolucionários. A evangelização seria o meio de fortalecimento dos ideais cristãos, e as mudanças da condição de vida deveria ser de acordo com a política vigente. De acordo com a autora, a Igreja objetivava a conscientização através dos líderes comunitários, para que conduzissem as reivindicações dos trabalhadores. O objetivo neste sentido era a “humanização do trabalho”, através de leis de regulamentação do trabalho no campo. Sobre o segundo momento da “Reforma Social Agrária”, a carta pastoral não apresentou uma proposta precisa quanto aos seus métodos. A autora afirma que não há uma definição de aparato legal para a sua execução. Assim, uma reforma agrária sem definição, consistia apenas numa forma de manter o controle e a ordem no campo.

Para De Salis, a origem política do compromisso da Igreja com a reforma agrária representava a opção preferencial pela ordem no campo. O documento alertava os proprietários

de terra, para que tomassem as rédeas das transformações sociais e defendessem a reforma agrária dentro dos princípios cristãos que caracterizavam a propriedade privada, antes que a esquerda pudesse fazê-la nos moldes revolucionários (*Ibdem*, p.43).

Martins também corrobora com o pensamento que a Igreja estava mais preocupada com a questão social do campo, do que com a questão agrária. Para ela havia o risco político das migrações e do êxodo rural que supostamente levariam os camponeses para o comunismo, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo. Para evitar este cenário, a Igreja começou a pensar em alternativas que preservassem a unidade familiar de produção.

A reforma agrária, ainda sem qualquer definição, passava a ser um objetivo para ela, porém contido e limitado pelo temor de questionar o direito de propriedade e os direitos da classe de proprietários de terra. Era uma motivação conservadora e de direita, menos construída em cima de uma práxis social, que ainda não tinha lugar, uma espécie de antecipação preventiva, e muito mais derivada de um claro antagonismo ideológico em relação às esquerdas (Martins, 2000, p.103).

O autor afirma que D. Inocêncio reuniu os fazendeiros para produzir a carta pastoral se posicionando a favor da reforma agrária, motivado pelo ideário anticomunista, contrapondo-se às Ligas Camponesas. A Igreja mobilizou os movimentos pastorais leigos como a Juventude Católica e os Movimentos de Educação de Base, defendendo a ideia da justa distribuição da propriedade, a estabilidade da família rural e o desenvolvimento socioeconômico. A postura da Igreja Católica irá mudar no contexto da ditadura militar de 1964, pois os seus movimentos pastorais tornaram-se alvo de repressão do governo.

2.2 GOVERNO MILITAR BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO ESTATUTO DA TERRA, LEI Nº. 4.504/64

Antes do golpe militar, em março de 1964, o Brasil sofria os impactos do capitalismo no combate à inflação, mudança da política externa e a modernização da agricultura. Essas tensões impulsionaram uma maior exploração na força de trabalho, no controle dos salários, proibição das greves e repressão. Quanto à política externa, o governo de Castello Branco, buscou reforçar a aliança com os Estados Unidos da América e a modernização passava pela reforma agrária. Segundo Regina Bruno (1997, p.95), o regime militar enxergava a estrutura fundiária como um entrave à modernização e industrialização, assim optou pela reforma agrária. No entanto, o governo priorizava a formação da classe média rural, no que diz respeito a solução de conflitos e tensões sociais no campo. A autora afirma que no contexto do golpe de 1964,

ocorreu uma “contrarrevolução” preventiva ao governo nacional populista de João Goulart. O período foi também um reflexo de uma crise institucional que se tornou o centro da luta política no governo que o antecedeu, tornando-se “impraticável” a possibilidade de qualquer reforma, o que favoreceu o golpe militar.

[...] as causas imediatas do golpe foram sobretudo políticas. Elas refletiam o medo da força potencial do movimento popular pelas reformas de base; o medo de que o questionamento da propriedade da terra conduzisse ao questionamento da propriedade em geral; o medo de uma “república sindicalista” e do “comunismo” (*Ibidem*, p.96).

Houve grande mobilização da sociedade brasileira contra o comunismo, conduzida por parte da grande imprensa e de setores da elite econômica. Nesse sentido os setores conservadores das classes dominantes faziam apologia à família, propriedade e religião. Os autoritários não se diziam antidemocráticos. Ao contrário, afirmavam que estavam implantando a ordem em defesa da democracia, contra a ditadura comunista. Alguns eventos foram organizados contra o comunismo, como a Marcha da Família com Deus e pela Propriedade, em São Paulo e a comemoração do Golpe de Estado no Rio de Janeiro. Neste contexto, iniciou-se o governo de Castelo Branco em meio a repressões e esvaziamento de instituições democráticas. Aqueles que apoiavam o golpe temiam o comunismo, porém acreditavam no restabelecimento do regime constitucional.

O governo militar estava preocupado em conter a desordem das lutas sociais, que gerariam instabilidades, sobretudo percalços em relação às suas alianças com o capital internacional. A resposta do governo Castello Branco aos movimentos sociais foi a repressão aberta, extinguiu as Ligas Camponesas, interveio nos sindicatos, afastou as lideranças populares mais expressivas e as substituiu pelas moderadas. A repressão do governo consistia também na estratégia para a apropriação da bandeira de luta dos camponeses: a própria reforma agrária. No entanto, o Estatuto da Terra não contemplava a participação dos trabalhadores rurais.

É uma falácia o argumento de que a criação de um órgão tripartite (as Comissões Agrárias) previsto no Estatuto da Terra, contempla a questão da participação. A bem da verdade, a forma de distribuição das representações só aponta para um fato: os latifundiários sempre estarão representados em maioria (*Ibidem*, p.99).

O discurso reformista de Castello Branco incorporava fundamentos políticos, contudo ultrapassava os limites deste viés. A reforma agrária na verdade consistia num conjunto de medidas de uma estratégia geral. O viés político justificava-se pelo Plano de Ação do Governo - PAEG, especialmente no papel da agricultura no desenvolvimento global, bem como na

justificativa de uma necessária reorganização fundiária como condição fundamental para o desenvolvimento da agricultura.

Com o Golpe Militar em 1964, as forças políticas progressistas foram “desmanteladas”, arquivando sobretudo projetos que propunham mudanças sociais. Em virtude da intervenção e das repressões violentas direcionadas às Ligas Camponesas, a pauta da reforma agrária foi temporariamente deixada de lado, sendo retomada alguns meses após o golpe. Em outubro de 1964, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem nº33, que continha o Estatuto da Terra, lei que regulamentava a reforma agrária e a política agrícola (Graziano Neto, 1991, p.15). É válido ressaltar que o final da década de 1950 e início da década de 1960, auge da Guerra Fria, foi marcada por um contexto social de tensões no campo em quase toda a América Latina, em meio a polarização entre as potências União Soviética e Estados Unidos.

Em abril de 1964: um golpe de Estado impunha ao Brasil uma ditadura civil/militar. A classe dirigente, ao implantar um regime de exceção, não o fez tendo como única força de sustentação os militares. O novo regime e o próprio golpe resultaram de uma aliança entre militares, civis conservadores, burguesia nacional e empresas multinacionais. A tomada do poder foi realizada, portanto, em nome do capital e os militares se constituíram em gestores mais importantes do regime (Almeida, A. L., 2018, p.47-48).

Dentre as consequências dessa intervenção autoritária, estão o recuo das atividades sindicais e a perseguição à militância política. A repressão desarticulou atividades de resistência tanto na zona rural, quanto nos centros urbanos, impulsionando estratégias mais cautelosas ou clandestina, com a finalidade de sobreviver aos mecanismos de dominação presentes em fábricas e fazendas. Deste modo, em meio a censuras e torturas os trabalhadores de diversos setores buscavam afirmar-se na resistência política.

Diante desse contexto político e de tensões sociais, o Estatuto da Terra foi promulgado em 30 de novembro de 1964, Lei nº4.504, no Regime Militar de Castello Branco. Esta Lei foi redigida por um grupo de jus-agraristas e áreas afins. Faziam parte da equipe os agrônomos Carlos Lorena e José Gomes, os juristas Fernando Pereira, Messias Junqueira e Igor Tenório, além de técnicos de outras áreas. A equipe, acompanhada por Castello Branco criou um órgão para implementar a reforma agrária – o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e consolidou o Instituto Legal de Desapropriação de latifúndios pelo poder público.

O impasse histórico, a contradição entre terra e capital, que sustentava a luta remanescente pela reforma agrária, se resolveria pelo caminho inesperado e pelo antimodelo de um capitalismo rentista. Para administrar e controlar os problemas sociais e políticos que pudessem advir dessa opção, o regime militar editou o Estatuto da Terra e promoveu a reforma constitucional que tornaria aquela reforma agrária

possível. O próprio golpe de Estado selara de vez não só a modalidade de reforma agrária politicamente tolerável, mas também seu lugar limitado nas transformações históricas futuras, o que a Constituição de 1988, editada com livre e clara participação das esquerdas, e contra sua vontade, limitou mais ainda (Martins, 2000, p.106).

O Estatuto da Terra, Lei nº4.504/1964 aprovada pelo Congresso Nacional, no período do primeiro governo militar (Castello Branco), considera a reforma agrária o conjunto de medidas a fim de promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificação do regime de posse e uso, com a finalidade de atender os princípios da justiça social – bandeira do governo, e o aumento da produtividade. Os debates que se destacavam tratavam da necessidade de uma reforma agrária no Brasil como condição para modernizar a agricultura e solucionar a questão política no campo.

Os grandes proprietários de terra e suas entidades de classe reagiram contra o Estatuto da Terra, incomodados com a proposta de reforma agrária que a Lei apresentou, sentiram-se traídos pelo governo Castello Branco, uma vez que eles apoiaram e respaldaram seu governo. Segundo Regina Bruno, os usineiros do Nordeste, enxergaram o Estatuto da Terra como “desestruturação da exploração açucareira”. Para os cafeicultores a Lei era um ataque ao direito sagrado de propriedade. Neste clima de tensão, as elites rurais, apoiadas pela “linha dura militar”, descontentes com o legalismo do governo Castello Branco, ameaçaram reagir com armas para acabar com as forças reformistas.

Inúmeras foram as sugestões e substitutivos, que surgiram e se avolumaram propondo modificar a definição de reforma agrária do Estatuto da Terra. O principal argumento era de que não havia um problema agrário no país, e sim um problema rural, e que este, “não decorria primordialmente da estrutura de propriedade”. Portanto, “o que se pretende(ia) com a reforma agrária(...) não é dá ênfase à reforma fundiária”. Eles afirmavam que o Estatuto dispunha de “outros meios e de modos muito mais eficazes e rápidos para obrigar os seus proprietários a dar uso social à terra”. Urgia, sustentavam, entender que o problema da agricultura no Brasil “está intimamente ligado à falta de uma adequada política econômica, e não resulta, na maioria dos casos, do fato do trabalhador rural não ser proprietário da terra que cultiva”. E concluíram: as áreas economicamente exploráveis encontram-se ociosas, por falta de uma infraestrutura mínima, que os poderes públicos não souberam ou não quiseram dar-lhes (Arquivo Paulo de Assis Ribeiro c, 1964: 1-3 *apud* Bruno, 1997, p.131).

O preceito da justiça social, foi motivo de atrito entre governo e movimentos antirreforma. Os antirreformistas acreditavam que se a questão social fosse incluída na lei, seria uma brecha para justificar a desapropriação por interesse social. Para a autora, no período pós-golpe, a discussão da reforma agrária enveredou para o campo institucional, o que impulsionou os proprietários de terra a utilizarem a pressão e o boicote da lei. Houve muitos questionamentos sobre a reforma fundiária. Dentre os principais pontos, estava a concepção de reforma agrária; a viabilidade da pequena propriedade familiar, a noção do uso social da terra, sobre o sentido

de justo valor das alíquotas das possíveis desapropriações e o conceito de latifúndio, uma expressão que se transformou em categoria política, por causa da força do movimento camponês.

Em torno desses pontos, cada conceito, palavra e vírgula foram exaustivamente dissecados e analisados: por exemplo, discutia-se se a expressão mais correta deveria ser “direito à propriedade ou “direito de propriedade da terra”; argumentava-se que a palavra minifúndio em todas as situações de penalização e normatizações restritivas; propunha-se a inclusão da expressão “quando necessária” a todos os parágrafos que abordassem a modificação do regime de posse e uso da terra; criticava-se a demanda de uma estrutura agrária mais justa sob o argumento de que, com ela, estava subentendida a noção de injustiça; sugeria-se a substituição do termo “propriedades *comprovemente* exploradas” pelo de “propriedades *convenientemente* exploradas”; e como se não bastasse, argumentava-se que, ao invés do conceito “latifúndio”, por que não utilizar o termo “grande proprietário rural?” (Bruno, 1997, p.132, grifos da autora).

A questão fundiária estava na base de todos os argumentos e divergências. Os antirreformistas objetivavam retirar da Lei a questão da propriedade, por considerarem uma questão profundamente política e ideológica.

Ao apropriar-se da bandeira da reforma agrária, o governo Castello Branco deu-lhe uma nova feição. Em seu governo as reformas e a reforma agrária foram tratadas a partir de um compromisso social diferente. Elas se desvincularam de suas origens sociais e passaram a ser uma concessão da revolução. Neste sentido, sob o regime militar os trabalhadores rurais perderam a iniciativa política. O governo Castello Branco, ao mesmo tempo em que reprimia e intervinha, passou a controlar o que os trabalhadores deveriam discutir e reivindicar. Discutia-se a reforma agrária proposta no Estatuto da Terra, debatia-se a reconstrução do sindicalismo considerada como a única forma de organização definitiva da classe rural e determinava-se sobre a importância da extensão rural como o instrumento ideal para a mudança das mentalidades. Ou seja, houve não apenas um recuo ou uma mudança de tom na luta pela reforma agrária, mas uma mudança de conteúdo: passou-se do ataque frontal ao latifúndio à defesa do Estatuto da Terra (*Ibidem*, p.135).

O Estatuto da Terra foi uma jogada política estratégica para modernizar o campo brasileiro e não fruto das reivindicações. O governo por sua vez, não só falta com a palavra com os movimentos, como a resposta de Castello Branco foi a repressão, extinção das Ligas Camponesas, intervenção nos sindicatos, cooptação das lideranças populares, afastou as lideranças mais fortes e substituiu por lideranças moderadas. Das contradições desse cenário, o governo reprime os movimentos, e por outro lado se apropria da bandeira de luta, a reforma agrária (Luna, 1998, p.99).

O Estatuto da Terra baseava-se em duas vertentes básicas, a primeira pautada na desapropriação, e a segunda sustentada no Imposto Territorial Rural, que tinha por objetivo, obrigar os grandes proprietários a dar uma função produtiva para a terra ou dividir sua propriedade. Em entrevista concedida em 1984, o Superintendente da Reforma Agrária, Carlos

Lorena destaca: “Nós não acreditávamos de jeito nenhum que fosse fazer o menor efeito, nas zonas já habitadas no Brasil. Nunca passou pela nossa cabeça que isso fosse fazer a reforma agrária”²² (Carlos Lorena *apud* Luna, 1998, p.116). Com esta declaração, o entrevistado afirma que o Estatuto da Terra não teve o rigor a que se propunha, caso isto tivesse sido aplicado, teria sido impedida a formação de grandes latifúndios nas áreas pioneiras e nas áreas de ocupação. Os incentivos fiscais do governo serviram prioritariamente para alavancar os grandes proprietários, onde o resultado foi por atos e decretos, meios ilegais e não pela aplicação da Lei, uma grande quantidade de terras para empresários, latifundiários e multinacionais.

Segundo Regina Bruno, os trabalhadores rurais foram excluídos das discussões sobre reforma agrária, assim não houve a participação deles nas discussões e no processo de implementação da reforma agrária.

É uma falácia o argumento de que a criação de um órgão tripartite (as Comissões Agrárias), previsto no Estatuto da Terra, contempla a questão de participação. A bem da verdade, a forma de distribuição das representações só aponta para um fato: os latifundiários sempre estarão representados em maioria (Bruno, 1997, p.99).

De acordo com José de Sousa Martins (1985), em “A militarização da Questão Agrária no Brasil”, o autoritarismo dos governos militares conduziu a reforma agrária por duas vertentes. Uma voltada para a expansão da empresa capitalista, e outra para o esvaziamento político no campo. Este cenário desencadeou a multiplicação das tensões no campo e ampliou a luta pela terra, sobretudo em virtude do desenvolvimento econômico, patrocinado pelos incentivos fiscais do governo. O governo militar encaminhou a questão fundiária juntamente com os ideais de desenvolvimento econômico, um deles estava associado ao desenvolvimento da agropecuária, visionada como fortalecimento da empresa capitalista, bem como sua expansão. O governo tentou fazer um ajustamento do problema da terra com o desenvolvimento econômico e com os objetivos da segurança nacional, o que implica de forma efetiva impedir as articulações em prol da luta pela terra pela população do campo. O autor concorda que o Estatuto da Terra foi pensado para privilegiar o desenvolvimento de grandes empresas rurais. Os maiores beneficiados não foram os posseiros, camponeses e trabalhadores rurais que se

²² Entrevista com Carlos Lorena – 1984. Representante da Superintendência de Reforma Agrária - SUPRA. (Luna, 1998, p.116). Lorena, Carlos. Entrevista realizada por Regina Bruno e Abdias Villar de Carvalho. Campinas, 06 de jul. 1984.

utilizavam da terra para a subsistência. O verdadeiro destinatário, segundo Martins é o empresário, que utiliza suas atividades embasado na racionalidade capitalista.

Em contrapartida, afirma Medeiros (2019, p.114), ainda que o aparato legal da questão fundiária tenha se dado em meio aos conflitos no campo e repressão às lideranças que apoiavam os trabalhadores rurais, a simples existência da Lei e o reconhecimento legal da reforma agrária como parte dos instrumentos de regulação das formas de apropriação, foram fundamentais para criar condições de luta para exigir sua aplicação. A autora se refere ao fato dos sindicatos e entidades de apoio ao trabalhador rural terem se apropriado do Estatuto da Terra, sobretudo na década de 1980 para reclamar direitos. Se a sua falta de aplicação resultou no crescimento do latifúndio no período da sua criação, posteriormente é esta mesma lei que garantirá o direito de permanência de muitos posseiros no campo.

2.3 ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL E PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA

O Direito (tomado em sentido amplo) pode ser utilizado tanto para instrumentalizar transformações sociais, quanto para operar a manutenção de determinado ‘status quo’. A recente e ainda viva experiência demonstrou que o Direito pode ser instrumento da Reforma Agrária como também pode servir sobremaneira para inviabilizá-la (Fachin, 1985, p.05).

Fachin, procurador geral do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA em 1985, inicia seu discurso para a Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, expondo que havia um hibridismo evidente na discussão acerca da reforma agrária, proposta pelo governo da Nova República. Esta ambiguidade compareceu no lançamento da proposta no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais e no projeto definitivo do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, segundo Fachin (1985), uma verdadeira ambivalência do Direito.

O PNRA foi elaborado no contexto de abertura política no Brasil. Esta abertura consistiu num processo gradual de redemocratização que compreende a segunda metade da década de 1970 e culminou na promulgação da Constituinte de 1988. O período foi marcado por uma série de mudanças políticas e sociais, que inclui a ampliação das liberdades civis, a anistia dos presos políticos, retorno dos exilados e eleições diretas para cargos executivos.

Com o fim do “milagre brasileiro”, no período do governo de Ernesto Geisel, o cenário brasileiro era de crescente desemprego. Em meio à crise econômica global, o aumento do preço do petróleo, inflação elevada e crise da dívida externa; surgiram movimentos sociais, inclusão

da ação de movimentos pastorais, sindicatos e partidos políticos reivindicando que o Brasil retomasse a democracia.

A ditadura civil/militar, já desgastada, chegaria ao seu final em 1985, após uma longa e intensa mobilização, que reuniu os mais diversos setores da sociedade brasileira. As prisões indiscriminadas, as mortes e as torturas sistemáticas iniciadas após o AI-5 não impediram que os grupos que combatiam a ditadura civil/militar se organizassem. Os assassinatos de Alexandre Vannuchi Leme (1973), Vladimir Herzog (1975) e de Manoel Fiel Filho (1976), entre outros tantos, despertaram a sociedade para a necessidade do Estado de Direito e as manifestações começaram a ocupar as ruas. Dois exemplos demonstram essa capacidade de luta dos movimentos sociais. Um dos mais marcantes foi a campanha pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, coordenada por um comitê formado por intelectuais, artistas, jornalistas, políticos progressistas, religiosos de vários credos, sindicalistas e estudantes, no final dos anos 70 (Almeida, A. L., 2018, p.64-65).

De acordo com Almeida, A. L., o primeiro movimento nacional unificado e progressista contra a ditadura militar foi o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e o segundo movimento que mobilizou a sociedade exigindo o restabelecimento da democracia no Brasil foi as “Diretas Já”. Uma nova fase se iniciava em direção a reorganização da sociedade brasileira, apesar de todas as mazelas sociais, sobretudo no setor financeiro, o país avançava no processo de redemocratização. Após diversos debates na Assembleia Constituinte, foi promulgada a nova Constituição brasileira em 1988. O autor afirma que a Carta Magna, resultado do processo de redemocratização, acabou definitivamente com a censura e enquadrou o terrorismo, tráfico de drogas e a tortura como crimes inafiançáveis. Determinou ainda, uma carga horária semanal de 44 horas de trabalho, liberdade sindical, amplo direito de greve, melhorias na remuneração de férias, licença maternidade e licença paternidade.

Na abertura política a discussão sobre a questão agrária também desempenhou um papel importante. A pressão popular pela reforma agrária e a redistribuição de terras continuaram a ser uma demanda central dos movimentos sociais do campo e organizações criadas no período da ditadura militar. O Movimento Sem Terra - MST ganhou notoriedade, promovendo ocupações de terras como forma de reivindicar a necessidade de reformas no setor agrário.

Tancredo Neves seria o primeiro civil a ocupar a Presidência da República após 21 anos de regime militar, no entanto por ocasião de sua morte não chegou a assumir. José Sarney, vice-presidente, representante da chapa de oposição, que serviu aos governos militares se juntou a coalizão de Tancredo Neves, e acabou assumindo a presidência. Com suas vertentes políticas embasadas no governo militar “Sarney tinha cortado seus laços com o partido do regime militar tardiamente e apenas de forma muito relutante. Como presidente, nomeou muitos

membros desse mesmo partido para cargos importantes, incluindo seis oficiais militares” (Goertzel e Burton, 2016, p.83).

Após assumir a presidência da República, José Sarney reafirmou os compromissos da Aliança Democrática, dando início a uma série de medidas no eixo político e social. Em maio de 1985 o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, apresentaram a proposta para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PPNRA. O Plano final aprovado em 10 de outubro de 1985 foi rejeitado pelos trabalhadores rurais. Por outro lado, os proprietários de terra que haviam condenado a proposta elogiaram o Plano (Fachin, 1985, p.06).

A proposta de reforma agrária se definia por bases jurídicas, tendo como direcionamento o Estatuto da Terra para operacionalizar as mudanças da estrutura agrária. A função social da propriedade da terra foi tomada como ponto principal, dando abertura para que o estado sancionasse o proprietário com a desapropriação por interesse social, sendo o estado responsável por indenizar o proprietário com o valor justo da propriedade.

Dentre os apoiadores da reforma agrária, estava a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG, que defendia a aplicação do instrumento legal. Por outro lado, outros atores sociais, os chamados oposições sindicais e o recém-criado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, reivindicavam pela criação de uma nova lei que viabilizasse uma “reforma agrária ampla, geral e massiva” que estivesse sob o controle dos trabalhadores rurais.

Em que pese uma presença importante (não numérica, mas pela sua capacidade de “marcar presença” e impor suas questões ao debate) dos defensores do “Não ao Estatuto da Terra”, essa posição foi derrotada, tendo em vista a argumentação de sindicalistas alinhados com a posição política da direção a Contag. Segundo a percepção destes últimos, abrir mão do Estatuto naquele momento significaria ficar sem nenhum respaldo legal e correr os sérios riscos envolvidos na renúncia a uma legislação que ainda poderia ser a âncora de um processo reformista, como indicava o próprio teor do plano anunciado no Congresso. Esse tipo de argumento era bem característico da posição defendida pela Contag até então e expressava a importância que o sindicalismo rural atribuía à luta dentro dos marcos legais (Medeiros, 2019, p.117).

Mesmo que o Estatuto da Terra fosse naquele momento, respaldo legal para as reivindicações dos trabalhadores rurais, ele ainda era motivo de contestação, tanto dos setores patronais, quanto dos segmentos de organizações dos trabalhadores rurais. Estes últimos reconheciam a Lei mais enquanto herança do regime militar, do que como um potencial instrumento de mudança na questão fundiária do país. Já os setores patronais:

Proprietários de terra e empresários rurais consideravam inadmissível a defesa, pelo governo, de uma reforma agrária como política social. Eles argumentavam que, na atual conjuntura, um discurso pautado pelo social inevitavelmente abrirá espaço para a discussão sobre o uso social da terra e poderá legitimar, perante a sociedade, a desapropriação como instrumento prioritário da reforma (Bruno, 2003, p.288).

Os proprietários de terra questionavam ainda a capacidade dos trabalhadores rurais de tomarem decisões na construção da política de reforma agrária. Na prática, eles foram impedidos de participar de forma paritária das discussões e decisões do PNRA, dadas as inúmeras pressões dos setores patronais. Bruno (2003) apresenta na íntegra as palavras proferidas por Olacy de Moraes, conhecido como o “rei da soja”, ao Jornal O Globo em junho de 1985.

Uma agricultura altamente tecnificada como a brasileira exige, além da tradição, pessoas habilitadas para o novo padrão tecnológico. Não acredito que a distribuição de terras solucionará o problema dos trabalhadores sem-terra devido, sobretudo, à incapacidade dos trabalhadores rurais do Brasil (...) imagino o que uma pessoa sem tradição possa fazer numa fazenda. Plantar alguma coisa para o seu sustento, criar algumas galinhas e daí para baixo. Evidenciando aquela velha característica do caboclo: mulher maltrapilha, desdentada, rodeada de filhos e aquele desânimo todo (O Globo, 02/06/1985 *apud* Bruno, p.289).

Contudo, o Estatuto da Terra era naquele momento a base legal que suscitava as ocupações de terra, que ficaram mais recorrentes na década de 1980. Até a Constituição de 1988, o Estatuto da Terra foi a base que justificou as desapropriações e assentamentos de trabalhadores rurais. De acordo com Medeiros (2019), essas desapropriações foram muito poucas, comparadas às metas do PNRA, agora propostas. Assim, a Lei torna-se mais uma vez, campo de disputa, desta vez com intensas mobilizações com ocupações e acampamentos.

As ocupações eram justificadas pelo não cultivo das terras e por sua improdutividade, o que a qualificava no pré-requisito em que o Estatuto da Terra previa a desapropriação em casos de “terra improdutiva” e em áreas com presença de “forte tensão social”. Estes critérios conduziam inclusive a escolha das propriedades que seriam ocupadas “e que norteava as vistorias feitas pelo Incra aos imóveis demandados, para determinar se ele atinge índices mínimos de produtividade” (Medeiros, 2019, p.118).

Os representantes dos trabalhadores rurais continuaram reivindicando direitos no processo de construção da Constituinte. O autor afirma que a CONTAG se manteve presente no debate da questão agrária, negociando e pressionando os deputados em relação as suas demandas. Dentre elas reivindicavam uma Justiça Agrária, por meio da criação de varas agrárias. Em 1987 o presidente José Sarney publicou a Lei nº7.583/87, que autorizava em seu artigo 4º, a criação de varas na Justiça Federal pelo Conselho da Justiça Federal. No entanto, a

autora destaca que somente com a Constituição de 1988, os Tribunais de Justiça dos estados designaram juízes especializados para fazer intervenções nos conflitos agrários.

Abria-se, assim, a possibilidade de uma justiça especializada, espaço onde a disputa fundiária poderia ocorrer com outro parâmetro que não o do direito absoluto de propriedade, baseado no Código Civil, relativizado na Constituição, mas dominante no campo jurídico (*Ibdem*, p.119).

No processo de construção da Constituinte, foi lançado em 1985 o movimento nacional pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte - ANC, reunindo diversos setores da sociedade civil, incluindo os movimentos sociais e setores da classe dominante. Oliveira, P. (2018) destaca que a eleição ocorreu no ano seguinte, gerando intensas disputas na sociedade civil para colocar seus representantes na assembleia e para se adequarem ao sistema pluripartidário. Neste contexto, formou-se uma forte bancada de empresários ruralistas, a fim de defender seus interesses na Constituinte.

A bancada ruralista concentrou principalmente porta-vozes da OCB, liderança da FAA e a UDR, a novíssima entidade truculenta de Caiado, todos apoiados por diversos partidos conservadores, principalmente pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Frente Liberal (PFL), entre outros partidos (Oliveira, P., 2018, p.175).

O autor também destaca as principais entidades na defesa da reforma agrária, entre elas: a CONTAG, entidade citada anteriormente; Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA e Comissão Pastoral da Terra - CPT. Estas receberam apoio do Partido dos Trabalhadores - PT, composto por diversas lideranças dos movimentos sindicais e representantes do combate à ditadura militar. O autor dá ênfase para a participação do PT juntamente com o PCB, considerando-os uma das principais frentes de defesa da reforma agrária no Brasil.

Fachin chama o 1º PNRA de instrumento de contrarreforma. Uma das vantagens atribuídas ao latifundiário no decreto nº.91.766, de 10 de outubro de 1985, se referia à função social da terra. Dispõe o §2º do art.2º, que “o poder público evitará, sempre que conveniente, a desapropriação dos imóveis rurais que observem os requisitos estabelecidos no §1º do art.2º do Estatuto da Terra”. Em suma, o decreto diz que: se o latifúndio cumprir a função social (quer por dimensão, quer por exploração), poderá não ser desapropriado (Fachin, 1985, p.09).

Para o autor é clara e conveniente a intenção, mas a gravidade consiste na abertura para relativizar a classificação do imóvel feita pelo INCRA, permitindo as pendências judiciais, deste modo, a Lei constituiu a figura paradoxal do “latifúndio produtivo”.

O dispositivo é aparentemente paradoxal ao criar a figura do “latifúndio produtivo”. Mas a ambiguidade ali plantada tem sua razão de ser. Ao contrário daqueles que desejam e necessitam da reforma agrária, outros existem que vislumbam na desapropriação um recurso extremo que somente atingirá o latifúndio desde que o imóvel não esteja cumprindo com sua função social e econômica. O componente econômico é por estes aí inserido para justificar que, mesmo não produzindo de acordo com a sua função social, o imóvel, ainda que classificado como latifúndio, pode estar cumprindo com sua função econômica. É isso que está atrás desse véu, por mais absurdo que pareça. Como se vê, o dispositivo contraria frontalmente o Estatuto da Terra e consiste, na história legislativa, em retrocesso indiscutível e na manutenção do velho estilo de revogar leis por meros e simples decretos, prática não incomum nesse país (*Ibidem*, p.09-10).

O autor expõe vários elementos no PNRA que contradiz o Estatuto da Terra. Dentre eles o §3º do art. 2º, fere o art. 20 do Estatuto da Terra e o art. 1º do Decreto-lei nº 582/69. Onde o Estatuto garante como critério prioritário de desapropriação as áreas que conste elevada incidência de arrendatários ou parceiros. Já o PNRA caminha no sentido contrário, garantindo a utilização dos contratos agrários para evitar a desapropriação, desviando a reforma agrária do seu eixo principal.

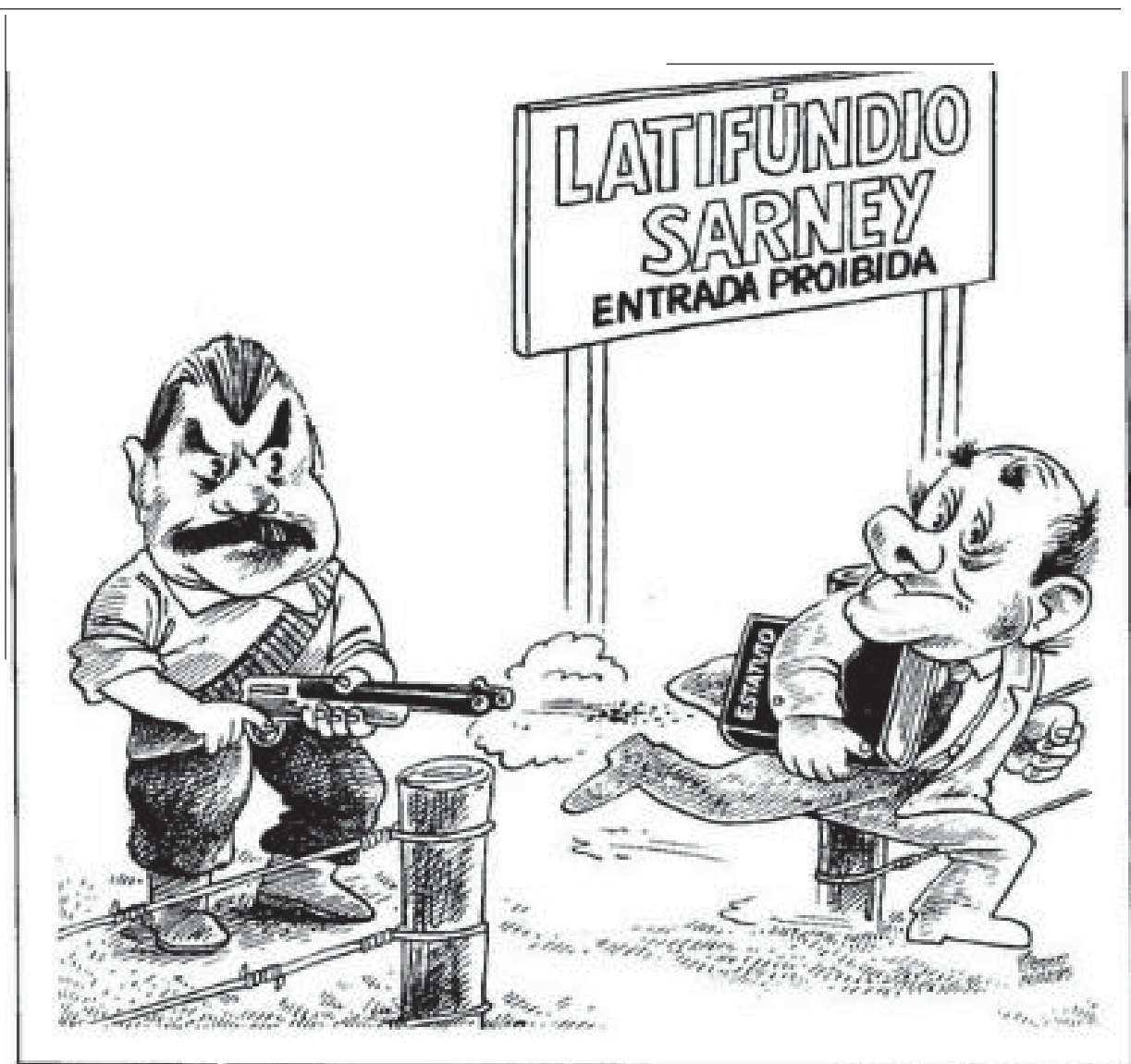
O autor destaca ainda as diferenças semânticas entre a Proposta do PNRA e o Plano efetivamente decretado. Enquanto a Proposta assegurava a mudança da estrutura agrária no Brasil, o Plano assegurava promover melhor redistribuição de terra. Na análise de Fachin, a Proposta afirmava a necessidade de transformar a estrutura agrária, já o Plano a necessidade de incentivar a exploração racional da terra (*Ibidem*, p.10).

De acordo com Mendes, A. (2022), o plano de reforma não deu conta das demandas e conflitos espalhados pelo país na década de 1980. Observar Sarney assumir a presidência da República em abril de 1985, causou muito desconforto aos defensores da reforma agrária, primeiro por ele ser um resquício da ditadura militar e segundo por ser um grande latifundiário. A figura de Sarney colocava em xeque a transição democrática efetiva, os seguimentos da luta pela terra, os trabalhadores rurais e a ala progressista da Igreja Católica, que observavam a representação de um presidente latifundiário com muita desconfiança.

O MST assistiu à eleição de Tancredo Neves com muita desconfiança, afinal, a coalizão de forças políticas que chegava ao poder amalgamava interesses tanto da oposição quanto da base de sustentação da ditadura militar. A vitória da Aliança Democrática era devedora do pacto firmado com integrantes do *Partido Democrático Social* (PDS), o partido da ditadura. Além disso, os latifundiários e grileiros, dentre eles o próprio vice-presidente, ocupavam o coração do novo governo. Era difícil acreditar na disposição da “Nova República” para realizar a reforma agrária, a maior bandeira de luta dos trabalhadores rurais, que agora retornava ao centro dos debates nacionais (Mendes, A., 2022, p.156, grifo do autor).

O jornal do Movimento Sem Terra, esboçou sua insatisfação por meio de charges, que representavam seus questionamentos em relação ao novo presidente da República. (Ver figura 1) As charges no jornal era uma forma de levar informação aos integrantes do movimento de forma dinâmica e clara, um método para que tivessem a compreensão da situação política, uma vez que o público-alvo do jornal eram os trabalhadores rurais, em sua maioria iletrados. De acordo com o autor, fechavam-se as portas para a reforma agrária, como já havia previsto o MST. As desconfianças seguiam também, por utilizarem o Estatuto da Terra como instrumentalização para distribuição de terras, a mesma Lei criada pela ditadura militar.

FIGURA 1 - JORNAL MOVIMENTO SEM TERRA - 1985



A charge manifesta que o governo não estava preocupado em promover reforma agrária e não objetivava distribuir terra para os trabalhadores rurais, a real intenção consistia em expandir a agricultura empresarial. Mendes A. (2022, p.157), destaca que os registros do Jornal do MST referente a fevereiro de 1985, apresentam somente 170 desapropriações de terras nos anos de ditadura militar, sendo que os conflitos foram alarmantes, a exemplo: 1981 que ocorreu mais de 1.300 conflitos, afetando 1.200.000 pessoas.

Os setores conservadores e latifundiários rejeitaram o Estatuto da Terra, por sentirem-se prejudicados pelo governo que ajudaram a criar. Em reação, os setores patronais retiraram o apoio aos militares. Assim, pressionaram para que a Lei não fosse aplicada, principalmente em relação às desapropriações. Essa pressão resultou no engavetamento das propostas contidas no Estatuto da Terra, limitando-se à realização da colonização pela iniciativa privada, o que favoreceu a expansão do capital no campo e o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, em detrimento dos trabalhadores rurais (Mendes, A., 2022, p.157).

Nas novas perspectivas para a reforma agrária, atravessada pelos resquícios da ditadura militar, era possível observar a mesma legislação, os mesmos personagens, metodologia de proteção e favorecimento dos grandes empresários e do latifúndio. Na charge apresentada na figura 1, José Sarney aparece expulsando Tancredo Neves de sua propriedade com uma espingarda. O autor chama atenção para o clima político, apesar das lutas para o processo de redemocratização do país, a “Nova República” tinha aspectos envelhecidos, solidificado nesse passado traumático da ditadura militar.

O cenário causou desmobilização das lutas sociais no campo, dado o avanço do capitalismo nas áreas rurais, o que causou desterritorialização dos camponeses e povos originários. Houve repressões muito violentas, sobretudo em áreas de ocupações e de conflitos intensos.

Entre os setores latifundiários, a oposição não se restringiu à negação do PNRA, ou às críticas patrocinadas nos jornais de grande circulação, ou aos debates acalorados nas associações de agricultores e criadores. A possibilidade real de uma mobilização na estrutura fundiária do país fez aumentar as mais variadas formas de violência no campo, despertando a sanha de morte dos proprietários rurais, crentes na legitimidade do uso de armas e de milícias para defenderem o que afirmavam ser o sagrado direito de propriedade privada (*Ibdem*, p.158).

O autor destaca que em julho de 1985, o MST já denunciava a manobra dos opositores à reforma agrária, identificaram grupos em defesa da propriedade, havia muitas manifestações na mídia, relações estreitas com políticos no Congresso Nacional, apelo ao uso de armas e violência contra os trabalhadores rurais.

2.4 CONFIGURAÇÃO DO CAMPO MARANHENSE E PROCESSO MIGRATÓRIO 1930/1970

Os primeiros registros de denúncias de conflitos no campo maranhense correspondem ao período que antecede a ditadura militar. Na década de 1950 a arquidiocese de São Luís já dava os primeiros passos em relação a denúncias e ações para combater a violência no campo. No Maranhão, assim como em outros estados do Brasil, as denúncias ganharam mais ênfase a partir da intervenção dos movimentos populares do campo e da Igreja Católica em tempos de ditadura militar e posteriormente no período que compreende o processo de redemocratização do país.

Ao colocar em sua agenda discussões acerca da reforma agrária, a Igreja Católica viabilizou espaços de fala para os atores sociais do campo que eram silenciados, seja pela ditadura, pelo Estado ou pelo grande latifúndio. Deste modo, observaremos o processo histórico, político e geográfico do Maranhão para compreender como se construiu a problemática da questão da terra no estado.

Um discurso frequente em bibliografias regionais trata-se da “migração de nordestinos” para o Maranhão em tempos de seca. Isto explica-se pelo contexto de inserção regional do Maranhão. Fala-se em migração nordestina, porque na década de 1930, chegada dos primeiros migrantes do Ceará, Piauí, Paraíba e Pernambuco, o Maranhão ainda não fazia parte da região Nordeste, sendo fixado nesta região somente em 1950. Antes disso, o estado pertenceu a três divisões regionais.

A partir de 1938 foi atribuído ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a função de dividir o Brasil em regiões, para organizar o planejamento de políticas públicas. Esta divisão atendeu às características físicas, econômicas, humanas e sociais comuns às unidades da Federação, passando por mudanças entre 1940-1970. O Maranhão faz fronteira com os estados do Pará, Piauí e Tocantins, abrangendo características da Caatinga, Cerrado e floresta Amazônica, além de ser banhado pelo Oceano Atlântico. (Ver mapa 3)

MAPA 3 – MAPA DOS BIOMAS BRASILEIROS - 2000



Fonte: Núcleo Geoambiental - UEMA, 2013

Antonio J. Ferreira (2008) em “Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense”, apresenta estas mudanças, demarcando a divisão dessas regiões em cada ano. Em 1940 o Brasil foi dividido em cinco regiões: Sul: compreendendo os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e foram inclusos também, São Paulo e Rio de Janeiro, ainda capital Federal; o Centro, foi composto por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; o Leste: composto por Bahia, Espírito Santo e Sergipe; na região Nordeste, ficaram Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará; e no Norte ficaram os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e o território do Acre.

Em 1945 com as novas mudanças, o Brasil passou a ter sete regiões: o Norte incluiu o território do Rio Branco (atual estado de Roraima) e o território do Amapá; no Centro-Oeste foram criados os territórios de Guaporé e Ponta Porã; no Sul permaneceu São Paulo e instalaram o território de Iguazu; no Leste Meridional ficaram inclusos o Espírito Santo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro; o Leste Setentrional, composto por Sergipe e Bahia. No Nordeste Oriental, ficaram Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e o Ceará; e no Nordeste Ocidental ficaram o Maranhão e o Piauí.

Em 1950 ocorreram novas mudanças. Ficaram cinco regiões: Norte, Sul, Centro Oeste, Leste e Nordeste. Nesta divisão foram extintos os territórios de Ponta Porã e do Iguazu; o Acre foi transformado em Estado; Roraima passou a ser denominado de Rio Branco; Maranhão e Piauí ficaram pertencendo ao Nordeste e o Leste composto pela Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Em 1970, houve novas mudanças, onde manteve-se cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul. Nesta divisão a Bahia e o Sergipe foram incluídos na região Nordeste, onde ficou mantido o estado do Maranhão; e foi criado o Sudeste composto pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Ferreira, A., 2008, p.64-65).

O autor afirma que havia muitas divergências entre os geógrafos, eles não concordavam entre si que o Maranhão fosse integrado ao Nordeste, por acreditarem ser uma área de transição. Por conta desse argumento, o governo do estado buscou afirmar a área Amazônica com a Lei nº 1.806/1953, que considerou toda área do Maranhão localizada a Oeste do Meridiano - Amazônia.

O objetivo era integrar o estado nos projetos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, extinta em 1966 e transformada no mesmo ano, em Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pela Lei nº

5.173. Deste modo, com a inclusão do Maranhão na região Nordeste, o estado objetivava receber incentivos fiscais para impulsionar a ocupação e o desenvolvimento do Maranhão.

Essa posição foi mantida com o artigo 45 da Lei Complementar nº 31/1977 que ampliou a área da Amazônia Legal, incluindo a referida área maranhense, que abrange 75% dos atuais 217 municípios dessa unidade da Federação. Os outros 25% das municipalidades maranhenses eram jurisdicionados à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (*Ibidem*, p.80).

No contexto econômico internacional, o Maranhão já exportava babaçu para a Holanda e Alemanha, desde a década de 1930. Seu lucro total com derivados do coco babaçu era de 9,4% total em 1934. Em 1936 este lucro subiu para 39,9% e em 1942 o total era de 41,25%. Antes dos derivados do babaçu, os principais produtos de exportação do Maranhão se concentravam no arroz e no algodão. Porém, os lucros com esses produtos estavam em declínio, devido à baixa produtividade, colheita, seleção das sementes e dificuldades com transporte, sendo que em 1937 o prejuízo aproximou-se de 3.026.286\$000.

Na escala internacional o contexto se revelou favorável para o Maranhão, visto que até 1935 a exportação do babaçu, que era direcionada para a Europa (sobretudo Holanda e Alemanha), foi beneficiada com o Acordo Geral do Babaçu (1942 a 1947), que do lado norte-americano ficou ao encargo da *Commodity Credit Corporation*, a qual de um lado passou a controlar o mercado e isentou a amêndoa da taxa de importação, enquanto do outro assegurava a matéria-prima utilizada na fabricação de óleo (incluindo o tipo de diesel, além de outros derivados (Ferreira, A., 2008, p.126-127, grifo do autor).

A Floresta do Babaçu (*Orbignya phalerata*) no Maranhão equivale a 53% de uma área total de 196.370 km² existente no Brasil. (Ver fotos 3 e 4) A extração do babaçu consistia numa das principais fontes de renda dos trabalhadores rurais no Maranhão nas décadas de 1960 a 1980. Do babaçu é extraído o carvão vegetal, utilizado na cozinha, substituindo o gás; da palha da palmeira são construídos pacarás (cestos) e outros produtos artesanais; e as casas na zona rural eram cobertas com a palha do babaçu. (Ver foto 5)

Na substância encontrada entre a amêndoa e a casca do coco é feito o mesocarpo (massa de coco). Utilizado como suplemento alimentar e na medicina popular é indicado para tratamento de inflamações, cólicas menstruais e anemia; além de ser extraído dele o óleo e o azeite, muito utilizado na culinária. “Nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e sudeste do Pará famílias camponesas praticam o extrativismo do coco babaçu, combinando-o com a agricultura” (Andrade, 2009, p.224).

FOTO 3 – BABAÇUAIS EM POVOADO SÃO MANOEL - LAGO DO JUNCO²³



Fonte: Arquivos pessoais de Fr. Adolfo Temme - Teresina/PI

²³ Foto produzida por Fr. Adolfo Temme, na década de 1980. O Povoado São Manoel vivenciou conflitos de terra em 1986.

FOTO 4 – BABAÇUAIS EM POVOADO LUDOVICO - LAGO DO JUNCO²⁴



Fonte: Foto produzida por Laryssa Pimenta em 2022. (Projeto Universal “Luta pela Terra no Médio Mearim - MA, 1960-1990)

²⁴ O Povoado Ludovico vivenciou conflitos de terra em 1986.

FOTO 5 – ETAPAS DA CONFECÇÃO DE UM PACARÁ UTILIZANDO OLHO DE PALHA DE BABAÇU²⁵

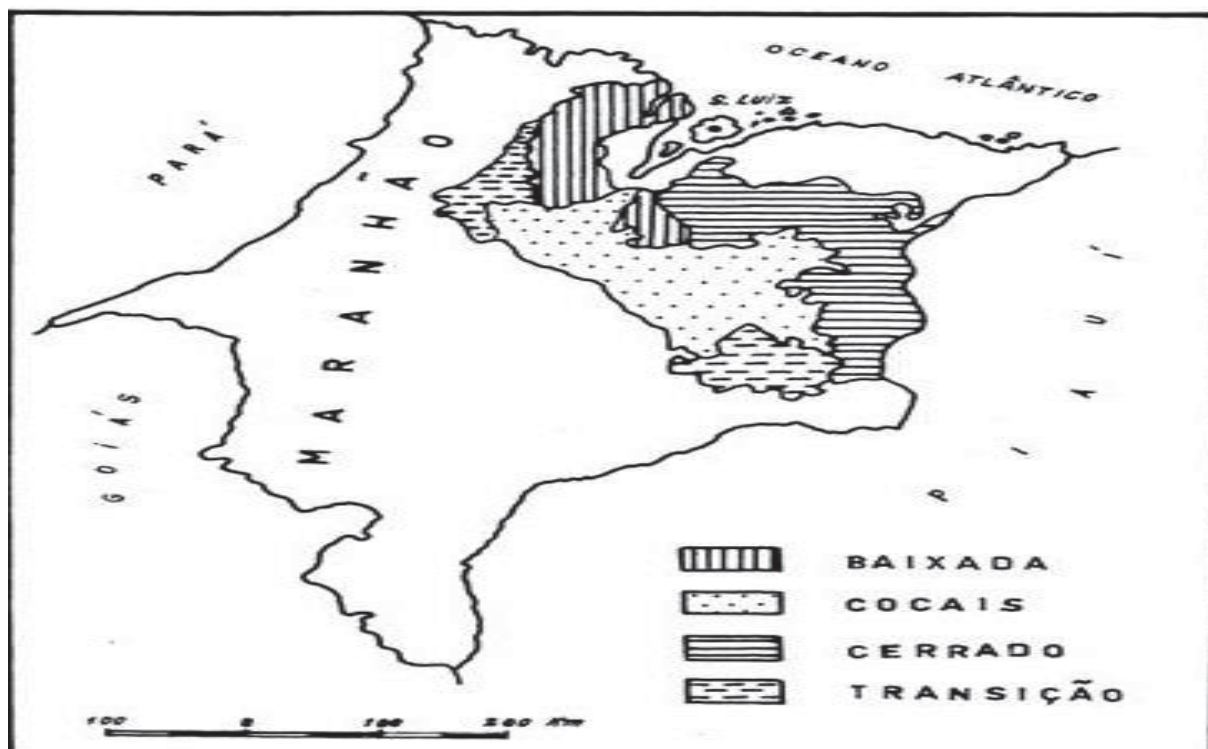


Foto produzida por: Aline Nascimento
Fonte: Porro, Roberto *et al.* 2020, p.26

²⁵ Utensílio utilizado por pescadores, serve para armazenar os peixes. Povoado Centrinho da Aparecida - Lago do Junco. (VI coleção Embrapa, 2020.)

De acordo com May (1987), o coco babaçu²⁶ era um dos principais vegetais extrativos do Brasil na década de 1970, cerca de 300.000 famílias na zona rural exerciam a atividade da quebra do coco, dentre elas mulheres, homens e crianças. May destaca que em 1979 a indústria de óleo e torta residual do babaçu contribuiu com U\$\$ 135 milhões à economia nacional, responsável por produzir cerca de 75% das amêndoas. “A zona de maior ocorrência do babaçu no Maranhão ocupa uma área contígua que se estende desde o Rio Parnaíba a Leste, até a fronteira amazônica, cobrindo aproximadamente 100.000 Km² em três sub-regiões agroecológicas distintas” (May, 1987, p.120). (Ver mapa 4)

MAPA 4 – SUB-REGIÕES AGROECOLÓGICAS DE EXISTÊNCIA DE BABAÇUAIS NO MARANHÃO



Fonte: May, Peter 1987, p.121

²⁶ A palmeira do babaçu prevalece em áreas de solos férteis, área bem drenada, pois ela exige bastante água. No Maranhão se apresenta em áreas agricultáveis, as palhas que caem das palmeiras são responsáveis por fornecer material vegetal para a realização de roças em tempos curtos. Ou seja, compostos orgânicos como o coco, as cascas, e folhagens tornam-se adubos para a terra. As palmeiras oferecem adubos para o solo em seu período de descanso da agricultura, a alta produtividade das folhas recupera a biomassa em cerca de quatro anos, tempo necessário estimado para plantar novamente (May, 1987, p.120).

Sobre as áreas agricultáveis do Maranhão entre 1970 e 1990, Ferreira afirma: “[...] o estado do Maranhão possui somente 6,16% de terras sem aptidão agrícola; do restante, 41,92% correspondem a áreas agricultáveis, 25,63% atêm-se à silvicultura e pastagem natural, e os demais 25,04% relacionam-se à pastagem plantada” (Ferreira, A., 2008, p.70-71).

De acordo com Araújo, o Maranhão tinha uma população pequena, sendo pouco povoada, com uma infraestrutura viária ruim, isolando-os dos centros urbanos. A comunicação entre os interiores e a capital São Luís, era feita através do sistema hidroviário. A economia do Maranhão era muito restrita devido às péssimas condições de escoamento dos produtos. Nas décadas de 1930 e 1950, o principal produto exportado do Maranhão era o algodão (Araújo, 2015, p.26).

2.5 PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO MARANHÃO

Antonio J. Ferreira (2008) apresenta os dados do Censo de 1940 do estado do Maranhão, destacando que entre os 65 municípios existentes no período, havia 1.235,169 habitantes, sendo que 85% encontravam-se na zona rural, onde a principal atividade era a extração do coco babaçu, carnaúba, agricultura e criação de pequenos animais.

As áreas da floresta pré-amazônica, babaçuais e os Cerrados do Sul, eram considerados as mais atrativas para os migrantes da macrorregião Nordeste, principalmente as cidades: Caxias, Barra do Corda e Grajaú. No sentido: Porto Franco e Imperatriz, as intenções eram a agricultura e pecuária e na direção de Bacabal e Carutapera a pecuária. Bacabal aparece no Censo de 1940 como uma das 20 principais cidades do estado, tendo uma média populacional de 4.162 habitantes. Chamamos a atenção para o município de Bacabal, porque a zona rural desta cidade sofreu intensos conflitos nas décadas de 1970-1990.

Na escala nacional as políticas territoriais ganharam destaque na década de 1940 a partir da necessidade de ser ocupado o interior através da colonização e da integração via transportes (rodoviários, sobretudo). No recém-conformado estado do Maranhão, as políticas territoriais representaram um momento de ruptura por intermédio dos projetos de colonização e de povoamento, que direta ou indiretamente concorreram para o início da reorganização do espaço estadual (Ferreira, A., 2008, p.132).

Com o surgimento do Estado Novo, vieram os projetos de colonização para algumas regiões do país, sendo uma das seis colônias no Maranhão, que reconfigurou a área rural através dessas políticas de colonização e povoamento.

De acordo com Araújo (2015), o período do Estado Novo demandou novas relações (Estado Restrito²⁷) com a sociedade diante do novo contexto econômico do Brasil. O avanço da industrialização tornava-se uma das principais preocupações do governo, sinalizando as mudanças na economia nacional que estava habituado com um sistema agroexportador, onde a acumulação da renda entrava no país pela exportação das matérias primas, pertencendo ao Estado Restrito o controle dos produtores rurais. A nova exigência do mercado econômico passou a requerer do Estado, políticas públicas voltadas para a industrialização e desenvolvimento do país.

A autora ressalta que o Estado Novo trouxe um dilema central, presente no interior do Estado Restrito no que tange a implementação do “projeto modernizador”: “levar o progresso no campo ou manter o latifúndio como forma de garantia do apoio político dos produtores ao regime” (Araújo, 2015, p.24). No Brasil, o meio rural tinha uma configuração extremamente concentrada. Sua estrutura agrária era bastante desigual e opressora, nas palavras da autora: “sofria com o abandono do Estado Restrito”. No campo, o controle estatal era quase inexistente e quando se fazia presente a burocracia era extremamente patrimonialista.

O projeto de colonização do país teve suas bases numa estrutura de dominação do latifundiário, a agricultura ainda era a principal atividade econômica do país. A ideia de progresso industrial do governo, acabou levantando a problemática da “Questão Agrária” no país. Com os projetos de colonização, o governo pretendeu construir uma imagem positiva das áreas rurais, servindo de atrativos para convencer as populações que eram destinadas os projetos de migrarem dos grandes centros urbanos para o campo. Além de explorar os sertões de Goiás e Mato Grosso, o governo tinha o interesse de deslocar contingentes populacionais de áreas conflitivas como era o caso do Nordeste, para áreas estratégicas das políticas de colonização como Amazônia, Centro-Oeste e áreas de fronteira (*Ibdem*).

Em 14 de fevereiro de 1941, Getúlio Vargas decretou a Lei nº 3.059/1941 da criação de Colônias Agrícolas Nacionais, por meio do Ministério da Agricultura. Foram criadas seis Colônias Agrícolas Nacionais, cujo objetivo era receber e fixar brasileiros como proprietários rurais que fossem cidadãos brasileiros pobres, aptos para o trabalho agrícola, e excepcionalmente agricultor estrangeiro.

²⁷ Estado Restrito são instituições ligadas ao aparelho político reconhecido juridicamente, como: poder legislativo, executivo e judiciário. De acordo com Motta (1987, p.10), o Estado Restrito tem a função de coordenar as diversas unidades econômicas num processo integrado.

Esta modalidade estava submetida a uma administração centralizada, subordinada diretamente ao Ministério. Os lotes das colônias tinham uma área que variava de vinte a cinquenta hectares. Estes lotes, as casas e as benfeitorias neles existentes eram concedidos gratuitamente. O colono recebia, para a exploração da terra, sementes e material agrário mais urgentes. Porém, a propriedade dos lotes e dos outros benefícios só se efetuaria com o atendimento de certos requisitos. De acordo com a região e a forma de escoamento da produção, era determinado um prazo para que o trabalhador fizesse a terra produzir de forma satisfatória: apenas com o alcance das metas estabelecidas é que o trabalhador se tornaria proprietário do seu pedaço de terra (Beskow, 2010, p.83).

Dava-se preferência ao acesso dessas terras de colonização aos trabalhadores nacionais, que demonstrassem aptidão para trabalhos agrícolas e se comprometessem a fixarem-se nos lotes. A autora destaca que foram implantadas nas colônias “aprendizados agrícolas” e uma infraestrutura para o beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais. A intensão era retirar o melhor proveito do trabalho, assim a produção, consumo e venda dos produtos eram feitos através de cooperativas formadas pelos próprios colonos.

Uma dessas colônias incluía o Maranhão, a Colônia Agrícola de Barra do Corda, criada através do decreto nº10.325/1942, “Pouco mais de um ano depois, é feita uma nova doação ao governo federal para atender à Colônia de Barra do Corda. Desta vez, o texto da lei explicita limitarem-se com as terras dos índios, demarcadas em 1923 (Lei nº 752 de 15 de julho de 1943)” (Ferreira, M., 2015, p.92). (Ver quadro 1)

Antonio J. Ferreira (2008) justifica, que ocupação das áreas florestais do estado à margem esquerda do Itapecuru, ocorria pela “ocupação espontânea”²⁸ e a procura por terras era feita de forma desordenada em direção às chamadas terras devolutas. Em resposta a esse movimento nos anos 1942, o governo do estado do Maranhão doou cerca de 340.000 hectares de terra na região do Alto Mearim, cujo objetivo era colonizar e/ou reorganizar as terras através da distribuição de lotes com o máximo de 50 hectares (Ferreira, A., 2008, p.132). Esta colônia já recebia migrantes de “ocupação espontânea” desde o início do século XX, que ocuparam as terras devolutas do Rio Mearim, Rio Pindaré, Rio Tocantins e Rio Turiaçu. O autor afirma que nesta área os solos eram pobres, arenosos, tendo assim problemas de abastecimento de água, havendo a necessidade de abrir poços e construir açudes.

²⁸ Mussumessi, chama esta ocupação de colonização espontânea. Para a autora, trata-se da ocupação de terras devolutas sem direcionamento oficial do Estado, impulsionado por pequenos produtores imigrantes, oriundos do Nordeste em sua maioria (Mussumessi, 1988, p.17).

[...] cujo agravante era o sistema agrícola baseado no deslocamento anual das roças e queimadas, bem como a proximidade (ao sul) das atuais Terras Indígenas Cana Brava e Guajajara, e da Lagoa Comprida. Convém notar que a partir da diretriz federal sustentada no ‘levantamento, pesquisa e de aconselhamento sobre os problemas do território’, atribuída ao IBGE, o governo do Maranhão procurou criar vínculos com essa política oficial através do Departamento de Terras, Geografia, Colonização e Imigração (*Ibidem*, p.133).

A distribuição dos lotes e títulos foi bastante lenta, o que resultou a não efetivação da colônia. O autor supracitado destaca que as áreas ao redor permaneceram se beneficiando das expropriações e transferências das comunidades indígenas, principalmente – Tenetehara, da região do Alto Mearim.

Oliveira, A., (2006) destaca que duas décadas antes da criação da Colônia Nacional de Barra do Corda (1942), estava em vigor a Lei Estadual nº1079 de 25 de abril de 1923 que concedeu aos indígenas da etnia Canela, 4 léguas quadradas de terras na Aldeia Ponto, no distrito Leandro (município de Barra do Corda); e concedeu aos indígenas Guajajaras (Tenetehara) 4 léguas por 6 de fundo às margens do Rio Mearim. Esta área compreendia quatro aldeias já existentes: Maré Chico, São Pedro, Colônia e Cachoeira.

Ferreira, M., (2015) coloca em questão o discurso de “espaço vazio” difundido pelos governos (1942), ao identificar que um ano antes da colonização já havia diversas tensões entre fazendeiros e os agentes do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, em torno das novas demarcações dos Canela. No entanto, com a intensificação dessas tensões, as novas demarcações foram interrompidas, sendo implantada logo depois a Colônia de Barra do Corda.

Outra reflexão apontada pela autora, é sobre a prioridade que foi dada na implantação da colonização de Barra do Corda, para famílias naturais da região e que os chefes de família tivessem filhos numerosos com mínimo de cinco filhos. A autora chama a atenção para o “fracasso da Colônia”, onde tinham dificuldade com abastecimento de água e a distribuição das terras era feita de forma lenta. Deste modo, os núcleos não indígenas foram os mais beneficiados nesse projeto, o que leva a pensar que os objetivos reais dos governos era expulsar os indígenas, visando o progresso do Alto Mearim e do Maranhão (Ferreira, M., 2015, p.92).

QUADRO 1 – POLÍTICAS TERRITORIAIS IMPLANTADAS NO MARANHÃO ENTRE 1942 E 1962

Estratégia de intervenção	Mecanismo concreto	início	Objetivo	Área (ha)	Localização	Subordinação
Colonizar e/ou regularizar terras	Colônia Agrícola Barra do Corda	1942	Promover o desenvolvimento econômico	340.000	Barra do Corda	Colônia Agrícola Nacional
Integração regional/nacional	Rodovia Belém-Brasília (BR-010)	1958	Implantar um eixo pioneiro para integrar a Amazônia Oriental ao restante do Brasil	-	-	Governo Federal
Ocupação/desenvolvimento regional	SUDENE	1959	Coordenar e supervisionar via aplicação e distribuição de incentivos fiscais visando à “incorporação de sua economia ao todo nacional”.	-	Macrorregião Nordeste	SUDENE
Povoamento do Oeste do Maranhão	I Plano Diretor Regional Projeto de Povoamento do Maranhão	1961 1962	Ampliar a fronteira agrícola do país, viabilizar a absorção de parte dos excedentes da força de trabalho rural do Nordeste e a ocupação do Oeste maranhense. Induzir a ocupação/colonização do Oeste maranhense.	3.095.000	Noroeste do Estado do Maranhão. Entre o município de Pindaré Mirim e a região do Alto Turi.	SUDENE

Fonte: Tabela produzida por: Ferreira, A., 2008, p.142

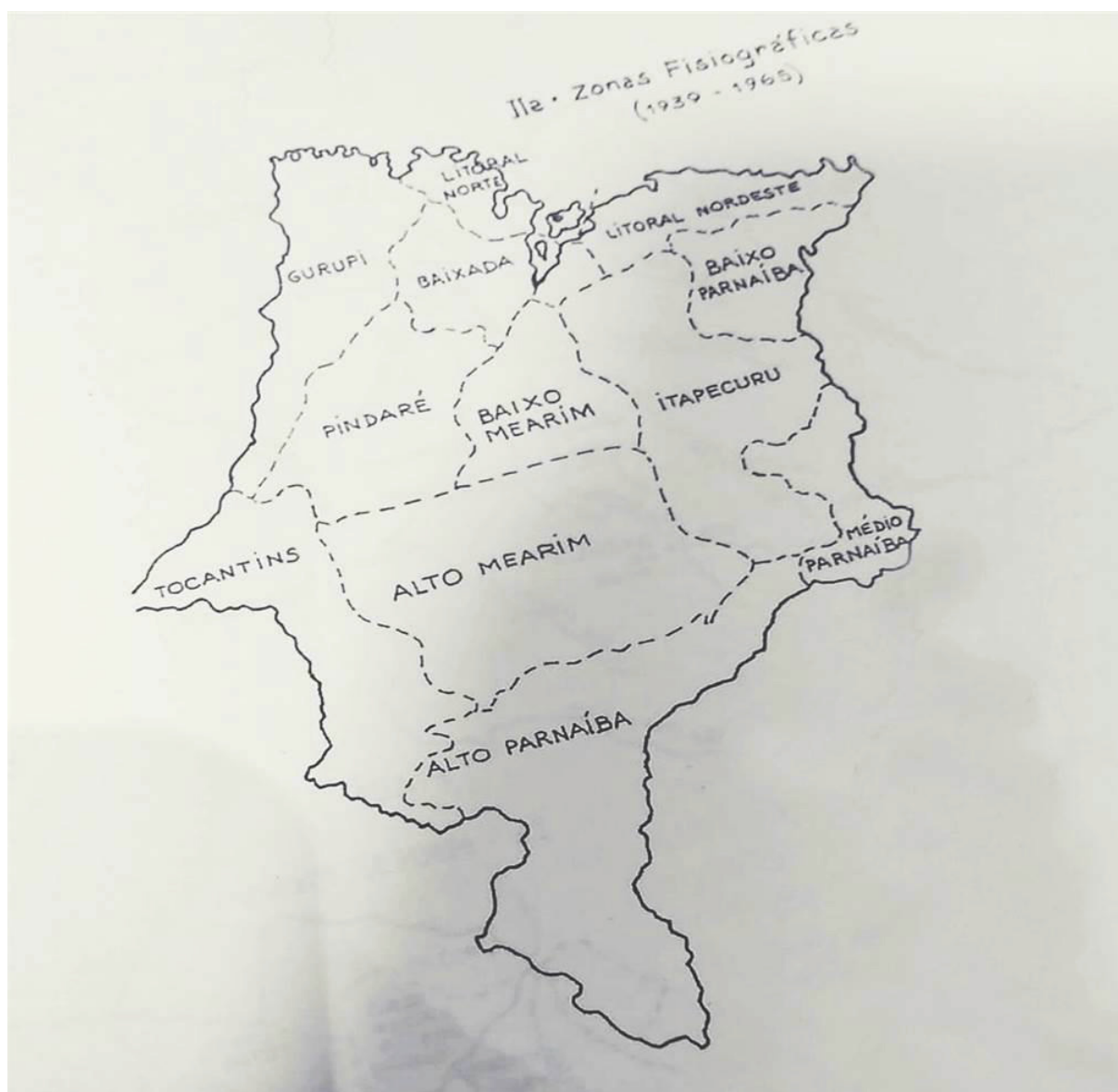
2.6 OCUPAÇÃO DO MÉDIO MEARIM E SUAS ESPECIFICIDADES

O Médio Mearim – espaço de interesse nesse estudo - é classificado pela Gerência de Planejamento do Estado do Maranhão (GEPLAN, 2002) como área integrada à Mesorregião do Centro Maranhense e a Microrregião do Médio Mearim, possuindo uma área de 10.705.261 quilômetros quadrados. A classificação da região do Médio Mearim passou por mudanças ao longo das décadas. Ferreira, M., (2015) destaca que nos anos 1932 a 1960, o IBGE definiu as regiões como Alto Mearim e Baixo Mearim. Entre 1970-1980, definiu as regiões como Alto

Mearim, Mearim e Baixo Mearim. “[...] e de acordo com a classificação atual, correspondem às regiões do Alto Mearim, Grajaú; Médio Mearim e parte da microrregião do Pindaré”.

Ao observar o mapa apresentado por Mussumessi (1988), é possível observar que a região chamada atualmente de Médio Mearim, antes localizava-se entre as regiões do Alto Mearim e do Baixo Mearim. (Ver mapas 5 e 6)

MAPA 5 – MAPA DO MARANHÃO COM DIVISÃO POR REGIÕES (1939-1965)



Fonte: Mussumessi, 1988, p.168

MAPA 6 – MAPA DO MARANHÃO COM DIVISÃO POR REGIÕES (1970-1980)

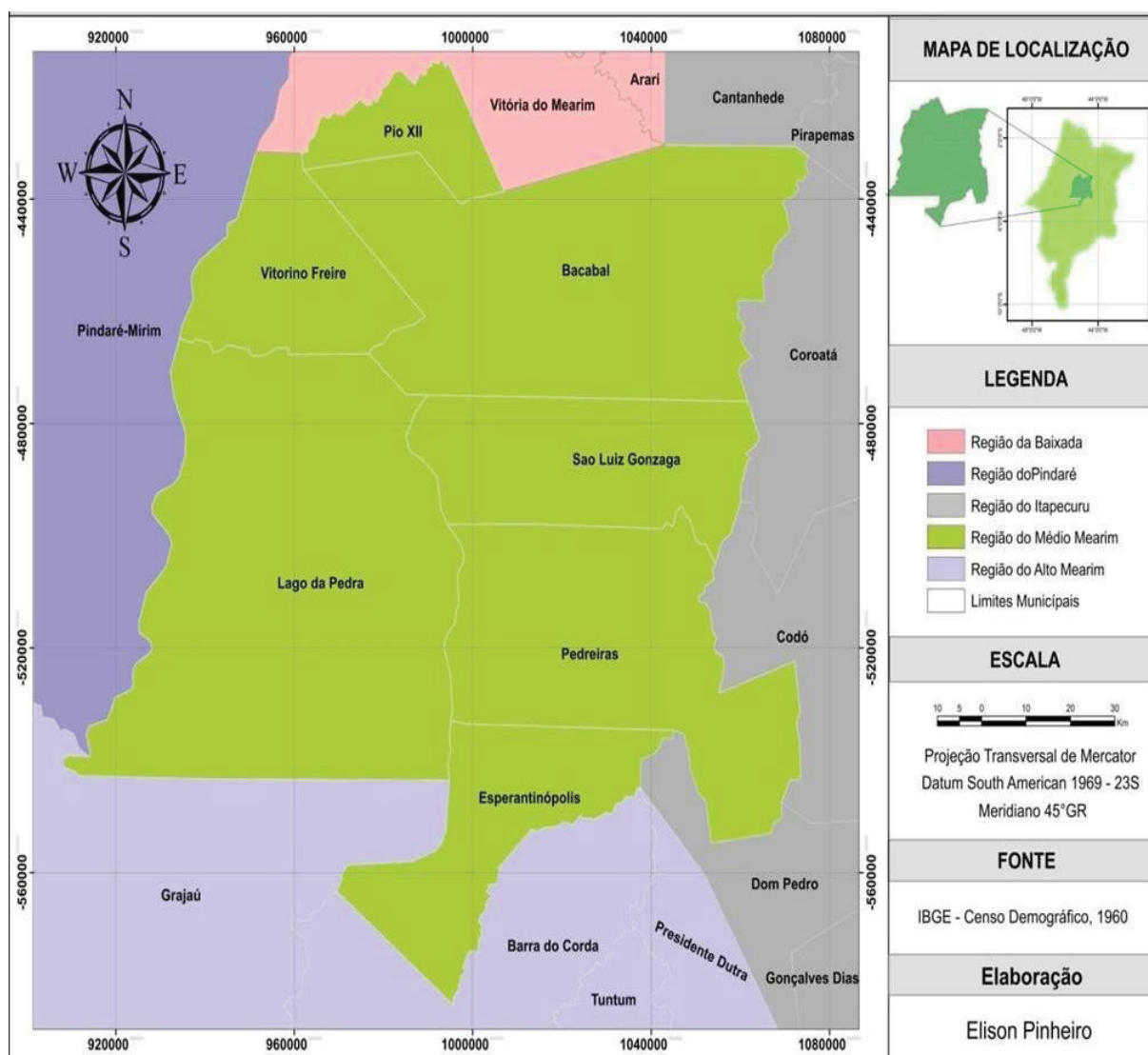


Fonte: Mussumessi, 1988, p.168

Pertencem ao Médio Mearim os municípios: Bacabal, Esperantinópolis, Lago do Junco, Olho D'Água das Cunhãs, Poção de Pedras, São Mateus do Maranhão, Satubinha, São Bernardo do Mearim, Igarapé Grande, Lago Verde, Pedreiras, Santo Antônio dos Lopes, São Raimundo do Doca Bezerra, Trizidela do Vale, Bom Lugar, Lago dos Rodrigues, Lima

Campos, Pio XII, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Roberto, Lima Campos e Lago da Pedra. (Ver mapa 7)

MAPA 7 – MUNICÍPIOS DO MÉDIO MEARIM NA DÉCADA DE 1960



Fonte: Ferreira, M.; 2015, p.47

De acordo com Erminio Neto (2020, p.09), a população rural do Médio Mearim, possui atualmente mais de 130 mil pessoas, na sua maioria agricultores familiares assentados e quilombolas. Esta região encontra-se numa zona de transição entre a floresta Amazônica, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos uma parte da cobertura florestal foi desmatada para a formação de pastagens e agricultura extensiva. Esta região concentra uma das maiores

ocorrências de babaçuais do Maranhão, presente na composição da vegetação originária do território, que passou a dominar a paisagem tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas conhecidas por babaçuais. A palmeira, o coco babaçu e seus derivados, tornaram-se a base do sustento de milhares de famílias da região do Médio Mearim.

Ainda sobre a questão populacional, Ferreira M. (2015), destaca que as cidades de Pedreiras (4,03%), Bacabal e São Luiz Gonzaga (5,46%), apresentam entre as décadas de 1920 a 1940, um crescimento superior a do estado do Maranhão, com (1,4%). Ela atribui esta realidade ao fluxo migratório dos nordestinos e dos maranhenses. Os dados de 1940 apontam que a região do Médio Mearim (3,20%), continua com crescimento acima das taxas do estado (2,51%). Sendo que as principais em crescimento são Bacabal, São Luiz Gonzaga (3,16%) e Pedreiras (3,27%).

Na década de 1950 é constatado um maior aumento demográfico no Médio Mearim, cuja taxa de crescimento é de (8,41%), acima da apresentada pelo estado do Maranhão (4,64%), Bacabal e São Luiz Gonzaga continuaram crescendo mais que outros municípios, com (10,30%), já Pedreiras apresentou um crescimento menor (5,10%). Na década de 1960 há uma queda nas taxas de crescimento do Médio Mearim, já o Maranhão continuou crescendo (1,85%), ainda que de forma mais moderada. A partir da coleta dos dados e da bibliografia pesquisada, a autora afirma que a partir da década de 1960, o Médio Mearim deixa de ser uma região receptora de migrantes e torna-se expulsória, sendo os locais mais procurados os estados do Pará e Amazonas. Assim, “a partir de então as correntes de migrantes nordestinos dirigem-se rumo à outra frente de expansão²⁹: o sul e sudoeste do estado do Maranhão³⁰” (Ferreira, M., 2015, p.70).

Sobre os migrantes que foram para Lima Campos (projeto de colonização) em 1930, Ferreira, M. (2015) analisou 3.113 registros de naturalidade. Deste modo, ela identificou que 50,50% dos migrantes são naturais do Maranhão, sendo que 46,31% são da região do Médio Mearim. Assim: “São perceptíveis deslocamentos do local de nascimento ao local de residência

²⁹ O Maranhão é território de frente de expansão desde o final do século XVIII, quando foi ocupado o Sul do Maranhão, por movimentos da pecuária. Posteriormente essa área foi denominada Sertão dos Pastos Bons. Na primeira metade do século XIX e boa parte da segunda, prosseguiu a expansão pastoril no estado do Maranhão. Sobre a frente de expansão no Maranhão, Pará e Tocantins, ler: VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 2ª ed. Zahar editores; Rio de Janeiro, 1981.

³⁰ Sobre frente de expansão, Otávio Velho (1981, p.13) define enquanto constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas não exploradas e ocupadas somente por comunidades indígenas.

dentro desta região, nos *centros*, povoados e nas poucas cidades existentes nessa década (Pedreiras, Bacabal e São Luiz Gonzaga)” (*Ibdem*, p.72).

Em relação aos migrantes de outros estados, o Piauí aparece em primeiro lugar com maior número de migrantes no Médio Mearim, com 25,89% totalizando 806 registros. O estado do Ceará aparece em segundo lugar com 18,82%, um total de 556 migrantes. Seguidos, estão os estados de Pernambuco (2,12%), Rio Grande do Norte (1,99%) e por último aparece o Estado da Paraíba (0,87%).

Ferreira (2015) apresenta gráficos demográficos por região nas décadas de 1930, 1940 e 1950. (Ver gráficos 1, 2 e 3)

GRÁFICO 1 – MIGRAÇÃO POR REGIÃO MARANHENSE - 1930

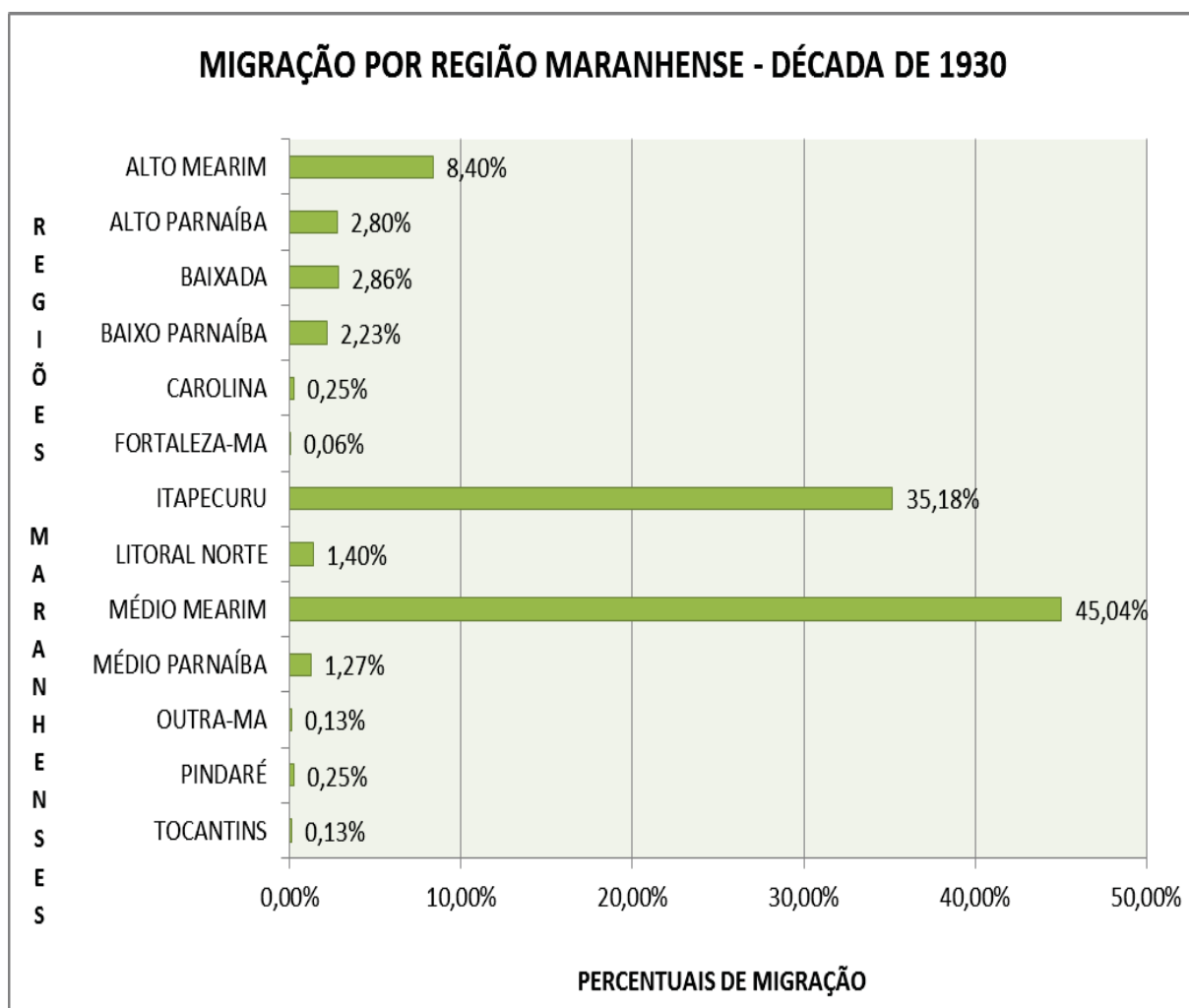
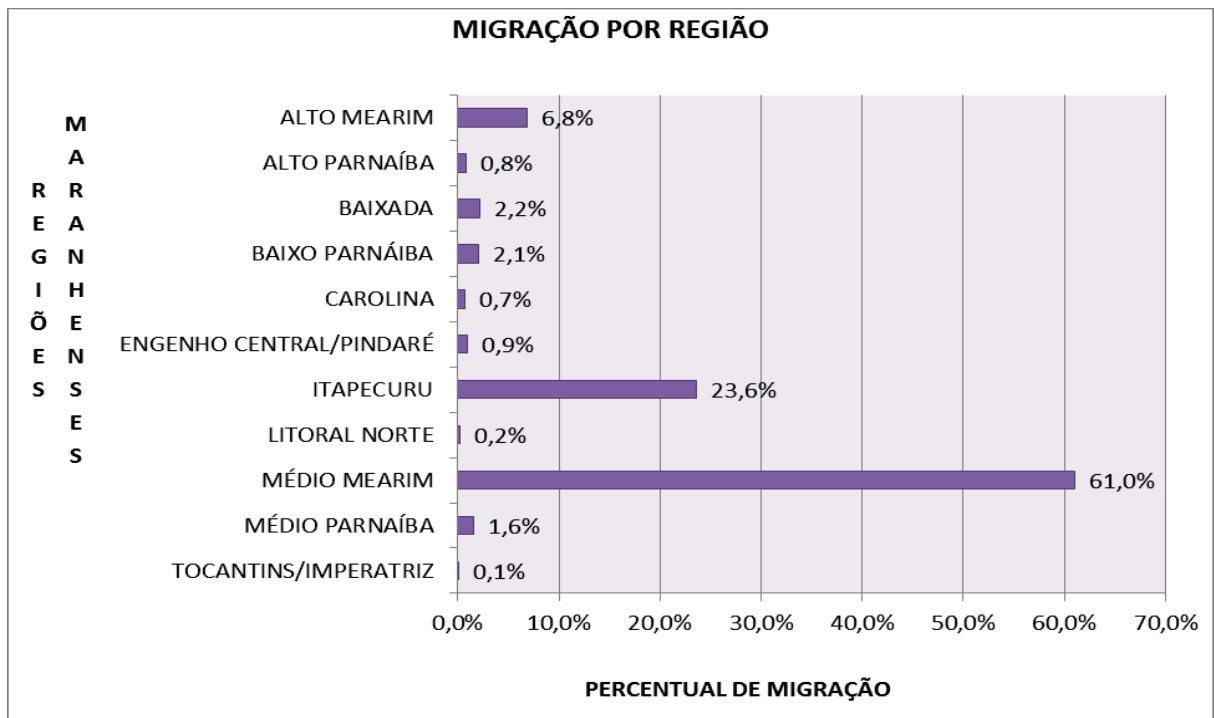


Gráfico: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por região maranhense – década de 1930
 Fonte: Livros de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1932-1933), (1934-1935) e (1935-1938).
 Ferreira, M., 2015, p.75

GRÁFICO 2 – MIGRAÇÃO POR REGIÃO MARANHENSE - 1940



Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por Região Maranhense- Década de 1940

Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1941-1944) e Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1943-1949). Ferreira, M., 2015, p.87

GRÁFICO 3 – MIGRAÇÃO POR REGIÃO MARANHENSE - 1950

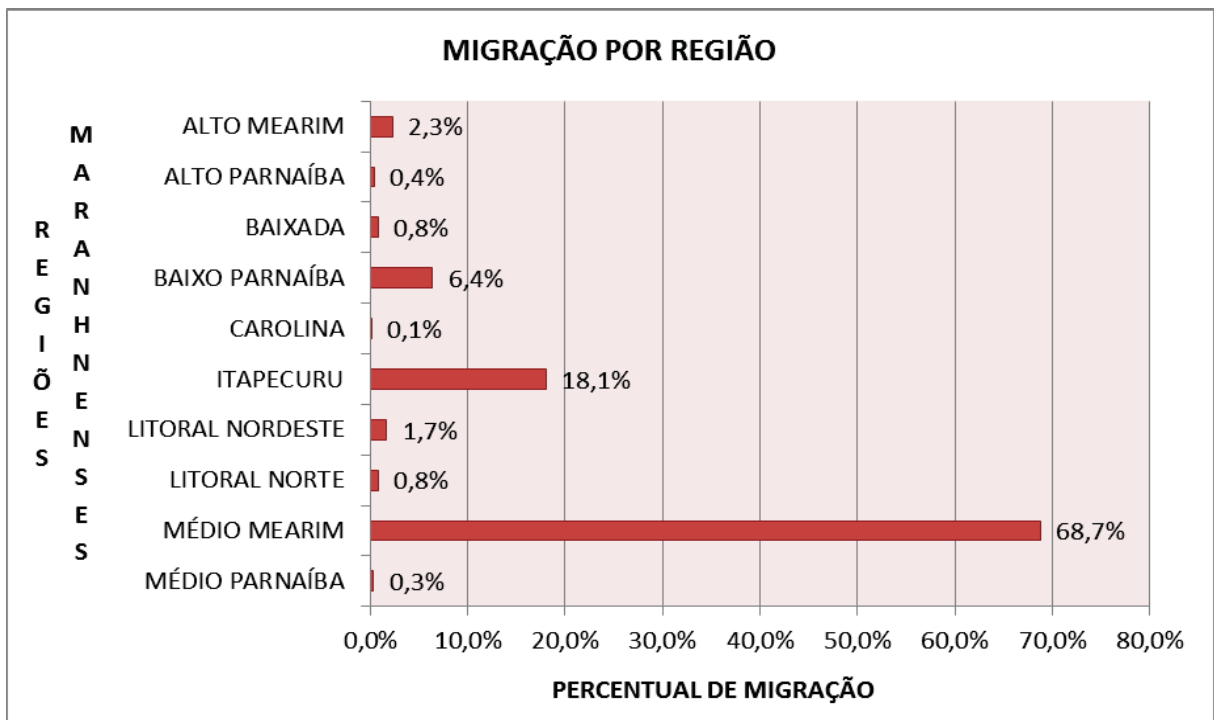


Gráfico: Naturalidade de nubentes do Médio Mearim por região maranhense- Década de 1950

Fonte: Livro de Casamento da Paróquia de São Luiz Gonzaga (1955-1957) e Livro de Casamento da Paróquia de Santa Teresinha, Bacabal, (1954-1955) e (1959-1960). Ferreira, M., 2015, p.115

Ferreira M., (2015) menciona os jornais de circulação nacional nas décadas de 1930 a 1950, destacando que a imprensa reproduz a imagem dos migrantes nordestinos retirantes da seca, famintos e flagelados. Havendo uma comoção voltada para a caridade pública e assistencialistas do Estado, colocando o migrante também como “o bom trabalhador”, visando a necessidade de mão de obra para os “espaços vazios” do território brasileiro.

Os posseiros, objeto de estudo desta tese, que enfrentaram conflitos por terra nas décadas de 1970-1990, estão na categoria de migrantes que Mussumessi chama de “ocupação espontânea”. Trata-se de famílias maranhenses e nordestinas que buscavam terras livres, terras sem dono, sem titulação, que não eram ocupadas, também não havia reclamação de supostos donos sobre a posse dessas terras nas décadas de 1930 a 1960.

A relação que se construiu acerca da ocupação espontânea atende a critérios peculiares, uma delas é que não havia espera por demarcação, por titularidade ou tensões, onde se colocaria ou não uma roça, ou onde poderia colher ou não o coco babaçu. De acordo com Mussumessi, entre os anos 1950/60 “[...] o regime da terra liberta e o “sistema camponês” teriam imperado em ‘estado puro’, sem interferências externas, sendo subitamente confrontados pela ‘frente pioneira’, instauradora do sistema dominante de apropriação e uso do solo” (Mussumessi, 1988, p.58).

Para a autora, o próprio conceito de posseiro, categoria que os ocupantes da terra demarcam como autorreconhecimento, somente tem sentido associado à questão da disputa pela terra e das tensões que os ameaçavam nos direitos da ocupação. A autora destaca que ao se deparar com a frente pioneira, onde os direitos de compra e venda de títulos de terras começam a ter mais força que a ocupação espontânea, é que os trabalhadores rurais se autodefinem como posseiros. No Médio Mearim, esse discurso irá aparecer a partir da intervenção da Igreja Católica junto às comunidades rurais assistidas por ela a partir da década de 1970.

Mussumessi (1988) ao citar Poção de Pedras, município do Médio Mearim, destaca as formas ilegais de privatização das terras no início da década de 1960. Na referida década, a área era devoluta e povoada apenas por pequenos agricultores desde 1930, quando deu início a ocupação espontânea. A autora afirma não ter encontrado documentos que confirmassem as desapropriações na década de 1960. No entanto, a narrativa dos posseiros entrevistados por ela, demarcaram o início das tensões já neste período.

Na área específica de Poção de Pedras, a privatização da propriedade jurídica nem sequer foi inaugurada ostensivamente por uma “frente pioneira” vinda de fora, composta de “paulistas”, “baianos”, “mineiros” ou grandes empresas agropecuárias, mas sim por comerciantes e autoridades políticas locais, pessoas com recursos, poder influência, que no começo dos anos sessenta, segundo se conta, usam de uma dupla

“esperteza” para se apoderarem das terras: ao mesmo tempo em que manobravam secretamente os trâmites jurídicos em São Luís, disso adianta os posseiros da tentativa de legitimar suas posses (num momento em que a pressão demográfica, o rareamento das áreas desocupadas e também a possibilidade de acesso ao crédito bancário já tornavam aconselhável para os camponeses, ou pelo menos para alguns, essa tentativa) (*Ibdem*, 1988, p.64).

Destaca ainda, que identificou uma sucessão de pedidos de usucapião feitos às escondidas, requeridas na capital do estado do Maranhão. Muitos documentos correspondiam a 50.000 hectares, ou às vezes pedidos de usucapião diversas vezes de uma mesma área, o que resultaria numa soma ainda maior de terras, superior a área do município, se somados todos os requerimentos. Os impactos desses pedidos de usucapião, somente apareceram na segunda metade da década de 1960, quando os requerentes iniciaram demarcações judiciais e venderam as terras usucapidas.

Na sede do INCRA em Bacabal, responsável pela regularização fundiária de toda região do Mearim, nada souberam nos informar sobre o que ocorreu especificamente em Poção de Pedras, mas fizeram referência a um vendaval de ‘usucapião’ havido no início dos anos sessenta em Pedreiras e Esperantinópolis, municípios vizinhos (Mussumessi, 1988, p.113).

Requerer terras do estado só poderia ser feito através da *usucapião pro labore*, não podendo passar de 100 hectares no período. No entanto, a Lei de Terras em vigor nº1.809/1959 no Maranhão, não era respeitada a rigor em relação ao limite, permitindo requerimentos com limites muito superiores ao exigido.

Os posseiros que ocupavam terras no Maranhão nas décadas de 1970-1990, em suas manifestações de disputa pela terra juntamente com as entidades de apoio, utilizaram o Estatuto da Terra como respaldo para reivindicar o direito de permanência nas áreas empossadas.

2.7 LEI DE TERRAS Nº 2.979, DE 17 DE JUNHO DE 1969

De acordo com Amaral Neto (2017, p.05), no final dos anos 1960 uma área de 90.00 km² do território da Amazônia Legal e outras 100.00 km² de terras livres do Maranhão, estavam sendo visadas para modernizar o setor agrário. O governo e a elite maranhense buscavam atrair grupos empresariais nacionais, com o objetivo de alavancar a economia do estado. Um ideal de modernização visado pelo governo federal e estadual, sustentado pelos efeitos do milagre econômico. Este modelo de economia do estado do Maranhão, era apoiado pelo governo federal, cujo objetivo era a expansão de grandes empresas estrangeiras e nacionais. Assim, convergiam para o beneficiamento da acumulação capitalista acelerada. Afirma o autor, para

que o projeto da elite do Maranhão fosse concretizado, o então governador do estado José Sarney³¹, aprovou a Lei de Terras nº 2.979, de 17 de junho de 1969, também conhecida como “Lei de Terras Sarney”.

Nessa ideia, a busca por investimentos que fomentassem o desenvolvimento do Estado era uma das primazias discursivas daquele governo para a materialização do “Maranhão Novo”. A saber a intenção de se integrar a proposta de progresso e desenvolvimento nos moldes definidos pelo governo federal militarista, a uma maior e mais incisiva participação deste nos rumos estaduais (Silva, A., 2015, p.98).

De acordo com Victor Asselin (1982, p.23), o novo projeto agrário maranhense explica a triste realidade que a “Lei de Terras Sarney” submeteu o estado do Maranhão. O autor, sendo ele padre e o primeiro vice-presidente da CPT, envolvido com a luta pela terra, foi um dos grandes críticos da forma como foi tratada a questão agrária no país na segunda metade do século XX.

Em outubro de 1968, o governador José Sarney criou a delegacia de Terras de Imperatriz, nomeando delegado o Dr. Pedro Nunes de Oliveira, e procurador, o Dr. Agostinho Noleto Soares. Tinha como objetivo disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo o domínio público para o domínio privado. Com este acontecimento, estourou de verdade o problema da grilagem. Sua atuação veio posteriormente, pela Lei de Terras, nº 2.949, de 17.11.69, que manifestava, obviamente, seu propósito de entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de fora, mediante a criação das sociedades anônimas (Asselin, 1982, p.37).

A Lei foi editada pelo governador do Maranhão José Sarney e promulgada por seu sucessor, Pedro Neiva de Santana. Criada como política de regularização fundiária do Maranhão, sob forte propaganda de “desenvolvimento econômico”. Com a Lei, o estado incentivava a venda de grandes extensões de terras a preços abaixo da média, de subsídios financeiros, bem como a valorização dessas terras através de obras públicas, tais como a construção de rodovias.

Santos (2015, p.114) destaca que a Lei de Terras Sarney era parte do amplo projeto nacional do regime militar, para o avanço da fronteira agrícola e a exploração da Amazônia. Assim, ela não era apenas um novo modelo econômico para o estado do Maranhão: “[...], mas uma política idealizada, inserida dentro de uma ideologia da segurança nacional, que

³¹ José Sarney foi eleito governador do estado do Maranhão nas eleições diretas de 1965, teve grande apoio popular e sua campanha foi marcada pelo discurso do “progresso” e desenvolvimento do Maranhão, por meio de uma reforma administrativa e da implementação de grandes projetos econômicos. Dentre as propostas de campanha garantiu reorganizar os sindicatos e as associações dos trabalhadores rurais, que foram proibidos de funcionar pelo governo militar (Santos, 2015, p.113).

ultrapassava a questão da propriedade da terra, conduzindo a mudança do papel desempenhado pelo Estado até então”.

O art. 14, *caput*, da Lei nº 2.979/69 diz “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial”. O texto claramente inviabiliza a titulação dessas terras para pequenos trabalhadores rurais. Após a implementação da Lei o governo oferece terras a baixos custos para empresas de fora do estado, além dos preços vantajosos não havia concorrência pública ou leilões, nem juros ou correção monetária (Maranhão, 1969).

Com a “Lei de Terras Sarney”, houve uma crescente procura de empresários para compras de grandes extensões de áreas rurais. O governo do estado do Maranhão tinha como objetivo a criação de projetos de colonização, sobretudo nos municípios de Amarante do Maranhão, Lago da Pedra, Grajaú, Pindaré Mirim, Santa Luzia, Barra do Corda e Vitorino Freire.

As chamadas terras livres, devolutas, da União foram vendidas muito baratas, com o apoio dessa lei para grande [...], empresários e pecuaristas. Além de terras baratas tinham financiamento fácil pela SUDENE³², o chamado FINOR³³, e pela SUDAM³⁴, o chamado FINAM³⁵. O que não fizeram para os pequenos, fizeram para os grandes (Apostilha ACR, Aparecida *et al*, 1995, p.09).

O texto supracitado foi organizado por uma equipe da Ação dos Cristãos no Meio Rural de Bacabal, um material produzido para falar em linguagem acessível para os posseiros os rumos que a política agrária no Maranhão havia tomado. Assim, Aparecida *et al* (1995, p.10), destacam que a “Lei de Terras Sarney” formalizou o mercado de terras, colocando preço na terra nua³⁶ do Maranhão. O mercado de terras no Maranhão surgiu após a Lei, anteriormente o que se vendia era a posse, o sítio ou o trabalho produzido na terra. Com as mudanças, a terra passa a ter maior valor de mercado que a posse. A dinâmica do meio rural no Maranhão muda, os posseiros são expulsos para dar lugar ao plantio do capim: “O que a natureza oferece como as matas, terra fresca, passa a não ter mais valor; o que interessa é o capim para dar pastagem

³² SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Apostilha ACR, Aparecida *et.al*, 1995, n.p).

³³ FINOR: Fundo de Investimento do Nordeste Idem.

³⁴ SUDAM: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Idem.

³⁵ FINOR: Fundo de Investimento do Nordeste Idem.

³⁶ Considera-se terra nua o imóvel rural, por natureza, que compreende o solo com sua superfície e respectiva floresta nativa, despojado das construções, instalações e melhoramentos, das culturas permanentes, das árvores de florestas plantadas e das pastagens cultivadas ou melhoradas, que se classificam como investimentos (benfeitorias) (Brasil, 2014).

ao gado. Terra situada de capim pagava pouco imposto”. Os autores destacam ainda que as consequências que a Lei acarretou para o Maranhão foram: o aumento do desmatamento para plantar capim, excepcionalmente a derrubado dos babaçuais; os latifundiários começaram a levantar cercas ultrapassando os limites dos povoados já existentes; e o aumento da grilagem e dos conflitos de terra entre posseiros e latifundiários.

Durante décadas o território maranhense foi atrativo por causa do algodão, do arroz, da extração do babaçu, da mamona, das terras devolutas, das terras férteis, dos espaços vazios etc. No entanto, no final dos anos 1960, uma nova dinâmica se constrói sobretudo nas áreas de frente de expansão e de colonização espontânea. Autores da História Rural do Maranhão tais como Ferreira, Barbosa, Lima Neto, Luna etc., concordam em sua grande maioria, que os conflitos no campo maranhense se agravaram a curto prazo, após a implementação da Lei de Terras Sarney.

A política governamental, a partir dos anos 1970, favoreceu a titulação e a demarcação irregular de grandes extensões de terras a favor de latifundiários, barrando a agricultura familiar e impondo a pecuária extensiva na região do Mearim. Agora, não apenas comerciantes, usineiros e pecuaristas acompanhavam os deslocamentos camponeses, mas os proprietários buscavam incorporar as áreas ocupadas por estes pequenos produtores de alimentos a seus latifúndios improdutivos, adquirindo-as daqueles que dispunham de pequena ou média quantidade de terra e expulsando-os em seguida. Introduziram a utilização de máquinas para desmatar (agora, os babaçuais), preparando a terra para a implantação de pastagens em grande escala (Andrade, 2009, p.226).

Estes novos atores sociais, em sua maioria eram naturais de outros estados, alguns eram empresários, representantes de grandes grupos econômicos, que se fixaram na capital ou nas sedes dos municípios e estabeleceram “relações de amizade” com representantes do governo e financiaram suas campanhas eleitorais. Muitos eram usineiros ou associados a eles que se beneficiavam e compravam os produtos dos trabalhadores rurais a preços muito abaixo do mercado, se utilizando dos serviços dos chamados barraqueiros. Os barraqueiros, eram em sua maioria moradores dos povoados, que eram financiados por usineiros ou proprietários de terras que construíam pequenos comércios e trocavam mercadorias como: açúcar, café, óleo, querosene, fumo etc., pelos produtos agrícolas ou extrativas (*Ibidem*, p.226).

Os agora chamados fazendeiros, começaram a proibir a entrada das quebradeiras de coco babaçu nas áreas de pastagens e sob vigília ficavam os seus funcionários, denominados de vaqueiros ou gerentes. Eles eram responsáveis por proteger as fazendas e áreas de pastagens ou soltas para o gado, a propriedade do fazendeiro.

De acordo com Andrade (2009), agravou-se um problema que se arrastava desde a década de 1950, o fechamento do acesso à terra para os trabalhadores rurais. Constituíram-se

várias problemáticas, além da proibição do acesso ao babaçu, como altos preços nos aforamentos, roças invadidas pelo gado, o coco extraído era obrigatoriamente vendido para o fazendeiro, além de serem obrigados a comprar produtos nos comércios dos proprietários das terras.

A produção das roças também foi bastante afetada pelas limitações dos espaços agricultáveis. Na dinâmica da lavoura, a terra precisa de um tempo para descanso, somente depois da média de três a quatro anos ela estará apta para receber o cultivo novamente. Com a proibição de ultrapassarem as áreas cercadas pelos proprietários, não havia espaço para o plantio, o que afetou a subsistência das famílias, sendo obrigadas a sobreviver da extração do coco babaçu. No entanto, essa extração também só poderia ser feita mediante acordo com os fazendeiros.

Ocorre que os comerciantes, em geral os próprios donos de terras, haviam instituído o sistema do chamado *vale*, pagando apenas nos finais de semana, de acordo com o que cada um quebrara. Em outros casos, tinham imposto a chamada *quebra de meia*, na qual as mulheres se viam obrigadas a entregar metade do que quebravam, além de perder as cascas dos cocos, com as quais produziam o carvão para cozinhar. Por fim, com o avanço da pecuarização e, portanto, das cercas, e diante da insistência das famílias em adentrar essas áreas, agora privatizadas, os proprietários passaram a coleta e a quebra do coco a terceiros, obrigando as famílias a quebrar nos chamados *barracões*, dentro das próprias fazendas (Andrade, 2009, p.228, grifos da autora).

De acordo com Mussumessi (1988, p.38-39), há muitas interpretações acerca do modo de reação do campesinato diante da ameaça de expropriação. Para ela, as consequências teóricas e políticas são distintas, no entanto, todos partem de um mesmo pressuposto básico: “a existência de uma lógica originária, especificamente camponesa, de apropriação e uso da terra, prévia à ‘penetração capitalista’, ao fechamento da fronteira”.

O interesse de grandes empresas pelos projetos de transformação das regiões de fronteira agrícola no Maranhão, ocorrem concomitante com a abertura de estradas de áreas que são consideradas espaços vazios, o que vislumbra a facilidade de escoar produtos e a valorização dessas terras. Sendo que os interessados tinham apoio do estado para a implantação de empresas extrativas, agropecuárias, mineradoras etc. No entanto, estas áreas não eram espaços vazios, pois já estavam ocupadas pelos trabalhadores rurais migrantes da frente de expansão ou de ocupação espontânea.

Claro está, que à pequena produção não regulamentada judicialmente, face ao processo de definição da propriedade da terra, restou a expropriação efetiva numa série de conflitos tanto ao nível jurídico, quanto ao nível de confronto direto com os novos donos de terras (Luna, 1985, p.57).

Os grupos interessados pela compra de terras no Maranhão estavam vinculados, sobretudo ao setor agrícola. Com a Lei de Terras Sarney, cada pessoa jurídica adquiriu parcelas de até 3.000 ha como previa a Lei. Assim, o evento gerou sociedades anônimas com áreas entre 20.000 e 100.00 ha.

Entre os anos de 1965 e 1970, Sarney adotou o discurso nacional de “sociedade progressista”, abriu as terras do Maranhão para compra e venda de firmas e particulares de outros estados. No seu governo, empreendeu o asfaltamento da BR que liga a capital do Maranhão à capital do Piauí e construiu a Barragem de Boa Esperança (Relatório província franciscana, Rembecki, 1991, fl.05).

Nos anos de 1972 a 1975 o Maranhão foi governado por Pedro Neiva de Santana, neste período o país vivenciava o chamado Milagre Econômico, havia construção de grandes obras e da Transamazônica. O governo valia-se do discurso que “o Maranhão, com seu gado, seria o frigorífico do Brasil”. Nas palavras de Aparecida *et al* “Pequenos produtores sedem lugar aos grandes grupos como: VARING, SIGRA, SABESA, SANBRA, CACIQUE e na medida em que mais fazendeiros e empresas chegavam em busca de terras no Maranhão, as tensões aumentavam” (Apostilha, Aparecida *et al*, 1995, p.10-11, grifos dos autores).

As famílias eram estimuladas a buscarem áreas de terras virgens no estado, como Buriticupu, Pindaré e Arame (área de terra indígena). Esta dinâmica era chamada de “Bandeiras Verdes”, ou seja, os desbravadores de matas virgens. Contudo, os autores afirmam que esta era apenas uma forma de expulsão dos posseiros direcionando-os para outras áreas e que isto não implicava em reforma agrária.

Neste sentido, esses novos atores sociais assumiram as rédeas da terra, transformando-a em instrumento dos grandes grupos econômicos, que se beneficiaram dos incentivos fiscais da SUDENE e SUDAM, apoiados pelos projetos de desenvolvimento nacional. Com estas implementações o governo levantou o discurso de estar fortalecendo o estado, elevando o setor primário em termos de economia e de tecnologia.

As tensões que se estabeleceram no campo, desencadearam conflitos em diversos municípios do Maranhão e com configurações peculiares. Deste modo, as discussões que seguirão, mostrarão os mecanismos de disputa que se construíram no campo maranhense, especificamente no Médio Mearim. Essas disputas passaram a ser chamadas pelos posseiros de: luta pelo babaçu, luta pela terra e luta pelo direito de posseiro.

FOTO 6 – CONGRESSO DE DIRIGENTES POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DOS DEZ ANOS DA DIOCESE/1978³⁷



Fonte: Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção

³⁷ O congresso foi realizado no Colégio Nossa Senhora dos Anjos – Ginásio dos frades, localizado em Bacabal/MA.

3 A IGREJA CATÓLICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E OS MOVIMENTOS PASTORAIS E SINDICAIS NO MARANHÃO

Ao longo da História a Igreja Católica buscou se posicionar diante de conjunturas importantes nos diversos locais onde ela está instalada, obtendo impactos socioculturais em contextos políticos, religiosos, ambientais, econômicos etc. Em situações de conflitos sociais, onde não lhe foi concedido lugar de fala ou poder de decisão, sua tradição, posição e estrutura construiu os caminhos para que fosse ouvida e muitas vezes atendida, seja por meios legais, relações de amizade ou pela imposição da autoridade que lhe foi instituída.

A Igreja Católica Apostólica Romana, buscou manter em sua estrutura uma hierarquia e unidade institucional, onde os seus seguidores, precisam cumprir leis e normas estabelecidas pela Igreja de Roma. No entanto, os conflitos internos e divergências ideológicas na segunda metade do século XX, causaram mal-estar na instituição dividindo opiniões, onde novas constituições, decretos e declarações foram instituídas, a fim de atender suas demandas, que se configuraram em meio às conjunturas políticas globais. Assim, o foco deste capítulo é discutir do macro para o micro o processo de (re)configuração institucional, bem como as mudanças internas que impactaram sua relação no contexto religioso e político brasileiro. Discutiremos também a criação de movimentos pastorais que foram estruturados para responder aos conflitos sociais, bem como sua postura diante da criação e ação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Maranhão.

3.1 CONCÍLIO VATICANO II

O Concílio Vaticano II revolucionou a Igreja Católica nos aspectos teológicos, filosóficos e pastorais, além de abrir espaço para o diálogo com outras denominações cristãs, antes tratadas como hereges e cismáticas.

O papa João XXIII, anunciou ao mundo em 25 de janeiro de 1959 a sua intenção de convocar um novo Concílio Ecumênico, o último tinha ocorrido a quase cem anos. Desde a reforma luterana, houve três concílios universais na História da Igreja Católica: o Concílio de Trento (século XVI) para combater a reforma protestante; o Concílio Vaticano I (século XIX), para discutir o racionalismo; e o Concílio Vaticano II (século XX), para discutir a renovação da Igreja.

Os preparativos para o Concílio Vaticano II duraram quase quatro anos, onde foram criadas comissões que trabalharam com a finalidade de organizar e analisar os temas que fariam parte das sessões conciliares. Estes temas foram selecionados baseados nas cartas enviadas por bispos dos diversos continentes, onde puderam expor suas demandas de acordo com suas realidades sociais e religiosas. De acordo com Valentini (2013, p.16), este era um indício de abertura da Igreja de Roma para ouvir os bispos, promover um diálogo entre as dioceses e a autoridade maior da Igreja Católica, bem como a proposta de adaptar os assuntos da instituição conforme a situação de cada lugar.

Duas questões foram centrais na decisão de propor um Concílio, que segundo o autor, teve características pastorais e eclesiológicas. A primeira foi o *aggiornamento*, um termo italiano que trazido para este contexto, significa renovação. A proposta era uma atualização das práticas da Igreja nos serviços, pastorais e diaconias. A segunda consiste no “diálogo”, ou seja, maior comunhão com outras denominações cristãs, e terceiro a “corresponsabilidade com os bispos”, propondo mais autonomia e poder de decisão desses clérigos, para que assuntos “menores” não precisassem passar pela decisão do Vaticano. Além disso, fomentar maior participação das congregações religiosas e leigos na vida da comunidade.

No dia 11 de outubro de 1962 aconteceu a primeira sessão do Concílio e a única presidida pelo papa João XXIII. Estavam presentes os padres conciliares: 2.500 bispos do mundo todo e superiores de ordens religiosas (que tivessem mais de 1.000 membros); observadores não-católicos: cerca de 40 representantes de outras Igrejas Cristãs, antigas igrejas orientais, ortodoxas, as igrejas pós-reforma, a *veterocatólica* e as pentecostais. Segundo Valentini (2013), havia apenas um leigo católico convidado, Jean Guitton e teve que tomar assento entre os observadores, pois não havia lugar reservado para leigos. Somente na segunda sessão que instalaram uma categoria chamada auditores (ouvintes) para leigos. Os únicos que não compareceram na primeira sessão foram os bispos chineses e alguns bispos de países comunistas.

Na abertura da reunião conciliar, João XXIII discorreu sobre os objetivos de convocar um concílio, declarando a necessidade de retomar a doutrina da Igreja recebida de Cristo. Por isso, precisavam expô-la com uma nova linguagem, mais inteligível aos fiéis, e de acordo com as novas exigências sociais ir ao encontro do homem atual (Valentini, 2013, p.19).

O Concílio provocou muitas mudanças institucionais, sobretudo de ordem teológica, filosófica e pastoral. Esta conjuntura política institucional, significou um divisor de águas que provocou novas configurações na vida dos clérigos, religiosos com opção laical, congregações

femininas e leigos, uma “nova” forma de experienciar a fé num mundo que atravessava conflitos econômicos, sociais, filosóficos e políticos.

Tanto para os críticos como para os partidários, o Concílio Vaticano II (1962-1965) marcava um dos mais importantes eventos da história do catolicismo romano. A despeito das contradições, tensões e limites que cercavam as mudanças, o Concílio enfatizou a **missão social da Igreja**, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou por exemplo maiores responsabilidades, co-responsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre os padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como o povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações. Os documentos conciliares enfatizavam o caráter hierárquico da Igreja e insistiam que sua missão estava acima da política, mas a nova doutrina revia de modo significativo os padrões de autoridade da Igreja e a relação entre a fé e o mundo (Mainwaring, 2004, p.62-63, grifo nosso).

Algumas tensões se constituíram entre os bispos e a Igreja de Roma acerca do Concílio. Dentre elas, o evento ser representado em sua maioria por bispos e teólogos europeus, sobretudo italianos causou desconforto e reivindicações, principalmente de padres e bispos da América Latina. Os últimos consideravam contraditória a predominância europeia, uma vez que os temas conciliares e reformas conduziam para mudanças mais significativas nos países latino-americanos do que nos europeus. Com exceção da Colômbia, que não apresentava muitas fragilidades em sua estrutura de Igreja. Os países latino-americanos demandavam maior participação dos leigos, sobretudo nas áreas rurais, onde a presença do clero era escassa. O autor afirma que as injustiças sociais na América Latina eram escandalosas e evidentes. Os pobres viviam em situação de vulnerabilidade em todos os aspectos, além da discriminação social e a repressão com a ditadura militar, tornando a intervenção de clérigos cada vez mais difícil.

Valentini (2013) destaca que na primeira sessão do Concílio houve grandes reclamações referente a predominância europeia. Para a eleição das comissões conciliares, foram entregues duas listas aos bispos, uma contendo os nomes de todos os bispos dos continentes e outra com os nomes dos bispos que participaram das comissões preparatórias, sendo os últimos em sua maioria italianos e conservadores. Os mais conhecidos eram os que haviam feito parte das comissões preparatórias, assim havia uma probabilidade maior de serem nomeados novamente para os cargos importantes. Alguns clérigos não viram uma estrutura justa nesta dinâmica. O autor relata que o cardeal francês Achille Liénart, pediu a palavra e discordou de uma eleição tão rápida, solicitando o adiamento para que houvesse tempo de consultar os bispos e indicarem de acordo com os integrantes de cada continente.

Durante esses três dias, os bispos da França, Alemanha, Bélgica, América do Norte e América Latina organizaram para cada comissão uma lista que continha bispos competentes de todas as nações. E no dia da votação, quase todos esses foram eleitos,

sendo que nenhum da lista organizada separadamente pelo episcopado italiano, o mais numeroso de todos, foi escolhido! Assim, o Concílio começou realmente ecumênico. Este fato teve uma importância decisiva em todo o desenrolar do Concílio (Valentini, 2013, p.22).

As comissões eram as responsáveis por redigir os esquemas, anotar as emendas e fazer as modificações solicitadas, exigindo muito trabalho dos integrantes. Havia dez comissões, a principal era composta pelo arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, a comissão teológica que correspondia a todos os assuntos de ordem doutrinal. As demais comissões classificavam-se: da liturgia; das missões; dos bispos; do clero e povo cristão; dos sacramentos; das Igrejas orientais; dos estudos e seminários; dos religiosos e do apostolado dos leigos. Estes foram os temas discutidos para gerenciar a (re)configuração institucional.

D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, participou da fase preparatória do Concílio como Consultor da “Comissão dos Bispos e Governo das Dioceses”, e tornou-se durante o evento um dos 18 principais líderes do episcopado. O bispo foi um dos fundadores da CNBB, reconhecido por apoiar os movimentos sociais e lutar pelos direitos humanos no período da Ditadura Militar. Na sua primeira carta conciliar em outubro de 1962 expressou sua preocupação com uma hegemonia europeia.

O Concílio vai ser difícil. As Sagradas Congregações pensavam que seria fácil pensar pelos bispos e decidir por eles. Acontece, por exemplo, que o esquema da parte teológica parece, a muitos Bispos do mundo inteiro, em dissonância com o que o Papa anuncia como espírito do Concílio [...]. Tal como nas Nações Unidas, temos no Concílio a presença do mundo desenvolvido e do subdesenvolvido. A Ásia e a África ainda não estão muito próximas da América Latina. Entendemo-nos à distância enquanto não vem a aproximação. Temos em comum o desejo de universalizar a visão da Igreja; a decisão de evitar que problemas de continentes tão distantes e diferentes sejam tratados com medidas europeias (Angelozi, 2018, p.82).

D. Helder concebia que a unidade da Igreja nos diversos continentes deveria respeitar as características culturais de cada lugar e favorecesse a inserção da doutrina da Igreja nos diversos povos. Ainda que as culturas fossem distantes, deveriam manter-se unidos pela mesma filiação eclesial.

Foi criado também o secretariado para o diálogo entre outras denominações cristãs. O Secretariado para a União dos Cristãos era liderado pelo Cardeal Augustin Bea, que reuniu 23 teólogos não católicos, dentre eles: luteranos, metodistas, ortodoxos e outras confissões cristãs não católicas. Segundo Valentini (2013, p.12) a presença dos chamados observadores não-católicos manteve o clima ecumênico do concílio, eles participavam das discussões dos temas e faziam chegar à aula conciliar suas sugestões e emendas fazendo intervenções orais ou escritas, assumidas pelos bispos da comissão do secretariado. Criado antes do Concílio, possuía

a função de comissão conciliar. Em alguns momentos colocado no mesmo nível da comissão teológica por terem sido convocados para integrar uma comissão mista, cuja função consistia em redigir o novo esquema para o decreto que definia a liberdade religiosa e a *Dei Verbum*.

No dia 7 de dezembro de 1965 foram promulgados os documentos conciliares: *Gaudium et Spes*: a Constituição Pastoral que trata da “Igreja no mundo atual”; *Ad Gentes*: um decreto sobre a atividade missionária da Igreja; *Dignitatis Humanae*: uma declaração sobre a liberdade religiosa; e o *Presbyterorum Ordinis*: decreto que trata da vida e o ministério dos presbíteros. O Concílio vaticano II foi encerrado oficialmente pelo papa Paulo VI com uma missa na praça São Pedro aos dias 08 de dezembro de 1965, após quatro anos desde o seu início em 1962. Quatro sessões foram necessárias e delas produzidas dezesseis documentos conciliares. As reuniões conciliares aconteceram sempre nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de cada ano.

Antes do Concílio, muitos clérigos, teólogos, bispos, religiosos opção laical e freiras já haviam iniciado movimentos de defesa das minorias, no campo e nas grandes cidades, ainda que sob interferências e protestos de clérigos conservadores que não concordavam com o envolvimento da Igreja nas questões políticas, pois acreditavam estar acima de qualquer política, por ser ela mesma um Estado.

No entanto, quando já na primeira sessão do Concílio, o papa João XXIII declara “Igreja, o povo de Deus”, a instituição autoriza a defesa da justiça social, gerando expectativas entre os clérigos progressistas que concebiam a Igreja enquanto missionária, e para isto precisavam estar entre o “seu povo”. A teologia que formaria os novos padres e freiras apresentaria o Cristo numa dimensão mais humana e próxima do seu rebanho, o “povo de Deus”. No entanto, esta nova concepção gerou muitos conflitos internos entre conservadores e progressistas, tendo como impacto a construção de novas teorias, como exemplo, a Teologia da Libertação.

Teólogos e filósofos da Igreja Católica, criaram na década de 1960 um movimento teológico que buscou aproximar Igreja e realidade social dos fiéis. A Teologia da Libertação objetivava um jeito de ser igreja a partir da *práxis*, onde o viés da fé tivesse um olhar sensível para a realidade sobretudo dos pobres. Um dos princípios da Teologia da Libertação é a autonomia das comunidades de base cristãs, para que fosse formados fiéis politizados, comprometidos com a Igreja e a sociedade.

Os primeiros clássicos na teologia da libertação aparecem entre 1969 e 1973, incluindo *Opresión-Liberación: Desafío a los Cristianos*, do brasileiro Hugo Assmann (1971), *A Theology of Liberation*, do peruano Gustavo Gutiérrez (1971), e

Jesus Cristo, Libertador, de autoria do brasileiro Leonardo Boff (1971). A nova teologia estimulou inovações por todo o continente (Mainwaring, 2004, p.133, grifos do autor).

A Igreja do Brasil acolheu a proposta do Concílio, mas não sem grandes conflitos. Eram mudanças muito significativas, sobretudo na questão litúrgica. Enquanto uma parte dos clérigos preocupavam-se em manter a postura hierárquica, outros estavam animados em dividir as funções com os leigos, uma vez que muitas comunidades rurais tinham acesso a celebrações somente uma vez ao ano. A formação de lideranças foi o carro chefe em muitas paróquias do Brasil, a proposta era que os dirigentes fossem multiplicadores da palavra de Deus e pudessem dar notícias dessas comunidades às paróquias que se encontravam muito afastadas.

Sobre os impactos das novas propostas do Concílio, Fr. Heriberto Rembecki, um dos clérigos entrevistados para esta pesquisa, declarou que os novos tempos propostos pela Igreja de Roma foi muito significativa nas ações pastorais do Brasil. Assim, o frade declara:

O Vaticano II foi um concílio pastoral, não para condenar teorias ou pensamentos de outras religiões, mas foi para conseguir abertura e o principal foi para enxergar o leigo, porque até ali, a nossa Igreja era uma Igreja muito clerical: bispo, padre, que mandava e desmandava, o leigo tinha pouca vez. Então veio a palavra: **“Igreja, povo de Deus”**. Então foi assim uma valorização do leigo, dos movimentos leigos como: Conselho Paroquial, e assim por diante. E veio também uma contemplação sobre a situação mundial a respeito da pobreza, alguns países sempre mais ricos e outros grandes países continuam ficando mais pobres. O abismo entre ricos e pobres foi cada vez maior, então já se olhava para a questão dos pobres, essa questão dos pobres foi muito acolhida pela Igreja da América Latina e de modo especial pela nossa, Igreja nossa do Brasil (Entrevista, Fr. Heriberto Rembecki, 2015, grifo nosso).

Como resultado das novas deliberações para a Igreja, os bispos da América Latina elaboraram planos de pastoral. Em 1968 a II Conferência Episcopal da América Latina - CELAM, que ocorreu em Medellín, foi muito significativa para a formação das Comunidades Eclesiais de Base - CEB'S.

3.2 MOVIMENTOS PASTORAIS EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR

Nos anos de 1964 a Igreja brasileira já havia implementado diversas mudanças respaldados pelos documentos do Concílio Vaticano II, mas essas transformações se configuraram sob fortes conflitos internos. A chamada esquerda católica, defendia a transformação social radical, por outro lado, os tradicionalistas, de onde surgiu a extrema direita católica, defendiam a concepção de fé tradicional. Deste último setor surgiu uma direita católica

que contribuiu para a queda do presidente João Goulart em 1964, e pressionou a esquerda católica e os bispos progressistas (Mainwaring, 2004, p.65).

O autor destaca que tanto a esquerda, quanto os tradicionalistas não eram favorecidos pela Igreja Institucional, pois ela estava dividida entre os reformistas e os modernizadores conservadores. Os dois grupos consideravam importante a missão social da Igreja, a participação dos leigos e a necessidade de mudanças, porém suas concepções acerca dessas transformações eram distintas. Os reformistas estavam preocupados, sobretudo com a possibilidade de reconhecer a “Igreja como povo de Deus”, a hierarquia não era uma questão vital para eles. Já os modernizadores conservadores defendiam a preservação da obediência hierárquica e rejeitavam o envolvimento aberto com a política, pois para eles era fundamental que a Igreja se mantivesse acima dela (*Ibdem*).

O principal foco dos modernizadores conservadores era o desenvolvimento individual, compreendendo que o processo para tal transformação, era a educação, no lugar de mudanças sociais mais estruturais. Assim, na década de 1960 os modernizadores conservadores investiram em programas como: Movimento Familiar Cristão e minicursos cristãos, ou os chamados “Cursinhos de Crisandade”. Trata-se de um movimento pastoral eclesial que surgiu na Espanha em 1948 e trazido para o contexto brasileiro em 1962, onde o primeiro curso foi realizado em São Paulo. Eram cursos de curta duração, cujo foco era formar núcleos cristãos que debatessem temas ligados a fé, sendo orientados pela Igreja para as atividades pastorais em suas paróquias e comunidades.

A missão da Igreja, no entender da “direita” é essencialmente espiritual sobrepondo-se ao antagonismo de classe e exortando de forma igual a todos para a conversão, independente de sua posição social e situação de classe. Já na perspectiva da “esquerda”, para a Igreja exercer sua missão específica é necessário comprometer-se com os interesses das classes dominadas e romper com os interesses e privilégios das classes dominantes (Follman, 1985, p.109).

O movimento dos leigos foi um potencial mecanismo de mudanças na Igreja do Brasil ao longo da segunda metade do século XX. Quanto aos clérigos da esquerda católica, embora em número menor, pressionada pela hierarquia e reprimida pelo regime militar, criou estratégias para ações e implantou um laicato mais participativo dentro das suas paróquias e comunidades. Esta ala católica, compreendia o homem como processo de transformação, não apenas religiosa, mas em sua integralidade, nas suas relações sociais com o mundo externo, para além do espiritual, ou seja, – corpo e alma. Nessa lógica, são homens e mulheres inseridos na política como estudantes universitários, trabalhadores rurais, na saúde, no operariado etc. Deste modo, os grupos marginalizados encontraram junto à esquerda católica, apoio em suas lutas de classe.

Sobretudo, diante das repressões, torturas e mortes no contexto de ditadura, os espaços criados por alas católicas, se configuraram em estratégias para reflexões e ações políticas.

Os clérigos da esquerda apoiaram a Juventude Universitária Católica - JUC, um movimento católico criado em 1930, como parte da Ação Católica do Brasil - ACB, inicialmente fundada sob bases clericais conservadoras, cujo objetivo era cristianizar a futura elite. No entanto, entre os anos de 1946 e 1950, a ACB passou por uma reorganização que contribuiu para que a JUC tivesse mais autonomia. Assim a JUC começou a se envolver mais com o movimento universitário e com a esquerda católica, sendo mais afetada por esta ala. No final da década de 1950, sua relação com a hierarquia passou por conflitos, por causa de suas ações, pois os conservadores julgavam muito radicais. Um evento que contribuiu para o conflito entre a JUC e bispos conservadores, foi a Conferência Nacional da JUC em 1959, onde os membros assumiram a responsabilidade pela ação política como fundamento do seu compromisso evangélico.

Em 1960, a JUC estava ativamente envolvida com a esquerda brasileira. Os católicos progressistas se inseriram no mesmo contexto histórico que o restante da esquerda e, apesar de suas críticas aos grupos leninistas, mantinham-se em constante contato com as organizações de esquerda e por elas eram influenciadas. Os católicos exerceram influência sobre o movimento estudantil e sobre vários movimentos pela educação e cultura populares. Também foram importantes no movimento dos camponeses e algumas associações de bairro (*Ibidem*, p.84).

As ações políticas da JUC receberam visibilidade no congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE, onde foi discutida a reforma universitária, o que provocou desconforto na direita católica. Em 1961, o bispo de Natal, assumiu a oposição à JUC, “[...] enquanto a direita católica atacava a JUC, os bispos moderados tornavam-se mais preocupados com a radicalização do movimento” (*Ibidem*, p.85). Diante dos conflitos ideológicos, foi emitido um documento episcopal em 1961, que proibia o movimento de fazer pronunciamentos radicais e de assumir compromissos políticos, nas palavras do autor “indesejáveis”.

Entre 1961, quando se iniciaram as represálias contra a JUC, e 1966, quando o movimento finalmente se dissolveu devido ao seu descontentamento com a hierarquia, a JUC entrou em declínio paulatino. Deixando de conformar-se em ser um movimento leigo subordinado, a JUC julgava não haver razão que a obrigasse a seguir as determinações de bispos que nada tivessem contribuído para o movimento (*Ibidem*).

O autor pontua que após 1961, os espaços mais importantes para a participação de católicos progressistas nas questões políticas passaram a ser a Ação Popular - AP, o Movimento de Educação de Base - MEB e o movimento educacional Paulo Freire. Ao mesmo tempo que a Igreja institucional se inclina às questões sociais, as alas irão diferir entre si e defender cada

uma seus posicionamentos. A preocupação com a hierarquia é nítida, pois as ações implementadas pelos movimentos estavam construindo um novo jeito de ser cristão católico, que se incorporava à instituição. Isto era visto por muitos clérigos como ameaça a identidade fundamental da Igreja.

O apoio de clérigos aos movimentos sociais no Brasil, promoviam uma certa autonomia, ainda que os bispos conservadores buscassem reprimir o que eles chamavam de radicalismo. Segundo Mainwaring (2004, p.93), lideranças da CNBB como D. Helder Câmara, D. Luiz Fernandes, D. Cândido Padim e D. José Távora foram defensores comprometidos com a Juventude Católica - JUC e o Movimento Educacional de Base - MEB. O conceito tradicional de laicato foi (re)configurado por meio da esquerda católica, as experiências contribuíram para revelar e potencializar a competência do leigo. Assim as ações da esquerda católica nos anos 1960 prepararam o leigo para assumirem os setores de base na década de 1970.

Os programas de educação popular foram muito influentes para a (re)configuração da Igreja do Brasil. O MEB e o Método Paulo Freire, preocupavam-se mais com as questões práticas, como o trabalho popular e estavam menos inclinados a teorias complexas sobre a fé: “Ambos, Paulo Freire e MEB, estavam comprometidos com a transformação da sociedade, mas nenhum deles lidou extensivamente com considerações teológicas, como fizera a JUC, ou com o socialismo humanista, como fizera a AP” (*Ibdem*, p.88).

O Movimento Educacional de Base - MEB, foi fundado em 1961, através de um acordo entre D. José Távora, bispo de Aracajú e o presidente Jânio Quadros, cujo Estado ficara responsável pelo financiamento e a Igreja pela execução do programa. Os integrantes católicos do MEB buscavam efetivar seu compromisso religioso e político através de ações concretas. Afirma o autor que em meados de 1962 o MEB posicionou-se a favor da transformação radical, concebendo a educação um meio de conscientização para que as classes populares compreendessem as mazelas como parte de um sistema social mais amplo.

A diretriz da abordagem do MEB sobre a educação popular era que o povo deve ser o agente de sua própria história. O povo, e não uma força externa (seja ela uma vanguarda de esquerda ou políticos tradicionais), deve tomar as decisões mais importantes relacionadas com sua própria vida. Como afirmava um documento: ‘É necessário, para ser mais efetiva essa participação, que a própria estrutura do Movimento seja mais permeável à presença do povo’. Essa filosofia atribuía uma responsabilidade maior aos setores populares do que a Igreja jamais o fizera e questionava a visão tradicional de que as massas são incapazes de modificar sua situação e não têm interesse em fazê-lo. O MEB ainda enfatizava a necessidade da participação popular nas decisões do movimento e criticava as práticas paternalistas (*Ibdem*).

O MEB incorpora ao conceito educacional, metodologias que julgam os problemas concretos das comunidades, como ponto vital para experienciar a aprendizagem. Segundo o autor, o movimento antecipou as práticas pedagógicas que foram implantadas na chamada Igreja Popular. Na prática, significava começar pelas necessidades mais urgentes, da forma como as comunidades se percebiam e não por questões abstratas. Havia nesta lógica também, uma valorização das culturas, que independia do nível escolar e financeiro, respeitando suas formas de trabalho e suas decisões em comunidade (*Ibdem*, p.89).

Em suma, o MEB deveria promover o desenvolvimento integral dos brasileiros, para que estes fossem agentes de transformação da própria história, num processo de conscientização das comunidades. Podemos dizer que o movimento estava inclinado a problematizar o contexto social das comunidades, para que elas se apropriassem dos seus direitos políticos e pudessem a partir do conhecimento, enfrentar as autoridades na luta por justiça diante dos problemas que afetavam suas comunidades.

Com a ditadura militar de 1964, vários movimentos de oposição foram reprimidos e silenciados, dentre eles organização de camponeses, operários, esquerda política, alas da Igreja Católica etc. Em nome de uma ordem social, a ditadura agiu de modo violento para derrotar o que eles chamavam de “ameaça subversiva”. Segundo Mainwaring (2004, p.101-102), os militares diminuíram a repressão nos primeiros 4 anos, com o intuito de institucionalizar um governo militar mais duradouro. A extrema esquerda respondeu a repressão e abusos: alguns com a luta armada, outros na clandestinidade. Com o decreto do AI nº5 em dezembro de 1968, o direito de *habeas corpus* foi eliminado, o que deixou a esquerda ainda mais vulnerável. O autor destaca que o período mais repressivo foi entre 1968 e 1974, com ocorrência de centenas de assassinatos políticos e torturas.

Quanto a questão econômica, em 1967 passou por um rápido crescimento, o chamado “milagre econômico”. O Produto Interno Bruto - PIB do Brasil chegou a uma taxa aproximada de 10%, um dos índices mais altos do mundo. Houve crescimento do capital estrangeiro, rápida expansão das empresas estatais, concentração das indústrias, o acelerado crescimento e diversificação das exportações e bom desempenho nos bens de consumo duráveis. Ainda que a redistribuição da renda tenha sido bastante negativa, o governo militar se apropriou do “milagre econômico” como símbolo de eficiência e nacionalismo.

No início do golpe, uma ala católica representada pela CNBB, preocupada com a expansão do comunismo e a desordem social, emitiu um manifesto apoiando os militares. Isto

serviu como respaldo para o discurso dos militares e para a *Central Intelligence Agency* - CIA, no pré-golpe de 1964.

Após ter dado seu apoio ao reformismo de João Goulart, a CNBB acabou juntando forças e apoiou o golpe. Nesse sentido, a CNBB agiu de uma maneira similar aos setores moderados da sociedade que, temendo a desordem social ou uma insurreição comunista, inicialmente deram seu apoio ao regime, mas que, posteriormente, opuseram-se aos militares. Embora a CNBB agradecesse aos militares por salvarem o país, seu documento de junho de 1964 incluía alguns parágrafos mais críticos que revelavam as posições profundamente contraditórias dentro do episcopado. O manifesto antecipava as críticas posteriores à repressão feitas pela hierarquia. Advertia que a tentativa de ‘eliminar as causas da desordem’ não poderia justificar a violência e a tirania e insistia para que os acusados tivessem direito à defesa (*Ibdem*, p.103).

No documento os bispos discordam das repressões contra a Igreja, direcionadas a bispos, padres e leigos. Afirmam que não aceitam acusações injuriosas, e que seus membros e movimentos como a Ação Católica - AC e MEB fossem acusados de comunistas. O autor considera o manifesto da CNBB contraditória, pois ao mesmo tempo que apoiaram o golpe, declararam que as repressões não podiam atingir os membros da Igreja. Se referiram ainda à justiça social e a observância dos Direitos Humanos. A questão social, também foi citada no documento, um tema que posteriormente causou muitos conflitos entre os clérigos.

Depois do golpe, os bispos conservadores lideraram a CNBB, D. Helder foi retirado do cargo de secretário geral e deu lugar a D. José Gonçalves, um bispo conservador. Também eram conservadores o novo presidente D. Agnelo Rossi – arcebispo de São Paulo, e o chefe de assuntos leigos, D. Vicente Scherer. Mainwaring (2004) ressalta que o chefe de assuntos leigos aplicou sanções eclesiais contra a JUC, o que contribuiu para o declínio do movimento em 1966. A CNBB passa a ter uma representação conservadora mais forte nos núcleos mais influentes, houve uma expansão de 7 para 37 membros, que enfraqueceu temporariamente a ação dos bispos progressistas. Contudo, as novas posições dos bispos progressistas os mantiveram em posições de importância dos seus movimentos de interesse. D. Helder Câmara, foi eleito Secretário da Ação Social, D. Fernando Gomes, Secretário de Assuntos Pastorais especiais e D. Cândido Padim, Secretário de Educação.

Entre 1964 e 1968, a CNBB preocupou-se mais com sua ordem interna do que com a política e com a ação social. Nem mesmo o Vaticano II, o surgimento de uma teologia mais especificamente latino-americana e uma grande variedade de inovações pastorais nas bases foram suficientes para fazer com que a CNBB se esforçasse para promover a justiça social. Em contraste com os anos pré-golpe, a CNBB nada tinha a dizer sobre as condições sociais. Os documentos episcopais limitavam-se a formulações teóricas abstratas que não faziam nem mesmo referência aos eventos da época, quanto menos prescrever mudanças (*Ibdem*, p.104).

O autor destaca que não havia nenhuma menção dos bispos referente ao governo militar, sobre a repressão ou modelo econômico, pois havia muita cautela com as palavras. Na Assembleia Geral da CNBB em 1967, a postura da instituição ainda era bastante conservadora, apesar de falarem em mudança social, evitavam criticar a repressão do governo. Após a Conferência Episcopal Latino-Americana - CELAM em Medellín, a comissão central da CNBB se manifestou dizendo que a Igreja reconhecia a autonomia do poder civil e respeitava a autoridade e pretendia colaborar com aqueles que tinham o cargo do bem comum.

No entanto, a Igreja do Brasil não se concentrava na CNBB, apesar de ser a autoridade católica máxima no país. Outros núcleos de clérigos, religiosas e religiosos, incluindo bispos se movimentavam em direção as lutas sociais e defesa dos direitos humanos. Mainwaring destaca que entre os anos de 1964 e 1970, a CNBB manteve-se cautelosa, mas uma grande parte das dioceses estimulavam os debates sobre as questões sociais. As regionais criadas pela própria CNBB, adquiriram influência significativa e propuseram respostas pastorais às questões sociais em suas bases. A Igreja do Amazonas e região Nordeste são exemplos de resposta desses núcleos, sendo os bispos dessas regionais os mais progressistas do país.

Em 1966 o presidente Castello Branco empreendeu a “Operação Amazonas”, impactando a região com rápidas mudanças, num lugar onde era em grande parte despovoada. O desenvolvimento na agroindústria e construção de estradas foram pontos principais para o projeto de “desenvolvimento” do Amazonas. Quanto à política agrícola, o governo incentivou a modernização dos latifúndios, buscando um rápido crescimento das importações não tradicionais.

Para a Igreja, o problema mais significativo causado por aquela política foi a rápida expansão da agroindústria e a expulsão dos camponeses da terra. Em resposta aos grandes incentivos fiscais, investidores de outros países e do sul do Brasil adquiriram enormes extensões de terra a partir de 1966. No estado do Pará, para onde afluíram investidores, o número de fazendas com 10 mil ou mais hectares aumentou de 33 em 1960 para 81 em 1970 e para 142 em 1975. A quantidade de terra que essas fazendas continham cresceu acima de seis vezes nesse período de 15 anos (*Ibdem*, p.106).

A expansão das fazendas tornou difícil o acesso dos camponeses à terra, o que acabou gerando inúmeros conflitos. O autor destaca que bispos e outras lideranças da Igreja modificaram as orientações pastorais devido o índice de violência contra os camponeses e indígenas. Bispos de várias partes da Amazônia chamaram a atenção para os graves conflitos e pediram apoio da Igreja Institucional para que defendessem os pobres com mais vigor e se tornassem líderes corajosos que buscassem novas perspectivas para a Igreja.

A Igreja do Nordeste foi uma forte aliada para as transformações da Igreja em todo o país. A maioria dos seus bispos foram apoiadores da reforma agrária e responsáveis por mudanças importantes na Educação Popular. Mantiveram-se firmes nas suas críticas ao governo militar, prevalecendo uma inclinação maior para a ala reformista da Igreja.

A mobilização camponesa e o envolvimento de vários agentes políticos na região ajudaram a sensibilizar a Igreja em relação aos problemas do povo. Alguns membros da Igreja tentaram evitar a mobilização camponesa radical, enquanto outros davam apoio à organização camponesa independente, especialmente depois da criação do MEB. De qualquer forma, a criação dos sindicatos da Igreja e do MEB foram respostas claras a essa mobilização (favoráveis em alguns casos, defensiva em outros) (*Ibdem*, p.116).

O autor afirma que outros grupos foram significativos na renovação da Igreja do Nordeste, principalmente no ano de 1968 quando a repressão foi mais intensa. Dentre eles a Ação Católica Operária - ACO, a Juventude Operária Católica - JOC, a Juventude Agrária Católica - JAC e o Apoio Cristão Rural - ACR, que eram bastante ativos no Nordeste. O MEB também foi bastante significativo, porém em 1964 a repressão o levou a concentrar-se mais no Amazonas.

Dentre os conflitos entre Igreja e Estado, o autor cita a forte repressão contra a Igreja do Maranhão em 1967, onde a estação de rádio da arquidiocese de São Luís foi fechada sob acusação de subversão. Diante das represálias o arcebispo e bispo auxiliar contestaram e outros bispos do Nordeste apoiaram a Igreja do Maranhão. O arcebispo de Fortaleza, D. Delgado acusou o regime dizendo que estavam tentando calar “uma das últimas forças vivas na sociedade”. Enfatizou que a repressão era subversiva e não a Igreja, pois acreditavam que os agitadores da sociedade eram os militares. O autor afirma que a região mais explosiva era a do Nordeste II, onde D. Helder atuava, contudo os bispos do Maranhão, Piauí e Ceará também eram enfáticos em suas denúncias contra o regime militar, diante das diversas formas de violência contra a sociedade civil e religiosa (*Ibdem*).

A Igreja do Brasil sentiu-se mais ameaçada ainda ao testemunharem o assassinato do Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, em 25 de março de 1969, assistente da Juventude Operária Católica - JOC, de 28 anos. O autor destaca que este foi o primeiro assassinato de um padre no Brasil pela ditadura. Apesar dos bispos e outros clérigos terem feito manifestos condenando a tortura e morte, não houve investigações que levassem aos executores do crime.

Torturar leigos e religiosos foram práticas do regime militar por várias regiões do país. Em 1970, dois padres foram presos em Rio Preto do Maranhão, sob tortura um deles foi obrigado a assinar uma confissão dizendo ser subversivo. Como resultado, após uma semana

de isolamento, os dois padres foram julgados sob acusação de subversão. Nos dias 22 e 23 de agosto, todas as paróquias do estado prepararam suas homilias/sermões denunciando a tortura. O arcebispo de São Luís, D. João José Motta (1964-1984), publicou uma declaração que afirmava o compromisso da Igreja do Maranhão em defesa dos pobres. A declaração foi lida pelo bispo auxiliar na rádio da arquidiocese, mas em seguida os militares proibiram que se emitisse qualquer outro comunicado em relação ao assunto (*Ibdem*, p.120).

Os impactos da ditadura militar, de certo modo (re)configurou não apenas as formas de atuação dos movimentos, mas também a própria ação da Igreja Católica no Brasil. As repressões levaram a Igreja a construir defesas para resguardar sua própria autonomia e integridade institucional. Os bispos conservadores, apesar de não concordarem com a forma de condução dos clérigos progressistas no trabalho pastoral, que segundo eles “conduziu ao problema com o Estado”, também não aprovavam as interferências do Estado nos trabalhos da Igreja. Assim Mainwaring afirma que as tentativas de silenciar clérigos progressistas, acabou fortalecendo sua posição, principalmente após 1968, onde a Igreja se mostrou mais crítica no que se refere ao capitalismo, acreditando menos que as mudanças sociais poderiam resultar deste sistema.

O compromisso dos bispos do Nordeste com uma nova visão da Igreja levou à publicação de **“Eu ouvi o grito do meu povo”** a 6 de maio de 1973. Esse documento era semelhante em estilo e conteúdo ao **“A marginalização de um povo”**, emitido pelos bispos do Amazonas no mesmo dia. Os dois grupos haviam trabalhado em conjunto para redigir os documentos e para desenvolver uma visão de fé por trás de ambos. Como o documento do Amazonas, **“Eu Ouvi o Grito do Meu Povo”** foi um dos documentos mais radicais já emitidos. Numa época em que os líderes políticos temiam fazer críticas contra o regime, os bispos condenavam “o terrorismo oficial”, a “espionagem”, o “crescente domínio das vidas particulares dos cidadãos pelo Estado” e “a utilização de torturas e assassinatos generalizada” (*Ibdem*, p.122, grifo nosso).

Os bispos do Nordeste e Amazonas trazem nos documentos, críticas severas ao milagre econômico brasileiro, sob acusação de acentuarem as desigualdades, por tornar mais ricos uma minoria e por causar mais pobreza na maior parte da população. Uma postura totalmente diferente das declarações da CNBB em 1965 sobre o milagre econômico brasileiro, que tinha sido bastante positiva em relação ao capitalismo.

Na análise de Roberto Romano (1972), sobre a postura da Igreja brasileira diante das configurações políticas, econômicas e sociais no período militar e sua relação com o Estado vai de encontro as análises otimistas de outros autores, onde clérigos progressistas se sensibilizam com a extrema pobreza e se movimentam a favor das massas. O autor analisa e apresenta teorias que colocam a instituição como protetora da sua autonomia e hierarquia não apenas em relação ao Estado, mas também no que se refere as massas populares. Para o autor, a Igreja buscou

meios para continuar exercendo influência na sociedade, uma dessas formas foi investindo na cultura do “povo”, como exemplo a expansão das universidades católicas, fundamentadas na cristandade e na moral dos indivíduos.

Para Romano, a Teologia descobre no âmbito da cultura secular, caminhos para a “regeneração humana”. Assim, ele justifica a participação da Igreja nos diversos engajamentos políticos e a sua postura em julgar ilegítimos os governos ditatoriais.

Nestas correntes teológicas, transfere-se o lugar da eficácia político-religiosa: resultando impotente para transfigurar do interior a sociedade moderna e seus valores, a doutrina eclesiástica deveria ceder lugar, ou melhor apropriar-se dos conteúdos das ciências humanas como instrumento de interpretação dos “sinais dos tempos”. A prática pastoral se nortearia doravante por dois vetores fundamentais: de um lado, pela hermenêutica renovada da Tradição e Revelação e, de outro, pelo recolhimento das teorias sociológicas e econômicas, consideradas pontas de lança da cultura contemporânea (Romano, 1979, p.154).

O autor considera que tanto no meio católico brasileiro, quanto em outras partes do continente latino-americano, a leitura sobre ciência e teologia tenha se generalizado durante a década de 1960/1970: “que seria tarefa impossível separar sua terminologia “científica” da sistemática peculiar à velha maneira clerical de ver a história e a sociedade”. Ao analisar os documentos episcopais brasileiros, o autor afirma que se comprova nos discursos o domínio científico e teológico, além de destacarem as ciências sociais enquanto conhecimentos inquestionáveis sobre o que ele chama de “realidade nacional” e em relação a proposta de política a ser pensada pela Igreja (*Ibidem*, p.155).

A exemplo do imaginário eclesiocêntrico e ideologia científica, o autor cita o Documento dos Bispos do Nordeste. Afirma que a passagem pela ciência foi acompanhada pela “apologia das reformas sociais”, vista de cima, ou seja, a partir dos Estado e das elites intelectuais. A postura radical do documento não foi repentina e sim preparada antes do golpe de 1964. A Sociologia e Economia já ganhavam espaço nas considerações dos bispos durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Não foi outro o sentido da verdadeira simbiose operada entre os bispos e os técnicos que ajudaram o Governo Federal a fundar a SUDENE. Quando o nacionalismo desenvolvimentista se desviou dos rumos preconizados pela Igreja, os bispos, especialmente os do Nordeste, onde as condições sociais eram as mais adversas, foram obrigados a reformular o apoio ao Estado: daí em diante não aceitaram, de modo imediato, as diretivas oficiais, mas propuseram um programa específico de reformas (*Ibidem*, p.155).

Segundo o autor, a hierarquia católica solicitou a assessoria de técnicos leigos e integrou os dados socioeconômicos do plano global para a atuação da Igreja a longo prazo. Assim, antes dos bispos publicarem o Documento “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”, a

Igreja do Brasil já havia produzido muitos trabalhos científicos e teológicos com o objetivo de definir uma nova política para a instituição. Romano afirma que as notas redigidas pelo assessor de D. Helder Câmara, o belga e teólogo da Libertação: Pe. José Comblin, tiveram muita repercussão, estas notas tinham como alvo a II Conferência do CELAM - 1968.

A tese central do texto do padre afirma que os conceitos de classe, de mobilidade de classe, dentre outros elaborados pela sociologia americana e europeia não eram coerentes com a sociedade latino-americana. Os bispos consideravam que os atrasos na sociedade latino-americana poderiam ser estudados na sua base antropológica, onde somente a aristocracia branca participava da sociedade moderna, sendo eles os responsáveis por barrar os processos de mobilidade social. Deste modo, traçaram o perfil da sociedade brasileira e a forma de agir para combater o “atraso”. Argumentaram ainda que as massas estavam à margem de qualquer poder, pois não tinham direito a voto, não faziam parte do crescimento econômico, dos ciclos de produção e de consumo (*Ibidem*, p.157).

Ao analisar o texto do Pe. Comblin, Romano afirma que havia em seu discurso uma enorme preocupação em conservar as massas na Igreja e no campo, numa tentativa de impedi-los que migrassem para as grandes cidades e se “perdessem” em outras religiões, seitas e sincretismos. Nas palavras do Pe. Comblin “*Só uma rápida transformação da Igreja paroquial em comunidades de base populares* dotadas do seu próprio clero poderia ainda salvar algo das classes populares” (Pe. Comblin *apud* Romano, 1979, p.157, grifos do autor).

Na visão de Romano, as estratégias da Igreja era uma forma de controle das massas populares e de mantê-las no campo. Contudo não dá para analisar a instituição católica brasileira de um ângulo apenas. É notável que a Igreja quisesse manter sua função de pastor de um grande rebanho, no entanto, acompanhar os movimentos e comunidades rurais já era uma realidade de muitas paróquias e clérigos. A inserção nas comunidades minimamente os levou a vivenciar atividades e culturas tentando mesclar religiosidade e experiências comunitárias. Nota-se que em meio a violência contra grupos, os clérigos também foram ameaçados e sofreram violência por se posicionarem a favor das populações que não tinham participação nas principais decisões do Estado. Dentro do aspecto heterogêneo que se manifesta a instituição Igreja Católica, é provável que para muitos clérigos, manter camponeses em seus locais de origem fazia parte do projeto de ação pastoral, pensada como forma de fazer justiça social.

Segundo Martins, os documentos produzidos em 1973, tanto pelos bispos do Nordeste, quanto o documento de Goiânia “O Grito das Igrejas”, são amostras da insatisfação da instituição e a tentativa de diagnosticar o conjunto da situação social no espaço rural brasileiro,

e a partir desse diagnóstico enfrentar e denunciar o Estado, “[...] A Igreja não recuou nesse momento, ela avançou, ela tratou de discutir a questão” (Martins, 1985, p.119). Há nesse contexto, uma preocupação com a expropriação e pobreza de trabalhadores rurais do campo brasileiro, que ocasionava êxodo rural, desemprego, subemprego e a marginalização dessa classe.

A Igreja Católica foi um dos principais dispositivos de apoio e defesa dos movimentos sociais na conjuntura da ditadura militar. Muitos clérigos se pronunciaram tornando pública a violência por meio de jornais, sermões, notas de repúdio, missas de desagravo etc. Uma parte era composta por clérigos intelectuais, que enfrentavam as autoridades na tentativa de fazer negociações e diminuir os impactos da violência, outros acompanhavam as comunidades de perto nos momentos de tensões.

Enquanto parte do processo de esgotamento da ditadura e do início da redemocratização, surgiu no país na década de 1980 uma complexa rede de movimentos sociais, no campo e nos centros urbanos, reivindicando melhores condições em diversos setores da sociedade. Uma complexidade muito bem definida por Gohn e que só pode ser compreendida no campo história da política.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados por um grupo (Gohn, 2000, p.13).

No Maranhão bispos, clérigos, congregações femininas e leigos organizaram trabalhadores rurais na luta pela terra. A maioria das áreas em questão eram terras devolutas, ocupadas previamente por posseiros, mas não tinham título de propriedade. Estas passaram a ser reclamadas por fazendeiros ou empresas privadas que alegavam tê-las comprado do estado. Assim, expandiu-se no Maranhão a criação de gado que impactou na agricultura de subsistência, ocasionando conflitos de terra, expropriações e mortes.

A Igreja do Médio Mearim, representada por clérigos e religiosas alemãs, atendiam uma área pastoral de mais de 100 comunidades na zona rural e urbana, em resposta aos conflitos no campo, elaboraram projetos e movimentos em apoio aos camponeses. A exemplo, a formação de lideranças leigas através do Seminário Catequético em Bacabal e a criação de entidades de apoio e articulação dos posseiros, atendendo toda área da diocese.

Um frade que exerceu liderança na defesa dos trabalhadores rurais no Médio Mearim entre as décadas de 1970 e 1990, foi Fr. Godofredo Bauerdick, um dos franciscanos acusados de subversão pela DOPS/MA. Juntamente com seus confrades, Fr. Heriberto Rembecki, Fr. Adolfo Temme e D. Fr. Pascásio Rettler exerceram liderança nas comunidades rurais afetadas. A Igreja do Maranhão, tornou pública a violência no campo, forneceu assistência jurídica e acompanhou *in loco* os conflitos. No entanto, foram rigidamente vigiados pelo regime militar que os acusaram de incitar movimentos jovens para promover agitação e possuir armamento pesado no subterrâneo de suas igrejas. (Ver figura 2)

FIGURA 2 – INFORME: ASSUNTO - FREI GODOFREDO BAUERDICK

Pasta 06 cod 12 fs. 03

CONFIDENCIAL

ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

INFORME N.º 0006/ SI/ SSP / DOPS/MA/19 80

Data : 11 de fevereiro de 1980

Assunto : FREI GODOFREDO DE BAUERDICK I

Referência :

Anexo :

1 Difusão : AFZ/SNI.-10SRM/E2.-SR/DPF/MA.-PMMA/PM2.-24SBC/S2.-ASI/FUMA.-
ARQUIVO.

Origem : SI/DOPS/MA

Avaliação : E3

- 1 - FREI GODOFREDO DE BAUERDICK I, alemão, vigário da Paróquia de Lage da Pedra(MA) é público e notório possuir uma estação de rádio comunicação na Igreja local, ou na sua residência, e outra na sede da Congregação Religiosa a que pertence, em Bacabal(MA).
- 2 - Consta existir no subterrâneo do prédio da sede da Congregação armamento em depósito (Lage da Pedra ou Bacabal).
- 3 - Informamos ainda, que o referido vigário vem mobilizando de maneira ativa, Clube de Jovens e Comunidade de Base, para promover agitações nos municípios de Lage da Pedra e Paulo Ramez.

O destinatário é responsável pela manutenção do Selo deste documento (Art. 19 Dec. 70099/77 - regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos)

CONFIDENCIAL

STOGE

A fonte apresentada acima, faz parte das fichas da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão - DOPS/MA, encontrada no Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM. Este documento está descrito como confidencial:

1. Frei Godofredo de Bauerdick, alemão, vigário da Paróquia de Lago da Pedra (MA) é público e notório possuir uma estação de rádio comunicação na Igreja local, ou na sua residência, e outra na sede da Congregação Religiosa a que pertence, em Bacabal (MA).
2. Consta existir no subterrâneo do prédio da sede da Congregação Religiosa armamento em depósito (Lago da Pedra ou Bacabal).
3. Informamos ainda, que o referido vigário vem mobilizando de maneira ativa, clube de jovens e Comunidade de Base, para promover agitação nos municípios de Lago da Pedra e Paulo Ramos (DOPS/MA, 1980).

Dezenas de bispos no Maranhão assumiram a defesa dos trabalhadores rurais em suas dioceses. Quando os conflitos ficaram mais frequentes - 1970/1990, eles se uniram para responder ao Estado e organizar os posseiros para que se apropriassem da luta pela terra. Muitos desses bispos foram acusados pela DOPS-MA de agitarem trabalhadores no campo e incentivar a violência.

Portela (2015) ao acessar o Arquivo Público do Estado do Maranhão, identificou os bispos e outros clérigos envolvidos nos movimentos do campo. Dentre eles, os franciscanos alemães: D. Fr. Pascásio Rettler, bispo da diocese de Bacabal (1968-1990), pertencente a Província Franciscana da Imaculada Conceição; Fr. Heriberto Rembecki e Fr. Godofredo Bauerdick, ambos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção³⁸. (Ver quadro 2)

QUADRO 2 – CLÉRIGOS DA DIOCESE DE BACABAL ACUSADOS PELA DOPS/MA

Nº	Religiosos	Assunto/Acusações	Ano	Local
1	D. Fr. Pascásio Rettler	Envolvimento em conflito agrário. Acusado de clero progressista.	1980/1981	Bacabal
2	Fr. Godofredo de Bauerdick	Envolvimento em conflito agrário; acusado de ações e pregações subversivas; agitador popular; clero progressista; produção de material subversivo; controle da estação de rádio; esconder armamento.	1980/1984	Lago da Pedra

³⁸ Os três clérigos alemães citados pertencem a Ordem dos Frades Menores, no entretanto são de províncias diferentes.

3	Fr. Heriberto Rembecki	Envolvimento em conflito agrário; acusado de ações e pregações subversivas; agitador popular; clero progressista; produção de material subversivo; controle da estação de rádio; esconder armamento.	1980/1982	Esperantinópolis Lago da Pedra Vitorino Freire
---	------------------------	--	-----------	--

Portela, Camila. Adaptação da tabela apresentada na obra: **“Entre a cruz e o fuzil: uma análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão”**. São Luís, 2015, p.195-197

Nas informações acima, constam o período das acusações feitas pela DOPS/MA, mas os clérigos pertencentes a diocese de Bacabal, estiveram envolvidos na luta pela terra até o início da década de 1990. De acordo com Portela (2015, p.147), após o fim da ditadura muitos padres continuaram sendo investigados pela DOPS/MA, por permanecerem com ações pastorais envolvendo a luta pela terra. Dentre os clérigos ameaçados, estão D. Fr. Pascásio Rettler, Fr. Lucas Brägelmann e Fr. Heriberto Rembecki da diocese de Bacabal. No entanto, as fontes eclesiais da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, registrou não apenas o bispo e os clérigos, mas também religiosas, leigos, principalmente os integrantes da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR/MA e posseiros ameaçados de morte. Não houve registro de tortura física aos franciscanos, mas posseiros foram presos e torturados pela polícia no Médio Mearim, nas décadas de 1980 e 1990 por questões de terra.

Ao acessar o Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM, encontrei na pasta arquivos da DOPS/MA, o Dossiê 6, contendo 5 documentos. Dentre eles um telegrama assinado pelo presidente do Sindicato Rural de Lago da Pedra - MA e uma lista com os nomes dos bispos e clérigos investigados. O telegrama é composto por uma parte datilografada e outra redigida à mão. Nele, os franciscanos da diocese de Bacabal são acusados de organizarem os trabalhadores rurais e provocarem tumulto. Nas entrevistas realizadas para esta tese, os franciscanos relataram momentos tensos que vivenciaram diante da vigilância da polícia e a violência contra os posseiros.

O documento de 6 de junho de 1980, consta o nome de outro clérigo da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, D. Fr. Henrique Johannpötter, o segundo bispo da diocese de Bacabal após a renúncia de D. Fr. Pascásio Rettler em 1990, aos 75 anos por questões de saúde. D. Fr. Henrique Johannpötter, foi nomeado em 1989 como bispo-coadjutor da diocese de Bacabal, assumindo de fato a diocese em 1990, onde permaneceu até 1997, quando tornou-

se bispo emérito por questões de saúde (Revista Voz da Esperança, ano XIV, nº 60/2005, p.3-5).

O nome de Fr. Henrique Johannpötter, que na ocasião ainda não era bispo aparece escrito à mão na frente do telegrama, já os nomes dos outros frades aparecem datilografados, também na frente do telegrama. O texto que segue escrito à mão tem uns trechos de difícil compreensão, mas é possível decifrar boa parte.

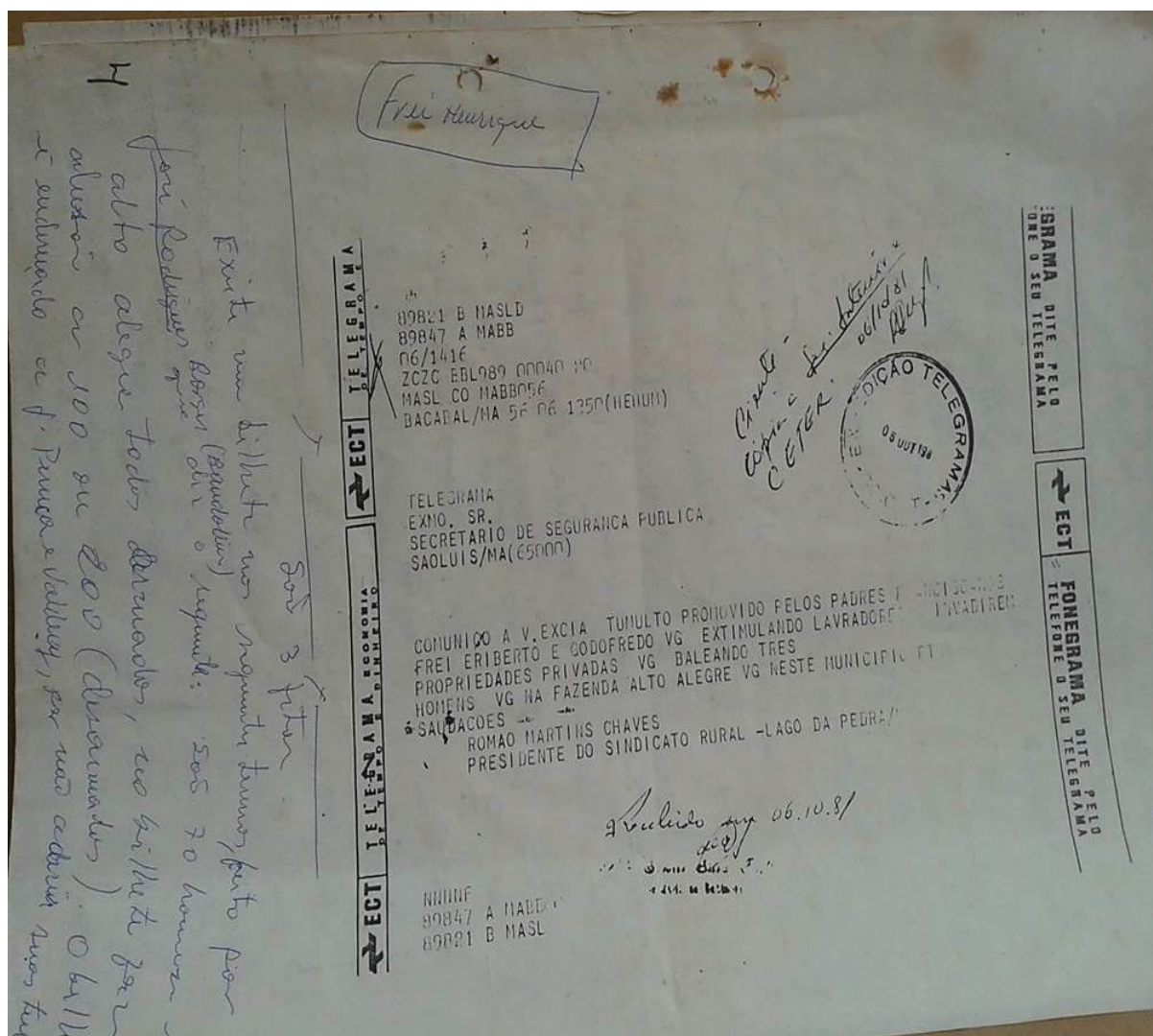
O texto escrito à mão informa que há 70 homens armados em Alto Alegre/MA, o informante diz que o bilhete faz a alusão também a mais 100 ou 200 homens desarmados. Outras notícias são inseridas na mesma fonte, a exemplo o nome da advogada contratada pelos frades, Dr^a. Maria da Conceição Andrade, citada no bilhete como advogada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O telegrama cita ainda D. Fr. Pascásio Rettler, informando que ele esteve em Brasília para denunciar a grilagem nos povoados: Unha de Gato, Centro do Zé Machado, Centro José Leal, Guaribas e São José. O texto segue informando que a advogada e o bispo são apoiados pelos frades Heriberto Rembecki e Godofredo Bauerdick, citados apenas pelo primeiro nome.

Ainda no verso do telegrama, na parte escrita à mão, há o registro de uma situação que eles chamam de ocorrência, onde: “Foi feito um planejamento p/ 100 pessoas, para receber pessoas para trabalhar no roçado, acontece que o objetivo era quebrar a fazenda da esposa do prefeito Waldir Melo Jorge” (Telegrama, Secretaria de Segurança Pública - DOPS/MA, 1981).

No ocorrido supracitado, a fonte relata que houve a prisão de vários homens, mas o total está confuso, não sendo possível identificar ao certo a quantidade. Contudo, pelo registro faz-se uma média de 40 a 50 homens. Pesou ainda sobre os franciscanos a acusação de fornecerem armas em sacos para o grupo que nomearam de “invasor”. (Ver figuras 3 e 4)

FIGURA 3 – TELEGRAMA ENDEREÇADO AO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SÃO LUÍS/MA (FRENTE)



Fonte: DOPS/MA. Informe nº 06/80. 11/02/1981. cx. 72, maço 6

A parte do telegrama que aparece datilografada consta o remetente de Bacabal, endereçado para o Secretário de Segurança Pública em São Luís/MA e assinada pelo presidente do Sindicato Rural de Lago da Pedra/MA:

COMUNICO A V. EXCIA TUMULTO PROMOVIDO PELOS PADRES
FRANCISCANOS FREI ERIBERTO (sic) E GODOFREDO VG EXTIMULANDO
LAVRADORES INVADIREM PROPRIEDADES PRIVADAS VG BALEANDO
TRÊS HOMENS VG NA FAZENDA ALTO ALEGRE NESTE MUNICÍPIO PT
SAUDAÇÕES
ROMÃO MARTINS CHAVES
PRESIDENTE DO SINDICATO RURAL
LAGO DA PEDRA/MA (DOPS/MA, 1981, grifos do autor).

FIGURA 4 - TELEGRAMA ENDEREÇADO AO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SÃO LUÍS/MA (VERSO)

D. Concórdia - advogada do Sindicato dos
Trabalhadores Rurais de Bacabal.
D. Pascat - Bispo de Bacabal, esteve em
Brasília, fazendo denúncias de violência nos seguintes
locais: Alto Alegre - Largo da Colônia, União
de São - Centro do Jari Marchado,
Centro Jari Real, Guaribos e S. Jari
- os 2 ps são apoiados pelos Padres
Eriberto e Sodofredo
Ocorrência - Alto Alegre em 5 km
- Foi feito um estado de sítio
p/ 100 pessoas, para reunir pessoas para
trabalhar no campo, acentua que o objetivo
era quebrar a fazenda do esposo do prefeito
Waldemar Melo Jorge.
- Os 3 elementos presos furtivos:
Waldemar Santana - Foram 6 presos
Rui Costa - Grupo de 4 com 12 homens
Antônio da Silva - e a massa do barracão.
- Há indícios de que
as armas eram arrastadas
p/ se e entregam em
sacos. Elas que estavam em contato
com o clero.
Mortaram um boi para comen-
morar o evento.
Raimundo Azeite - líder dos cabanos

Jari Curiboca
Antônio Vê
Chico Cabalo
Pedro Indio

Fonte: DOPS/MA. Informe Nº 06/80. 11/02/1981. CX. 72, Maço 6

Além desses dois documentos encontrei uma lista com os nomes dos bispos do Maranhão datado com o ano de 1972 e outro marcado como “documento confidencial” com o assunto: “bispos e arcebispos do Maranhão” e título: “pedido de busca”, com a data de 1974. (Ver anexo A e B)

Os enfrentamentos entre a Igreja do Maranhão e o Estado foram constantes, contudo, clérigos, religiosas e leigos utilizaram estratégias para tentar garantir a autonomia da Igreja e assistir as populações do campo e da cidade. Os clérigos da diocese de Bacabal não foram presos ou sofreram violência física. O fato de serem estrangeiros é um discurso que comparece nas fontes eclesiais, justificando a cautela dos militares em relação a eles. Esta condição

favoreceu em muitos casos que fossem recebidos por autoridades, e garantiu que transitassem em áreas de conflitos de terra sem que fossem barrados ou revistados. As fontes apontam, que em muitos momentos houve recuo dos militares ao se depararem com os clérigos franciscanos da diocese de Bacabal.

Costa (1994) afirma que as formas de repressão da ditadura militar aos movimentos sociais, partidos e sindicatos, impulsionou as CEB's a assumirem uma postura social diante da conjuntura política brasileira. Para ele, o regime militar não considerou as CEB'S como uma ameaça para o governo, deste modo foi conquistando espaço para elaborar temas de interesse popular. Como efeito, o movimento da Igreja se tornou uma das principais forças organizadas do meio popular, tornando-se uma importante interlocutora política em defesa dos Direitos Humanos neste período (Costa, 1994, p.13).

3.3 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEB'S

O documento produzido pelo CELAM em Medellín denunciava uma América Latina marcada por disputas ideológicas e econômicas, que desencadearam ditaduras e diversos conflitos sociais. Com foco nas comunidades cristãs de base, que até então era um projeto piloto que mais tarde na conferência de Puebla - 1979, será denominada de Comunidades Eclesiais de Base - CEB'S, as populações marginalizadas são concebidas como agentes transformadoras da sociedade. Deste modo, o termo conscientização como meio de promoção humana e de justiça, é bastante utilizado na Conferência. O projeto de evangelização baseava-se na perspectiva que o povo oprimido precisava ser libertado, e isto se realizaria pela apropriação do papel de cristão e cidadão dos sujeitos. Nesta conjuntura a Igreja brasileira assume publicamente o discurso de opção preferencial pelos pobres.

Nas orientações pastorais do documento de Medellín consta:

Preferência e solidariedade: o mandato particular do Senhor, que prevê a evangelização dos pobres, deve levar-nos a uma distribuição tal de esforços e de pessoal apostólico, que deve visar, preferencialmente, os setores mais pobres e necessitados e os povos segregados por uma causa ou outra, estimulando e acelerando as iniciativas e estudos que com esse fim se realizem (CELAM, 1968, p.63).

Os bispos afirmam ainda que tem como propósito, aproximarem-se das comunidades de modo fraterno, tornando possível o acesso da Igreja com o seu povo, e que os clérigos precisam aguçar a consciência no sentido de praticarem a solidariedade para com os pobres, sendo esta, uma exigência da caridade. Tornando os problemas sociais um problema também da Igreja, a fim de concretizarem denúncias de opressão.

Sobre as CEB'S, Fr. Eriberto Rembecki relata que ela foi construída num período de dificuldade na história da América Latina e especificamente do Brasil.

Então começou um trabalho bonito com as Comunidades Eclesiais de Base e foi exatamente no tempo em que aconteceu aqui no Brasil, o Golpe da Ditadura Militar. No dia 31 de março de 1964, começou o governo da Ditadura Militar. Este governo, então fechou muita rádio, proibiu jornais, começou a perseguição. Esse governo Militar teve três prioridades: queria enfrentar a inflação galopante, queria realizar uma Reforma Agrária, que nunca aconteceu, e tinha mais uma coisa... não lembro. Mas em vez de fazer a Reforma Agrária, de reduzir e frear a inflação galopante, a inflação foi crescendo, a questão da terra, nunca aconteceu a Reforma Agrária. Assim começou um tempo difícil no Brasil, como também na América Latina (Entrevista, Fr. Heriberto Rembecki, 2015).

As CEB'S consistiam em grupos e populações marginalizadas que pertenciam a uma mesma região, cuja dinâmica era reunirem-se para refletir a Bíblia pautados nas experiências de suas comunidades, das suas dificuldades, sofrimentos, da sua cultura etc. O documento do CELAM - 1968, destaca que o elemento para a existência de uma comunidade cristã de base são os líderes, que podem ser sacerdotes, religiosos, religiosas, diáconos ou leigos. Eles precisam pertencer à comunidade que animam, serem responsáveis, autônomos e ter maturidade espiritual e moral, para então assumirem a liderança. O documento prevê também a elaboração de estudos de caráter sociológico, teológico e histórico referente às comunidades que o documento nomeia de cristãs de base, e recomenda-se que os dados sejam publicados pelo próprio CELAM (II CELAM, 1968, p.67).

Nas conclusões de Medellín três elementos foram destacados nas orientações básicas: a) a comunhão como vocação fundamental do cristão; b) a comunidade como lugar onde se realiza a comunhão; c) a comunidade como meta do esforço da Igreja. Assim, a comunhão deveria ser encontrada na comunidade de base, num ambiente que correspondesse ao grupo, e que houvesse uma comunhão fraterna entre os membros. A Igreja por sua vez deve estar orientada para a transformação das comunidades (Pime, 1977, p.19).

De acordo com Mainwaring (2004), as CEB's eram grupos de 15 a 25 participantes, que se reuniam uma vez por semana para discutirem as questões contemporâneas, tendo a Bíblia como base das discussões. Eles também eram responsáveis pelas cerimônias religiosas e a maioria das decisões do grupo. No Brasil, elas foram criadas em sua maioria por clérigos e freiras, diferente da sua criação na América Central. Assim, as CEB's no Brasil estiveram desde o início ligadas à Igreja institucional, através de publicações de clérigos e religiosos e da participação destes quando possível nos encontros das comunidades, mantendo uma relação próxima entre Igreja e comunidades. Para o autor, as CEB's significaram uma das maiores contribuições da Igreja do Brasil ao catolicismo. A partir dessas discussões em comunidade,

muitos participantes começaram a se envolver em movimentos sociais e atividades políticas. Em relação ao número dessas comunidades, estima-se que havia em média 80 mil CEB's, com cerca de 2 milhões de participantes na década de 1970 (Mainwaring, 2004, p.127).

O autor considera que as origens das CEB's tenham sido pouco promissoras, dada a sua importância futura. Para ele, os bispos, clérigos e freiras que deram início às comunidades estavam interessados em construir uma nova Igreja, capaz de desenvolver as relações humanas mais estreitas, mas na prática não tinham ideia de como operacionalizar as CEB's, não havia um planejamento voltado para este projeto.

De acordo com o Plano Pastoral de Conjunto (PPC), as comunidades de base iriam enriquecer as relações humanas, facilitar uma evangelização mais efetiva, desenvolver uma melhor educação religiosa e promover uma participação leiga mais ativa. No PPC surgiu a primeira discussão sobre as CEBs, mas o PPC certamente não previu as comunidades de base da forma como elas vieram a evoluir. Percebia as CEBs como estrutura de base da Igreja. O PPC não conseguiu prever que as comunidades de base iriam adquirir maior relevância política, nem que privilegiariam o trabalho pastoral com as classes populares (*Ibidem*, p.128).

As questões políticas foram ganhando forma nas discussões das comunidades, mas a ideia inicial era o fortalecimento da fé e da presença da Igreja tradicional, dada as dificuldades de acesso dos clérigos para os trabalhos pastorais, sobretudo em áreas distantes das paróquias. Para o autor, as CEB's foram pensadas como forma de estimular a fé numa sociedade secular e não com a intenção de modificar essa sociedade. Considera que inicialmente, as inovações das CEB's estavam voltadas para as questões religiosas, as missões e pastorais, para desenvolver maior participação dos leigos na vida da Igreja, entre os agentes pastorais e os fiéis, do que preocupados com envolvimento político.

Para Mainwaring, Medellín representou a mola propulsora da Igreja Popular. Apesar dos clérigos progressistas estarem em menor número no encontro, conseguiram aprovar um documento que exigia posições pastorais mais progressistas. O documento diz: que a Igreja deveria ver a salvação como processo que tem seu início na "Terra".

Ao comparar as discussões de Medellín com as dos bispos no Brasil sobre o PPC - 1965, o autor considera que o documento de Medellín tenha tido concepções mais progressistas das CEB's, afirmando que era um projeto apropriado para os pobres e que diferente do PPC, Medellín reconheceu o potencial das comunidades para experimentar a fé cristã católica através das posições sociais e políticas. Isto deveu-se à participação de clérigos progressistas brasileiros, que segundo o autor ajudaram na legitimação de ideais progressistas. Muitos destes eram, nas palavras do autor: militantes da Ação Católica, clérigos engajados em ações pastorais e bispos progressistas brasileiros (*Ibidem*, p.133).

Essas comunidades desenvolveram um papel político ao liderarem as próprias reivindicações e lutarem por direitos em diversos setores da sociedade, a exemplo: melhores condições de trabalho e salariais; direitos da posse de terras no campo; acesso à educação, saúde etc. Por outro lado, essas comunidades são uma iniciativa de lideranças da Igreja, sobretudo clérigos e congregações femininas. Neres (2021) destaca que no Maranhão essas lideranças serão em sua maioria congregações e ordens masculinas estrangeiras. Há um trabalho intenso de formação para que essas comunidades fossem multiplicadoras do processo de politização individual e grupal.

A Terceira Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla - 1979, produziu denúncias e um documento que aprofundou os conflitos entre Igreja e Estado no Brasil.

As proposições da conferência episcopal se refletiram nas comunidades paroquiais, nas comunidades eclesiais, nos sindicatos e entre os camponeses. O método ver-julgar-agir cedeu lugar ao ver-julgar-agir-avaliar-celebrar. A reflexão sociológica da Bíblia ganhou as pastorais e assim foram dinamizadas a Pastoral Operária, a Pastoral da Criança, a Pastoral da Juventude e as Pastorais do Campo (Angelozi, 2018, p.95).

As experiências advindas com as orientações do II CELAM, produziram ao longo de dez anos até a chegada do III CELAM, a multiplicação das comunidades de base em alguns países, o documento do III CELAM destaca a ajuda financeira das Igrejas da Europa e América do Norte para este projeto. Assim, foram criados centros de evangelização para leigos e as CEB'S passaram a assumir papéis que antes só poderiam ser desempenhados por clérigos, como animação das comunidades, celebração da palavra, catequese, formação etc. Muitos clérigos da Igreja do Brasil reconheceram que precisavam desse suporte uma vez que em muitos locais a Igreja Católica estava perdendo os fiéis por falta de acompanhamento. Havia uma escassez de padres no país e os que tinham não conseguiam atingir todas as comunidades pertencentes às suas paróquias.

No documento de Puebla, os bispos declararam que suas deliberações, não são tratados teológicos, mas um discurso sistemático da compreensão da fé. Afirmam ser um documento pastoral, que busca inspirar a Igreja no continente latino-americano e definem sua força e autoridade nas limitações e preocupações com a ortodoxia da Igreja, cujo reflexo, segundo eles, encontra-se nos dez anos em que a Igreja se definiu pela libertação dos pobres.

O documento está dividido em 5 partes: a) visão pastoral da realidade da América Latina; b) a evangelização na Igreja da América Latina; c) comunhão e participação; d) a Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina; e) e opções pastorais. Estas partes estão estruturadas no método “ver, julgar e agir”: “A estrutura se desenvolve segundo o método

teológico-pastoral de ver a realidade analiticamente (primeira parte), julgá-la com os critérios da fé (segunda parte) e agir pastoralmente para transformá-la (terceira, quarta e quinta parte)” (III CELAM, 1979, p.27).

Ao analisar a atuação da Igreja Católica no Maranhão, Neris (2021, p.141) afirma que a presença da instituição no espaço rural maranhense se intensificou com o desenvolvimento das CEB's na década de 1970. Estas comunidades ganharam espaço rapidamente, já na década de 1980 estavam distribuídas em 11 dioceses no Maranhão. Em concordância com o autor, o crescimento das CEB's ocorreu em virtude das necessidades de resolução dos problemas sociais nas décadas de 1960/1970.

No Maranhão, assim como em outras regiões, sobretudo no Nordeste, os conflitos no campo receberam a intervenção de bispos, clérigos, religiosos, freiras e leigos, o que resultou na criação da Ação Cristã no Meio Rural - ACR. O autor afirma que a presença desta entidade em “paróquias periféricas” da arquidiocese de São Luís, ocorre desde a década de 1960. O fundador da ACR, Pe. José Servat, criou a entidade em 1965 embasado em suas experiências com os camponeses do Nordeste, e posteriormente criou núcleos em outras partes da região. No Maranhão, núcleos foram criados em Caxias, Coroatá e Santa Rita, onde esta última cidade recebeu a visita do fundador para organizá-la inicialmente. Na região do Médio Mearim, recorte espacial desta pesquisa, a ACR foi estruturada em 1983 e consistiu numa das principais ferramentas de atuação dos clérigos franciscanos da diocese de Bacabal. Trataremos das especificidades da ACR/MA em Bacabal no capítulo IV.

3.4 ATUAÇÃO PASTORAL CATÓLICA E MOVIMENTOS SINDICAIS NO MARANHÃO

A relação entre Igreja e Estado teve diversas configurações ao longo da segunda metade do século XX, em alguns momentos – diálogo, em outros – conflitos, que geraram graves acusações e consequências, sobretudo para a Igreja. Para Martins (1985) a política agrária da ditadura militar se define pelo Estatuto da Terra, onde o objetivo da Lei era barrar uma revolução agrária.

[...] o Estado estava fortemente motivado a interferir na questão agrária e a evitar que as populações rurais e os trabalhadores rurais, camponeses e não-camponeses, com a sua força política, com a repressão que estavam fazendo, acabassem levando a uma alteração no que se pode chamar, com toda a propriedade, de “pacto de classes” que sustentava o Estado Brasileiro (Martins, 1985, p.111).

Na concepção do autor, uma das artimanhas do golpe tinha como propósito, manter um pacto que impedia a participação dos trabalhadores rurais no processo político, pois estavam preocupados com uma redefinição do direito de propriedade no país, que ainda se baseava na garantia de monopólio da classe fundiária. O envolvimento de agentes pastorais com a questão agrária, onde o claro posicionamento de clérigos progressistas se dava a favor de posseiros e trabalhadores rurais impactou não apenas a relação da Igreja com Estado, mas também com grandes empresários ruralistas e com alguns setores da própria Igreja Católica.

Os empreendimentos do Estado brasileiro na década de 1970 que projetava o desenvolvimento da Amazônia, estava embasado na grande propriedade de terra, sobretudo para a expansão da criação bovina, o que levou a ala progressista da Igreja Católica a apoiar posseiros na resistência contra latifundiários e o próprio Estado. As ações violentas contra posseiros, levou a instituição a acompanhar cada vez mais as comunidades rurais de suas paróquias. Isto garantiu, muitas vezes a segurança desses camponeses, que foram resguardados devido a presença de clérigos que impediram maiores ações de violência. Assim, preocupados com os diversos conflitos de terra no país, as discussões sobre libertação, conscientização e direito, passou a ganhar mais visibilidade nos encontros das comunidades de base da zona rural.

A estratégia da Igreja que defende o camponês e valoriza seu trabalho de produção com a terra, está mais interessada com a lógica da distribuição dessas terras do que com a acumulação. Para Martins, há um diferencial aqui da posição da Igreja que trabalha na perspectiva da valorização e autonomia do pobre e não da pobreza, gerada pela expropriação do camponês das terras na maioria das vezes previamente ocupadas por suas famílias.

A Igreja aparece nesse momento muito preocupada com os direitos das pessoas, aparece muito preocupada com o fato de que existem direitos consagrados na lei, e direitos que não são respeitados na prática. Isso aparece praticamente em todas as discussões, inclusive naquele que diz respeito ao respeito à propriedade, que era justamente o que justificava a posição da Igreja antes de 1964 na defesa da propriedade. A propriedade que ela está defendendo agora não é justamente a propriedade que o Estado está defendendo, e menos ainda, a propriedade que o Estado tem defendido depois de 1964. Fica claro que o Estado está defendendo a propriedade capitalista, uma forma de propriedade que é expropriativa, e que é causadora do desenraizamento das populações rurais, do estabelecimento não só da miséria econômica, mas também da miséria moral e social. Enfim, a Igreja começa a denunciar um processo de desumanização do homem (*Ibidem*, p.119-120).

No Maranhão, houve disputas por terra em várias partes e ocorreu de forma diversa e apesar de terem a expropriação e violência como cenário em comum desses conflitos, cada diocese buscava encontrar meios de atuação de acordo com suas realidades e demandas específicas. Em muitos povoados, tais como os que recebiam a intervenção da diocese de Bacabal, a resistência consistia na luta para permanecer nas áreas previamente habitadas por

famílias de migrantes ou seus descendentes. De acordo com Almeida, A. W. (1981), a atuação da Igreja Católica no Maranhão realizou um programa social com as populações do campo a partir de 1952. O autor cita a preocupação dos clérigos com os conflitos, que acentuava o privilégio dos latifundiários em detrimento da fragilidade dos trabalhadores rurais na disputa por terras.

O então arcebispo de São Luís, D. José de Medeiros Delgado elaborou um programa voltado para a questão agrária, com a finalidade de assegurar a intervenção da Igreja Católica do Maranhão no interior do estado, que contemplasse primordialmente os trabalhadores rurais. Assim, a arquidiocese criou a Cooperativa Banco Rural do Maranhão, onde o objetivo era emprestar dinheiro para as cooperativas agrícolas e para pequenos proprietários. O programa inscreveu 278 sócios fundadores que garantiram o capital inicial do programa. Com a iniciativa, a Igreja Católica do Maranhão atingiu uma grande área de produção, considerada problemática pelos órgãos públicos. Não havia interferência ou a participação do Estado no programa.

Encarregado de instituir e formar equipes no interior com base nos princípios do cooperativismo foi criado pela arquidiocese em 1952 o denominado Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano (MIRA). Este movimento realizava um trabalho de extensão ruralista junto aos pequenos proprietários, foreiros, meeiros e posseiros (Almeida, A. W., 1981, p.47).

Com a expansão da Cooperativa Banco Rural do Maranhão, o programa já possuía 3.000 associados, seu maior empréstimo foi efetivado em 1956, para a Cooperativa Agropecuária de Pedreiras, onde puderam adquirir uma usina de arroz, beneficiando centenas de trabalhadores rurais (*Ibdem*, p.52). Almeida, A. W., apresenta os dados representativos dos empréstimos do programa na década de 1950. (Ver quadro 3)

QUADRO 3 - COOPERATIVA BANCO RURAL DO MARANHÃO

SÓCIOS: FUNDADORES -278; ATUAIS – 3.000	
Capital inicial subscrito.....	Cr\$ 1.018.000,00
Capital inicial realizado.....	Cr\$ 113.000,00
Capital atual subscrito.....	Cr\$ 5.000.000,00
Capital atual realizado.....	Cr\$ 4.800.000,00
Empréstimo 1952 – 1953.....	Cr\$ 3.400.000,00
Empréstimos 1953 – 1954.....	Cr\$ 6.200.000,00
Empréstimos 1954 – 1955.....	Cr\$ 13.600.000,00
Empréstimos 1955 – 1956.....	Cr\$ 29.000.000,00
Empréstimos 1956 – 1957, até 31 de agosto.....	Cr\$ 62.500.000,00

Fonte: Almeida, A. W., 1981, p.53

A expansão do programa da arquidiocese de São Luís, passou a concorrer com a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão - ATAM. Uma entidade, cujo objetivo era a organização dos camponeses do estado que articulava e orientava o trabalho das associações. A ATAM foi criada em dezembro de 1956 na Conferência Estadual para Estudos da Reforma Agrária em São Luís, sua função consistia em ampliar as associações no estado e coordenar a luta pela terra. O primeiro coordenador foi o trabalhador rural de Caxias: Augusto José do Nascimento, eleito pelos delegados das associações. A entidade também era vinculada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, a atuação conjunta as associações se espalharam e tiveram maiores alcances nos municípios do Maranhão (*Ibidem*, p.17-18).

A ULTAB conduzia as reivindicações dos trabalhadores rurais em âmbito nacional e coordenava os movimentos destes em diversas regiões, estruturando de modo mais amplo as formas de organizações locais da luta pela terra. Sua principal reivindicação era a “reforma agrária democrática”, pela distribuição de terras dos latifundiários aos trabalhadores rurais.

Algumas experiências em relação a reforma agrária foram realizadas pela Igreja do Maranhão, isto levou muitos clérigos adquirirem também extensões de terras. Muitos párocos adquiriram terras respaldados pelas normas do Plano de Reforma Agrária elaborado pelos bispos do Nordeste, deste modo, buscaram estabelecer núcleos de colonização (*Ibidem*, p.53).

Almeida, A. W. (1981) destaca que a compra de áreas para assentar famílias foi um plano-piloto. Assim a arquidiocese de São Luís adquiriu uma área de 10 km de frente por 13 de fundo, nos municípios de Morros e Vargem Grande no ano de 1960. Já em 1961 a comunidade beneficiada foi a Angical, que estava localizada a 22 km da sede da Cooperativa Agropecuária de Pedreiras, que adquiriu as propriedades de Jaqueira, Santa Paulina e Angical, uma área com média de 3.900 ha. com aproximadas 227 famílias assentadas.

Esta ação da Igreja do Maranhão foi criticada pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão - ATAM, julgavam que o projeto da Igreja não solucionaria o problema agrário dessas comunidades, uma vez que as terras eram vendidas pela Igreja. No entanto, os clérigos acreditavam que a simples doação não resultaria na valorização da terra pelos trabalhadores rurais, em sua dinâmica acreditavam que se vendidas, ainda que a custos baixos, os compradores dariam mais valor às terras. Os clérigos insistiam no discurso que “coisa dada não tem valor”.

Movimentações e campanhas de combate ao latifúndio foram empreitadas a favor das famílias que já ocupavam as terras ameaçadas de expropriação, dentro das singularidades que

se encontram este recorte está a questão da terra devoluta, este fator foi reclamado muitas vezes, onde posseiros e Igreja levantaram a bandeira da permanência, o discurso defendia o direito não da ocupação posterior e sim da permanência de famílias que trabalhavam em terras devolutas há gerações. Paralelo aos movimentos da Igreja, outros mecanismos de luta pela terra fizeram parte do contexto do Maranhão, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR's. No entanto, antes de ser reconhecido enquanto movimento sindical, houve um processo de estruturação das associações que tinham como bandeira a luta pela terra.

Na zona rural do Médio Mearim a Igreja começou a acompanhar os conflitos desde meados da década de 1970. No entanto, sua atuação será mais pontual e voltada para criação de estratégias que auxiliassem os posseiros na luta pela terra, somente no final da referida década, dando continuidade na década de 1980, quando os conflitos de terra foram mais intensos na região, até o início da década de 1990. Como já mencionado no capítulo II, no Maranhão a venda de terras para grandes grupos empresariais, facilitada pela Lei de Terras Nº 2.979 de 17-07-1969 impulsionou a grilagem, expropriação de posseiros e os recorrentes conflitos de terra no Maranhão nas décadas seguintes.

O processo de criação do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Maranhão se deu a partir das resoluções da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em 1954 em São Paulo. Havia 308 representantes de vários estados, onde decidiram reivindicar ao Congresso Nacional através de um abaixo assinado uma “reforma agrária democrática” que beneficiasse com título de propriedade da terra àqueles que nela trabalhavam e extinguisse os latifúndios. Como estratégia criaram “comissões regionais”, com representantes de diversas categorias como advogados, agrônomos, clérigos, estudantes etc. A finalidade das comissões era divulgar os resultados da conferência, realizar debates amplos sobre reforma agrária e coletar dados.

Os resultados da II Conferência impulsionaram a criação da Comissão Estadual de Reforma Agrária no Maranhão em 1954. Os membros percorreram áreas do interior do estado, principalmente os vales dos Rios Itapecuru e Mearim, o que resultou na formação de outras agremiações em várias sedes dos municípios. Estavam unidos à campanha nacional que pedia cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária (*Ibdem*, p.10).

Em Caxias/MA, fundaram a comissão central “Pró-reforma agrária” em 1955, no entanto a comissão eleita foi formada não exclusivamente por trabalhadores rurais, mas também por ferroviários, estivadores, artesãos, ferreiros, carpinteiros e pintores, tornando-se uma reivindicação de várias categorias de trabalhadores. A expansão dos debates de reforma agrária

democrática, trabalho desenvolvido pelas comissões incentivou a fundação de associações profissionais de várias categorias, onde se uniram meeiros, arrendatários, foreiros, pequenos proprietários, posseiros e agregados.

Em 1957 foi criada no município de Bacabal a União dos Lavradores Agrícolas de Bacabal - ULTAB, organizaram 24 agências reunindo mais de 2.500 trabalhadores rurais associados. A articulação e coordenação das lutas dos trabalhadores rurais dos vales dos Rios Mearim, Grajaú e Pindaré eram articuladas e coordenadas da cidade de Bacabal (*Ibdem*, p.18).

A Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão - ATAM tinha levantado uma campanha para criar novas associações pelo interior do estado. Com maior organização e reconhecimento das lutas os latifundiários ameaçaram expulsar trabalhadores rurais que fizessem parte das associações. O autor destaca que pistoleiros foram contratados para perseguir e desfazer reuniões fazendo uso da violência. Diante da situação de violência que se expandia, a ATAM decidiu coletar dados das lutas realizando uma Assembleia Geral com representantes do interior do estado (*Ibdem*, p.24).

A Assembleia foi realizada em fevereiro de 1958, onde participaram 50 afiliados representando 36 associações de trabalhadores rurais de diversas regiões do Maranhão. Dentre as pautas do evento foi apresentado o balanço das atividades de 1957 e realizada a eleição da diretoria, do conselho de representantes e dos departamentos técnicos. O autor chama a atenção para a representatividade dos líderes, cuja prevalência dos movimentos era das Associações de Bacabal e Caxias. Após a assembleia a ATAM buscou expandir-se em outras regiões do Maranhão. Uma parte da diretoria organizou a luta de pequenos proprietários e foreiros do Vale do Itapecuru e os demais reforçaram as lutas dos posseiros do Baixo Mearim e Pindaré e de foreiros da Baixada maranhense (*Ibdem*, p.26).

Meses após a Assembleia Geral da ATAM em 1958, foram fundadas mais 12 Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, dentre eles o autor cita: as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Lago da Pedra e Lago da Cotia; e a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do município de Vitorino Freire. O secretário geral, Amadeu Rodrigues viajou por vários municípios dando assistência para trabalhadores rurais que queriam se organizar em associações. Isto aconteceu principalmente em lugares onde havia conflitos pela posse de terras, ou pelos altos preços dos foros e a proibição da venda do babaçu para outros compradores que não fosse a do proprietário. Quando os posseiros e foreiros precisavam de assistência jurídica durante os focos de conflitos nos interiores, a ATAM

disponibilizava seu consultor jurídico para enviar as demandas para os órgãos competentes e acompanhar os processos (*Ibidem*, p.27).

Numa escala crescente os membros das associações, principalmente os líderes passaram a ser perseguidos e presos. Em novembro de 1958, as autoridades municipais de Bacabal, enviaram o Ten. Jorge para uma intervenção policial na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Bacabal - ULTAB.

O Secretário Geral da A.T.A.M. e primeiro secretário da agremiação daquela cidade, Amadeu Rodrigues de Souza, reuniu-se com alguns lavradores e divulgaram uma nota pela amplificadora avisando aos associados da U.L.T.A.B. para não pagarem as mensalidades, antes que fosse regularizada a situação da entidade. Logo que a nota estava sendo divulgada, o Tenente Jorge, pessoalmente, impediu a irradiação da mesma e a seguir ordenou aos soldados que detivessem o líder dos trabalhadores rurais do município. Amadeu R. De Souza foi detido quando no fórum assistia às apurações do pleito bacabalense. Foi preso e mantido incomunicável (*Ibidem*, p.40).

Neste caso, a ATAM recorreu ao Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA, que concebeu o *habeas-corpus* ao representante da ATAM detido. Mas as represálias nos diversos municípios seguiram aumentando nos anos seguintes. Em 1959 prenderam 10 trabalhadores rurais do município de Caxias, foram soltos depois de pagarem fiança, em seguida ameaçaram espancá-los, caso continuassem as atividades nas associações. No mesmo ano, um trabalhador rural foi preso em Pindaré Mirim após uma briga com o fazendeiro, posteriormente desapareceu da prisão e não foi mais encontrado. Neste período, a ATAM denunciou os focos de conflitos à ULTAB nacional, o que acabou fortalecendo a ATAM na luta contra as pressões governamentais regionais (*Ibidem*).

Em 1961 as entidades representativas dos trabalhadores rurais do Brasil participaram do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte, onde participaram 1.600 delegados. Neste evento a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, as Ligas Camponesas e o Movimento de Agricultores Sem Terra - MASTER falaram das divergências entre as formas de organização e sugeriram que pensassem em programas de interesses comuns.

Dentre as resoluções aprovadas se destacou a “Declaração de Belo Horizonte” que exigia a transformação radical da estrutura agrária no país, através da liquidação do monopólio da propriedade da terra exercida pelo latifundiário. Propunham que o governo federal fizesse a desapropriação do latifúndio, substituindo a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa de modo individual ou associada à propriedade estatal. Defendiam ainda a sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados, bem como o reconhecimento imediato dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. De acordo com Almeida,

A. W. (1981, p.54) a reivindicação de uma “reforma agrária radical” enfraqueceu a atuação das Comissões Técnicas comandadas pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB.

A Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão - ATAM, representada por Augusto José do Nascimento, presidente da associação e pelo Deputado José Bento Neves, defenderam a distribuição gratuita das terras devolutas aos trabalhadores rurais. Esta era uma proposta aceita e aprovada pelas Associações de Lavradores do Maranhão, além da desapropriação do latifúndio. O Congresso suscitou a Campanha de Sindicalização Rural lançada pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, onde as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foram transformadas em Sindicatos de Produtores Autônomos, além de fundarem vários sindicatos de assalariados agrícolas. Quanto às Ligas Camponesas, onde os principais associados era trabalhadores autônomos não assalariados passaram a ser enfraquecidas, porque os trabalhadores rurais começaram a aderir a sindicalização (Almeida, A. W., 1981, p.55).

O autor destaca que a Igreja Católica foi duramente criticada pelo presidente das Ligas Camponesas de Recife, em 1961. O presidente afirmou que o clero estava visivelmente voltado somente para as organizações confessionais fazendo oposição à sindicalização no campo. No entanto, em 1962 a CNBB reviu sua atuação e discutia a questão do sindicalismo rural, uma vez que as experiências piloto de reforma agrária não tinham logrado muito êxito na aproximação da Igreja com os trabalhadores rurais na questão da mobilização política. Assim as organizações não confessionais, por serem mais amplas, poderiam aproximar a Igreja das massas do campo.

O clero passou a interessar-se pelo problema das organizações sindicais e numa ação paralela à ULTAB iniciou um trabalho de educação sindical e de criação de sindicatos. Foi Mobilizado o laicato católico no sentido das organizações representativas e a Igreja dispôs o Movimento de Educação de Base (MEB) como instrumento para a base preparatória de educação sindical. Começaram a ser fundados os sindicatos que ficariam conhecidos como os “Sindicatos dos Padres” (*Ibidem*, p.56).

Em Pernambuco os padres Melo e Crespo organizaram sindicatos em oposição às Ligas e ULTAB, o que ele chama de ação nitidamente conservadora. Já o arcebispo de Natal, D. Eugênio impulsionou a fundação de sindicatos pelo Nordeste em parceria com os movimentos sociais e políticos. Em julho de 1963 organizou a “Convenção Nacional de Trabalhadores Rurais” em parceria com a ULTAB, a Ação Popular - AP e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, com o objetivo de fundarem uma Confederação de Trabalhadores Rurais.

Padres mais progressistas impulsionaram a sindicalização sem hostilizar as Ligas Camponesas e defendiam a unidade do movimento camponês.

De acordo com Almeida, A. W., as Ligas Camponesas não tiveram muita expressão no Maranhão. Dentre as 218 existentes no Brasil em 1963, apenas 12 delas estavam no Maranhão. O autor atribui o enfraquecimento das Ligas devido as campanhas de sindicalização e as diferentes lutas internas que desmontaram o movimento em várias regiões, com exceção dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná, Acre e Distrito Federal (*Ibdem*).

O Maranhão aderiu à campanha de sindicalização lançada pela União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil - ULTAB e começou a discutir a sindicalização em suas associações.

A Igreja Católica, por seu turno, através do Movimento de Educação de Base passou a treinar de maneira regular os camponeses. Cursos de treinamentos foram realizados em São Luís, Itapecuru e Viana, baseados sobretudo no sindicalismo rural. Entre primeiro e nove de setembro de 1962 o M.E.B. treinou em São Luís mais de 20 líderes camponeses de Matinha, Pirapemas, Colina, Viana, Pindaré Mirim e Cantanhede. A Rádio Pioneira, de Teresina alcançando todo o interior do Maranhão, transmitia o programa do M.E.B. diariamente no início da noite. Preocupados com o analfabetismo os integrantes do M.E.B. divulgavam os treinamentos de forma irradiada ou então através de quadros desenhados em folhas de cartolina distribuídos por seus monitores. Seus membros localizaram-se em diversas regiões do Estado, tanto no Itapecuru, quanto no Pindaré. Esta experiência educativa encontrava apoio no bispo auxiliar Dom Antônio Fragoso (*Ibdem*, p.58).

Em maio de 1963 a ATAM já tinha impulsionado a fundação do Sindicato de Produtores Autônomos em Bacabal, Caxias, São Mateus e Santo Antônio dos Lopes, com grande apoio dos trabalhadores rurais que enfrentaram as autoridades municipais que se opunham aos sindicatos. Em outubro de 1963, foi fundado o Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré Mirim, tendo grande expressão na região do Mearim. De acordo com Almeida, a coordenação da luta camponesa foi transferida para esta região, anteriormente sediada pelo Vale do Itapecuru quando ainda funcionavam as associações. Mesmo com o aumento da violência, que resultava na prisão e espancamento de sindicalistas, sobretudo pelos poderes políticos regionais e municipais os sindicatos continuaram a se expandir no Maranhão.

Em dezembro de 1964 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - CONTAG, que agrupou todos os Sindicatos dos Produtores Autônomos. Neste período já existiam 270 sindicatos reconhecidos no Brasil e 557 aguardando o reconhecimento.

Os sindicatos passaram a se enquadrar nos dispositivos fixados por uma legislação apropriada. A imposição de serem oficialmente reconhecidos, subordinou-os a uma estrutura sindical colada nos aparelhos do Estado. A sua base territorial passou a ser rigidamente limitada por lei. A cada município correspondia um sindicato a qual só podiam se filiar trabalhadores rurais desta área específica. As Delegacias Regionais

do Trabalho passaram a exercer rígida fiscalização e controle sobre os recursos que chegavam às agremiações através dos órgãos públicos (*Ibdem*, p.63).

Os movimentos de organização da Igreja Católica e a ULTAB apoiaram esta nova estrutura de sindicalização, já as Ligas Camponesas não apoiavam a vinculação ao Estado, mantendo livre os limites territoriais e de filiação. A ULTAB via de modo positivo as garantias e vantagens do governo reformista de João Goulart. Entendiam que neste tipo de vinculação, a legislação poderia em algumas situações se opor aos latifundiários que faziam objeção ao sindicalismo rural. No entanto, o Estado colocou os sindicatos numa posição de subordinação, contrária a trajetória política construída ao longo de dez anos que organizaram os trabalhadores rurais em associações autônomas e voluntárias (*Ibdem*).

Logo após a fundação da CONTAG, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão, onde foi eleito como presidente o trabalhador rural Augusto José do nascimento, ex-presidente da ATAM que foi desativada, assim como a ULTAB. De acordo com Almeida, A. W., toda a estrutura da ATAM foi absolvida pela federação e estimava-se que em poucos meses fossem agrupados os 30.000 associados da ATAM. Porém, o golpe militar interrompeu as atividades da federação e os principais líderes foram presos e as agremiações fechadas. Apesar da desagregação dos sindicatos, diversos grupos continuaram se mobilizando, dentre eles os vinculados à Igreja Católica, o que o autor denomina sindicatos clandestinos (*Ibdem*).

A Igreja continuava formando lideranças por meio do MEB e buscavam recuperar trabalhadores rurais experientes no trabalho de articulação que estavam afastados do movimento. O autor afirma que a Ação Católica mantinha uma certa autonomia em relação a hierarquia eclesiástica. Isto se estabelecia pelas frentes de trabalho comum com grupos políticos de oposição ao regime ditatorial, assim não se sujeitavam à hierarquia institucional da Igreja. Deste modo, grupos de trabalhadores rurais provenientes das entidades vinculadas a ATAM que estavam desativados, conseguiram se reestruturar através do apoio da Igreja Católica (*Ibdem*, p.64).

Em 1965 as lideranças rurais maranhenses, ganharam ânimo com a candidatura do deputado José Sarney ao governo do estado. Isto impulsionou os trabalhadores rurais da região do Pindaré a apoiar a campanha. Sarney ganhou visibilidade entre os trabalhadores rurais, por apoiar o abaixo assinado que resultaria na II Conferência Agrária do Maranhão. O candidato prometeu mediante sua eleição: dar cobertura para as organizações o seu livre funcionamento. Contudo, depois de eleito em 1966 não cumpriu com a promessa de reabertura dos sindicatos.

Os trabalhadores rurais do Vale do Pindaré tentaram reativar, mas foram impedidos pelas autoridades municipais e estaduais.

O cenário de conflitos continuou a crescer por todo o estado, em Pindaré Mirim o gado solto dos fazendeiros invadia as roças dos posseiros destruindo a plantação. A situação levou-os a reclamarem para a prefeitura que respondeu ameaçando prender os posseiros. Diante da resposta negativa da prefeitura, se organizaram e reabriram os sindicatos sem o reconhecimento oficial da União, ficando conhecido na região como Sindicato “Clandestino”. Dois líderes sindicais importantes, Manoel da Conceição (último presidente eleito do Sindicato dos Produtores Autônomos do Pindaré) e Antônio Lisboa Brito que haviam passado pelo treinamento do MEB em Santa Inês, reorganizaram os sindicatos e resistiram à invasão do gado, à ocupação de grileiros e aos comerciantes de arroz que se apropriavam da produção dos trabalhadores rurais.

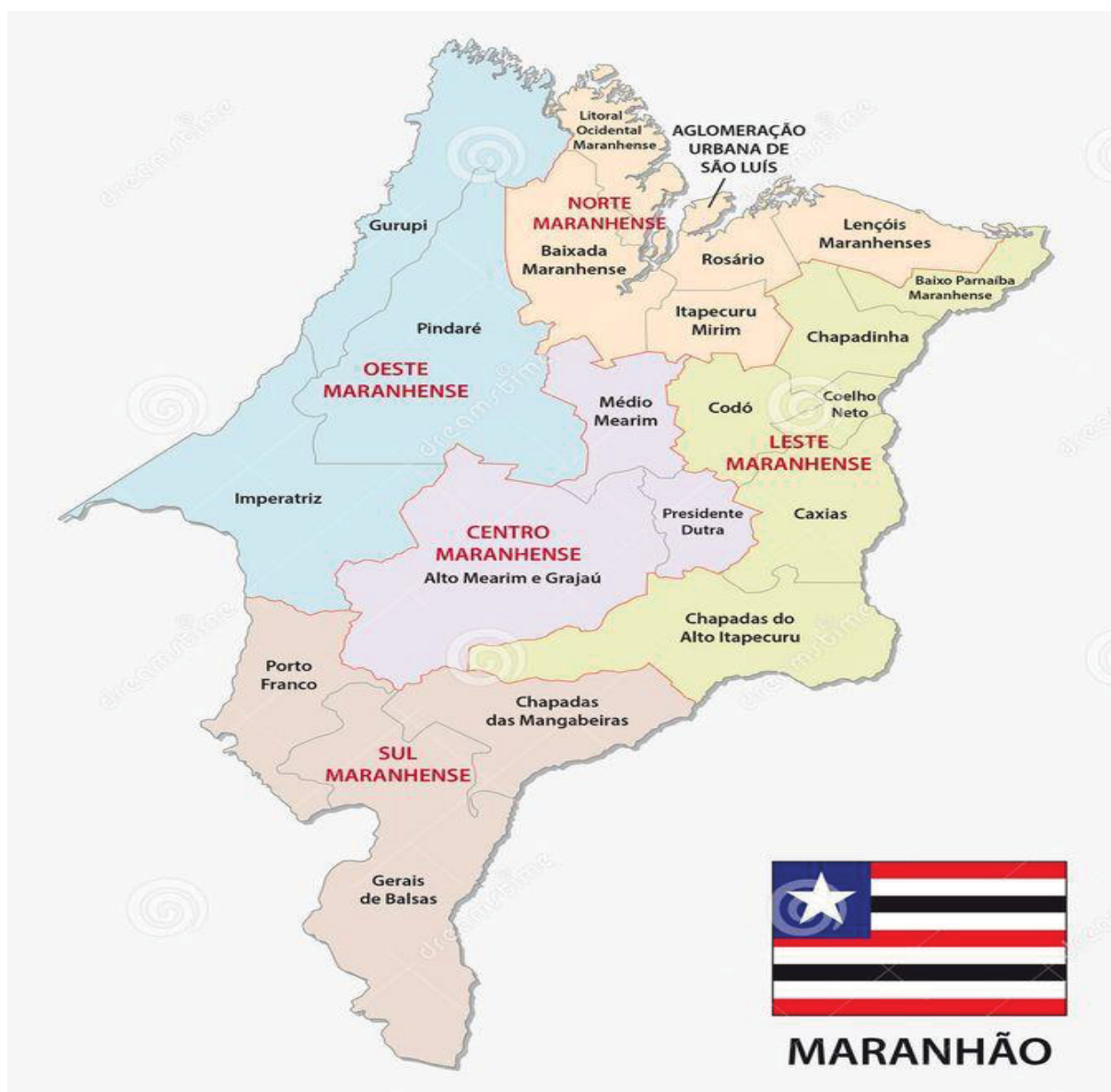
Diante do descaso das autoridades municipais e estaduais passaram a resolver os problemas por seus próprios meios. De uma feita mataram a tiros cinco reses que invadiam seus roçados. A reação não se fez tardar. O prefeito imediatamente ordenou à polícia, que aprisionasse o responsável pela matança das reses. À repressão violenta, que se abateu sobre os trabalhadores rurais, se seguiram emboscadas, escaramuças e pequenos choques que abalaram todo o Vale do Pindaré então um dos principais alvos dos grileiros (*Ibdem*, p.64-65).

O líder camponês Manoel da Conceição foi baleado pela polícia militar e preso, não recebendo assistência médica seu quadro se agravou. Os trabalhadores rurais se instalaram na frente da delegacia para que fosse levado ao hospital. Assim, devida a pressão popular foi levado à capital São Luís e teve sua perna amputada.

Em meio as reivindicações e lutas foi fundada a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Maranhão - FETAEMA em 2 de abril de 1972. Segundo o autor, nesta ocasião já havia no estado 12 Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR's, mas a federação somente foi reconhecida no Diário Oficial da União em 25 de maio de 1973.

Almeida, A. W. (1981, p.68-69) afirma que as regiões do Maranhão passaram a ter elevado número de sindicatos na década de 1970, a Baixada Ocidental Maranhense que era densamente povoada passou a ter 7 sindicatos (Arari, Vitória do Mearim, Cajari, Matinha, Mirinzal, Bequimão e Alcântara), a região do Itapecuru que no período da ATAM concentrava o maior número de associados passou a ter 6 sindicatos (Caxias, Codó, Parnarama, Timbiras, Timon e Itapecuru-Mirim), o Médio Mearim tinha 5 sindicatos (Bacabal, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco e Santo Antônio dos Lopes) e na região do Pindaré 3 sindicatos (Santa Inês, Pindaré Mirim e Monção). (Ver mapa 8)

MAPA 8 - MAPA DAS REGIÕES DO MARANHÃO



Fonte: Sereno Advogados Associados. 2022, página da WEB

Aos sindicatos foi exigido que houvesse apenas um por município, assim a Baixada Ocidental Maranhense com maior número de municípios concentrava o maior número de sindicatos. Muitas organizações sindicais que combatiam as autoridades municipais passaram a ser controlados por estes poderes.

Foram absorvidas institucionalmente pelos esquemas de dominação política. Os sindicatos que se dispunham desta forma ficaram conhecidos como **Sindicato-Funrural** ou sindicatos assistencialistas. Recusam-se a encaminhar as reivindicações e funcionam à molde das instituições públicas, coonestando o poder. Dependendo de recursos obtidos a partir de convênios com o Funrural tornaram-se presa fácil dos políticos regionais. Em sua maioria funcionaram como redutos eleitorais de 1972, 1974, 1976 e 1978 (Almeida, A. W., 1981, p.69).

Os sindicatos controlados por políticos e latifundiários que se opunham à luta pela terra, eram chamados pelos trabalhadores rurais de sindicatos pelegos. Para combatê-los, foram fundadas as delegacias sindicais que realizavam ações mais pontuais e se firmavam como instrumentos imediatos na organização e luta por direitos. Os núcleos implantados nos municípios e povoados tinham como objetivo, destituir o poder dos sindicatos pelegos e redirecionar os objetivos para a luta pela terra e resistência. Em 1980, além de posseiros, foreiros e pequenos proprietários, também estavam filiados comerciantes médios e grandes proprietários de terra. Em vista que os interesses das classes se divergiam, havia conflitos nas deliberações das sedes dos sindicatos e das delegacias sindicais dos povoados (Lima Neto, 2007, p.68).

Almeida, A. W. (1981, p.74) afirma que clérigos estimularam trabalhadores rurais a se apropriarem das terras em que viviam e atuavam na luta pela terra segundo suas concepções de posse e propriedade. Os posseiros entrevistados para esta pesquisa, relataram que se embasavam no Estatuto da Terra para reivindicarem o título de propriedade pela usucapião. Na área assistida pela Província Franciscana e pela diocese de Bacabal, o discurso consistia na resistência pela permanência, uma vez que se viam na categoria de posseiros e não de invasores, pois ocupavam terras devolutas.

O autor apresenta na íntegra a “Carta ao Presidente do Incra” escrita pelos bispos da Província Eclesiástica do Maranhão em 30 de agosto de 1973, entregue ao Dr. Walter Costa Porto, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Nela, os clérigos exigem uma intervenção que seja favorável aos posseiros diante da situação de grilagem e de implantação dos projetos agropecuários. A carta foi assinada por doze bispos, dentre eles D. Fr. Pascásio Rettler, bispo da diocese de Bacabal.

Nós, bispos da Província Eclesiástica do Maranhão, reunidos na cidade de Caxias do Maranhão, nos dias 28, 29 e 30 deste mesmo mês de agosto, para estudar os problemas pastorais das nossas dioceses e prelazias, deparamo-nos com um grande obstáculo, talvez o mais gritante, à Evangelização entre nós, o clima de insegurança, medo e opressão em que se encontra o nosso homem do campo, na conjuntura do nosso Estado. Por força de nossa missão de pastores, não nos podemos omitir, face à graves injustiças que esmagam a pessoa humana.

A implantação de grandes projetos agropecuários por parte das companhias de fora, provocando: 1) Expulsão dos posseiros já por longos anos radicados naquelas terras; 2) Êxodo de famílias pobres sem nenhuma garantia e em condições sub-humanas.

Isto vem agravando uma realidade já existente: 1) Títulos falsos de posses; 2) Interferência da Polícia sempre em favor dos opressores.

Somos conscientes de que o desenvolvimento acarreta tensões e crimes.

Reconhecemos também que a Igreja não é obstáculo ao desenvolvimento. Bem ao contrário. Contudo, não aceitamos como verdadeiro desenvolvimento o que desrespeita a Pessoa Humana.

Queremos continuar o diálogo já iniciado com V. Excia., por nosso irmão no episcopado, **D. Pascásio Rettler**, bispo de Bacabal, num encontro em Brasília no dia

8 deste mês de agosto, dirigimo-nos a V. Excia., solicitando: 1) Pesquisa séria e imediata sobre os **casos de conflito sobretudo nas áreas das dioceses de Bacabal, Carolina e Viana**; 2) Soluções humanas e justa nos casos de indenização e das inevitáveis mudanças de lavradores para outras áreas; 3) Condições previamente estabelecidas e legalmente asseguradas para as famílias e lavradores pobres que se encontram forçados a migrar; 4) Salvaguarda dos direitos à terra adquiridos pelos camponeses; 5) Maior atenção do INCRA para que o processo de mudança se faça respeitando os direitos do Homem.

Confiantes na sua colaboração,

Atenciosamente:

João da Motta, Arc. de São Luís do Maranhão; Luís G. Marelim, Bispo de Caxias; Pascásio Rettler, Bispo de Bacabal; Rino Carlesi, Bispo de Balsas; Francisco Hélio Campos, Bispo de Viana; Frei Marcelino Sérgio Bicego, Bispo de Carolina; Valentino Lazzari, Bispo de Grajaú; Afonso de Oliveira Lima, Bispo de Brejo; Carmelo Cassati, Bispo Aux. de Pinheiro; Guido M. Casullo, Bispo de Cândido Mendes; Afonso M. Ungarelli, Bispo da Prelazia de Pinheiro; Manoel Edmilson da Cruz, Bispo Aux. de São Luís do Maranhão (Província Eclesiástica do Maranhão, 1973 *apud* Almeida, A. W., 1981, p.74-75).

As queixas apresentadas na carta escrita ao presidente do INCRA, trazem queixas constantes que reverberaram nos conflitos de terra assistidos pela diocese de Bacabal. Estas questões serão discutidas no capítulo IV e V, onde trataremos especificamente dos conflitos de terra no Médio Mearim. O autor traz dados da fundação das delegacias sindicais de três povoados pertencentes ao município de Lago do Junco, que receberam a intervenção da Província Franciscana e da diocese de Bacabal, são eles: Centrinho do Acrísio (1984), São Manoel (1985) e Ludovico (1987).

A participação de clérigos na organização dos posseiros foi marcada por muitas parcerias e atos de solidariedade. Na fundação da delegacia sindical do povoado Centrinho do Acrísio houve a celebração da missa simbolizando não apenas a bênção da Igreja representada pela diocese de Bacabal, mas também do percurso de intervenção e mediação entre o poder público e o religioso. Lima Neto apresenta na íntegra o documento na qual teve acesso “Ata de fundação da delegacia sindical” datada de 12 de outubro de 1984.

(...) O Presidente do S.T.R. fez abertura da fundação obedecendo os estatutos sociais e a legislação vigente conforme o artigo 519 parágrafo II da C.L.T. conforme uma apostilha a que se referiu a pergunta você já ouviu falar o que é Delegacia Sindical? Depois a leitura feita pelo presidente o mesmo passou a fazer uma explanação no sentido que se refere a necessidade de uma delegacia que como um trabalho de base, torna-se as raízes do sindicato (...) estava presente o vigário Pe. Frei Adolfo, que em ação de graça celebrou uma missa, como memória de tão importante acontecimento. Cada presente deu seu abraço de congratulação ao novo delegado empossado elogios e cânticos de parabéns foi dado pelo vigário a bênção final. Ficando assim constituída aquela delegacia (Ata de fundação da Delegacia Sindical de Centrinho do Acrísio, fl. 01 *apud* Lima Neto, 2007, p.54).

Algumas evidências da aliança entre Igreja e as delegacias sindicais em Lago do Junco, comparecem nas atas trazidas pelo autor. Os registros apresentam a ocorrência de reuniões

mensais que aconteciam principalmente aos domingos, nos dias das missas ou celebração da palavra. Os roteiros das reuniões seguiam a metodologia das CEB's, cujo lema ver, julgar e agir se fazia presente. O autor citou que nos registros das atas havia um padrão na sequência do roteiro, com acolhimento dos participantes feita pela coordenação composta por: delegado sindical, secretário e tesoureiro. A reunião iniciava com oração, cântico e leitura do Evangelho, em seguida o grupo partilhava suas experiências fazendo uma conexão com o texto lido. Somente depois apresentavam a pauta do dia e faziam os encaminhamentos, encerravam a reunião com oração, cântico e bênção final.

Ata da reunião da delegacia sindical São Manoel. Realizada aos 05 de julho de 1987 com participação de 30 sindicalistas, iniciou com um canto do lavrador e uma leitura da bíblia Tiago C.05 V 1 a 11 Milton fez a leitura depois que o tesoureiro Deuzimar Ferreira Sousa fez a abertura. Tema da reunião foi o lavrador e seu direito e a pergunta: como conhecer seus direitos? (livro de ata da delegacia sindical de São Manoel (sic), fl. 11 apud Lima Neto, 2007, p.55-56).

Na sequência desta ata, algumas opiniões foram registradas em resolução da pergunta feita ao grupo. Um deles considerou que conhecer o Evangelho era a forma de conhecer também os seus direitos, outro respondeu que acompanhar as reuniões, viver em união e pagar as mensalidades do sindicato era uma forma de conhecer o direito. Falaram ainda que precisavam ficar unidos para lutarem e cultivarem suas roças, pois sobreviviam do plantio do milho, feijão arroz, batata, mandioca etc. Segundo Lima Neto, essas atas apresentavam pontos em comum nas deliberações, uma delas era a questão do acesso ao coco babaçu, o que passou a ser uma das principais reivindicações dos posseiros, sobretudo das quebradeiras de coco.

É válido observar que a construção da chamada conscientização, discurso difundido pela Igreja perpassa por uma questão pedagógica. Assim como Jesus utilizava parábolas para ensinar ao povo marginalizado para que entendessem o que ele dizia, a Igreja se utilizou da experiência das comunidades para explicar sobre os direitos políticos. É perceptível que o processo de luta se misturava entre o sagrado e o político de modo que não se sabe onde começava um e terminava o outro.

FOTO 7 – PROCISSÃO NO POVOADO PAU SANTO/LAGO DO JUNCO³⁹



Fonte: Arquivos pessoais de Fr. Adolfo Temme - Teresina/PI

³⁹ Procissão com os posseiros do povoado Pau Santo na década de 1980. O padre que aparece na fotografia acompanhando a procissão é Fr. Adolfo Temme.

4 DIOCESE DE BACABAL E PROVÍNCIA FRANCISCANA: ENGAJAMENTO SOCIAL NO MÉDIO MEARIM – 1970/1990

No Brasil, a Igreja Católica se organizou ao longo da segunda metade do século XX em diversos movimentos, entidades e projetos pastorais em defesa das populações do campo. No estado do Maranhão, houve muitas ações em defesa dos posseiros. Neste capítulo discutiremos a inserção da diocese de Bacabal e Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terras nas décadas de 1970 a 1990. Os agentes pastorais, como estamos nos referindo aos clérigos, freiras e leigos engajados na luta pela terra, criaram uma série de medidas para apoiar os posseiros que pertenciam a sua área pastoral. A sua principal bandeira de luta era a permanência das famílias em posse das terras e o acesso livre as áreas de plantio e dos babaquais.

4.1 MUNICÍPIO DE PAULO RAMOS: CONFLITO DE TERRA NO POVOADO SÃO JOSÉ DO RICARDO

No cumprimento do meu dever de Pastor, mais uma vez, dirijo-me ao povo de Deus, no Maranhão, para expressar, em meu nome pessoal e no dos Bispos desta Província Eclesiástica, total solidariedade aos irmãos lavradores e a seus Pastores - dom Pascásio Rettler, Dom Guido Casullo e os padres, seus dedicados colaboradores, que mais uma vez, foram atingidos na sua dignidade de pessoas humanas, por ocasião dos recentes conflitos ocorridos nos municípios de Paulo Ramos e de Turiaçu. É triste que se registrem com tamanha frequência, atos de violência por razões de terra. Desta vez, em Bacabal, o caso teve a marca da profanação de uma igreja que foi arbitrariamente invadida para alojamento de policiais e depois destruída pelo fogo, juntamente com mais treze casas de pobres (Dom João José Motta e Albuquerque, 1980).

Este era o clima de tensão nas áreas rurais do estado do Maranhão, sobretudo na região do Médio Mearim. O arcebispo da arquidiocese de São Luís, escreveu em 29 de março de 1980 à diocese de Bacabal, solicitando que o clero e congregações religiosas do estado se unissem em solidariedade aos frades, por ocasião dos ataques dirigidos à Igreja e aos posseiros/quebradeiras de coco em Paulo Ramos.

Nesta ocasião o apoio de D. João José Motta, refere-se à decisão de D. Fr. Pascásio Rettler, de excomungar autoridades que invadiram a igreja em Paulo Ramos, provocando destruição no templo e nas casas dos posseiros. O arcebispo de São Luís, diante do ocorrido se manifestou em apoio aos agentes da Igreja, acusados de incentivarem a violência no campo por autoridades políticas, latifundiários e policiais.

Diante do exposto, o Jornal “O Imparcial” noticiou em 11 de março de 1980, a invasão de mais de 20 soldados do Batalhão de Polícia Militar de Livramento em parceria com o delegado regional do município de Lago da Pedra, o subtenente Amujaci Silva. A matéria, cujo título: “PM⁴⁰ invade Capela e monta QG⁴¹: Paulo Ramos”, informou que em 08 de março a capela São José em Paulo Ramos foi invadida pelos policiais, que montaram acampamento por dois dias no local. O objetivo era garantir a construção de uma cerca nas supostas terras do Conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí (Rupert Macieira), que reclamou ser o proprietário das terras em questão. Nas palavras do jornal: “Rupert Macieira, se diz proprietário, sem, contudo, nunca ter apresentado documentação conveniente a centenas de camponeses que vivem e trabalham nas terras que consideram devolutas do Estado” (O Imparcial, São Luís, 1980).

Diante do ocorrido o vigário da paróquia de Paulo Ramos, Fr. Heriberto Rembecki e D. Fr. Pascásio Rettler, repreenderam as autoridades dizendo que eles amedrontaram o “povo” colocando armas na capela, construída para rezar e não para práticas de violência. O clero afirmou que não culparia os policiais pelo ocorrido e sim àqueles que deram a ordem para tais ações. O Jornal “O Imparcial” acrescenta que os frades supracitados noticiaram que o lugar sagrado foi profanado, ferindo o sentimento religioso da população, por esta razão, o “povo” foi impedido de rezar na sexta feira da quaresma como de costume.

Este foi um dos primeiros conflitos denunciados pela diocese de Bacabal. Ocorreu na zona rural do município de Paulo Ramos, no povoado São José do Ricardo. O relatório da Província Franciscana informa que o povoado, localizado às margens do Rio Grajaú, era uma pequena aldeia indígena e de mata fechada até 1940. A partir de então o casal Ricardo G. e Andreлина C. fixaram moradia no local e construíram sua família. Com o passar dos anos a comunidade indígena migrou para outro lugar e o Cacique Felipe deixou para o casal, já com filhos a posse das terras e os presenteou com as benfeitorias que os indígenas haviam produzido, juntamente com alguns utensílios domésticos. Assim surgiu o povoado São José do Ricardo que em 1979, quando começaram os casos de violência, contava com mais de 35 famílias, dentre os moradores, a maioria: filhos, netos, bisnetos e sobrinhos do casal que viviam exclusivamente da caça, pesca e agricultura de subsistência (Relatório, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1980, fl.01).

⁴⁰ Polícia Militar.

⁴¹ Quartel General.

De acordo com a fonte, toda a área de Paulo Ramos já estava no processo da Ação Discriminatória, cujos posseiros incluindo os do povoado São José do Ricardo, já teriam sido habilitados regularmente pela Lei nº6.383 de 7 de dezembro de 1976 (Lei de Discriminação de Terras Públicas). No entanto, a boa localização do povoado e o fato de ser banhado por um rio despertou a atenção de empresários. Neste caso, da empresa rural Bacabinha Agropecuária AS - BAPESA, que tinha como antigo dono o ex-prefeito de Paulo Ramos e vendeu para Rupert Macieira⁴². O novo proprietário reclamou na justiça que as terras do povoado e circunvizinhas eram suas e tentou expulsar os posseiros contratando os chamados jagunços para amedrontá-los.

Em resposta ao proprietário da BAPESA, os posseiros impediram que a área fosse cercada. Além disso, ingressaram na Comarca de Vitorino Freire com a orientação da diocese de Bacabal e da Província Franciscana, com uma “Ação de Interdito Proibitório” contra a empresa. Nesta situação, a Juíza de Direito, Dr^a Maria Cecília concedeu uma liminar favorecendo os posseiros. Em 1980, Rupert Macieira ingressou na mesma Comarca com pedido de Ação de Manutenção de Posse da área em questão. Desta vez, a mesma juíza deferiu o pedido favorecendo o proprietário da BAPESA. Com isto, a polícia foi acionada, onde fez a escolta dos trabalhadores contratados para construir a cerca marcando os limites da área reclamada. No relatório consta que havia 5 soldados e 5 jagunços, mas os posseiros não permitiram que o trabalho fosse concluído.

Não satisfeitos com o terror e as humilhações espalhados no lugar, dias depois ali chegou mais um contingente de 30 policiais e aproximadamente 60 jagunços que também adentraram no povoado, fortemente armados fizeram seu “quartel” na Capela do lugar, ali espalhando terror, até a chegada do procurador de justiça do Estado que compareceu na localidade por determinação do Governador do Estado, após denúncias feitas por Dom Pascásio, bispo de Bacabal e demais Frades de sua Diocese (Relatório Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1980, fl.02).

No relatório consta que aos dias 12 de março de 1980, jagunços incendiaram a capela e no dia seguinte as casas dos posseiros. Os agentes pastorais estavam a caminho do local, juntamente com leigos e a advogada, mas faltando 1 km para chegarem a Paulo Ramos, foram barrados por três homens, um deles é identificado no relatório como “o pistoleiro mais temido do lugar”. Ele e seus companheiros estavam armados com revólveres e rifles, na ocasião

⁴² Ao falar sobre Rupert Macieira, fr. Heriberto enfatiza as relações de amizade que este tinha no meio político, por ser parente da esposa de José Sarney.

disseram aos agentes pastorais que estavam cumprindo ordem da justiça, então manteriam a cerca em pé.

Fr. Heriberto Rembecki relatou que as pessoas a caminho eram: Fr. Godofredo Bauerdick, a advogada Dr^a Conceição Andrade e dois sindicalistas. Segundo o entrevistado, os jagunços passaram na frente deles para avisar aos outros 5 jagunços que os padres estavam chegando. Assim, Fr. Heriberto Rembecki que já estava em Paulo Ramos, pediu para ir ao povoado São José do Ricardo sozinho para não colocar a vida de outras pessoas em risco.

Fui a pé de Paulo Ramos para lá, passando pela água. Cheguei lá no povoado, vistoria da polícia militar. Quem é o senhor? Eu sou o pároco daqui. Olharam minha mochila, tinha lá o pãozinho, água, maçã e papel higiênico. Aí cheguei lá no povoado, quem estava na capela? A polícia militar. A polícia militar ocupou a capela. Eu disse: o que é isso? E o povo amedrontado (Entrevista, Frei Heriberto Rembecki, 2023).

O frade afirmou que foi à casa dos primeiros moradores, José Ricardo e Andreлина e perguntou como eles tinham adquirido aquela gleba. Depois que eles contaram a história, Fr. Heriberto Rembecki retornou à capela.

Quando voltei perguntei ao capitão, quem deu licença para o senhor ocupar a igreja? Tá chovendo! Não me interessa não! Por que vocês estão aqui na capela? Por que vocês tocaram fogo? Aí nisso chegou um promotor lá de São Luís. Ele disse: olha vocês não podem ocupar a capela. Eu disse para o delegado: Eu quero ver a ordem pro senhor ocupar a capela. Não tenho! Se não tem, o senhor tem que sair já da capela. 30 soldados... 30 soldados... 30 soldados... O promotor era um tal de Sergio Reis. Eu fiquei por lá, almocei na casa da dona Elália. E realmente veio a notícia de São Luís, vocês não podem mesmo ficar na capela não. Então eles tinham que sair da capela e voltar para Paulo Ramos. Agora eles com a bota pesada, com o rifle nas costas, pisando na lama. E eu depois passando sentado num cavalo bom e disse até logo (risos) (Entrevista, Frei Heriberto Rembecki, 2023).

Outro relatório que trata deste conflito, encontrado nos arquivos da ACR/MA, destaca que Fr. Godofredo Bauerdick e sua equipe⁴³ conseguiram chegar ao povoado e encontraram os posseiros e quebradeiras de coco desesperados pelo ocorrido com a capela. Onde as pessoas estavam assustadas, porque os jagunços os ameaçaram dizendo que retornariam a noite para terminarem o serviço. Quem se negasse a sair “seria retirado debaixo de bala”, foram os relatos que escutaram. Assim os agentes pastorais passaram a noite no povoado, relataram que muitos posseiros passaram a noite na roça, a 350 metros, com medo de ficarem em casa. No dia 13 de março os agentes pastorais e a advogada seguiram de canoa para o povoado Pau Vermelho,

⁴³ Este relatório está assinado por três pessoas e com a função de cada um naquele período: Fr. Godofredo Bauerdick (Vigário Cooperador de Paulo Ramos); Antonio Alves Cadeira (Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Ramos) e Dr^a. Conceição Carvalho de Andrade (Advogada).

onde pegaram um carro e foram para Vitorino Freire comunicar à juíza Dr.^a Maria Cecília Penha Silva sobre o ocorrido em São José do Ricardo.

No dia 14, às 8:00 horas, já em São Luís, fomos informados, através do contato telefônico com D. Pascásio Rettler, bispo de Bacabal, que ontem, dia 13, às 17:00 horas, os pistoleiros comandados pelo Sr. [...], que se encontram no município desde que os policiais de lá saíram, pistoleiros esses que estão a serviço da BAPESA, invadiram o povoado de São José e tocaram fogo em 7 casas das residências dos lavradores, prometendo voltar ainda hoje (dia 14) para queimarem as casas restantes. Os pistoleiros que estavam ostensivas e fortemente armados, diziam, não só no citado povoado, mas, também em Paulo Ramos e em Vitorino Freire que estavam totalmente protegidos e que nada iria acontecer-lhes (Relatório da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR, 1980, fl.02, grifo dos autores).

De acordo com Fr. Heriberto Rembecki, a Igreja não podia se calar diante das injustiças, pois era fundamental dar visibilidade para as populações que tinham seus direitos violados. Afirmou que o objetivo não era criar um partido político ou grupos contra o governo. Mas organizar a “comunidade povo de Deus” para reconhecerem seus direitos e sob as bases da fé cristã resistirem e lutarem por seus objetivos. Para isto, o trabalho das CEB’s foi uma ferramenta importante no processo de formação, pois segundo o frade “o povo não estava organizado ainda”, os sindicatos precisavam sair do poder dos políticos e atuar a favor do trabalhador rural. Em muitos casos, ele afirma que as famílias diante da violência saíram sem resistir, pois tinham medo de se colocar contra os fazendeiros (Entrevista, Frei Heriberto Rembecki, 2023).

Diante do cenário de conflito em que se encontrava o povoado São José do Ricardo algumas providências foram tomadas pelos clérigos. Uma delas foi levar ao conhecimento público a situação, tanto no Brasil quanto no exterior. D. Fr. Pascásio Rettler viajou em 17 de março de 1980 para Brasília para denunciar à Presidência da República, ministros e INCRA a violência e grilagem da área específica do Médio Mearim e exigir providências em caráter de emergência para a resolução do problema⁴⁴. Já a Província Franciscana acionou Dr. Sandes Macêdo que impetrou “Mandado de Segurança” a favor dos posseiros. Em resposta, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu liminar favorável, anulando a “Manutenção de Posse” concedida à SABESA pela juíza Maria Cecília Penha Silva (Relatório Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1980, fl.02).

⁴⁴ As fontes escritas apresentam que a Igreja de Bacabal, representada pelos franciscanos denunciaram a violência sofrida pelos posseiros a diversas instituições e autoridades brasileiras. No entanto, não mencionam nenhuma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH.

No relatório consta que os posseiros reagiram derrubando várias vezes a cerca levantada pelo proprietário da SABESA. Os meios jurídicos eram mais limitados, os posseiros não tinham muito acesso nesse início de conflito. Os clérigos enfatizavam que a situação deveria ser resolvida por meios legais. Neste cenário a Igreja se apresenta como mediadora dos posseiros com as questões burocráticas do Estado. Além das orientações, lhes é fornecida assistência jurídica num período de repressão militar, onde as perseguições e torturas eram mecanismos de força contra a população e contra a própria instituição católica. Fr. Heriberto relatou que os militares diziam que eles eram nazistas fugidos da Alemanha e por isso promoviam tumulto incentivando os posseiros a praticarem violência (Entrevista, Fr. Heriberto Rembecki, 2023).

Na ocorrência de Paulo Ramos, D. Fr. Pascásio Rettler solicitou audiência com autoridades políticas do estado e do governo federal e denunciou os abusos direcionados à Igreja e aos posseiros. O jornal “O Imparcial”, noticiou: “BISPO VAI AO GOVERNADOR”:

Ontem o bispo Pascásio Rettler disse que pretende, hoje, se avistar com o governador João Castelo a quem fará o relato completo da situação e pedirá providências contra a situação de pavor em que se encontram os lavradores de “São José” e a ocupação ilegal e profana da capela por policiais de Livramento, embora tenham sido alertados de que se tratava de uma pequena capela construída pela comunidade para seus cultos religiosos (O Imparcial, São Luís, 18 de março, 1980, p.07).

Outra ação tomada pelos clérigos, devido os atos de violência no povoado São José do Ricardo, foi mobilizar todas as comunidades da diocese de Bacabal para se juntarem em solidariedade aos posseiros. D. Fr. Pascásio Rettler e a Província Franciscana convocaram a população para se reunirem numa manhã de domingo, 16 de março para celebrarem a missa de desagravo em Paulo Ramos, como protesto contra os vários atos de violência, uma vez que a ação do dia 08 de março não foi um fato isolado, mas estava ocorrendo em outras áreas também. Segundo o Jornal “O Imparcial”, os padres já haviam denunciado que há bastante tempo os moradores de Paulo Ramos recebiam ameaças da fazenda BAPESA, sendo que em janeiro receberam fortes pressões para que os moradores do povoado São José do Ricardo desocupassem as terras.

As missas de desagravo, constitui num dos manifestos mais praticados pela Igreja, outros agentes pastorais e posseiros do Médio Mearim. Eles reuniam as comunidades para oração e reflexão diante das emergências dos conflitos de terra. Na missa de desagravo que ocorreu em Paulo Ramos, as orientações da diocese de Bacabal foi para fecharem naquele dia todas as igrejas da diocese para que houvesse uma única missa na região toda.

Nesta celebração D. Fr. Pascásio Rettler, com o apoio de todos os padres presentes, anunciou publicamente a excomunhão das autoridades que invadiram a capela: Nego Chico (ex-prefeito de Paulo Ramos⁴⁵), que teria vendido ilegalmente as terras em questão; Amujaci Silva, delegado regional da polícia de Lago da Pedra, acusado de ter mandado invadir a capela; J. B.⁴⁶ e seus empregados, chamados de jagunços ou pistoleiros, acusados de queimarem a capela e as casas das famílias; Rupert Macieira (Conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí); e a juíza de Vitorino Freire, acusados de mover ações para expulsar os posseiros.

D. Fr. Pascásio Rettler, acrescentou uma ressalva, cujos acusados teriam o perdão da Igreja, e seriam recebidos de portas abertas, caso se arrependessem dos seus atos. Somente assim, poderiam voltar a participar da vida da Igreja, nas palavras do bispo: “como verdadeiros cristãos” (Boletim Informativo - Arcebispado, São Luís - MA, 1980).

Nesta situação observamos estes clérigos inclinados aos movimentos pastorais, a teologia da libertação e movimentos sociais. Uma força expressiva da instituição Igreja Católica do Médio Mearim, que se solidariza com o sofrimento dos posseiros e se posicionam protestando contra o estado, denunciando grandes grupos empresariais. A Igreja faz uso do poder institucional que lhe é atribuído e abre um espaço para discussões, diálogo, elaboração de projetos e organização dos posseiros e quebradeiras de coco. Se colocaram muitas vezes em risco, pois os agentes pastorais foram ameaçados publicamente por autoridades policiais, políticas e fazendeiros. Fr. Heriberto Rembecki enfatizou que foi publicada uma nota que circulou por todo o estado que dizia: “se sangue tiver que ser derramado o primeiro tem que ser do bispo e dos franciscanos de Bacabal” (Entrevista, Fr. Heriberto Rembecki, 2023).

Com a excomunhão de autoridades e latifundiários, que se utilizavam dos seus cargos públicos ou do poder econômico para comandar ações contra os posseiros e quebradeiras de coco, os clérigos provocaram sujeitos que comandavam o estado e colocaram em xeque seus empreendimentos e projetos políticos. Eles se sentiram ameaçados por esta nova força que apesar dos trabalhos pastorais, ainda não tinha declarado publicamente a defesa ao posseiro.

⁴⁵ De acordo com matéria publicada no jornal O Imparcial, Francisco Teixeira dos Santos, vulgo “Nego Chico”, fora indiciado anos antes por desvio de recurso público, posteriormente foi preso por alguns dias. Porém foi solto e com influência política ocupou o cargo de prefeito. O jornal ressalta que durante sua gestão, grilou muitas terras do município de Paulo Ramos e derrubou uma vasta área de babaquais (O Imparcial, São Luís, 18 de março, 1980).

⁴⁶ O chamado pistoleiro, foi citado inúmeras vezes como um dos homens mais perigosos e assustadores. Manteremos o nome dele apenas pelas iniciais dada a gravidade das acusações.

Vários jornais do país noticiaram o ocorrido na missa de desagravo em Paulo Ramos. Foi um impacto para sociedade testemunharem os clérigos da diocese de Bacabal punirem autoridades. A excomunhão só é permitida em casos extremos, podendo ser efetivada apenas com o apoio de outras autoridades eclesiais, incluindo o papa. Em suma, esta é a maior punição que um cristão católico pode receber da instituição. Isto para os excomungados foi motivo de muitas reclamações, pois eles eram pessoas públicas e se diziam bons cristãos. O jornal “O Imparcial”, relatou: “Bispo de Paulo Ramos excomunga grileiros”.

A concentração cívico-religiosa, realizada no último domingo, na Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Paulo Ramos, transformou por completo a vida da cidade. Participaram da concentração mais de 5 mil pessoas, ocupando toda área física do templo e adjacências. Delegações dos mais distantes municípios do Estado e até de Teresina, compareceram ao evento que também teve a participação de todos os prelados da região do Médio Mearim. A missa foi celebrada pelo bispo de Bacabal, D. Pascásio Rettler que no clímax da reunião excomungou o ex-Deputado da Receita Federal do Maranhão e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí, Rupert Macieira e o ex-prefeito de Paulo Ramos, Francisco Teixeira Santos (Nego Chico) e o Subtenente da PM, Amujaci Araújo Silva. Disse ao longo da cerimônia, que ‘em 12 anos ninguém foi excomungado em minha diocese, e que só acontece agora, com os inimigos do povo de Deus’ (O Imparcial, São Luís, 18 de março, 1980, p.07).

Diante das ações da Igreja, o Jornal “O Estado do Maranhão” publicou uma matéria em defesa do Dr. Rupert Macieira, datada de 27 de março de 1980. A matéria foi intitulada de “Intromissão”. Nela o Conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí é colocado como homem íntegro e cumpridor dos seus deveres. (Ver anexo C) O redator, cujo nome não aparece, fala que os padres são “uma turma de veste batina (se é que vestem), na qual está envolvido inclusive o bispo de Bacabal”. O jornal relata ainda que Dr. Rupert Macieira está sendo molestado, insultado, torturado de modo psicológico e moral, pelo que ele chama de “caboclos” do interior do Maranhão, onde o dono da BAPESA possui propriedades. Nas palavras do jornal: “Estes caboclos começaram a criar asas, e tornarem-se mais ousados e afoitos após começarem a receber apoio velado e agora ostensivo de uma turma de padres alemães que estão alojados em Bacabal” (O Estado do Maranhão, 27 de março, 1980).

O redator reclama dos danos materiais causados, segundo ele, pelas ações da Igreja e que Dr. Rupert Macieira estava sendo ameaçado de morte. Este utilizou um discurso de “civilização”, afirmando ser lamentável, já que o estado foi considerado o “berço de muitos intelectuais”. Assim considerou que a Igreja Católica estaria fazendo um mal aos brasileiros, uma vez que os clérigos deveriam suscitar novas vocações e não se envolverem com questões de terra.

O que ocorre é que temos, no momento, mais de seis mil padres estrangeiros aqui dentro, numa campanha terrível contra nacionais. Queremos deixar claro que não

somos germanófilos. Contudo entendemos que os problemas dos brasileiros devem ser resolvidos pelos brasileiros. Não queremos, não precisamos de estrangeiros para nos ajudar na resolução dos nossos problemas internos, assim de maneira tão direta. Não rejeitamos, em hipótese alguma, a colaboração de estrangeiros, mas cada um deve desempenhar o papel que lhe cabe dentro de nacionalidade (O Estado do Maranhão, 27 de março, 1980).

Os latifundiários ficaram extremamente incomodados com a ação de excomunhão e com o apoio da Igreja Católica aos posseiros. No jornal consta ainda que os padres deveriam ser expulsos do país, pois não concordavam que se intrometessem nos seus problemas internos. Junto com este recorte de jornal, coletado nas fontes da província, estava anexado um protesto dos posseiros de Paulo Ramos e Lago da Pedra em resposta as acusações feitas à Igreja, datado de 31 de março de 1980. No texto intitulado: “Protesto dos lavradores de Paulo Ramos e Lago da Pedra”, afirmam que foram atacados pelo grileiro, e que há dois anos eles têm sido alvo de humilhações, queima de roças e por último a queima da igreja e das casas. Defendem os padres dizendo que não aceitavam as acusações de subversão, pois ela defende e cuida dos pequenos em nome de Cristo (Protesto: Lavradores de Paulo Ramos e Lago da Pedra, 31 de março, 1980).

No discurso dos posseiros comparece que os padres de Bacabal estão obedecendo ordens da Igreja Universal de Roma, que não agem de forma isolada, mas em comunhão com o papa no acolhimento preferencial dos pobres e oprimidos, assim lutam por um mundo melhor e pelo verdadeiro progresso da nação. Afirmam também que foram desrespeitados nos Art. 1º, 3º, 4º, 19º, e 22º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Justificaram que estas leis não foram criadas por padres, mas pelas Nações Unidas e pelo governo brasileiro, e que estariam ofendendo os cidadãos com a manutenção da empresa Rural SABESA. (Ver anexo D)

Para findar o nosso protesto contra as arbitrariedades em São José, P. Ramos queremos informar que não conhecemos nenhuma benfeitoria feita de Dr. Rupert Macieira Gonçalves para o povo do nosso município, a não ser opressões sofridas por policiais, representantes da justiça, pistoleiros e jagunços. O grande número de empregos que o programa da SABESA prometeu suscitar com a implantação da empresa nunca apareceu, o contrário teria acontecido, se a fazenda tivesse ganhado a questão: 57 famílias famintas, na rua, sem casa, sem-terra, sem ter o que comer, sem emprego... (Protesto: Lavradores de Paulo Ramos e Lago da Pedra, 31 de março, 1980).

Antes de se instalar o conflito em Paulo Ramos, duas pessoas representando a SABESA chegaram ao município para uma visita prometendo que levariam desenvolvimento e emprego para o local e que construiriam estradas. Sob essa perspectiva, a empresa recebeu a bênção do arcebispo de São Luís, D. João José Motta. Fr. Heriberto Rembecki relata que na década de 1950 e 1960 a região do Médio Mearim era grande produtora de arroz, deu o exemplo de Bacabal que contava com mais de 60 usinas de beneficiamento abastecendo vários estados

do Brasil. Segundo o frade, o Médio Mearim era muito visado por empresas de fora e fazendeiros devido as boas condições naturais da região.

Eu me lembro, como em 1972 veio um ricoço lá de São Paulo, ainda com a bênção da Igreja, passaram por aqui no convento, e depois foram sobrevoar a área lá em Lago da Pedra e Paulo Ramos na beira do Rio Grajaú, onde depois foi instalada a fazenda. A SABESA ocupando logo 10.900 hectares de terra, dizendo primeiro para o povo: “você têm que ficar, nós vamos precisar de vocês” e assim... E o povo ajudou a fazer a cerca e assim por diante. E depois de tudo pronto o povo não tinha mais direito de quebrar coco, tinha que desmatar o babaçu e assim. Nada de escola, nada disso viu? Ficou uma área grande só para o gado (Entrevista, Fr. Heriberto Rembecki, 2015).

Em vários momentos os agentes pastorais e posseiros afirmaram que a expulsão do homem do campo no Médio Mearim foi feita de forma gradativa. Não houve grandes embates no primeiro momento. A questão da cerca demarcando onde começava a fazenda e onde terminava o povoado começou a despertar preocupação, porque as áreas de plantio começaram a ficar cada vez mais escassas. Com isso e a proibição de coletar o coco babaçu, não tinham mais como alimentar bem as famílias, tendo a fome como consequência.

Em várias partes do território brasileiro houve a intervenção da Igreja Católica em defesa de camponeses, seja ordens masculinas ou congregações femininas. No Maranhão, as ações da Igreja foram muitas, sendo que havia uma rede de apoio que englobava: a arquidiocese de São Luís, as suas dioceses do interior do estado e bispos de outros estados, como exemplo da arquidiocese do Piauí.

A Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção⁴⁷, recebia também o apoio da Província Franciscana da Saxônia da Santa Cruz, província-mãe dos franciscanos na Alemanha e com o engajamento das congregações religiosas femininas. A presença das irmãs foi pautada na formação das lideranças, na orientação dos posseiros, assistência material das áreas de conflito e acompanhamento *in loco* dos povoados afetados. D. Fr. Pascásio Rettler confiou às congregações femininas as pastorais paroquiais e pastorais sociais. Dentre as congregações engajadas estão: Irmãs Catequistas Franciscanas, Irmãs Franciscanas da Adoração Perpétua e Irmãs Franciscanas de Nossa senhora dos Anjos.

⁴⁷ A província Franciscana Nossa Senhora da Assunção passou por 5 (cinco) fases de governo interno até chegar ao título de província. Neste trabalho nos referimos a ela enquanto província, porque é esta estrutura de governo que ela atende atualmente. Mas em sua cronologia, ela esteve enquanto “Fundação” entre 1952-1964; “Comissariato” entre 1964-1967; “Custódia” entre 1967-1992; “Vice-Província” entre 1992-2004 e “Província” desde 2004 até os dias atuais. Para este assunto leia-se: LÖHER, Frei Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007**. Teresina: Halley, 2009.

É complexo identificar o período exato em que iniciaram as manifestações de apoio da Igreja do Médio Mearim aos posseiros em conflitos por terra, apesar do Fr. Heriberto Rembecki fazer esta demarcação, tomando como referência o conflito do povoado São José do Ricardo. Os conflitos não iniciaram na década de 1970, eles apenas ganham visibilidade neste período. A Província Franciscana já atuava na região desenvolvendo serviços pastorais, desde 1953, ano da chegada dos primeiros frades em Bacabal. Eles começaram a expandir os serviços para outros municípios como Lago da Pedra, Lago do Junco, Vitorino Freire, Paulo Ramos etc. É importante destacar que a atuação da província iniciou antes da fundação da diocese de Bacabal.

A diocese de Bacabal foi criada em 22 de junho de 1968, pela “*Visibilis natura*” do Papa Paulo VI e instalada em 1º de novembro de 1968. Antes de ser diocese, as paróquias de Bacabal eram vinculadas a arquidiocese de São Luís, sendo desmembrada para a criação da diocese de Bacabal, ficando responsável pela extensa área do Médio Mearim e alguns municípios que pertenciam a outras regiões. (Ver mapa 9)

MAPA 9 – DIVISÃO POR MUNICÍPIOS DA DIOCESE DE BACABAL



Fonte: Diocese de Bacabal: <http://www.diocesedebacabal.org.br/?page=ler&id=9>

A diocese de Bacabal foi fundada 15 anos após o início dos trabalhos pastorais da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, já inserida nas comunidades rurais através de grupos, movimentos e celebrações de missas. Com a criação da diocese as áreas pastorais foram redistribuídas, assim a Província Franciscana recebeu novas áreas pastorais. (Ver quadro 4) O quadro foi elaborado pela diocese, onde aparece criação do município, corresponde a referência da emancipação e não da fundação deles.

QUADRO 4 - DIVISÃO DA DIOCESE DE BACABAL POR TERRITÓRIO

Nº	MUNICÍPIOS	CRIAÇÃO	ÁREA (Km²)	POPULAÇÃO
1	Altamira do Maranhão	30/12/1961	668,6	6.730
2	Bacabal	17/04/1920	1.682,6	97.946
3	Bernardo do Mearim	1997	261,4	6.047
4	Bom Lugar	1997	446,4	13.413
5	Brejo de Areia	1997	482,8	8.065
6	Capinzal do Norte	1997	626,9	10.760
7	Esperantinópolis	27/04/1954	480,9	22.498
8	Igarapé Grande	30/12/1947	374,2	9.090
9	Lagoa G. do Maranhão	1997	733,6	7.988
10	Lago da Pedra	01/01/1953	1636,4	43.947
11	Lago do Junco	26/10/1961	308,7	9.612
12	Lago dos Rodrigues	1997	195,2	7.925
13	Lago Verde	29/11/1961	460,2	14.071
14	Lima Campos	30/12/1961	321,9	14.071
15	Marajá do Sena	1997	824,0	6.968
16	Olho D'Água das Cunhãs	30/11/1961	552,6	17.011
17	Paulo Ramos	03/09/1971	927,3	19.093
18	Pedreiras	27/04/1920	288,5	39.049
19	Pio XII	26/01/1959	817,3	2.410

20	Poção de Pedras	30/12/1961	655,1	20.824
21	Santo Antônio dos Lopes	30/12/1961	770,1	14.126
22	São Luís Gonzaga do Maranhão	31/12/1948	968,5	20.987
23	E. Raimundo do D. Bezerra	1997	281,2	6.511
24	São Roberto	1997	227,4	4.563
25	Satubinha	1997	605,8	10.268
26	Trizidela do Vale	1997	223,3	16.870
27	Vitorino Freire	25/09/1952	1.122,7	31.107
	TOTAL	-	16943,5 (KM²)	498.846

Fonte: Diocese de Bacabal: <http://www.diocesedebacabal.org.br/?page=ler&id=9>

4.2 EXPANSÃO DOS CONFLITOS DE TERRA NO MÉDIO MEARIM

Na década de 1960, os clérigos da Província Franciscana já discutiam temas de relevância social com as comunidades pertencentes a sua área pastoral. Neste período perceberam alguns indícios de violência e desapropriações. Os próprios agentes pastorais já haviam observado algumas estratégias de expulsão do posseiro, como a proibição da coleta do coco babaçu, o pagamento da renda, a obrigatoriedade de vender a produção agrícola somente para o comerciante do povoado, dentre outros modos de expropriação que comparecia no cotidiano das famílias em posse das terras devolutas.

Fr. Eurico Löher, frade alemão da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, compilou documentos e correspondências enviadas para a Província Franciscana da Saxônia da Santa Cruz na Alemanha e escreveu a obra “Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952-2007”. Entre os documentos encontravam-se: Mitteilungen (edição mensal ou bimestral de comunicações internas da Província Franciscana da Saxônia da Santa Cruz), no arquivo da província no Brasil ele utilizou atas das reuniões do Conselho, Definitório, crônicas e Livros de Tombo das paróquias. Esta é a primeira obra que fala desses conflitos agrários no Médio Mearim a partir dos documentos das duas províncias.

Nela, Löher destaca a preocupação dos seus confrades⁴⁸ com os posseiros. Deste modo, já na década de 1960 inseriram reflexões em suas homilias e reuniões de grupos sobre os direitos da terra para quem nela trabalhava e a importância de tê-las registradas. A expulsão das famílias nem sempre ocorreu de forma imediata, há um movimento migratório constante do homem do campo pelas terras do Médio Mearim e circunvizinhança em busca de terras desocupadas. Não tendo mais terras para plantar e impedidos de caçar, pescar e coletar o coco babaçu, eles seguiam em busca de outros povoados ou matas virgens para reconstruir suas vidas. Para o projeto pastoral da Igreja a transitoriedade das famílias não era favorável, era importante que eles tivessem raízes e fortalecessem suas comunidades. O frade/autor apresenta na íntegra a carta de despedida enviada ao pároco Fr. José, pelo dirigente⁴⁹ de Alto Alegre num contexto de conflitos de terra⁵⁰ no início da década de 1970.

No dia 15.10.1973, recebi de um dirigente 'Bras' a seguinte carta (com erros): Exmo. Fr. José... O fim destas 4 linhas é somente para da minhas nutiça e de todos minha comunidade. Estamos com saudi graças ao bom Criador, mais não estamos em paiz... O que aconteceu é que hoje mesmo **fumos espurso da terra todos povo da comunidade daqui**. Para sair todo mundo até o dia 10/11 de novembro e vai sair todo mundo. Sem saber para hondi. Estar sendo a maior afrição deste mundo. Nós ainda fomos filiz por que tivemos a permissão di 25 dias para sair: i tevi genti que a permissão foi 24 horas. Numaiz quero li dar um forte abraço **por que sei que o senhor fez muita força por nós maiz não teve jeito**. Deus é nosso pai. Ele é que paga tudo. Ele é que paga o que chega di manhã e o quer chega di tarde i nada mais. Só abraço para o senhor que eu mando e toda comunidade (sic) (Löher, 2009, p.384, grifo nosso).

Nas palavras do pároco Fr. José, a resposta à carta do dirigente:

Esta carta é de uma Comunidade 'Alto Alegre'. Se diz que existe uma 'usucapião'. Tem nesta região gente morando desde o tempo dos índios. O Presidente do Sindicato fez um levantamento e enviou um protesto. **Junto com os lavradores procuramos uma resposta das autoridades. Fizemos muitas viagens a São Luís**. Os engenheiros que querem fazer desta região muito habitada um campo de capim, moram em São Luís e se servem de todos os meios para expulsar os lavradores que não encontram vez e voz e ainda não são bastante decididos para aguardarem firmes na terra até vier ordem judicial (Löher, OFM, 2009, p.384, grifos nosso).

O posseiro foi enfático em afirmar que a comunidade inteira foi expulsa. O sindicato não teve força para ganhar a causa, uma vez que o suposto proprietário conseguiu expulsar

⁴⁸ Tratamento entre religiosos (homens) de mesma ordem franciscana.

⁴⁹ Dirigente: líderes comunitários leigos responsáveis pela comunidade pertencente a uma paróquia. A função de um dirigente é administrar a comunidade/igreja. A ele é delegado a celebração da palavra e inteirar-se das orientações da paróquia. Ele é a referência da estrutura que compõe uma comunidade, exemplo: equipe de liturgia, tesoureiro, grupos da comunidade etc. A função de dirigente pode ser atribuída para homens e mulheres.

⁵⁰ Fr. Löher encontrou esta carta e a resposta de Fr. José no livro de tombo da Paróquia de São Luís Gonzaga, 1º volume.

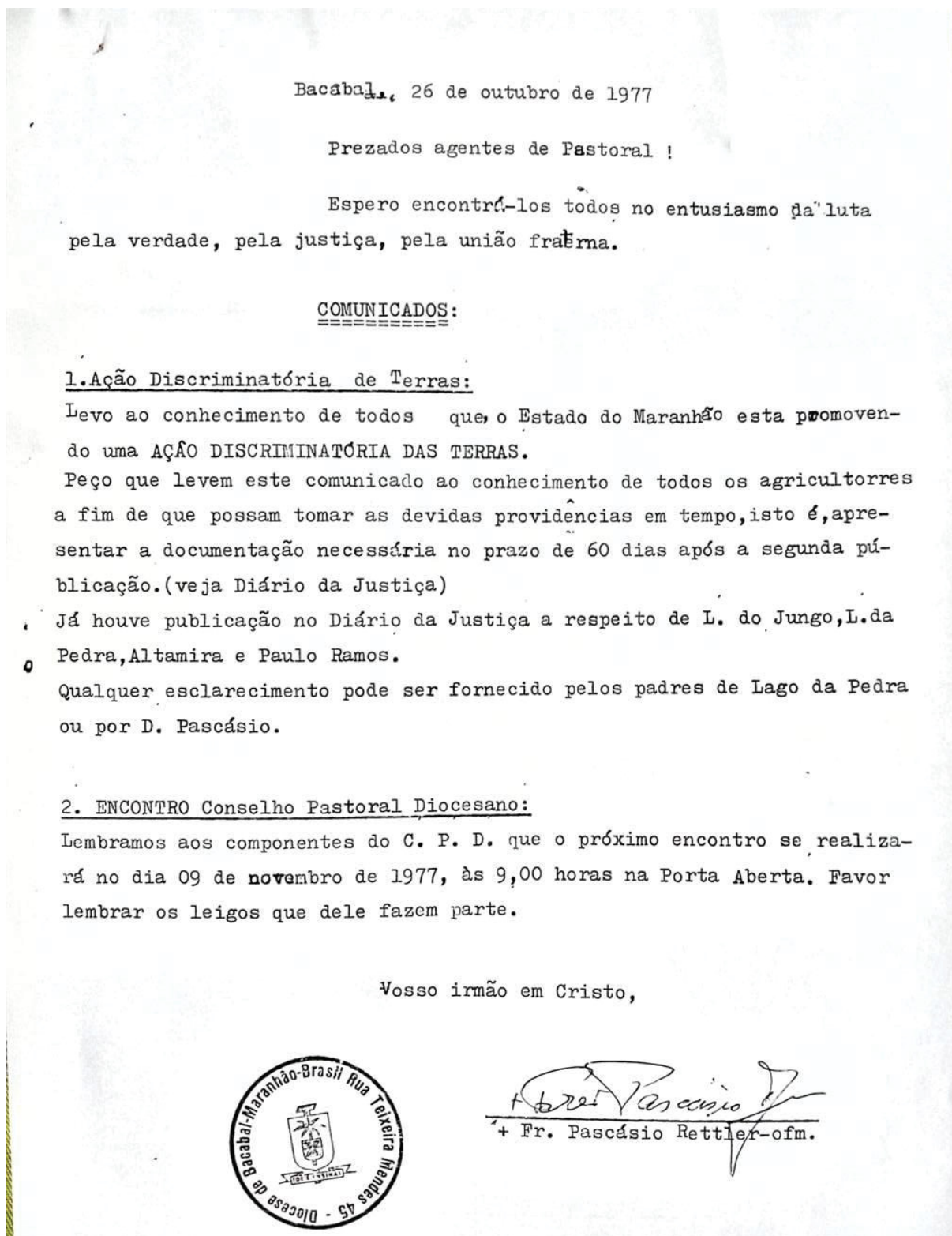
todas as famílias que habitavam na área reclamada. O dirigente afirma que os franciscanos deram força para que as famílias resistissem, mas neste contexto específico ainda não há indícios do apoio dos franciscanos por meio da assistência jurídica. Por mais que eles tenham ido buscar respostas do Estado diante do problema da terra, não aparecem projetos voltados para assistir os posseiros das suas comunidades. Contudo, há um movimento de levá-los para a capital na tentativa de regularizar as terras, mas não tiveram êxito.

O movimento dos clérigos neste sentido parecia ainda ser apenas pastoral. Nas homilias das missas, os frades reforçavam aos posseiros que não saíssem das terras. Orientavam que a terra era deles por direito e poderiam comprovar pela *usucapião*, mas precisavam ter paciência e registrá-las. Nesta situação Fr. José fala da presença do sindicato, o que indica que em 1973 a referida área já tinha uma organização sindical, mas não há informações de como ele atuava. No entanto, é possível identificar o apoio dos clérigos aos posseiros através do sindicato na qual ele se refere.

Com a intensificação dos conflitos de terra que se expandiam pelo Médio Mearim ao longo da década de 1970, a Igreja que assiste toda área rural afetada pela constante violência, assume a responsabilidade de defender os posseiros e promovem ações mais voltadas para a denúncia, mediação e assistência jurídica. As fontes indicam que a decisão da Província Franciscana e diocese de Bacabal de assumirem mais responsabilidades nestes conflitos, ocorreu em consequência da publicação da Ação Discriminatória em 1977, no Diário Oficial do estado do Maranhão.

A primeira providência após tomarem conhecimento da Ação Discriminatória, foi convocar as paróquias pertencentes à diocese de Bacabal, para que os posseiros declarassem as terras que habitavam. A imagem a seguir é uma correspondência de D. Fr. Pascásio Rettler aos trabalhadores rurais, alertando-os que precisavam se apresentar no cartório e declarar as terras em caráter de urgência. (Ver figura 5)

FIGURA 5 – CORRESPONDÊNCIA DE D. FR. PASCÁSIO RETTLER AOS TRABALHADORES RURAIS/1977



A Ação Discriminatória de Terras, é regulada pela Lei nº 6.383 de 7 de dezembro de 1976. Consiste em demarcar e separar terras públicas de terras particulares. De acordo com o Diário de Justiça (1977)⁵¹, as terras públicas devolutas estão misturadas com as terras particulares. A discriminação é feita para descobrir o limite entre terras devolutas, ocupadas por posseiros e áreas de propriedade privada. Existem duas categorias de discriminatórias: Discriminação Administrativa e Ação Discriminatória Judicial. A utilizada pelo estado do Maranhão é a segunda, processada junto ao juiz de comarca.

Na fase preliminar, o Estado publica o edital convocando todos os interessados, para comparecerem no prazo de 60 dias em juízo e comprovarem sua propriedade ou posse. No segundo momento, chamado de fase contenciosa o Estado analisa os títulos de propriedade e posse, para dar um parecer sobre a veracidade dos títulos. Posteriormente o juiz convoca os advogados das partes interessadas e atribui a sentença. “Os títulos de propriedade que forem julgados falsos não tem mais validade, passando as terras para o domínio do Estado. O proprietário não se conformando com a decisão do juiz pode recorrer ao Tribunal de Justiça” (Diário da Justiça, 1977, p.01).

No caso dos posseiros, se as posses forem julgadas legítimas pelo juiz, recebem uma licença de ocupação pelo prazo mínimo de 4 anos e posteriormente o posseiro poderá comprar a terra por um preço, nas palavras do documento: “razoável”. Na fase final é feita a demarcação da área por peritos indicados pelo juiz. Após a demarcação o juiz convoca os advogados para falarem sobre a demarcação para dar outra sentença.

A Lei que regula a Ação Discriminatória de Terras, declara no Art.29, que posseiro é todo ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtiva com o seu trabalho e de sua família, podendo legitimar uma área contínua de até 100 hectares, desde que preencha os pré-requisitos prescritos pela Lei nº 6.383/1976.

De acordo com Fr. Heriberto Rembecki, diante da obrigatoriedade de declarar as terras, os clérigos consideraram necessário oferecer suporte jurídico, para que os posseiros pudessem obter os direitos da posse pela *usucapião*. Assim essa assistência começa a ser delineada pela contratação de advogados que iniciaram o trabalho pelos posseiros dos municípios de Paulo Ramos, Lago da Pedra e Lago do Junco para que pudessem registrar as terras que ocupavam. A entrada dos processos foi efetivada no Cartório de Vitorino Freire, mas

⁵¹ A Lei é de 1976. Mas o estado do Maranhão solicita a Ação Discriminatória em 1977.

as ameaças foram constantes, o próprio prefeito ameaçou prender qualquer pessoa que fosse na cidade tentar registrar terras (Entrevista, Frei Heriberto Rembecki, 2023).

A convocação do Estado para a demarcação e legalização das terras devolutas foi decisiva para que os posseiros buscassem se organizar por meios legais, pois muitas famílias já tinham sido expulsas. O medo de enfrentar latifundiários foi determinante para povoados inteiros se submeterem às condições impostas pelos supostos proprietários. A falta de recursos e conhecimento dos direitos também facilitou os acordos desfavoráveis aos posseiros. A zona rural era na maioria das vezes isolada e com péssimas condições de estradas, o analfabetismo era a realidade de grande parte dessas populações, assim foi possível manter essas famílias sob condições de exploração, uma vez que eram obrigados a dar maior parte da renda em troca de terras para o cultivo de suas roças e criação de pequenos animais. Este era um meio de sobrevivência e permanência nas terras, apesar da situação de fome que começou a afetar as famílias, porque ficavam com muito pouco do que produziam.

De acordo com Fr. Heriberto Rembecki, a diocese de Bacabal e os franciscanos ainda não estavam preparados para os conflitos. Mas ficaram bastante preocupados com a notícia da Ação Discriminatória de Terras.

Naquela época a Igreja da região de Bacabal não estava ainda preparada para os conflitos, mas foi crescendo o conflito. Em... acho que foi em 77 por aí, apareceu no Diário Oficial a notícia que diz assim: que cada lavrador que tem um pedaço de terra, grande ou pequena tem que se habilitar através de um advogado para declarar a sua terra, estava no Diário Oficial que funciona a circular em São Luís. Por um acaso, alguém informou e... Sim, eu fui visitar um fazendeiro que hospedava a gente no interior, disse: “frei está acontecendo uma coisa importante”, me explicou: “tem trinta ou sessenta dias, quem não se apresenta, perde todo o direito”. Com essa notícia eu fui falar com o juiz. “Dr. Willian?” Sim! Isso foi publicado. E senhor juiz, por que não publica pela rádio? Porque... nem em Bacabal menos ainda se tem jornal. Ele respondeu! Isso foi muito significativo: “para nós basta que seja publicado, não que o povo conheça o assunto” (Entrevista, Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Neste trecho é possível identificar o posicionamento do representante da Justiça em relação à Ação Discriminatória. O frade reclama da falta de compromisso dos representantes do estado, por não veicularem a informação, principalmente para os posseiros que estavam em áreas muito isoladas.

Diante da referida situação, a Igreja de Bacabal mobilizou as paróquias para veicularem a informação e contrataram o escritório de advocacia do Dr. Sandes Macedo, de São Luís para trabalhar no caso, em favor dos posseiros. Os primeiros contratos de pagamento de honorário do escritório de advocacia datam de dezembro de 1977, agosto 1978 e outubro de 1979. Pela descrição do documento é possível identificar que as providências para reunirem as partes interessadas foram imediatas.

Em relação ao documento de 1978, Dr. Sandes Macedo, um dos advogados dos posseiros, descreve ter encaminhado nos autos discriminatórios para efeito de habilitação no município de Paulo Ramos, Comarca de Vitorino Freire, os documentos de 93 posseiros e 4 proprietários. O recibo de pagamento foi encontrado junto com os outros recibos pagos pela província, no entanto este de 1978 não está nominado pela instituição. Pelas características acreditamos que os honorários tenham sido pagos por um dos 4 proprietários interessados no processo de habilitação. (Ver figura 6)

FIGURA 6 – RECIBO: HONORÁRIOS DR. SANDES MACÊDO - 1978

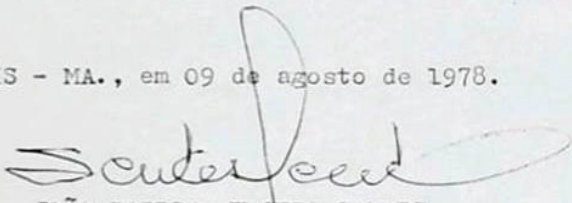
Sandes Macedo
- advogado -

ESCRITÓRIO:
Rua Joaquim Távora, 8, salas 4/5
São Luís - Ma.

Escritório:
65.000 - São Luís - Ma.

Declaramos, para os devidos fins, que recebemos, nesta data, do sr. EUDES AGUIAR, para efeito de habilitação / nos autos do processo discriminatório promovido pelo Estado do Maranhão das terras de seu domínio, no município de Paulo Ramos, perante o juízo da comarca de Vitorino Freire, documentos de noventa e tres (93) posseiros e quatro (4) proprietários. Recebemos, também, pelo mesmo senhor a importância de CR\$. 10.000,00 (dez mil cruzeiros), como pagamento de meus serviços profissionais. Desta importância damos quitação.

SÃO LUÍS - MA., em 09 de agosto de 1978.


 JOÃO BATISTA MACEDO SANDES
 - Advogado -.

Os outros recibos estão assinados por Fr. Heriberto Rembecki, pároco da paróquia de Lago da Pedra e Fr. Godofredo Bauerdick. O recibo datado de 1979 descreve que foram encaminhados pelo advogado 349 pedidos de cartas de anuência em favor de ocupante de terras devolutas do estado do Maranhão, localizadas em Lago da Pedra e Paulo Ramos. Estes processos estavam sendo julgados pela Comarca de Vitorino Freire. Segue um dos recibos nominados por Fr. Heriberto Rembecki. (Ver figura 7)

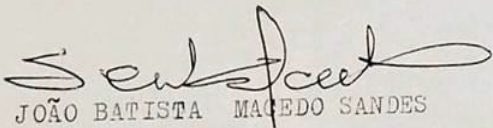
FIGURA 7 – RECIBO: HONORÁRIOS DR. SANDES MACÊDO - 1979

JOÃO BATISTA MACEDO SANDES
 — ADVOGADO —
 /MA. 563 — C. P. F. - M. F. 000.552.123/87

CR\$. 160.000,00

Recebemos, nesta data, do FREI HERIBERTO REMBECKI, Vigário da Paróquia de Lago da Pedra, neste Estado, a importância de CR\$. 160.000,00 (CIENTO E ~~SESSENTA~~ MIL CRUZEIROS), como pagamento de hossos honorários profissionais na preparação e encaminhamento de 349 (trezentos e quarenta e nove) pedidos de Carta de Anuência em favor de ocupantes de terras devolutas do Estado do Maranhão, situadas nos municípios de Lago da Pedra e Paulo Ramos, cujas terras se encontram em processo discriminatório, na Comarca de Vitorino Freire - Ma. Damos quitação da referida importância.

São Luís - Ma., em 29/OUTUBRO/1979.


 JOÃO BATISTA MACEDO SANDES
 - Advogado -

Neste primeiro momento os serviços do escritório de Dr. Sandes eram pontuais, para casos urgentes. Posteriormente, ele e Dr^a. Conceição Andrade, foram contratados para ficarem fixos advogando nos casos dos conflitos de terra assistidos pela Província Franciscana e diocese de Bacabal, através da Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV.

4.3 AÇÃO DOS CRISTÃOS NO MEIO RURAL - ACR/MA E ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS LAVRADORES - AJULAV

Com o aumento dos casos dos conflitos de terra e famílias expulsas por fazendeiros, a Província Franciscana criou em Lago da Pedra sob a coordenação de Fr. Godofredo Bauerdick⁵², a Casa do Lavrador em maio de 1980. O objetivo era criar um ponto de apoio onde os posseiros pudessem buscar orientações para a regularização das terras. Para isto, contrataram Guilhermina Aguiar e Raimundo Santos como secretários do projeto. Ambos eram leigos engajados nos grupos de jovens, ligados as CEB's e conheciam a realidade dos posseiros por pertencerem a zona rural. Guilhermina Aguiar e Raimundo Santos foram lideranças leigas de referência em todo o Médio Mearim na orientação dos posseiros.

E aí quando houve o aumento desses conflitos em Lago da Pedra, eu recebi o convite daquela equipe de jovens que eu fazia parte, através de Fr. Godofredo, que eu fosse para Lago da Pedra. Eu morava no interior, não tinha condições de estudar, meus pais também não, aí eu fiquei lá no interior, eu fiz até a quarta série e parei de estudar, porque não tinha mais para onde ir. Quarta não, fiz só até a terceira, porque lá nem quarta série não tinha. Então, por todo o meu envolvimento e com a facilidade que eu tinha de conviver, de entender as pessoas que moravam na roça pelo fato de pertencer a esse grupo, então eu fui convidada para vir para Lago da Pedra, porque paralelo a isso eu teria a chance de estudar e tomar conta de um ponto de apoio para trabalhador rural, que a gente deu o nome de **Casa do Lavrador** e esse ponto de apoio foi feito num bairro que é chamado hoje de Vila Santos, mas na época era bairro Santo Antônio em Lago da Pedra. Eu e Raimundo, meu marido hoje, fomos cuidar dessa casa em **Lago da Pedra**, eu ficava permanente, porque Raimundo já não morava mais em Lago da Pedra e eu ficava lá orientando as pessoas e eu já tinha um pouco de experiência com a legislação, com o Estatuto da Terra, o Código Civil, com algumas coisas das constituições. Não pegava somente esta parte bíblica, julgava do ponto de vista bíblico, mas também do ponto de vista da legislação e orientava (Entrevista, Guilhermina Aguiar, 2015).

⁵² Fr. Godofredo Bauerdick nasceu em Sunder, Alemanha em 25 de julho de 1927. Em 08 de agosto de 1947, entrou para a Ordem dos Frades Menores e estudou Filosofia e Teologia. Foi ordenado padre em Paderbonr – Alemanha em 06 de agosto de 1953. Chegou ao Brasil em 12 de abril de 1955 (Guilhermina Aguiar. Relatório: **Um pouco da História do Fr. Godofredo**, 2007, fl.01).

Compreendemos que neste momento o engajamento social da Igreja no Médio Mearim, se intensificou com a organização e busca de mecanismos sistematizados, para disponibilizar um local onde os posseiros pudessem buscar orientações. O projeto era acessível a quem procurasse, e a equipe da Casa do Lavrador, responsável por orientar o público-alvo a partir do Estatuto da Terra e do Código Civil.

A principal justificativa para a manutenção da posse era feita pela *usucapião*. As famílias que ocupavam as terras precisavam comprovar benfeitorias, ou seja, que usavam a terra para trabalho, que haviam plantado árvores frutíferas que demoram anos para crescer, para assim comprovar que cuidavam das terras devolutas há pelo menos 5 anos. Uma observação importante, é que plantação de roças como arroz, mandioca, milho, legumes dentre outros de colheita a curto prazo não comprovavam a *usucapião*.

Os conflitos continuaram se espalhando por vários municípios do Médio Mearim nos anos 1980, e os clérigos se tornaram referência no recebimento de denúncias e pedidos de ajuda. Dentre as denúncias constavam ameaças, mortes de posseiros, torturas, invasões, queima, derrubada de casas etc. Assim, as intervenções em conflitos de terra, passaram a ser mais pontuais nos municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra, Lago Verde⁵³, Olho D'Água das Cunhãs, Vitorino Freire, Lima Campos, Paulo Ramos, Vitória do Mearim, Altamira do Maranhão, Bacabal e São Luís Gonzaga.

Diante das tensões que se agravaram a diocese de Bacabal e Província Franciscana decidiram transferir a Casa do Lavrador para Bacabal, uma vez que perceberam que o trabalho desenvolvido por eles oferecia a mesma estrutura da Animação dos Cristãos no Meio Rural - ACR. Assim, em 1983 foi estruturada a Secretaria Regional da Ação dos Cristãos no Meio Rural em Bacabal para atender as demandas dos conflitos de terra do Maranhão e Piauí, pois recebiam denúncias também de outros estados do Nordeste. Nas palavras de Guilhermina Aguiar: “O ponto de referência que era em Lago da Pedra foi transferido para Bacabal, porque daí ele já passa a funcionar não só mais a nível de paróquia, mas a nível de diocese; de Maranhão e Piauí, aí já transformou assim numa coisa bem mais ampla” (Entrevista, Guilhermina Aguiar, 2015).

A ACR é uma entidade fundada inicialmente pelo francês Pe. José Servat, para formar militantes camponeses no Nordeste, tendo como nome originário Animação dos Cristãos no

⁵³ Esta região é popularmente conhecida no Médio Mearim como região dos lagos”, faz parte deste grupo o município de Lagoa Grande também.

Meio Rural - ACR. O Pe. José Servat ouviu de D. Helder Câmara em 1964 em Roma, no encontro do Concílio Vaticano II, que o Nordeste do Brasil era pobre e sofrido e estava precisando de padres para formar leigos cristãos, conscientes e atuantes no meio rural. Pe. Servat deixou o seu trabalho no Sul da França e mudou-se para o Brasil em 1965 com o objetivo de desenvolver um trabalho com camponeses no Nordeste, como registra o pesquisador Gerson Flávio da Silva.

A preocupação primeira era entrar em contato com o meio rural. Pe. Servat saiu pelos engenhos da Zona da Mata, depois no agreste, em vários municípios; ele foi entrando, conhecendo os trabalhadores, reunindo trabalhadores no engenho, depois nos sítios no agreste. Tinha o apoio e ajuda dos bispos do Recife e de alguns padres comprometidos com o sindicalismo rural. Também nesta época teve a participação de um grupo de seminaristas do seminário Regional do Nordeste. Assim o movimento começou a surgir nos estados, inclusive nos estados de onde vinham esses seminaristas, pois eles começaram a organizá-lo no Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Bahia, além de Pernambuco (Silva, G., 1985, p.150).

A ACR estruturada em Bacabal, foi adaptada para os conflitos da região do Médio Mearim e substituiu “Animação” pela nomenclatura “Ação” dos Cristãos no Meio Rural, que contava com mais de 30 membros entre jovens e adultos. A entidade ficou conhecida como equipe da ACR, por causa da crescente procura. Esta entidade foi uma das mais importantes no auxílio aos posseiros. A atuação da ACR de Bacabal juntamente com a AJULAV é uma especificidade das áreas assistidas pela diocese de Bacabal. Em outras áreas de conflitos de terra do estado, houve uma atuação mais forte da Comissão Pastoral da Terra - CPT ou de movimentos sociais como sindicatos ou Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST.

A CPT aparece em alguns momentos em apoio à diocese de Bacabal, principalmente nas organizações das Romarias da Terra, mas não assumiu a organização dos posseiros, não fez intervenções diretas nos municípios pertencentes ao Médio Mearim. Tudo passava pela diocese de Bacabal. Numa biografia de Fr. Godofredo encontrada nas fontes eclesiais, o autor (não identificado), relatou brevemente que a CPT não teve força no Médio Mearim, no entanto, não explica os reais motivos.

Ao lado do trabalho pastoral Frei Godofredo deu muita ênfase ao trabalho da ACR, apoiado pelo bispo D. Pascásio, já que o trabalho da CPT não pegou bem na diocese. Junto aos trabalhadores rurais, organizou várias equipes de Jovens e Adultos nas paróquias das Dioceses de: Bacabal, Coroatá e na Arquidiocese de São Luís, mas tarde também nas Paróquias e Dioceses no Estado do Piauí como Campo Maior, Parnaíba e na Arquidiocese de Teresina (Biografia, vida de Fr. Godofredo, ?, fl.02).

O autor Wagner Cabral Costa (1994), também observou que a CPT não assumiu a intervenção nos conflitos de terra no Médio Mearim, porém ele não aprofunda a complexidade da questão. É possível perceber apenas que houve divergências entre as práticas assumidas pela

ACR de Bacabal e a CPT/MA, o que gerou desconforto no campo da atuação. O autor teve acesso a entrevistas com Fr. Godofredo Bauerdick e com D. Rino Carlesi, bispo de Balsas, onde são destacadas as divergências. D. Rino Carlesi aparece muitas vezes nas fontes como apoiador da diocese de Bacabal, ele esteve em várias missas de desagravo e dialogava diretamente com D. Fr. Pascásio Retller e os frades da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção.

Diocese de Bacabal: a micro-regional da CPT foi fundada no Congresso Diocesano de Bacabal (novembro/78), contudo, "o Bispo D. Pascásio, após um certo apoio à entidade, se desgostou da Comissão em São Luís ... e mais outras razões nos levaram a organizar a ACR" (**depoimento do frei Godofredo Bauerdick**). Em virtude disso, a diocese "teve uma boa organização na luta pela terra e na defesa dos camponeses embora não fosse ligada à CPT" (**depoimento de D. Rino Carlesi, bispo de Balsas**) (Fr. Godofredo Bauerdick e D. Rino Carlesi *apud* Costa, 1994, p.23, grifo nosso).

Constatamos que as duas entidades foram muito organizadas no Maranhão e deram notoriedade para as denúncias referentes a violência no campo, embora cada uma tivesse suas especificidades na forma de atuação. A assessoria jurídica, por exemplo oferecida aos trabalhadores rurais por instâncias ligadas a Igreja Católica não é uma especificidade da diocese de Bacabal. A própria CPT desde sua fundação em 1975 no Brasil, buscou amparar os camponeses por meio dessas assessorias.

Apesar desta indisposição de Fr. Godofredo Bauerdick com a CPT, ela colabora em alguns elementos pontuais junto a diocese de Bacabal. As vezes que a CPT aparece em parceria com a ACR a sua função consiste em: orientar, assessorar encontros, palestras, romaria da terra e encaminhar denúncias. No entanto, a ACR é a entidade que acompanha e articula diretamente os conflitos no Médio Mearim, cabendo a ela as decisões importantes de atuação nesta área. Por outro lado, a ACR tinha participação nas decisões da CPT estadual, uma vez que tinha assento no conselho.

De acordo com Guilhermina Aguiar, em virtude dos enfrentamentos, a ACR de Bacabal foi bastante perseguida por latifundiários, grileiros, políticos e polícia. Constantemente viviam sob condições de ameaças e eram obrigados a se encontrarem às escondidas para as discussões e planejamentos da entidade. As reuniões da ACR/MA tinham por objetivo discutir a situação dos povoados e pensar as estratégias para deliberar os casos de denúncias (Entrevista, Guilhermina Aguiar, 2015). A entrevistada afirma ainda que nos anos 1980, onde houve maior número de conflitos assistidos pela ACR/MA e pela Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV, os agentes pastorais entravam escondidos e disfarçados nos povoados para investigarem as denúncias. As entradas dos povoados eram constantemente vigiadas, se

descobertos, a equipe era barrada pelos chamados jagunços ou por policiais e impedidos de adentrarem nos povoados.

De acordo com Guilhermina Aguiar, a ACR era responsável por registrar os casos de violência, então precisavam comparecer nos povoados, porém tornou-se cada vez mais perigoso. A entrevistada relatou que um fazendeiro⁵⁴ destruiu o pomar de um líder da comunidade em Alto Alegre, povoado pertencente a Lago da Pedra. O acusado teria arrancado os pés de laranjeiras que mediam 1 metro, do posseiro identificado como Ferré. A entrevistada relatou que fazer estas inspeções era muito arriscado, porque os povoados eram constantemente vigiados. Então eles não podiam ser reconhecidos como a equipe da ACR.

Só que a gente tinha que registrar isso, fazer o B.O e documentar também para espalhar na comunidade, a gente tinha uma articulação nacional e aí quem vai lá fazer esse levantamento? Fulano não pode porque é conhecido, daí eu falei: eu vou, mas como? Ah tem jeito. Eu só disse eu vou, porque quando eu morava no interior eu vendia Avon e eu disse: eu pego o catálogo da Avon e finjo que estou vendendo e vou. Peguei um Catálogo até vencido da Avon e eu já estava em Lago da Pedra, não estava mais no interior estava na cidade lá, peguei uma caneta e coloquei um a folha de caderno dentro do catálogo da Avon e saí. Entrava nas casas das pessoas que eu conhecia é claro, porque eles já sabiam, quando eles me viram, eles já tinham sido avisados que eu iria e a gente tinha as nossas formas de se comunicar, não tinha celular, não tinha nada, mas a gente tinha os nossos códigos de comunicação. Nas comunidades normalmente, em toda comunidade tem alguém que apoiava e quando a gente precisava a gente informava. Aí eu fui lá andando nas casas fingindo que estava vendendo Avon até chegar na casa do seu Ferré. Eu lembro como se fosse hoje, eu conferi 40 pés de laranja que foi arrancado, aí voltei sem problema nenhum. Passei pelo meio dos caras que eu não conhecia e eles também não me conheciam, eu entrei como se fosse uma pessoa da cidade que estava trabalhando, vendendo Avon [risos]. Se eles descobrem? Vai que alguém tenta comprar perfume com a revista vencida? [risos]. Eu sei que a gente descobriu estratégias e eu fiz essa loucura, loucura que acho que repetiria tudo de novo se fosse necessário, então foi muito pesado (Entrevista, Guilhermina Aguiar, 2015).

As principais lideranças que responderam pela ACR/Bacabal em todo o seu percurso foram, Fr. Godofredo Bauerdick, Guilhermina Aguiar e Raimundo Santos (os dois últimos eram casados). No entanto vários outros agentes colaboravam com os trabalhos desta entidade. Segue imagens de uma reunião de planejamento e avaliação da equipe estadual da ACR/MA na sede em Bacabal. (Ver fotos 8 e 9)

⁵⁴ Sempre que os entrevistados relatavam uma ocorrência eles citavam os povoados, os nomes e parentescos dos acusados de praticarem violência e dos trabalhadores rurais. As fontes escritas seguem o mesmo padrão.

FOTO 8 – EQUIPE ESTADUAL - ACR/MA



Fonte: Arquivo da ACR/MA, Bacabal, década de 1980

FOTO 9 – EQUIPE ESTADUAL - ACR/MA



Fonte: Arquivo da ACR/MA, Bacabal, década de 1980

A ACR no Maranhão, como em outros polos no Brasil desenvolveu trabalhos sociais voltados para a luta pela terra em defesa de trabalhadores rurais, mas não trabalhou as questões jurídicas de forma isolada. As questões sociais eram trabalhadas juntamente com a espiritualidade da Igreja Católica. Toda ação tinha um aspecto catequético, havia sempre a convergência entre o social e o religioso. Seguindo o ideal de Igreja discutido no Concílio Vaticano II, sobretudo nas Igrejas da América Latina. Este novo jeito de catequisar visava um olhar voltado para o homem de forma integral – corpo e alma. Os encontros da entidade seguiam as orientações das CEB's.

O Raimundo da ACR”, descreveu em 1991, fins e atividades da ACR sob o título: “Trabalho da conscientização política, social e partidária, luta pela terra e sindical na Diocese de Bacabal – Maranhão”.

Luta pela terra: Aconteceram dezenas e dezenas de encontros, assembleias e reuniões. Foram estudados o **Estatuto da Terra, artigo por artigo, sobre a Lei da renda, Posse e os artigos dos Direitos Humanos.**

Foram formadas organizações de trabalhadores rurais nas comunidades para defenderem o babaçu. Os fazendeiros nessa época iniciaram a derrubada dos babaçuais. A partir daí iniciaram os conflitos de terra. Por outro lado, os fazendeiros de outras regiões criaram umas estratégias. Passaram a cobrar renda, mas antes da colheita dos lavradores, eles davam o arame farpado e a semente de capim e as roças se tornaram soltas. Para ajudar na resistência, foram fundadas várias **equipes regionais de lavradores, dirigentes de comunidades e sindicais como também militantes da ACR.** Foram realizados encontros de lavradores a nível das dioceses: Balsas, Bacabal, São Luís e Caxias, utilizando o **método: ver – julgar – agir.** A revisão de vida foi um ponto marcante e prioritário para as reflexões de Evangelho na vida e conhecimento dos direitos à vida e a atuações da Igreja (Raimundo *apud* Löher, OFM, 2009, p.401-402, grifo nosso).

Uma parceira da ACR/Bacabal era a Província Franciscana da Saxônia na Alemanha (Província-mãe). Houve muito investimento financeiro nessa articulação dos franciscanos. Com o assassinato de muitos posseiros foram criados vários projetos de formação profissional para viúvas e seus filhos. Além desses projetos houve investimento para construção de poços artesianos, construção de casas para posseiros que tiveram as suas destruídas, compra de terrenos para posseiros ameaçados de expropriação etc.

Aí um dia eu conversando com Frei Godofredo aí eu disse: Godô eu acho que a gente precisa fazer alguma coisa, vai que esses recursos acabem? Como é que fica essas mulheres, cria uma dependência, então vamos investir numa coisa em que elas possam sobreviver, aí foi a ideia. Ver o que elas sabiam fazer e aí planejamos, por exemplo, experiências como remédios, quem sabia fazer alguma coisa, quem sabia fazer alimento melhor, costurar, tudo, então a gente sentiu que o que poderia ajudá-las a sobreviver do próprio trabalho era promovendo o curso de corte costura, aí conseguimos dinheiro e foi comprado máquinas, foi comprado tecido... (Entrevista, Guilhermina Aguiar, 2015).

Em parceria com a ACR, havia o trabalho da Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV, criada para cuidar dos aspectos estritamente jurídicos, por tanto, não se ocupava das

questões religiosas. A entidade foi estruturada para oferecer amparo legal nos processos que comprovassem a posse dos trabalhadores rurais e quebradeiras de coco. A entidade foi criada pela Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, onde contrataram o advogado Dr. Sandes Macedo, que já prestava serviço eventualmente e Dr.^a Conceição Andrade. De acordo com Fr. Eurico Löher (2009) sobre esta contratação, o advogado tinha muitos clientes poderosos e influentes na capital, interessados em propriedades. Mas o envolvimento dele com os casos dos posseiros o indispôs com a maioria desses clientes.

Assim, em 24 de junho de 1980 foi deliberado pelo conselho da Custódia⁵⁵ Franciscana Nossa Senhora da Assunção a criação da Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV.

Todos consentiam que a Vice-Província contrate definitivamente o advogado Dr. Sandes e a Dr.^a Conceição pelas questões de terra. Haverá três tipos de despesa: pelos processos de caso em caso, pelas viagens e honorários. – Cada segunda-feira, casos novos serão aceitos, na sala da Portaria do Convento de Bacabal; mas somente se apresentados por um dos vigários (Lohër, OFM, 2009, p.385-386).

A entidade funcionou primeiro na secretaria do convento dos franciscanos em Bacabal e posteriormente em novo endereço na mesma cidade. Uma das principais causas apontadas pelos responsáveis da AJULAV, foi o processo contra a empresa BAPESA que lutou para expropriar os posseiros do povoado São José do Ricardo. Nas fontes eclesiásticas encontram-se listas de posseiros e comunidades assessoradas pela AJULAV. (Ver apêndice C)

Ainda que esta entidade tenha sido criada e gerida pela província franciscana, ela contou também com o apoio de D. Pascásio Rettler e com ajuda de benfeitores da Alemanha. Muitos processos foram vencidos pela AJULAV, também devido a influência dos clérigos com autoridades políticas federais e estaduais, o que favoreceu acordos e diminuiu em alguns casos as burocracias. A AJULAV foi desativada no final do ano de 1990 com o fim do contrato com o advogado Dr. João Batista Sandes Macedo.

4.4 UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA – UDR/1985

Se por um lado os posseiros e Igreja Católica se organizaram e criaram sindicatos e entidades para reivindicar o direito à terra, por outro os latifundiários também se organizaram para reivindicar o direito da propriedade privada. A União Democrática Ruralista - UDR, uma

⁵⁵ Desde a sua fundação em 1952, a província franciscana passou por várias etapas, assim, na criação da AJULAV ainda atendia a um governo de Custódia e não de Província.

das organizações mais temidas pelos posseiros, sobretudo pelo uso da violência, combatiam os movimentos sociais do campo que defendiam a redistribuição de terras e o acesso dela para os trabalhadores rurais e os sem-terra. O conservadorismo e autoritarismo das elites agrárias são características desta organização, onde sua principal bandeira de luta é a defesa da propriedade privada e da livre iniciativa no campo. A globalização e a intensa capitalização da terra despertavam o interesse de empresários para as novas culturas agrícolas, tais como soja, gado etc. Deste modo, os latifundiários eram contrários a qualquer tentativa de intervenção estatal que fizesse crescer e legitimar a voz das minorias.

A UDR surgiu numa conjuntura de transição e de debates sobre a reforma agrária como reação de determinados setores das elites rurais à proposta de reforma agrária da Nova República. Defendia a urgência de “uma resposta à altura às invasões de terra” e se contrapunha ao posicionamento do governo favorável à reforma agrária, por entender que este posicionamento fortaleceria a luta pela terra no Brasil e induziria a maior mobilização da sociedade em favor da proposta reformista (Bruno, 1996, p.72).

A UDR foi fundada em 1985, período de intensas discussões sobre o processo de redemocratização do país, onde os movimentos sociais se expandiam reivindicando direitos nos diversos setores da sociedade. Ronaldo Caiado, é o principal fundador da UDR, pertencente a uma das famílias de pecuaristas mais tradicionais de Goiás. Tendo sua formação inicial em São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Em 1987 a UDR já possuía 230.000 associados e 200 secretarias em 19 estados (Mitideiro Junior, 2008, p.220).

Enquanto os movimentos sociais expandiam suas reivindicações, os latifundiários abriam espaço para candidaturas políticas partidárias, recebendo apoio de outros políticos e autoridades. Além disso, organizavam grandes leilões e recebiam doações para comprar armas, contratar jagunços ou pistoleiros para fazer a segurança de seus patrimônios, que na maioria das vezes eram oriundos da prática de grilagem e títulos fraudulentos. Esta dinâmica resultou no aumento dos assassinatos no campo no Brasil.

Em concomitância com essa realidade, discutia-se a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária e a entrada na Constituição Federal de um capítulo específico para tratar do tema. Essa aura de liberdade fez com que os proprietários rurais, organizados, recrudescessem as suas ações contra qualquer um que tentasse contra os seus poderes, sendo a violência, mais uma vez, a forma de mediação eleita para tratar da questão (*Ibidem*, p.219-220).

O autor afirma que a UDR se constituiu na maior organização ruralista do país, onde os principais associados eram: sindicatos patronais, cooperativas, associações de produtores e fazendeiros que buscavam atuar nas assembleias estaduais e federais, prefeituras e áreas que possuíam terras. O uso da violência foi constante, aparecendo mais denúncias relacionadas a

ameaças, torturas e assassinatos de lideranças dos movimentos sociais ou qualquer pessoa que reclamasse direitos à terra. O autor destaca que em 1987, 161 pessoas foram assassinadas no campo, uma média de um assassinato a cada dois dias.

Para Regina Bruno (1996) a fundação da União democrática Ruralista - UDR é um divisor de águas na luta contra a reforma agrária e a valorização dos ruralistas no Brasil. Além de construir um cenário de práticas de violência no campo e posições tradicionalistas. Assim, a UDR elaborou estratégias para combater o avanço da esquerda e da Igreja Católica no Campo.

Segundo os **uderristas**, a classe rural estava enfraquecida, dispersa e desgastada, e seus representantes marcados pelo imobilismo e comprometidos com interesses alheios aos próprios. Os proprietários de terras haviam, nos anos anteriores, sucumbido às estratégias mais gerais de políticas econômicas dos governos militares e se acovardaram ante um estado que menosprezava o produtor rural. Em contrapartida, os trabalhadores rurais encontravam-se muito mais organizados devido a atuação da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de base (Cebs) e Pastorais da Terra (Bruno, 1996, p.72, grifo nosso).

De acordo com a autora, a UDR percebeu que a conjuntura política anunciava mudanças, colocando em crise a representação patronal, assim buscou antecipar uma organização social capaz de representar a classe ruralista naquele contexto. As suas estruturas representativas no meio político não estavam favorecendo os seus interesses, pois não estavam conseguindo estabelecer uma relação mediadora entre o estado e as elites patronais. Com o processo de modernização da agricultura, construía-se uma rede de novas relações econômicas, políticas e sociais, causando mudanças e deixando mais complexas as formas habituais de organização e representação, dificultando a manutenção dos interesses dos grandes latifundiários.

A organização dos latifundiários era uma demonstração de força que dava visibilidade para as suas reivindicações. Em seus panfletos estampavam o *slogan* “Mobilizar para melhor organizar”, que distribuíam em seus leilões de gado. De acordo com a autora, esses leilões marcavam a formação da identidade da UDR. A organização defendia a legitimação da violência no campo, sustentavam seu discurso pela lógica da legítima defesa da propriedade. Em 1985, Ronaldo Caiado anunciou que haveria guerra no campo e que o uso da violência era inevitável, justificando a criação da UDR pela legítima defesa dos ruralistas, considerando uma resposta à violência que eles diziam ser praticada pela esquerda e pela Igreja Católica (*Ibidem*, p.76).

Para a UDR, os trabalhadores rurais eram incapazes de se organizar, agir e pensar. Deste modo, para eles os sem-terra eram massa de manobra do MST, dos comunistas e da Igreja Católica, afirmando que os acampamentos eram uma preparação para invasores profissionais.

Quanto aos conflitos de terra do Médio Mearim assistidos pela diocese de Bacabal e Província Franciscana, não havia a presença de trabalhadores rurais buscando acampar em terras sem função social, e sim a presença dos chamados posseiros que tinham ocupado previamente terras devolutas antes dos supostos proprietários reclamarem. A luta pela terra deles, de acordo com as fontes eclesiais e entrevistas dos atores sociais do campo, era pela permanência nas áreas previamente ocupadas.

A atuação da Igreja foi também sumariamente desqualificada (pela UDR). Com o argumento de que a Igreja desconhecia a realidade do campo, Caiado afirma que não se pode “aceitar entidades que não sabem nem como se chama o homem do campo, colocando o apelido de sem-terra; isso não existe no setor rural”. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi considerada ilegítima para atuar na Constituinte. Segundo a UDR, “ela não plantou e nem gerou riqueza. Não faz parte das classes produtoras”. Portanto, “é incapaz de fabricar uma reforma agrária que responda aos anseios daqueles que estão diariamente ligados à produção⁵⁶ (*Ibidem*, p.77).

A UDR propagava o estereótipo do trabalhador rural, afirmando que eles não eram agricultores e sim “mão de obra”, “bons de foice”, “bons de enxada”, mas incapazes de gerenciar terras próprias. Os latifundiários acusavam a esquerda, os sem-terra e a Igreja Católica de construírem uma ideologização da reforma agrária, acusando-os de serem responsáveis pela manutenção da violência no campo e pela necessidade da criação da UDR. Segundo os latifundiários, só surgiu por causa das inúmeras invasões de propriedades privadas.

De acordo com Miranda (2007, p.56), no estado do Maranhão, a UDR estava presente em Bacabal, Caxias, Imperatriz, Lago da Pedra, Arame, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Porção de Pedra, Presidente Dutra e Santa Inês. Destes municípios o núcleo mais forte encontrava-se em Bacabal, onde localizava-se a sede da organização no estado. Na cidade encontravam-se muitos latifundiários envolvidos nos conflitos de terra recorrentes no Médio Mearim. Nas fontes e entrevistas a UDR é citada como a organização mais violenta no contexto de conflitos de terra da década de 1980.

A UDR na região do Médio Mearim publica notas e mais notas contra o Bispo e os Franciscanos de Bacabal, caluniando a ação pastoral da diocese com palavras muito baixas. Assim escreveram na nota do dia 10 de maio: “Não hesitam em armar o espírito e as mãos de nossos camponeses, pregando nas homilias litúrgicas ao invés do amor ao próximo, o ódio, a desunião, o desrespeito pelas instituições democráticas; até os oferecem em holocaustos para a satisfação dos seus projetos pessoais” (Löher, OFM, 2009, p.392).

⁵⁶ Regina Bruno retirou estas informações dos jornais: “Zero Hora, Porto Alegre, 30 de nov. 1987” e “Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 01 de ago. de 1987”.

Os latifundiários afirmavam que a diocese de Bacabal incentivava as invasões e a violência. Em 23 de outubro de 1982, o Jornal “O Imparcial” veiculou que os representantes da UDR tiveram uma audiência com o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira no Palácio dos Leões, sede do governo. O jornal destacou que 20 ruralistas foram recebidos, liderados pelo presidente da UDR, Hugo Saraiva e cerca de 100 ficaram do lado de fora aguardando o resultado da audiência, onde ruralistas pediram pela “tranquilidade na zona rural”. A resposta do governador foi positiva aos ruralistas afirmando que se colocaria ao lado deles, uma vez que eram vítimas de invasões de terras. Contudo afirmou também que apoiaria a manutenção do posseiro que estivesse ocupando as terras há mais de 10 ou 20 anos (Jornal O Imparcial, 1982, p.07).

O governador se comprometeu em enviar policiais militares em 48 horas para garantir a ordem pública nas regiões mais afetadas. Destacou ainda que a polícia não se envolveria em disputas, entendendo que estas questões deveriam ser resolvidas na justiça. Nesta ocasião, o Vice-governador João Alberto afirmou que os ruralistas reivindicavam segurança. Já o presidente da UDR regional afirmou que o acesso às propriedades estava bloqueado por grupos armados, as fazendas à beira de invasões e que eles se encontravam em situação de desespero. (Ver figura 8) Acrescentou:

Nós proprietários rurais, estamos sendo confundidos com grileiros e pistoleiros, e isso não podemos aceitar. As nossas entidades não aceitam a grilagem, porque todos os seus membros são proprietários de fato, que trabalham a terra. Não somos contra os posseiros, não queremos o conflito. Tudo que queremos é trabalhar em paz (Jornal O Imparcial, 1982, p.8).

O jornal traz uma visão bastante positiva dos compromissos entre o governo do estado e os proprietários rurais. A polícia de fato foi colocada nessas áreas, no entanto a violência só aumentou ao longo da década de 1980. É possível perceber o discurso da organização através da veiculação do jornal, bem como o posicionamento do governo. No entanto, chama a atenção da audiência ter sido feita apenas com uma das partes interessadas, neste caso a UDR. O Jornal “O Estado do Maranhão” também veiculou a notícia do encontro entre o governador e os ruralistas. Nesta matéria observa-se que os proprietários rurais ficaram satisfeitos com o posicionamento do governador ao afirmar “O Governador Epitácio Cafeteira deu uma prova de que seu governo quer fazer justiça” (Jornal O Estado do Maranhão, 1982, p.02). (Ver figura 9)

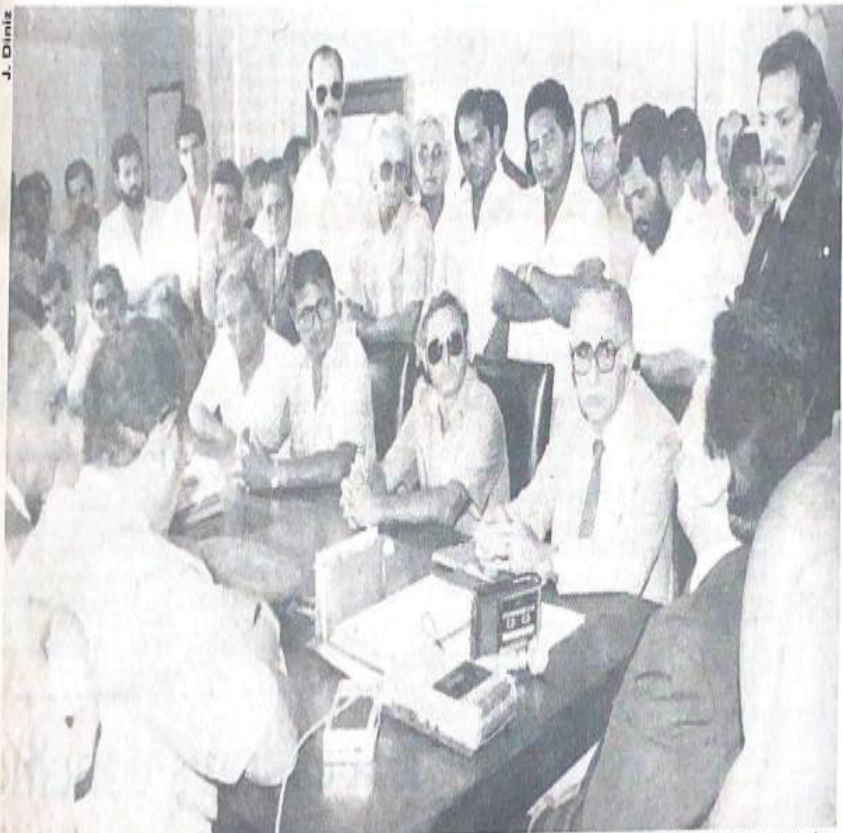
FIGURA 8 – AUDIÊNCIA COM O GOVERNADOR DO MARANHÃO, EPITÁCIO CAFETEIRA/1982



Fonte: Jornal O Imparcial, 23 de out. de 1982

FIGURA 9 – AUDIÊNCIA COM O GOVERNADOR DO MARANHÃO, EPITÁCIO CAFETEIRA/1982

UDR vai a Cafeteira e desiste do boicote



O governo vai garantir o direito de propriedade e não dará cobertura a invasões; manterá a ordem pública, mas não usará a polícia para guardar a propriedade de quem quer que seja. Foi essa a posição manifestada ontem pelo Governador Epitácio Cafeteira a uma comissão de proprietários ligados à UDR, que foi ao Palácio cobrar uma posição do Executivo em relação aos conflitos pela posse da terra. O Governador manteve todas as suas posições, afirmando que "o governo é de todos, porque apóia o posseiro perseguido e o proprietário que quer produzir em paz". Os proprietários, em sua maioria pecuaristas, manifestaram satisfação ante as observações do Governador e o presidente regional da UDR chegou a afirmar, ao final do encontro: "O Governador Epitácio Cafeteira deu uma prova de que seu governo quer fazer justiça".

(Página 2)

Cafeteira reafirmou aos membros da UDR que defende a propriedade mas não persegue posseiro

8 Et. do MA 23/10/82

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, 23 de out. de 1982

O clima no estado era bastante tenso, porque os fazendeiros estavam se armando cada vez mais e os posseiros começavam a reagir toda vez que levantavam uma cerca ou tentavam proibi-los de cultivar a terra e coletar o coco babaçu. Discutiremos sobre as reações dos posseiros e quebradeiras de coco no capítulo V, onde eles mesmos relataram suas experiências nos conflitos de terra do Médio Mearim, nas décadas que nos propomos investigar nesta tese.

Ainda sobre a UDR, eles buscavam meios de enfraquecer o apoio da Igreja aos posseiros, uma vez que consideravam que as intervenções de clérigos estrangeiros encorajavam essas comunidades a reagirem. De acordo com a religiosa entrevistada, Ir. Teresinha (Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos), os agentes pastorais viviam sob ameaças constantes. Muitas notas em jornais ou folhetos eram publicadas ameaçando padres, freiras, posseiros, lideranças e leigos engajados na luta pela terra.

A gente recebia muita ameaça como qualquer outra pessoa que estava envolvida, que caminhava junto com esse grupo, de um modo geral todos nós éramos ameaçados, inclusive chegou a sair um jornal, circulou um jornal do grupinho de lá mesmo colocando o preço da cabeça de cada... Por exemplo, D. Pascásio tinha um valor X para quem tirasse a cabeça dele, decepasse, a irmã Vilma também, ou seja, freira tinha um valor, o sindicalista tinha outro valor, um sacerdote tinha um outro valor e o valor maior era o bispo Dom Pascásio, quem conseguisse tirar a cabeça dele. Eu não me detenho agora, por exemplo nos valores, mas o valor mais alto era a cabeça do bispo, depois vinha sacerdotes, depois vinha as irmãs, depois os sindicalistas (Entrevista, Ir. Teresinha, 2015).

Entre as fontes encontradas nos arquivos eclesiásticos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, há uma “Nota Oficial” da diocese de Bacabal assinada em nome de D. Fr. Pascásio Rettler, onde relata a atuação da União Democrática Ruralista - UDR na região do Médio Mearim. O texto datado de 13 de agosto de 1986, expõe que a UDR utilizou a emissora local “Rádio Jainara” para difamar o bispo, padres, religiosas e leigos. Em defesa, o bispo declara que a Igreja está comprometida com a justiça social e a paz no campo. Ressalta ainda que as famílias de lavradores e posseiros, “humildes” e “indefesos”, sofrem perseguições de latifundiários e fazendeiros da região.

Não tem nenhuma procedência a afirmação de que o Bispo de Bacabal incentiva invasões de propriedades de quem quer que seja, sendo certo que todos os conflitos pela posse da terra na circunscrição da Diocese de Bacabal estão ligados a um povoado mais antigo do que os títulos de propriedades daqueles que, agora querem expulsar os habitantes desse mesmo povoado (Nota Oficial, D. Fr. Pascásio Rettler, 1986, p.01).

O bispo cita o caso específico do povoado Pau Santo, afirmando que a polícia usou como pretexto o cumprimento de uma “Liminar Possessória” a favor de um associado da UDR, para matar um lavrador velho e doente. Ele afirma ainda que felizmente o pedido de verificação da área, feita por ele ao presidente da República, foi atendido, sendo desapropriado para

assentar de forma definitiva as 93 famílias de lavradores existentes na área. D. Fr. Pascásio Rettler cita ainda o trabalho da Assessoria Jurídica aos Lavradores - AJULAV. (Ver anexo E)

Nunca houve sequer intenção de Dom Pascásio de obstacular o cumprimento de qualquer decisão judicial, tanto que, nesse particular, a Diocese mantém uma Assessoria Jurídica competente para cuidar dos casos de lavradores e posseiros ameaçados de expulsão e vítimas de prisões ilegais (Nota Oficial, D. Fr. Pascásio Rettler, 1986, p.01).

Os conflitos entre UDR e posseiros se intensificaram ainda mais no decorrer dos anos, o que resultou posteriormente em mais mortes de ambos os lados, mais excomunhões, mais ameaças e perseguições. Um relato recorrente entre os entrevistados foram os ataques a D. Fr. Pascásio Rettler, onde a casa que ele utilizava para descansar foi incendiada. Posteriormente o alvo de ameaças passou a ser D. Fr. Henrique Johannpötter, segundo bispo de Bacabal, frade pertencente a Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção.

4.5 “OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES”: MISSIONÁRIOS ALEMÃES

A “opção preferencial pelos pobres” tornou-se o lema dos agentes engajados da diocese de Bacabal, mas esta decisão teve muitos custos para aqueles que assumiram a responsabilidade de acompanhar os conflitos de terra de perto. Algumas questões importantes já foram discutidas acerca das mudanças da Igreja institucional, para que a inserção em movimentos sociais e pastorais fosse possível. Mas existem outros elementos no contexto dos clérigos franciscanos pertencentes a Igreja Católica do Médio Mearim. A exemplo o aspecto missionário dos clérigos, pois a Ordem dos Frades Menores, busca a missão como regra de vida.

Em 1952 a Província Franciscana da Saxônia da Santa Cruz, enviou 4 frades missionários da Alemanha para o Brasil, para experienciarem um novo campo de missão. Além de empreenderem ações pastorais para fortalecerem a Igreja Católica com a assistência nas comunidades e paróquias, os franciscanos fundaram escolas, mantiveram projetos voltados para a educação, saúde das populações pobres, assistência no campo e periferias das capitais do Maranhão e Piauí. A província alemã buscou o Brasil como campo de missão após terem sido

expulsos da China em 1948 pelo governo comunista, após 44 anos de missão⁵⁷. Os franciscanos enviados da Alemanha na década de 1950 se fixaram no Maranhão e Piauí, onde construíram suas paróquias, empreenderam projetos pastorais para fortalecer a Igreja Católica através dos fiéis e de projetos sociais voltados para os menos favorecidos.

Outra questão que observamos é a história de vida desses franciscanos, o fato de terem experienciado a II Guerra Mundial. Fr. Adolfo Temme iniciou a entrevista contando sua história de vida. Nasceu na Alemanha em 1940, enfatizou: “um ano depois do início da guerra”, tendo experienciado na sua infância. Destacou que o pai era negociante de porcos e gado em pequena escala. Ao perder o pai aos 8 anos, ele relatou que a mãe precisou assumir a profissão dele para sustentar os 9 filhos, sendo a vida bastante difícil. As histórias de vida, bem como o processo de formação clerical com bases no carisma da Ordem dos Frades Menores, provavelmente tenham um peso no aspecto ideológico desses clérigos alemães. Na década de 1950, a Província Franciscana no Brasil contava apenas com clérigos alemães, somente em 1957 entraram 2 brasileiros.

A presença da província franciscana no Maranhão e Piauí, desde a chegada até os dias atuais, esteve engajada em vários contextos além dos conflitos de terra. A exemplo, fundaram o primeiro ginásio da cidade de Bacabal na década de 1960, fundaram escolas na capital do estado do Maranhão e em outros municípios. Trabalharam também com a questão da saúde, sobretudo com o apoio às Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, com a implantação do ambulatório em Bacabal, estruturaram a pastoral da criança que salvou muitas vidas de crianças em estado de desnutrição, dentre outros projetos. Diante das características investigadas dos padres, religiosos e religiosas engajados nos conflitos de terra no Médio Mearim, percebemos que eles assumiam posturas da ala progressista da Igreja Católica. Os aspectos da realidade social foram respaldo para os ensinamentos catequéticos, a teologia que assumia o povo oprimido como “povo de Deus” era uma característica acentuada entre esses agentes pastorais. O bispo de Bacabal por exemplo, era popularmente chamado de “advogado dos pobres”.

⁵⁷ Sobre a chegada da Ordem dos Frades Menores da Província da Saxônia da Santa Cruz, leia-se: LIMA, Dayane de Sousa. **Franciscanos e missão: atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980)**, Dissertação (Mestrado), São Luís, 2018.

O trabalho da diocese de Bacabal pode ser entendido como um serviço de mediação, mas observá-la enquanto instituição que assume responsabilidades sociais e experiência junto com as populações rurais as tensões dos conflitos de terra, aproxima-os mais do aspecto missionário do que de mediador. Havia uma lógica voltada para a manutenção das comunidades rurais, para que os povoados não desaparecessem, para que posseiros não fossem assassinados, para que cultivassem suas roças com liberdade, para que vivessem como cristãos de forma digna, sendo respeitados enquanto cidadãos. A formação foi o carro chefe da ação nos aspectos pastorais e sociais, houve um trabalho voltado para a alfabetização e formação das lideranças comunitárias, sindicais, catequistas etc. Com o Seminário Catequético, muitos líderes de comunidades passaram por cursos para que pudessem reproduzir em suas comunidades a liturgia das celebrações, sem que precisassem ter a presença de um sacerdote para várias atividades.

Em Bacabal tinha uma casa, chamada Seminário Catequético, uma escola de formação para lideranças, catequistas e dirigentes de culto. A ideia inicial do bispo era realmente formar **padres leigos**. Ele tinha essa esperança que um dia Roma pudesse reconhecer, homens casados como padres, infelizmente não deu até hoje. Mas então ficou... nessa casa tinha uma equipe de irmãs e um dos frades, que a partir de 1978 foi eu (Entrevista, Fr. Adolfo Temme, 2019, grifo nosso).

Fr. Adolfo Temme era um frade preocupado com a formação, tanto dos religiosos quanto da comunidade leiga. No Seminário Catequético ele deu assistência por 6 anos, posteriormente pediu a sua província que o mandasse para o interior de Pernambuco para que pudesse conviver com outras comunidades rurais. Havia uma abertura desses clérigos e religiosas para os movimentos sociais, fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's e Teologia da Libertação. O frade relatou que os casos de conflitos começaram a chegar até eles com muita constância, assim ele começou a mudar a forma de “treinamento” das comunidades. Começou a focar na realidade deles, na questão da terra e na formação com os posseiros, que a Igreja Católica chama de processo de conscientização das comunidades.

E então a partir desses cursos era nesse esquema e então eu me lembro que eu começava o primeiro dia assim: faça um mapa do seu povoado, coloque as ruas, quando era povoado: coloque a rua, coloque a escola, localize a Igreja. Então coloque as casinhas, os caminhos da roça, se tiver lavoura, coloque a lavoura, se tiver o fazendeiro coloque a casa dele. Então o trabalho era determinar qual é a terra em comum e qual é a terra particular. Se fosse terra que tinha um fazendeiro. Então eu observei que foi nas primeiras vezes eles não conseguiam descobrir qual era a terra comum. Por exemplo: as roças para eles, eram todas particulares, as ruas, consideravam particular, quer dizer: não é nosso. Nós estamos aqui de favor... **E então, vocês não entendem o patrimônio? Aí falaram Ahh sim! A Igreja é patrimônio, o cemitério é patrimônio e costumavam ter também mais um pedaço do centro. **E a roça?** Enquanto você estiver nela é sua, deixa de ser particular e então foi**

aos poucos crescendo a noção do... quer dizer: temos algo para lutar, tem algo que é nosso (Entrevista, Fr. Adolfo Temme, 2019, grifo nosso).

Ao ser perguntado sobre a Teologia da Libertação, o frade respondeu que o conhecimento que ele tinha inicialmente era apenas de notícias que ouvia falar. No entanto considerou que a sua convicção pela Teologia da Libertação se deu a partir da leitura de um padre holandês chamado Carlos Mesters, que trabalhava em Minas Gerais e criou uma fundação chamada “A Bíblia vista a partir do pobre”. Fr. Adolfo Temme relatou ter ficado impactado com os relatos do padre holandês sobre suas experiências no interior do Ceará, “[...] ele deu detalhes, e eu comecei a descrever como os conflitos da diocese de Bacabal, a partir do sentimento do sofrimento” (Entrevista, Fr. Adolfo Temme, 2019). Neste contexto, o frade está se referindo às crônicas que escreveu sobre os conflitos de terra que a diocese de Bacabal e sua província acompanharam no Médio Mearim.

FOTO 10 – D. PASCÁSIO E AGENTES PASTORAIS DA ACR – MÉDIO MEARIM, DÉCADA DE 1980



Fonte: Arquivos da ACR/MA

5 LUTA PELA TERRA: ENGAJAMENTO DOS ATORES SOCIAIS DO CAMPO NO MÉDIO MEARIM

A disputa por terras no Maranhão nas décadas de 1970 a 1990, desencadearam diversas configurações nas relações sociais, políticas e econômicas do estado. Os projetos de desenvolvimento econômico e social do país, levaram o governo Sarney no final da década de 1960, a incentivar a economia industrial e agropecuária, cuja propaganda era tirar o estado do atraso e construir um “Maranhão Novo”. Deste modo, alavancou a venda de grandes áreas de terras devolutas, sobretudo para grandes empresas.

Na região do Médio Mearim a expansão da agropecuária foi o carro chefe dos empreendimentos, que favoreceram na compra e grilagem de áreas já habitadas por famílias que viviam da agricultura de subsistência e do extrativismo. Essas famílias passaram a ser expropriadas, sobretudo a partir da década de 1970, o que impulsionou a organização política e social de posseiros e quebradeiras de coco, apoiados por agentes pastorais e sindicatos. Isto resultou, na resistência e luta pela terra, tendo como principais bandeiras de luta, o direito de permanência no campo, o acesso livre ao coco babaçu e impedir a devastação de grandes áreas de babaçuais.

O conflito e violência no campo maranhense, aumentou de forma significativa num período de discussão pela abertura política e reivindicações dos movimentos sociais por direitos em diversos setores, tendo como uma das principais pautas, os projetos de reforma agrária no país. A conjuntura política, impactou sobremaneira nas relações que se construíram no campo, como ações truculentas da polícia, negligência do estado e ascensão dos latifúndios.

5.1 LUTA PELA LIBERTAÇÃO DO COCO BABAÇU E DA TERRA NO MÉDIO MEARIM

Todo mundo na região me conhece como Sibá. E eu tenho hoje, 60 anos, sou casada, tenho 3 filhos, nasci aqui, me criei aqui, permaneço e **quero ser plantada aqui**. Voltar para a terra daqui. Assim, a nossa história, assim, a nossa luta do conflito da terra. **Nossa luta foi de resistência**. É porque a gente já morava aqui, então não, não queria sair daqui. Sair daqui para ir para onde? Então assim, **a gente via que era um direito** que a gente tinha de permanecer aqui, que era o lugar onde a gente já residia e que achava que era da gente. Então, tinha por direito. **E aí a gente resolveu lutar**. Quer dizer, a necessidade exigiu que lutasse para poder permanecer. Se hoje a gente permanece aqui, mas não foi de graça, não. É... **foi através de muita luta**. Passou muito sono. Dias e noites sem dormir, assim, sobressaltada. Óia lá, o pistoleiro entra hoje, o pistoleiro entra amanhã e os homens corria. **Quem ficava em casa era a mulher**, que ficava com as crianças, permanecia... E os homens corria pro mato. Se escondia e a mulher que ficava recebendo o impacto (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022, grifos nosso).

Sebastiana, conhecida como Sibá é moradora do povoado Centrinho do Acrísio, município de Lago do Junco, Maranhão. Antes de iniciarmos a entrevista, informamos a ela que gostaríamos que contasse a história do povoado e a sua experiência nos conflitos de terra da região. Optamos por não fazer nenhuma pergunta inicial aos entrevistados, deixando-os livres para decidirem por onde começar. A entrevistada por sua vez, iniciou demarcando o seu lugar de pertencimento ao povoado, ao afirmar: “nasci aqui”, “me criei aqui” e “quero ser plantada aqui”. Ao narrar que houve uma luta, mas que esta foi de resistência, Sibá demarca um outro lugar, o da sua relação com o trabalho. Para ela, a terra pertence às famílias que ali moravam, não porque compraram, mas porque produziam nela há décadas, o que consistia no seu direito sobre ela.

A titularidade e demarcação das terras não era uma preocupação até a década de 1960, para os moradores de alguns povoados. Um período que os atores sociais que se reconhecem como posseiros, chamam de “tempo da fartura”. De acordo com Sibá, a chegada da agropecuária facilitou a privatização das terras do Maranhão, ocasionando a derrubada das palmeiras, matas e acabando com as caças e os grandes igarapés que davam peixes com fartura.

Quando eu era menina, eu conheci Igarapé Grande⁵⁸ que só pescava a partir do mês de setembro em diante, que era muito grande, que era muita água. Hoje não existe mais, tá dentro das soltas, aterrou. Como eles desmataram as beiras, as margens, e aí os animais vão pisando, aí aterrou mesmo, não existe mais. Então é essa condição. Aí foram se fechando num ciclo pra gente. Aí chega a hora que sufocou, que então não tem mais jeito. **O jeito é lutar.** E aí foi quando surgiu a necessidade, não foi por achar que era uma coisa bonita, **foi a necessidade que obrigou quem queria ficar aqui a resistir** (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022, grifo nosso).

Para o posseiro, que trabalha com a perspectiva da subsistência, tem por objetivo a produção, e não a venda da terra. O projeto desenvolvimentista do estado do Maranhão no final da década de 1960, legitimou a privatização das terras devolutas, o que ocasionou uma transformação do *modus operandi* do campo. De acordo com a autora Regina Luna (1984), o processo de reprodução e expansão do capitalismo na sociedade brasileira foi marcado pela intervenção do Estado, pelos projetos de apoio a pequenas produções, grandes empresas ou projetos de colonização nos chamados espaços vazios. Deste modo, com os projetos de expansão capitalista na Amazônia, a década de 1970 foi marcada pela construção de grandes rodovias. Com isto, o Estado brasileiro acabou estimulando a formação de empresas e a consequente expropriação de camponeses e indígenas.

⁵⁸ Município pertencente ao Médio Mearim.

A terra passa a ser monopólio de grandes grupos financeiros, de empresários e de grileiros. A luta pela terra ganha intensidade e o Estado se apressa em demarcar propriedades. A propriedade privada da terra torna-se condição necessária para o desenvolvimento das relações de exploração pois, para que o capital submeta o trabalho, há que se separar o produtor direto de seus meios de produção. A partir daí, novas produções de relações são estabelecidas (Luna, 1984, p.55).

No Maranhão, a terra não é apenas um meio de produção, mas vista como um empreendimento rentável. O projeto desenvolvimentista adotado pelo estado, se beneficiou dos projetos do Governo Federal que favorecia a expansão das grandes empresas nacionais e estrangeiras. O objetivo do Estado brasileiro, era preservar as estruturas de apropriação e dominação econômica no Nordeste, favorecendo a acelerada acumulação capitalista.

Segundo Regina Luna, a intervenção do estado do Maranhão no processo de expansão capitalista, se dá primeiramente pelo papel desempenhado pelas instituições governamentais, “na suposta expansão, recriação e reprodução da pequena produção”, bem como no favorecimento dos interesses capitalistas voltados para a agricultura. Em segundo lugar, o estado interveio na busca por diminuir as tensões sociais nas regiões onde as contradições oriundas do processo de expansão capitalista se aguçaram. Isto foi efetivado por meio da distribuição de títulos de terras, ou transformando o posseiro em colono dos projetos de colonização, a fim de diminuir o acentuado conflito no campo maranhense.

O processo de regulamentação jurídica das terras, no Maranhão, dá-se a partir da Lei de Terras nº2979/69 e dos Decretos nº 1164/71 e 70.220/72. É proposta aí uma reestruturação global do mercado de terras no Maranhão, que vai ocasionar uma série de transformações, ao nível de organização social da produção camponesa e ao nível das relações sociais. As transformações, porque passa a organização das relações internas do campesinato face à ação do Estado, se refletem no conjunto da economia, atingindo tanto **as áreas de terras devolutas da frente agrícola** a partir de 1950, como as áreas de ocupação mais antiga (Luna, 1984, p.55, grifo nosso).

As novas configurações de desenvolvimento econômico do campo, resultou num período de exploração da mão de obra dos posseiros, sobretudo depois da privatização das terras devolutas do Maranhão, fomentando os enfrentamentos futuros entre posseiros e fazendeiros. A afirmativa da quebradeira de coco Sibá “aí a gente resolveu lutar” é um discurso recorrente entre os atores sociais do campo do Médio Mearim (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

Este processo de enfrentamento se dá a partir do momento que os camponeses se reconheceram como posseiros. Essa é uma consciência política que emerge a partir da luta social, fruto do processo de expropriação imposta pela expansão do capitalismo. Os depoimentos convergem com a ideia que a ação de enfrentamento e organização iniciou quando eles compreenderam que tinham o direito de posseiro, previsto no Estatuto da Terra. As

orientações e estudos voltados para ações políticas foram viabilizados pelos agentes pastorais (Clérigos, ACR, CEB's etc.). Antes de se reconhecerem enquanto posseiros eles se definiam como lavradores, termo bastante utilizado como sinônimo de trabalhador rural, entre os atores sociais do campo no Maranhão.

Os posseiros decidiram se organizar por meio de sindicatos, delegacias sindicais, movimentos pastorais e sociais, cujo objetivo era a luta pela permanência. No entanto, este foi um período marcado também pelo êxodo rural. Muitos atores sociais do campo decidiram ir embora, por medo da violência que se acentuou, sobretudo na década de 1980. Outros, consideraram que as terras eram de fato privadas, “terras com dono”, portanto, acreditaram que para produzir suas roças, precisavam pagar a renda para o proprietário. Para estes, entrar nas áreas cercadas consistia no ato de invasão.

A entrevistada Sibá, afirmou que algumas pessoas que se opunham à luta, o faziam porque tinham “um pedaço de terra” titularizada, motivo para dar apoio aos fazendeiros da região. Muitas vezes os que não apoiavam a luta pela terra e pelo coco babaçu, passavam informações do povoado para o fazendeiro, enfraquecendo as estratégias organizadas por posseiros e quebradeiras de coco.

Aí quem tinha ido embora antes, no tempo da confusão, teve alguns que voltou. Teve outros que não foi aceito. É porque teve uns que saíram de medo e não ficaram fazendo coisa ruim e teve outros que saíram e ainda ficaram dando apoio pra eles lá, e querendo derrubar a gente. Então esse a gente não aceitou. Não, não, aqui não. Aqui não dá pra morar mais não. E isso foi em todas as comunidades. Não foi só na nossa não que foi embora (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

O período da “terra privada” e do “coco privado”, narrado pelos entrevistados se configuraram pela privatização das terras devolutas. Assim, o “tempo da fartura” deu lugar ao tempo da escassez, da fome e posteriormente do conflito. As terras, instrumento de trabalho para uns e de desenvolvimento agropecuário para outros, tornou-se limitada, cercada por arame farpado. Desta forma, o pagamento do foro para quem quisesse plantar uma única linha de roça, passou a ser obrigatória. As novas configurações do campo modificaram também a atividade das mulheres que quebravam coco. No “tempo da fartura”, elas trabalhavam com o extrativismo para complementar a renda. Posteriormente, no “tempo da escassez”, a atividade das quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim, tornou-se a única opção de fonte de renda para manter as famílias.

De acordo com a autora Viviane Barbosa (2022) na década de 1970, havia grande dependência das atividades econômicas urbanas em relação ao setor primário, onde as principais indústrias do estado se vinculavam a extração do coco babaçu. Sendo a base da

receita tributária do governo de aproximadamente 70%, ligada à comercialização do babaçu e do arroz.

A indústria do babaçu se desenvolveu independente dos incentivos estatais, os quais teriam de fato se efetivado somente a partir da década de 1970, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ambas integradas pelo estado do Maranhão e inseridas na “modernização conservadora” promovida pela “oligarquia Sarney”, que se consolidara no poder político estadual simultaneamente ao processo de expansão do capitalismo monopolista para o Maranhão e a Amazônia. Nesse contexto, a extrato-indústria passou da fase de aproveitamento parcial para o aproveitamento integral do babaçu (Barbosa, 2022, p.161).

Esses incentivos fiscais da década de 1970, não alcançaram as extrativistas que mantinham a atividade baseada na pequena produção familiar. A sua comercialização passava pela dinâmica dos atravessadores o que tornava a mão de obra das quebradeiras de coco barata. Os atravessadores faziam o transporte e comercializavam nas indústrias a preços mais elevados. Com a privatização das terras, o coco babaçu também passou a ser privatizado, um discurso que comparece entre todos os entrevistados.

As quebradeiras de coco só poderiam coletar o babaçu com a permissão do fazendeiro, que cobrava em troca a metade do que era quebrado. Quando a cobrança não era “de meia”⁵⁹, elas eram obrigadas a vender a preços baixos a sua produção para o fazendeiro ou o comerciante do povoado, não sendo permitido que vendessem para terceiros. Também não era permitido que levassem as cascas do coco, fonte de produção de carvão tanto para comercialização, quanto para uso pessoal. Com o arrendamento das terras, a mão de obra dos posseiros e quebradeiras de coco passou a ser explorada, muitas vezes eram obrigados também a semear o capim para a pastagem do gado, o que diminuía a área agricultável. No auge dos conflitos de terra no Médio Mearim, a economia predominante era a agropecuária, não foi identificado maiores empreendimentos na economia do babaçu.

Ao ser perguntado sobre as mudanças no campo que provocaram a resistência e os conflitos de terra na região do Médio Mearim, João Valdeci (64 anos, casado com Sibá), demarcou como ponto de partida a década de 1960, período da gestão de José Sarney ao governo do estado do Maranhão. O entrevistado é morador do povoado Centrinho do Acrísio desde os quatro anos de idade. Seus pais migraram de Brejo do Anapurus - MA, para Centrinho do Acrísio, porque onde moravam a terra não era produtiva.

⁵⁹ Expressão utilizada pelas quebradeiras de coco que significa metade.

[...] Com 64⁶⁰, Sarney começou a governar o Maranhão e criou o projeto agropecuário, que começou a vender as terras do Maranhão. Por pouco mais ou nada, e pra quem tinha dinheiro, principalmente os cabo eleitoral dele, nesses municípios. A maioria era município, que eu conheço a história de Lago do Junco. Quem foi os grandes proprietários ali, era o seu Juca Pinheiro e outro, Leão Leda. **Eles tudo adquiriram terra só por cortesia, amizade do grupo Sarney.** Marca isso aqui! Você me dá isso aqui! Pronto, resolve. E depois vem o projeto mesmo que é pra beneficiar a terra, fazer o manejo da pastagem... Crédito no banco... Os trabalhadores não tinham conhecimento disso. Eles acharam bom, quando o cara dizia assim: agora vamos brocar aqui tantas linhas de mato. Essa terra aqui vai ser toda derrubada. O cara então: vai ser bom pra gente ganhar dinheiro. Só que no fundo, o negócio, a coisa ficou foi difícil... 5 anos eu me lembro, quando aqui a família Coutinho em Bacabal, tinha um irmão dele aqui. Olha, eu comprei essa terra aqui. Aqui vai ter muito serviço. **Papai disse: eita aqui vai ficar bom demais. Esses homens aí vão derrubar essas terras tudinho pra fazer pastagem, criar gado, e aí vai dar bom pra gente ganhar dinheiro.** Foi, mas foi momentâneo (Entrevista, João Valdeci, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022, grifo nosso).

João Valdeci relatou que nos três primeiros anos acreditaram que a chegada dos fazendeiros era benéfica para o povoado, mas em pouco tempo não havia mais lugar para as roças, o capim havia tomado o espaço do plantio, quase tudo havia se tornado solta (pastagem). Isto impulsionou a saída de muitas famílias do povoado. Os que permaneceram, ficaram no sistema de arrendamento durante a década de 1970 até iniciarem o processo de resistência coletiva contra os fazendeiros, que ocorreu na década de 1980. Os povoados aqui estudados, participaram de confrontos com fazendeiros em anos distintos. As fontes apontam para o final da década de 1970 até o início de 1990. Sendo que o auge desses conflitos, com maior número de povoados afetados e índice de violência física e psicológica na área estudada, ocorreu na década de 1980.

Dentre as estratégias de resistência, está a coletividade dos posseiros e quebradeiras de coco. Todos os municípios que pertenciam à diocese de Bacabal se uniram para apoiar as áreas de conflitos. Homens e mulheres se deslocavam dos seus povoados em direção as áreas que estavam sofrendo ataques ou ações de expropriações. Este apoio ocorreu de várias formas, desde o enfrentamento armado dos posseiros (homens) contra os fazendeiros e seus vaqueiros, chamados de jagunços e/ou pistoleiros, à veiculação de informações que favorecesse a comunidade e as antecipasse em alguma ação de invasão.

A chegada dos apoiadores nos povoados era silenciosa, pela mata fechada, pegando caminhos que não precisassem passar pela área das fazendas, considerada muito arriscada, dadas as ameaças e os assassinatos que na década de 1980 já estavam bem acentuadas. O

⁶⁰ Houve um equívoco do entrevistado em relação a data da gestão de José Sarney ao governo do estado, sendo a data correta, 31 de janeiro de 1966 a 14 de maio de 1970.

entrevistado Beneval Silva (54 anos), morador do povoado Aldeia do Odino, município de Bacabal, relatou que receberam apoio das comunidades vizinhas nos momentos mais tensos dos conflitos de terra.

A se não tivesse o apoio de outro povoado, não estaria nenhuma casa aqui. Inclusive, ele disse que nessa igreja bem aí, seria o lugar do curral, ele não queria ninguém aqui. Só nós, não tinha condições de lutar. Nossos homens eram poucos. E numa comunidade dessas aqui, na hora que fala de luta, não é todo mundo que vai não. Não é todo mundo que tem coragem não. Só alguns doidos! (Entrevista, Beneval Silva, Povoado Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

O entrevistado afirma que havia em média 30 homens em Aldeia do Odino que se habilitaram a pegar em armas, mas não era suficiente. Então receberam ajuda dos povoados: Centro dos Zé Machado, Centrinho do Acrísio, Ludovico, São Manoel, Pau Santo e Lago Verde. Eles recebiam em média 40 a 50 homens desses povoados, e para alimentá-los durante dias, recebiam ajuda de mantimentos de várias comunidades. Os engajados de Aldeia do Odino também se deslocavam para apoiar outras comunidades em conflito.

Inclusive a gente pegou São Manoel sofrendo pra caramba lá, quando cercaram lá. Os pistoleiros... quase que a gente morre. Lá em Pau Santo Também tinha um conflito acirrado. Eles vinham, a gente ia também, quando ficava calmo, aí a gente descia de madrugada pra outras comunidades pra ajudar (Entrevista, Beneval Pinto, Povoado Aldeia, 2022).

Alguns dos povoados citados por Beneval Silva, que participavam dos atos de solidariedade, não são tão próximos de Aldeia do Odino, mas havia uma articulação organizada entre eles que permitia a comunicação. A Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR e clérigos engajados, organizavam encontros, assembleias, vigílias e missas, entre os posseiros e quebradeiras de coco e conseguiam orientar e manter esses povoados informados dos acontecimentos de toda área da diocese de Bacabal.

As intervenções dos agentes pastorais da Igreja Católica, neste sentido tornou-se a possibilidade mais viável para uma organização política das comunidades afetadas pela violência no campo. O Estado para eles era um aparelho político ausente no que diz respeito aos seus interesses, tornando-se também inimigo, uma vez que os fazendeiros eram apoiados pela polícia nas ações de invasões aos povoados. Conforme o autor Lima Neto:

Vale destacar que foi no mandato do governador Luiz Rocha (1983-1987) filiado ao PDS - primeiro governador eleito pelo voto direto durante o processo de abertura democrática - que acontecem as ações mais violentas contra as famílias de trabalhadores rurais em Lago do Junco. Conforme os relatos de nossos entrevistados e os registros encontrados nas atas das delegacias sindicais por nós analisadas, a lembrança que possuem do governo de Luís Rocha é de que ele era muito ruim para os trabalhadores. Fato que não deve ser tomado de forma isolada, não se tratava de

uma prerrogativa exclusiva deste governo, mas de uma prática estatal muito difundida (Lima Neto, 2007, p.69).

A resistência coletiva e organização política dos posseiros da região do Médio Mearim, apoiados pela diocese de Bacabal só ocorreu no início da década de 1980. O contexto que antecedeu ao período dos conflitos, foi marcado por acordos estabelecidos entre alguns grupos de posseiros e o dono da fazenda que reclamava a área do povoado em questão. O que podemos chamar de estratégia de permanência das famílias que aceitaram trabalhar nas áreas pagando foro.

No período da ditadura (1964/1985) a expansão mercantilista no território era ainda incipiente, inicial; ao mesmo tempo, a repressão violenta do regime inibia formas autônomas de organização. A partir dos anos 1980 a expansão do capitalismo global intensifica a ocupação mercantil das terras no Maranhão; ao mesmo tempo, com a redemocratização, abriu-se espaços para autonomia organizacional dos trabalhadores. Nos espaços urbanos a organização dos trabalhadores foi possibilitada pela abertura, no meio rural a “redemocratização” não chegou ao mesmo tempo. Predominando, ao contrário, a repressão do capital privado, através de jagunços e/ou pistoleiros. A repressão do estado autoritário nos anos 1960, foi substituída pela violência direta do capital nos anos 1980/1990.

Os agentes pastorais que acompanharam os conflitos no Médio Mearim, identificaram que estas relações eram de exploração da mão de obra e estratégia de expropriação das famílias. De acordo com a entrevistada Guilhermina Aguiar, representante da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR, em alguns povoados os fazendeiros acordavam com os posseiros o não pagamento da renda, para que eles semeassem o capim de forma gratuita. Diante dos acordos, os clérigos e os agentes da ACR chamavam a atenção para os problemas que esta dinâmica traria ao povoado em questão. Contudo, a entrevistada expõe que a situação era muito complexa, porque esta era a única saída que as famílias enxergavam dada a situação da fome.

Então o trabalhador achou isso fantástico, porque ele ia produzir e não ia pagar renda e... “ah! O fazendeiro é muito bom, ele deixa trabalhar e não cobra renda. Basta a gente jogar em mês de março, jogar a semente do capim, quando a gente colher o arroz, o capim sai e pronto”. **Só que a gente alertava: “olha! Isso é uma forma de expulsão**, porque você trabalha aqui esse ano, joga o capim, no ano que vem, você não pode mais trabalhar aqui, está tudo **situado**. E foi isso que aconteceu. Então o cara além de **beneficiar na terra** do fazendeiro, que ele derrubava o mato, plantava o arroz e depois semeava o capim, quando terminava estava **situado para o gado** na outra área, aí quando chegava lá no final da propriedade o fazendeiro dizia: “olha! Infelizmente não dá mais para vocês ficarem aqui, vocês estão vendo que não tem mais área que preste pra roça”, ou seja, **era uma forma sutil de expulsão**, mas a gente alertava essas pessoas. Só que no fundo eles não tinham outra alternativa (Entrevista, Guilhermina Aguiar, ACR/Bacabal, 2015, grifos nosso).

Sobre o pagamento do foro, Fr. Adolfo Temme relatou em entrevista que não eram todos que tinham coragem de enfrentar os fazendeiros. Apesar da tristeza pela situação, envolver-se num conflito significava “fome”, porque o lavrador dependia da diária do fazendeiro e a quebradeira de coco, dependia dos favores para adentrar nas soltas. Deste modo, o frade narrou que não culpava as famílias que decidiam não se envolver em conflitos. Ao ser perguntado se a Igreja direcionava as ações de resistência dos atores sociais do campo, Fr. Adolfo Temme respondeu que viabilizavam “orientações de conscientização”, e em alguns casos forneciam ajuda material para que as famílias atravessassem a crise.

Se você estiver no poço sozinho, você não sai. Você não consegue subir sozinho nas paredes. Então a única coisa que lhe resta é gritar na esperança que alguém vai ouvir. O povo se sentia assim. Mas o grito também foi ouvido, porque esta história tem uma vitória⁶¹ (Entrevista, Fr. Adolfo Temme, 2019).

Nas fontes escritas da Província Franciscana e ACR, essa ajuda material correspondia, a arrecadação de alimentos pelas paróquias, pelas intervenções dos movimentos pastorais engajados e pela criação da Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV. Além de oferecer aparato para que os atores sociais do campo viajassem à capital do Maranhão para resolverem burocracias junto ao INCRA, participarem de encontros dos sindicatos, de quebradeiras de coco, e os chamados intercâmbios dos trabalhadores rurais com o Pará e outras áreas de conflitos, para que houvesse trocas de experiências e participassem de encontros em nível estadual, regional e nacional.

O entrevistado Ildo Lopes, também destacou a importância das intervenções dos agentes pastorais para as comunidades.

Quem fundamentava tudo e tinha tempo para nos ouvir era a Igreja mesmo. A Província Franciscana, foi o escudo. Se fosse para mim dizer quem foi que brindou todas essas outras organizações, aí eu vou chamar de pequeno porte. Quem brindou foi a Província Franciscana, não foi outra (Entrevista, Ildo Lopes, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

Como os posseiros não tinham mais acesso à terra, começaram a aceitar os acordos ou saírem em busca de melhoria em outros povoados ou sedes dos municípios. Antônio Leite (72 anos), morador do Centrinho do Acrísio ao relatar a história do povoado utilizou o termo

⁶¹ A analogia do poço foi utilizada por Fr. Adolfo Temme numa crônica intitulada “O grito no fundo do poço”, onde ele denuncia os conflitos de terra em Pau Santo e Aldeia do Odino, que tiveram seus conflitos mais intensos em 1985 e 1988 respectivamente.

escravidão, “a gente aqui no Centrinho do Acrísio era escravo dos escravos” (Entrevista, Antônio Leite, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

O entrevistado se refere ao arrendamento da terra. O coco babaçu passou a ser moeda de troca⁶² entre os comerciantes e as quebradeiras de coco, que se tornou a única fonte de renda das famílias. Os povoados passaram a ter um comércio, onde todos compravam nele. O comerciante trocava seus produtos por coco babaçu quebrado. Em geral precisavam de 10 litros de coco quebrado para trocar por 1kg de arroz, este montante equivale a um dia inteiro de trabalho de uma quebradeira de coco. Uma mulher que quebra coco rápido, arrecada em média, entre 10 e 12 kg por dia. O coco passou a ser trocado por produtos de subsistência no comércio, porque não havia mais terra para plantar mandioca, macaxeira, arroz, batata, feijão etc., também eram proibidos de caçar, pescar ou criar os animais para consumo.

O termo escravo comparece também na narrativa de Ildo Lopes (70 anos) morador do povoado Ludovico, município de Lago do Junco.

Afinal de contas, as pessoas foram crescendo economicamente, como posseiros e muitas pessoas ficaram como rendeiros. Você que era o... eu não chamo de proprietário, mas era posseiro que tinha o direito da posse da terra. E eu, se quisesse botar a roça, aí arrendava, pagava a renda e aí começou a exploração ali na renda. Nós pagava aqui na renda, uma linha de roça, 3 alqueires de arroz. Se fosse um hectare que é 3 linhas, era 9. E se você botasse uma roça pequena, não dava garantia de sustentabilidade para a família. Se botasse grande. Só de renda você pagava aí, 60, 70, 80 alqueires de arroz. Terminavam ficando muito pouco sempre. A nossa produção aqui, ela sempre foi explorada, é tanto que eu digo que nós nascemos aqui **dentro de um sistema escravista**. E aqui tinha gente branco e negro (Entrevista, Ildo Lopes, Ludovico/Lago do Junco, 2022, grifo nosso).

O entrevistado considerou que as condições de vida eram similares a da escravidão, uma vez que o valor pago pelo arrendamento da terra era muito alto. Depois que produziam eram obrigados a entregar a parte do acordo. Nesta dinâmica, sobrava muito pouco ou nada da produção para quem produzia. Ildo Lopes destacou que, impedidos de plantar suas roças, intensificou-se a busca pela extração do coco babaçu. No entanto, esta ação incomodou os fazendeiros, o que provocou a proibição da coleta do coco em toda área de Ludovico. Apesar do entrevistado ter se referido ao povoado em que reside, essa proibição de acessar os babaçuais ocorreram nos outros povoados em conflito de terra da região do Médio Mearim.

Aí o povo já estava cada um em seus casebres. Porque aqui, ninguém tinha casa, tinha uns casebres. E as pessoas começaram a entrar na terra e buscar o babaçu para tirar a sobrevivência. Ah, eles começaram a implicar pra não deixar. E aí começaram a

⁶² Trocava-se coco babaçu quebrado por produtos como arroz, farinha, café etc. no comércio do povoado.

arrendar. **Pra gente tirar o babaçu tinha que arrendar.** Aí nós passamos a fazer parte, algumas pessoas passaram a fazer parte do grupo de exploradores. Se eu comparar comigo, eu arrendava uma solta, ou duas. Eu ia roçar, para tirar o coco. Aí eu já não deixava mais aquelas outras quebradeiras de coco entrar. Porque eu estava pagando a renda. Então eu passei a ocupar o lugar do explorador. Porque a pessoa pra entrar, tinha que pagar e ser autorizado por mim. Eu era um segundo explorador. **As pessoas ficaram por aí, eles largaram de arrendar. E aí, botaram pessoas, em alguns lugares, o pessoal chamava de jagunço, pistoleiro, do jeito que queria chamar. Vaqueiro pra pasturar e não deixar a quebradeira de coco entrar.** As pessoas entravam escondido e eles terminavam quando viam, botavam pra fora (Entrevista, Ildo Lopes, Ludovico/Lago do Junco, 2022, grifo nosso).

O entrevistado chama a atenção para a exploração dos posseiros, uma vez que esses arrendavam a área, queriam ganhar por ela também. No entanto, o arrendamento da área de babaçuais durou pouco. Pela narrativa dos entrevistados, este arrendamento em Ludovico durou até meados da década de 1980. Quando o fazendeiro não quis mais arrendar a área, criou-se outra dinâmica entre os posseiros, particularmente entre as quebradeiras de coco, que já estavam imersas nos debates sobre seus direitos. Elas decidiram lutar pelo acesso livre aos babaçuais e manutenção das suas atividades como extrativistas.

Como estratégia coletiva de resistência, as mulheres de Ludovico decidiram “invadir” as soltas para coletarem e quebrarem o coco babaçu. As duas quebradeiras de coco de Lago do Junco⁶³ que participaram desta pesquisa, relataram que este foi o período mais difícil da comunidade. As mulheres foram citadas pelos homens entrevistados como a resistência mais eficaz dos povoados. Diferente deles, as mulheres não manusearam armas, mas ficaram nos povoados enquanto os homens, que eram os maiores alvos dos chamados pistoleiros ou jagunços, se escondiam na mata fechada, dada as invasões nos povoados e ameaças de morte que recebiam.

Os confrontos armados começaram após sucessivas invasões de pistoleiros nos povoados. Os posseiros decidiram coletivamente se organizar para comprar armas e elaborar estratégias para revidar os ataques. Uma das características que perpassa pela questão da resistência em Ludovico, Centrinho do Acrísio e São Manoel é a proibição do acesso ao coco babaçu. Os entrevistados desses três povoados, afirmaram que a luta iniciou pelas quebradeiras de coco, pelo direito de acessar os babaçuais. Uma vez que decidiram brigar pelo coco, brigariam também pela terra. Pois compreendiam as palmeiras como obra da natureza, nasceram na mata fechada, sem que ninguém as tenha plantado, portanto não poderiam ser

⁶³ Sibá (Centrinho do Acrísio) e Naná (Ludovico).

propriedade do fazendeiro. Na visão de mundo dos posseiros e quebradeiras de coco, os babaçuais não poderiam ser privatizados.

Essa situação aí, ela se agravou dos anos 75 e 80. Década de 70, metade da década de 70 e a década de 80 toda. É assim, em plena ditadura militar, que a gente não tinha pra quem recorrer. Aí os anos 60, 70 e 80, vocês sabem que quem prevalecia aqui era o armamento. E se nós, não tinha nem como comprar o comer, não tinha como comprar arma. Tivemos que ficar. Aí fomos para a ocupação da área. **Iniciou-se pelo babaçu, porque eles começaram a derrubar.** Acharam que derrubando só de machado e a moto serra, estava pouco, botaram máquina. Aí a gente foi para o embate. Porque as pessoas não precisavam mais entrar, se não tinha nem palmeira. E aí, como já tava mesmo numa situação de guerra, a gente resolveu, não lutar só por babaçu, aí tinha que ser pela terra. **E ali foi onde a coisa travou-se a ferro e fogo** (Entrevista, Ildo Lopes, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

O início da luta pelo acesso ao coco babaçu, foi demarcado pelos entrevistados como uma característica de Ludovico, Centrinho do Acrísio e São Manoel. Acreditam que nos outros povoados a luta inicia pelo acesso à terra. O que pode ser confirmado observando a história de outros povoados como Pau Santo e Aldeia do Odino, que a resistência inicia pelo direito de permanecer na terra, em virtude das ações de pistoleiros e das liminares de expropriação que legitimavam a entrada e ação de policiais, resultando nas tensões e aumento da violência nessas áreas.

Proibir as quebradeiras de coco de acessarem os babaçuais é vista na lógica dos atores sociais do campo de estratégia de expulsão. Na narrativa de João Valdeci, a organização política tanto interna de cada povoado, quanto em delegacias sindicais e sindicatos autênticos⁶⁴, foi motivado pelos clérigos da diocese de Bacabal, uma vez que foram orientados e incentivados a não abandonarem seus povoados e apoiados pela Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR, Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV e Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura ACESA.

O decorrer desses conflitos todos... Eu confesso, que aqui não fui eu só, porque tinha também o apoio do delegado do Sindicato na época, do dirigente da Igreja Católica na época e o líder. **Sempre tinha um líder que era um militante da ACR. Que ajudava a fazer esse processo de educação pra gente.** Eu chamava de educação, porque se a gente não tivesse alguém nessa época pra incentivar, nessa linha, a gente tinha se perdido mais. Que aqui na época... Assim, se você olhar aqui a vizinhança, aqui tinha o povoado Santa Maria. Antes disso aí... Tinha mais ou menos umas 60 casas. Hoje você não tem nem a casa da fazenda, hoje tudo é solta. Aqui eu conheço,

⁶⁴ Quando os posseiros citam os sindicatos, fazem questão de demarcar que alguns deles eram manipulados por fazendeiros e políticos, assim o chamam de sindicatos pelegos. O que eles demarcam como sindicatos autênticos são as delegacias sindicais, geridas pelos trabalhadores rurais, onde cada povoado tinha o seu. Com o processo de luta os posseiros e quebradeiras de coco, começaram a se apropriar dos sindicatos, transformando-os em dispositivos de luta pela terra.

Santa Maria, Salobo, Sobrinho, Sumaúma, não tem nenhuma casa, esses povoados aí... Santa Maria, Salobo, Sumaúma, Sobrinho, não tem uma casa, todo o pessoal foi embora, inclusive Santa Maria. Então assim, no meu período, na minha época, eu achei assim que foram momentos difíceis, difíceis mesmo... (Entrevista, João Valdeci, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022, grifo nosso).

João Valdeci chama a atenção para os povoados que desapareceram. Ele enfatiza o fim dos povoados ao repetir pela segunda vez o nome de cada um deles, que virou pasto para o gado. Nos lugares que ele demarca não haver mais casas, somente fazendas e soltas, as famílias foram expulsas. Os fazendeiros da área de Lago do Junco não estavam preocupados com a preservação dos babaçuais, pois os seus empreendimentos giravam em torno da agropecuária. Mas o diálogo que os posseiros tentavam articular com os fazendeiros é que os babaçuais também beneficiavam o gado, pois ajudavam na qualidade da pastagem, uma vez que suas folhas e frutos se tornavam adubo para o solo. Na lógica dos posseiros, o gado e os babaçuais poderiam conviver no mesmo espaço sem que houvesse danos para ambos.

Nós estamos discutindo o manejo de babaçu, que é justamente pra fazer isso aí, mostrar pra quem quer derrubar, no caso aí eu vou dizer, os proprietários de grandes áreas que querem derrubar. Nós estamos mostrando com toda garantia, que palmeira num empata gado viver. Muito pelo contrário, serve de abrigo quando o sol está quente. Palmeira não empata capim nascer e crescer, muito pelo contrário, ele dá o nitrogênio pra ele viver bem. Que é a pastagem. Palmeira não tem nada a ver com a vida das pessoas humanas. Por que você vai lá e tira a sobrevivência? O que é que gente quer derrubar a palmeira? É um conhecimento científico enganoso ou é uma ignorância? (Entrevista, Ildo Lopes, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

Algumas situações causavam migrações constantes de famílias na região do Médio Mearim. A exemplo, a busca por melhores solos para o plantio de roças, lugares com abundância de água, e os conflitos de terras, que obrigavam povoados inteiros se deslocarem rumo a outras áreas de terras devolutas ou aos grandes centros urbanos. O entrevistado Canuto (60 anos), natural de Aldeia do Odino, relatou que muitas pessoas mudaram principalmente para Bacabal no período dos conflitos no seu povoado. Por não haver mais espaço para exploração da terra para subsistência das famílias, elas migravam para outras áreas para trabalhar e viver⁶⁵ (Entrevista, Canuto, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

⁶⁵ O centro urbano de Bacabal vivenciou conflitos de terra nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo nos bairros periféricos, para onde as famílias expropriadas dos povoados migravam. O bairro Cohabinha recebeu a intervenção das religiosas alemãs, na luta para que as famílias não fossem expropriadas. Em virtude desses conflitos a Província Franciscana e a Congregação das Irmãs Franciscanas Nossa Senhora dos Anjos, compraram terras em Bacabal, algumas foram doadas para as famílias e outras vendidas a preços baixos. A exemplo o bairro São Francisco (Frades) e bairro Madre Rosa (Irmãs), que recebeu o nome da fundadora das irmãs (Fr. Reinhard Kellerhoff und Fr. Heriberto Rembecki, 1985, p.82).

A entrevistada Naná (74 anos), perdeu o marido numa disputa por questões de terra no povoado de Alto Alegre, município de Lago da Pedra em 1984. Ela relatou que após a morte do seu marido precisou se esconder, porque estava sendo perseguida por pessoas que queriam vingar a morte do pistoleiro que morreu numa troca de tiros com seu esposo. Por causa das ameaças, Naná mudou-se com os seis filhos para um povoado próximo a Ludovico.

Naná é uma das sócias fundadoras da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco - AMTR e da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco - COPALJ, importantes dispositivos políticos de conquista para as quebradeiras de coco babaçu e posseiros do município de Lago do Junco. Ela iniciou sua narrativa contando a história da morte do marido por questões de terra. Em seus relatos a figura central que comparece é da violência no campo, aqui representada de diversas formas. Primeiro pelas ameaças que antecederam a morte do marido, segundo pela troca de tiros que resultou em duas mortes, terceiro pelas ameaças posteriores que resultaram na sua fuga com os filhos para outro povoado. A vivência do medo e das incertezas neste contexto, são elementos importantes para a formação crítica desses atores sociais, no processo de organização e elaboração de estratégias na luta pela terra.

Posteriormente sua narrativa demarca como ponto importante as estratégias que utilizaram para entrarem numa disputa pelo acesso aos babaçuais. Segundo Naná, o processo da luta das quebradeiras de coco, inicia pelos debates entre as mulheres no Grupo de Mães, grupo da Igreja Católica. Estes grupos funcionavam nas diversas comunidades, cuja proposta era discutir a realidade dos seus povoados e trocar experiências. A entrevistada mudou-se para o povoado próximo a Ludovico em 1984 após a morte do marido, mas participava da Igreja Católica em Ludovico, assumindo o papel de catequista, o que a inseriu nos debates e ações deste local. Em 1987, ano que ela demarca que houve conflito e resistência ela já havia mudado para Ludovico e casado novamente, tendo mais dois filhos.

E toda essa história dos conflitos, elas passaram pela Igreja. A Igreja foi a nossa guia. Era nossa... Como é que chama? Era o nosso incentivo, era quem nos protegia, era quem dava e trazia informações pra gente. Então eles foram a nossa mola forte, a Igreja Católica. E aí nós ficamos. Começou essa luta aqui (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

A entrevistada ao lembrar do Grupo de Mães, explicou o papel da Igreja quanto às orientações e formações que recebiam. Os clérigos focavam na questão do direito das famílias, por serem moradores antigos e possuírem benfeitorias na área. De acordo com a entrevistada, as mulheres começaram a discutir sobre direito de posse, direito de se associarem ao sindicato,

uma vez que só os homens desempenhavam esse papel, e a questão da autonomia, pois eram atreladas a imagem do marido. Nas palavras da entrevistada, “nós éramos totalmente dependentes dos homens, não tinha liberdade. Nós não tínhamos direito de sair, nem de falar e nem de representar nada lá na sociedade” (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

O Grupo de Mães era um espaço de debates políticos, orações e reflexões dos textos bíblicos pautados nas CEB's e outras pastorais. As mulheres conceberam estes espaços, como estratégias para fortalecer a luta das comunidades, uma vez que buscaram se posicionar em espaços políticos, como STR's e se autoafirmaram como quebradeiras de coco como construção de suas identidades. Mas havia muitos desafios na condução dos grupos, o fato das mulheres não saberem ler levou o grupo a ser auxiliado pelo dirigente de Ludovico, que participava de diversos encontros promovidos pela diocese. Ele apresentava as novidades que estavam sendo discutidas fora da comunidade. Com o tempo, elas decidiram avançar nas discussões e tomar as rédeas do próprio grupo. As mulheres perceberam que a oração sozinha não se sustentava, que este gesto também precisava da ação delas. Quanto ao apoio da Igreja nos Grupos de Mães a entrevistada Sibá destaca:

A gente é que foi buscar o apoio da Igreja. Tanto a Igreja como o sindicato, porque até então o sindicato era esquecido, pode assim dizer. Aí quando a gente viu que era uma necessidade buscar o apoio do sindicato, aí foi que se ingressou, que se associou e a Igreja como já vinha prestando serviço, aí a gente buscou a ajuda deles... Frei Godofredo. Ele foi que deu muito apoio. E o Frei Adolfo foi o sem limite. Parece que era ele que tava sofrendo aquilo na pele. A paróquia deu apoio, porque eles estavam lá (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

Para as mulheres o Grupo de Mães, lugar de reunião, oração e reflexão foi um divisor de águas. O papel da mulher era pautado nos cuidados da casa, da família e da complementação da renda através do trabalho com a extração do coco babaçu. Para a entrevistada, as orientações da Igreja foram fundamentais no processo de mudança de suas percepções. Esses espaços de diálogo e debates dos Grupos de Mães das diversas comunidades, juntamente com clérigos, religiosas e dirigentes, as incentivaram a questionar seus papéis na sociedade, contribuindo para o processo de formação política dessas mulheres, ressignificando também as suas relações com o trabalho. Segundo Naná, a partir das reflexões em grupo, elas compreenderam a condição de exploração e buscaram assumir uma postura política. Assim afirmou a entrevistada, “nossa luta era só mesmo em torno da gente aqui na comunidade. Mas através da Igreja, a gente já tinha essas informações, que nós teria direito, que não era dito por ninguém pra que a gente não soubesse. A gente era totalmente escrava da sociedade” (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

Esta condição de escravos, a entrevistada atribuiu a falta de escolas nos povoados. O fato de não serem alfabetizadas e de não poderem oferecer escolaridade para os filhos, foi colocado como um elemento preponderante para a condição de repressão e controle social.

Então, aqui parava, fazia até a quarta série e parava. E nós sempre discutimos esses problemas. Mas o que nós vamos fazer? Nesse Clube de Mães, nós discutíamos os problemas da comunidade, nós discutíamos nossos problemas, nós trocávamos experiências com outras comunidades, com outros clubes⁶⁶ de outras comunidades. A gente se juntava, fazia intercâmbio (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

A expressão “mas o que nós vamos fazer?” que aparece na narrativa é recorrente na entrevista dela e de outros participantes desta pesquisa. A pergunta feita muitas vezes nas rodas de conversa entre posseiros, quebradeiras de coco e agentes pastorais está correlacionada ao tripé metodológico e filosófico das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, com os fundamentos “ver, julgar e agir”. Na lógica da formação pastoral, após identificarem o problema que afeta a comunidade é necessária uma ação que direcione para a resolução dos problemas, para isto, é fundamental organização e elaboração de estratégias.

A gente tinha que ver como era a situação que estava acontecendo na região. Julgava o mérito da situação e aí tirava encaminhamentos para ir. E aí, quando chegava na hora de agir, é que a hora de botar chocalho no gado. Era a discussão sobre a reforma agrária (Entrevista, Ildo Lopes, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

Neste sentido, numa das ações de resistência na luta pelo acesso ao coco babaçu, elas decidiram em grupo “invadir” as soltas. Nessas ações chamadas de mutirões, entravam mulheres e crianças nas áreas cercadas da fazenda, onde havia babaçuais para juntar e quebrar o coco babaçu. Em Ludovico a entrada nas soltas era feita na maioria das vezes por mulheres, já em São Manoel essas entradas contavam com a participação dos homens também.

Aí quando chegou a época, essa época do conflito. Porque aí nós quebrava coco. Nós quebrava coco nas soltas alheia. Depois os donos iam lá, tomava machado da gente, tomava coco. Botava a gente pra correr da solta. Ameaçava bater a gente de pinhola [chicote], os vaqueiros. E a gente não tinha onde fazer um palmo de roça. Porque quando um dava um pedacinho pra você botar uma roça, na hora que você colhia o arroz, o milho, tinha que tirar de dentro da roça urgente, que era pra eles jogarem o gado. Você não podia plantar uma manaíba [macaxeira], você não podia plantar uma fava, você não podia plantar um feijão. Era só as coisas básicas, que terminou de colher aqui, que chegou o verão, terminou de colher e pronto, estava livre pra entregar pro dono. E isso ainda era quase de meia, porque você tinha que pagar uma renda, se desse ou se não desse. Se desse pra você pagar e ficar pra comer, bem. Se só desse pra

⁶⁶ Algumas vezes as entrevistadas chamavam os Grupos de Mães de Clubes de Mães.

você pagar a renda, você tinha que entregar (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

A condição de escassez de alimentos que as famílias vivenciavam foi compreendida por estes atores sociais do campo, como estratégia de expulsão, constituindo-se numa das várias formas de violência em que foram submetidos. As “invasões” em forma de mutirões constituiu-se como uma das formas de responder as proibições de acesso à terra, ao coco babaçu, aos açudes, à proibição de criar animais e de caçá-los para comer. A entrada das mulheres com as crianças nas áreas das fazendas, resultou no aumento da segurança da “propriedade privada” pelos chamados vaqueiros e/ou jagunços, e em ações mais violentas por parte dos latifundiários, que interpretaram as ações das quebradeiras de coco como risco para os seus patrimônios.

E aí, nessa época aí começou o pessoal sofrer, passar fome. Quebrava muito coco pra manter, pra poder dar de comer a família, os filhos. Porque o coco não tinha valor. Que era tudo nas mãos deles. **O coco não tinha valor, eles compravam bem baratinho. Vendia a mercadoria pelo preço absurdo.** E eu só sei que a coisa estava feia. E aí eles começaram a querer proibir da gente quebrar o coco. **Coco, não se rouba** (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022, grifos nosso).

A expressão “coco não se rouba” utilizada pela entrevistada, trata da dificuldade de entrar na solta e levar o coco para ser quebrado em casa. Estas soltas eram cercadas com arame farpado, não tinha como entrar com animais de carga para transportar o coco inteiro, que tem mais peso e volume que o coco quebrado. Desta forma, a saída encontrada por elas foi quebrar o coco na solta, mas o barulho do machado, instrumento utilizado para a quebra era muito alto, chamando a atenção dos vaqueiros. Ao serem percebidas, eram expulsas da área, muitas vezes tendo seus instrumentos de trabalho tomados, bem como o coco que elas já haviam conseguido quebrar. Os instrumentos de trabalho das quebradeiras de coco babaçu são o cofo⁶⁷, o machado, um pedaço de tronco⁶⁸ de madeira e a cabaça⁶⁹. (Ver fotos 11, 12, 13 e 14)

⁶⁷ O cofo, recipiente feito da palha da palmeira do babaçu é utilizado para armazenar e transportar o coco babaçu. A palha é utilizada também para cobrir casas.

⁶⁸ O machado e o tronco de madeira são utilizados para partir o coco ao meio, para a retirada da castanha. O coco é muito resistente, exigindo força e cuidado na quebra, considerado pelas extrativistas um trabalho bastante cansativo.

⁶⁹ A cabaça é utilizada para armazenar água para levar para a quebra do coco ou para a roça.

FOTO 11 – AMONTOADO DE COCO BABAÇU PARA A QUEBRA



FOTO 12 – INSTRUMENTOS DE TRABALHO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, Lago do Junco (Década: 1980)

FOTO 13 – COCO BABAÇU QUEBRADO (CASTANHA⁷⁰)



FOTO 14 – CASCA DO COCO BABAÇU⁷¹



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, Lago do Junco (Década: 1980)

⁷⁰ Da castanha do babaçu são extraídos o óleo, azeite e o leite para fins culinários e cosméticos.

⁷¹ A casca é utilizada para produzir o carvão, utilizado como lenha para cozer os alimentos. Da entrecasca é retirado o mesocarpo, uma massa nutritiva que foi muito utilizada pela Pastoral da Criança nas décadas de 1980/1990 para tratar crianças com desnutrição.

A quebra do coco⁷² em mutirão tinha como objetivo ajudar as famílias que estivessem mais necessitadas, arrecadar dinheiro para se associarem no STR's, e para as necessidades que consideravam mais urgentes. Os mutirãozeiros como eram chamados, também funcionavam para a plantação e colheita das roças, homens, mulheres e crianças trabalhavam em coletivo como ato de solidariedade. (Ver foto 15)

De acordo com Sibá, no período dos conflitos de terra as comunidades se ajudavam, mesmo com a escassez de alimentos. A entrevistada afirmou, “aí que tem a história da quebra do coco. Nesse tempo a gente era mais unido. Quando uma família tava mais fracassada, teve trabalhos de mutirões: Nós, chamava era o mutirãozeiro. Porque o mutirãozeiro? Porque só trabalhava o mutirão” (Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

FOTO 15 – QUEBRADEIRAS DE COCO DE LAGO DO JUNCO EM MUTIRÃO



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, Lago do Junco (Década: 1980)

⁷² Na atividade da quebra do coco babaçu, as quebradeiras apenas coletam o coco que se encontram caídos. Não há necessidade de fazer a derrubada do fruto. Quando está propício para a quebra ele cai naturalmente. Vale ressaltar que uma palmeira leva uma média de 10 a 15 anos para atingir a fase adulta, quando está pronta para colocar cachos de coco. Também não há período do ano propício para que a palmeira produza o fruto, dada a extensão dos babaçuais, há coco o ano inteiro para a extração (Entrevista, Naná, Ludovico, 2022).

Apesar da quebra de coco ser uma atividade exercida em sua maioria por mulheres, alguns homens participavam dos mutirões da quebra de coco. Do mesmo modo, mulheres e crianças também participavam dos mutirões das roças. A exemplo na colheita de arroz, milho e feijão, que demandam muito tempo e esforço.

Em suas pesquisas sobre quebradeiras de coco no Médio Mearim, a autora Maristela Andrade (2005), constatou que o sistema de mutirões era liderado principalmente por grupos de mulheres que tinham como principal atividade a extração, beneficiamento e comercialização do coco babaçu e dos produtos dele derivados. Tendo como principal bandeira de luta o acesso livre aos recursos florestais, bem como a resistência e luta pela reforma agrária. Sendo marcada ainda pelas questões de gênero nos períodos mais tensos dos conflitos, uma vez que precisavam enfrentar autoridades, fazendeiros e líderes sindicais que não autorizavam a participação política dessas mulheres nas discussões em torno da luta pela democratização da terra.

Da penetração às escondidas nas fazendas, para coletar e quebrar os cocos, passando por debaixo das cercas; da recusa em vender as amêndoas para os pretensos proprietários das terras, as mulheres passaram a promover quebras em sistema que chamam de mutirão. Antes, as mulheres já quebravam no sistema que chamam de adjunto, em que se reuniam em grande número para entreajudar-se, como resultado de um sistema de reciprocidade positiva. No caso dos mutirões, já no contexto da resistência às interdições que vinham sofrendo para penetrar nos babaçuais, grandes grupos de pessoas – mulheres, homens e crianças – passaram a adentrar nas áreas das fazendas e a quebrar todo o coco que encontrassem coletado pelo arrendatário. Este último, em muitos casos, era um trabalhador abastado, com maior número de filhos e que arrendava a chamada solta para colocar terceiros para quebrar o coco. Em reação a essa nova forma de exploração de seu trabalho, em várias situações, esses grupos de mulheres, homens e crianças passaram a romper as cordas que sustentavam os chamados jacás, cestos carregados nos lombos dos animais, cheios de coco. Chegaram a queimar jacás e barracões. O clima de tensão se tornava cada dia mais agudo (Andrade, 2005, p.178-179).

O medo, foi um dos sentimentos descrito por todos os entrevistados, atores sociais do campo e agentes pastorais. As ameaças constantes se concretizaram em assassinatos ao longo dos conflitos. Os atores sociais que mais receberam ameaças foram os que tinham notoriedade em relação a organização, tais como: líderes sindicais; lideranças comunitárias, sendo homens ou mulheres (dirigentes leigos da igreja local, coordenadores de Grupos de Mães, grupos de jovens, pastorais etc.); bispo, frades (clero), freiras e leigos engajados da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR e advogados da AJULAV.

O autor Alfredo Wagner Almeida em suas pesquisas sobre conflitos de terra no Maranhão encontrou registros dessas ameaças.

A advogada Conceição Andrade que trabalha para a Diocese de Bacabal defendendo judicialmente trabalhadores rurais ameaçados de perder suas terras, foi ameaçada de morte pelo grileiro João Aguiar, de Bacabal, quando transitava pelas ruas de Lago da

Pedra. A advogada está defendendo os lavradores do Centro do Zé Machado, uma área de cerca de 400 hectares onde moram e residem mais de cem pessoas. Tais terras estão sendo griladas por João Aguiar, que as mandou cercar (Almeida, A. W., 1982, p.38).

Apesar das ameaças, os clérigos continuavam pedindo para as comunidades não deixarem suas moradias e resistirem. De acordo com a entrevistada Naná os freis que celebravam em Ludovico falavam que as famílias precisavam se organizar e resistir para permanecerem em suas terras. Durante as celebrações, o “sermão” era contextualizado com as dificuldades e desafios na qual vivenciava a comunidade. Após a missa, a comunidade se reunia com os frades para informar as pautas e juntos discutirem os possíveis encaminhamentos. Estes espaços de diálogos eram utilizados pelos clérigos para encorajar as comunidades da importância de se unirem e lutarem pela terra, tendo como discurso a “questão do direito de posseiro”. Perguntei a Naná durante a entrevista, o que os freis falavam nessas reuniões pós missa. Sua narrativa apontou que a Igreja era uma importante aliada nesse processo de resistência. O êxodo rural era constante, isto era um ponto negativo para os agentes pastorais que questionavam “para onde vocês vão?”.

Eles diziam pra gente: olha, vocês estão sendo escravos. Mas tem jeito. Vocês têm que se organizar. Vocês têm que buscar, que correr atrás desse direito. Vocês têm que enfrentar, vocês têm que perder o medo. Porque era um medo tão grande que a gente tinha, porque a gente era ameaçado. Até o sindicato que a gente tinha. Eles ameaçavam de matar as pessoas que estavam na cidade que dirigia esse sindicato. Então aí a gente não podia. Essas conversas que a gente tinha era debaixo de 7 capas. Ninguém podia conversar, sentar como nós estamos aqui pra conversar abertamente assim, não... Porque isso não podia sair daqui. Senão, a gente ia ser perseguido, e às vezes, até morrer. Muitas pessoas morreram na época, perderam suas vidas por causa que saía aquele plano que você estava fazendo. Ele sabia lá e mandava diretamente um pistoleiro vim matar aquela pessoa. Então era nessa situação (Entrevista, Naná, Ludovico, 2022).

A entrevistada relata que antes de partirem para os enfrentamentos com os fazendeiros, elas procuraram o sindicato em 1985, mas o presidente dificultou a participação delas. Deste modo, precisaram enfrentar o presidente do sindicato e todos que se opunham, para que tivessem o direito de se associar e fazer suas carteiras. Naná afirma que o presidente do sindicato aceitou que elas se associassem, por causa das intensas reivindicações das mulheres e da intensificação dos focos de conflito que se espalharam em toda região do Médio Mearim. Nas palavras de Naná (2022), “também eles estavam vendo a coisa, que o parafuso estava arrojando. Nós, saía daqui era 1, 2, 3 horas da madrugada pra chegar no Lago dos Rodrigues,

de pé, enfrentando água, lama, chuva e sem estrada. Era só aquela veredinha⁷³”. (Ver fotos 16 e 17)

FOTO 16 – ESTRADA EM POVOADO PERTENCENTE A LAGO DO JUNCO⁷⁴



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, Lago do Junco (Década: 1980)

⁷³ Veredinha é um termo utilizado entre atores sociais do campo. É o diminutivo de Vereda que significa “Caminho estreito” (Dicionário online de Português, 2022).

⁷⁴ Não foi possível identificar em qual povoado foi produzida a imagem. Apenas que fica na zona rural do município de Lago do Junco.

FOTO 17 – ESTRADA NO POVOADO PAU SANTO



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, Lago do Junco (Década: 1980)

Em 1985, período que a entrevistada Naná se refere, a sede do sindicato de Lago do Junco funcionava em Lago dos Rodrigues, que ainda não era emancipado, pertencendo a Lago do Junco. A dificuldade das mulheres em se associar aponta para as questões políticas quanto a autenticidade do sindicato, mas também de gênero presente nas relações de poder na participação dessas mulheres na resistência, luta pela terra e pelo coco babaçu. De acordo com a entrevistada Sibá, a maioria dos sindicatos estavam nas mãos de políticos e fazendeiros, o que dificultava a participação do posseiro nas discussões pertinentes aos seus direitos, o que ela denomina de sindicato pelego, presente na fala dos outros atores sociais entrevistados, seja agentes pastorais ou posseiros.

Sindicato pelego é aquele que não defende o trabalhador, ele defende lá o rico. Numa época, o nosso sindicato aqui estava indo pra esse caminho aí, antes dos conflitos.

Quer dizer, os fazendeiros, donos ricos era que dominava ele. Tem aí um contexto da propina.... Então eles davam dinheiro, e calçava aqui o sem vergonha lá do diretor. E aí ele desdobrava. Você defende teu direito aqui, ele quebrava o beco pra outro rumo. Então o sindicato pelego é esse. Ele não aceitava na época. **Não aceitava a mulher se associar. Era só o homem. É o sindicato que não defende o direito do trabalhador.** Que é pra ele, a categoria dele, que é para ele defender. Tem sindicato de pelego menina, era muita coisa também, era muita coisa mesmo... E a gente dava mesmo em cima, batia mesmo forte e foi lutando também... E isso a gente conquistou também. E conquistou através do conflito. Pois é... Porque aí a gente viu o diretor da época, que não era a favor, ele saiu do meio. Então veio tudo pra mão do trabalhador (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022, grifos nosso).

As mulheres buscaram espaço para discutir questões políticas, e realizar ações que conduzissem à democratização da terra. Este foi um espaço que buscaram enfrentando muitas dificuldades, uma vez que somente seus maridos tinham direito de participar dos sindicatos e delegacias sindicais. Neste período, as discussões acerca da reforma agrária estavam bem acentuadas. Elas queriam participar, ser ouvidas, sair das discussões internas que ocorriam nos Grupos de Mães, buscavam ser respeitadas enquanto cidadãs. Naná explicou que se associar ao sindicato foi o primeiro passo em preparação para enfrentarem os fazendeiros, impulsionando as estratégias coletivas que configuraram a luta pela terra e pelo coco babaçu.

Fr. Adolfo Temme escreveu o relatório intitulado “Conflito do Ludovico (1987/1988): onde vai terminar isto?”, onde ele relatou os conflitos em Ludovico e outros povoados próximos que pertencem à paróquia de Lago da Pedra. Diferente das crônicas escritas pelo frade, estes relatórios não têm aspectos teológicos, eles são informativos e em tom de denúncia.

O conflito do Ludovico está perigoso e ninguém pode avaliar qual será o fim. Mas como começou tudo isto? Começou com a entrada violenta do fazendeiro Coutinho, disposto para devastar o palmeiral, numa ação-relâmpago que em duas horas já havia derrubado 8 linhas de palmeira. A resposta do povo foi motivada pelo juramento público do fazendeiro que falou: “Nem Deus me empata de acabar com a novena na igreja”. A ira do povo foi se enchendo aos poucos com graves ofensas com o senso religioso, com humilhações e apertos, com tiroteios contra o povoado, com muitas arbitrariedades contra pacíficos viajantes na estrada, com ofensas morais contra mulheres e crianças com os caminhos tomados e as roças impedidas. Contra tudo isto o povo se defendeu da maneira que podia. O fazendeiro encheu a fazenda de pistoleiro e diz que é para a defesa da propriedade. Mas teve muitas emboscadas fora da propriedade (Relatório, Fr. Adolfo Temme, 1988, fl.01).

Muitas vezes Fr. Adolfo entrava e saía dos povoados escoltado por um grupo de mulheres para impedir que sofresse emboscadas na estrada. Muitas ameaças eram direcionadas a ele e seus confrades, Fr. Heriberto Rembecki, Fr. Godofredo Bauerdick e D. Fr. Pascásio Rettler. No entanto, os clérigos não recuaram, eles e os membros da ACR faziam parte do grupo de pessoas que conseguiam entrar nos povoados em conflito. Algumas vezes precisaram adiar as missas, porque a própria polícia vigiava os clérigos para descobrir a localização dos povoados que eram de difícil acesso. A entrevistada Sibá relatou que aqueles eram momentos

de extrema aflição, precisavam ir buscar o frade a 13km no povoado Matinha, trajeto que faziam a pé, para que o celebrante conseguisse entrar nas áreas de conflitos.

Era um cavalo para vim com as malas e um cavalo para vim com o frei Adolfo, com o padre que vinha na época, na época era o frei Adolfo. E aí tinha um batalhão lá no Aguiar. Polícia guarnecendo... E aí, como que faz? Não, não, não.... Tem que dar um jeito. Aí ele fez a celebração aqui. Fez a missa. Aí daqui ia deixar a gente lá no Ludovico. Aí, seguiu.... Aí, eu e um mutirão de mulher deixar o padre. Passou... mas ele passou, não fizeram nada com ele, não nessa época. E foi muito ruim, muito ruim mesmo. Sabe como é um tempo ruim que a gente fica morrendo de medo? É um negócio muito cruel. Então assim... não foi bom não (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

Fr. Adolfo Temme, em entrevista relatou que foi ameaçado de morte muitas vezes, mas que não temia por sua vida e sim pela vida dos posseiros e quebradeiras de coco que ele compreendia que estavam mais vulneráveis à violência.

Numa situação, eu mesmo tomei iniciativa para me defender, na época eu tinha uma visita marcada no Cento do Aguiar onde havia um destacamento de polícia, dizendo eles que era para defender, manter a ordem, manter a neutralidade entre os dois lados. Mas que defesa era essa que eles toleram uma ameaça de morte contra mim? Alguém de lá, mandou dizer, mandou um recado pra mim dizendo: “eu podia ir com os meus pés, mas eu não voltava”. Isso devia ser do conhecimento deles (Entrevista, Fr. Adolfo Temme, 2015).

Celebrar as missas nos povoados tornaram-se cada vez mais perigoso para os frades. Os chamados pistoleiros e/ou jagunços, muitas vezes assistiam as celebrações para intimidar a comunidade e os clérigos. Mas no auge dos conflitos os frades eram sempre acompanhados para não entrarem ou saírem dos povoados sozinhos.

Então com essas ameaças queriam que eu deixasse as visitas, diziam que tinha perigo, até os presidentes dos sindicatos⁷⁵, iam me visitar e diziam: **“olha, bom você se resguardar, deixe por enquanto!”** Aí eu não desisti de jeito nenhum, mas transformei as minhas viagens em procissões. Quer dizer, de um lugar para outro com uma cruz na frente e aquilo era um sucesso, todo mundo queria carregar esta cruz e o medo foi embora (Entrevista, Fr. Adolfo Temme, 2015, grifos nosso).

As mulheres em Ludovico decidiram mais uma vez atravessar as cercas da fazenda para quebrar o coco babaçu. Se organizaram entre 10 mulheres, levaram as crianças e o jumento para carregar a carga e foram diretamente na casa do vaqueiro. Segundo Naná, o fazendeiro não se encontrava. Quando o dono da fazenda não estava era o funcionário que respondia por ele.

⁷⁵ O frade se refere aos delegados sindicais, pois no período dos conflitos os povoados organizaram suas delegacias sindicais. Exemplo: Ludovico, Centro do Aguiar, Aldeia, Pau Santo etc.

Pediram para ele abrir a cancela⁷⁶, mas ele se negou, então elas mesmas abriram e entraram na solta. Entraram dois dias seguidos e quebraram coco, até o fazendeiro ser contactado. A reação imediata do fazendeiro foi ordenar que seus funcionários cortassem algumas palmeiras de machado e as queimassem. Na lógica do proprietário, a derrubada expulsaria as mulheres, pois não teriam mais o que ir buscar.

Com as derrubadas, entrar nas soltas tornou-se perigoso, pois a cada palmeira que derrubavam eles avisavam com uma rajada de tiros como forma de ameaça. Naná afirmou que o primeiro ano de derrubada, eram feitas de machado, já no ano seguinte o fazendeiro contratou um trator. (Ver fotos 18, 19 e 20)

Chegaram ainda ameaças na comunidade, se alguém fosse tentar impedir a derrubada, eles invadiriam a igreja que estava em festejo, “se alguém fosse empatar, eles iam acabar com nosso festejo debaixo de bala”. De acordo com a entrevistada, em meio as ameaças, eles ficaram em alerta e se perguntaram o que fazer diante da situação (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

FOTO 18 – DERRUBADA DE BABAÇUAIS NO MÉDIO MEARIM



⁷⁶ Uma espécie de porteira de madeira.

FOTO 19 – DERRUBADA DE BABAÇUAIS NO MÉDIO MEARIM



Fonte: TEMME, Fr. Adolfo, Lago do Junco (Década: 1980)

FOTO 20 – PALMEIRAS QUEIMADAS POR FAZENDEIROS NO MÉDIO MEARIM



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, Lago do Junco (Década: 1980)

As mulheres se organizaram e decidiram tentar impedir a derrubada dos babaçuais sozinhas inicialmente como estratégia, porque acreditavam que a presença dos homens resultaria em mais violência, pois temiam que os chamados pistoleiros atirassem neles. Diante da ameaça contra a comunidade e da contínua derrubada dos babaçuais, elas decidiram fazer uma intervenção pedindo diretamente ao fazendeiro que interrompesse a derrubada. Para isto, reuniram-se novamente com as crianças e foram para a solta, “e aí nós se juntamos vinte e poucas mulheres [...]” (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

Por volta de 10 hs da manhã escutaram o barulho do trator, ao chegarem no local, eles haviam derrubado cerca de 1 hectare de terra, “Óhh, mas não tinha ficado nenhuma pindoba⁷⁷. Era só a Terra. Era de cortar o coração” (Entrevista, Naná, Ludovico, 2022). A entrevistada afirmou que os homens que executavam a derrubada estavam armados com rifles.

E nós chegamos e falamos pra eles. Nós viemos aqui pedir pra vocês parar com a derrubada. Essas palmeiras é a nossa vida, nós tira o nosso sustento é daqui dessas palmeiras. Nós não tem emprego, nós não tem terra pra trabalhar. Toda a sustentação da nossa família, nossos filhos, nós tira desse coco babaçu. **Essas palmeiras pra nós é como uma mãe. Cada uma que vocês derruba, é uma mãe de família que vocês mata.** Aí, o cara olhou assim pro outro lá, pro tratorista e disse assim: “mas já matei muita mãe de família se for assim”. Aí a gente começou a conversar com o dono. Olha: vocês são uma classe que era pra ser muito unida com a nossa. Porque vocês precisam de nós, e nós precisa de vocês. Eu nunca vi nenhum de vocês dentro de uma solta pra roçar uma solta. Quem roça é os homens, os trabalhadores. Eles roçam porque precisam do dinheiro, e vocês precisam do serviço. Por isso era pra ser muito unida essas duas classes. Porque cada uma precisa da outra. Aí o cara disse... “Não, mas nós somos. Nós não tem problema com vocês. A gente faz é ajudar”. Não! Dessa forma que vocês estão fazendo, vocês não ajuda. Porque, como é que vocês estão tirando o pão da boca das nossas crianças, vocês estão ajudando? Aí o dono disse assim: “olha, é o seguinte, nós não vamos parar não. Nós só vamos parar aqui quando terminar de fazer o serviço que eu vim pra fazer”. Aí a gente implorou, implorou... mulher chorava, mulher... A gente fez todos os apelos. E eles simplesmente disseram que não ia parar (Entrevista, Naná, Ludovico, 2022, grifos nosso).

Os argumentos utilizados pelo grupo de mulheres para que o fazendeiro parasse com a derrubada, perpassa pelo significado que essas palmeiras têm para a comunidade e os impactos desta ação. Elas usam como simbologia a figura da mãe para um filho, indicando a violência sentida por elas diante das circunstâncias. Pois matar as palmeiras era uma forma de matá-las, e a seus maridos e filhos, em vista que este era o meio de subsistência das famílias. Elas tentaram um “acordo de paz” com o fazendeiro, mas ele se negou a parar com a derrubada. Então a partir dessa discussão os embates mais acirrados no povoado Ludovico começaram em 1987. Essas derrubadas e queimas de palmeiras estavam ocorrendo concomitantemente em

⁷⁷ A Pindoba é uma palmeira de babaçu em fase de crescimento, nesta fase ela ainda não coloca frutos.

outros povoados, assim como as ações das mulheres e tentativa de diálogo com os fazendeiros, seguiam por toda região de conflito do Médio Mearim.

Na entrevista realizada com Fr. Adolfo Temme, perguntamos a ele sobre a ação das mulheres nos picos dos conflitos. Na sua concepção, as mulheres sentiam mais os impactos das derrubadas dos babaçuais que os homens. A palmeira estava impressa enquanto identidade das mulheres, era a força de trabalho delas que estava sendo violada. Para elas a devastação das palmeiras era a expressão de violência mais grave dos fazendeiros. Em sua narrativa, o frade relembra uma situação que ocorreu com Otacília que teria sonhado com a morte da mãe e no dia seguinte foi a procura dela, mas a mãe estava bem. Posteriormente comentou o sonho com amigos e frades que o sonho se repetiu diversas vezes, mas ela não entendia. Em sua narração, o frade não diz a qual povoado está se referindo, mas relata a ação de duas mulheres que sozinhas decidiram impedir a derrubada das palmeiras.

Otacília de manhã foi ao interior e no caminho ouviu a zuada de lenhadores. Derrubando palmeiras. Agora eu sei porque minha mãe morreu. Ela foi na casa de Inês amiga dela e perguntou. Você tem coragem de ir comigo pra parar a derrubada? Ela corajosa disse, “eu vou”. O que vamos precisar? Ela disse, uma caixa de fósforos e dois maços de vela, só isso. Então elas foram sozinhas e não disseram nada para os dois homens, simplesmente escolheram o topo de uma palmeira cortada e começaram a acender velas. Ai um deles se incomodou e parou o serviço. Agora o outro ficou zangado, “que negócio é esse? Vela se acende em defunto”. E Otacília disse: você não está vendo tanto morto aqui? Ele insistiu e começou o trabalho dele derrubando. E a zuada da palmeira caindo é muito penosa! As duas mulheres começaram o terço com as velas acesas, não discutiram com eles. Então quando o terço acabou, ele não aguentando mais largou o trabalho. E Otacília disse pra ele: cria vergonha e respeita tua mãe e ele entendeu que era a palmeira, a mãe que te criou. **E em todos os conflitos a preocupação das mulheres era pelas palmeiras** (Entrevista, Fr. Adolfo Temme, 2015, grifos nosso).

Uma vez que os fazendeiros não recuavam, em meio as derrubadas e ataques armados, os posseiros decidiram reagir nos diversos povoados. A partir daquele momento eles começaram a enfrentar com os mesmos métodos, com armas de fogo. Sibá enfatizou que a reação foi coletiva nos povoados em conflitos de terra. Muitas vezes os homens passavam meses acampados nos povoados vizinhos, para darem reforço aos outros posseiros que estavam sofrendo ataques.

É porque assim, os homens, era mais visto. Porque o homem é que ia pro combate, para o combate de briga, de briga mesmo. E a mulher não. A mulher também, eles humilhavam, mas não chegou a bater. Um dos dias, chegou a rasgar as sandálias, saí correndo... Assim, humilhava com palavra. Mas o homem era diferente. Se fosse homem que fosse para esse tipo... Porque tava lá o bandido, que tava lá acobertado com a polícia, que era bandido também. Aí assim, se os homens fossem... Porque os homens ia desarmado. E aí desarmado, ele não confiava. Então vai a mulher, as mulheres ia desarmada assim... E aí é só mesmo com a arma da fé. E aí passava (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

Quanto à derrubada em Ludovico, como a tentativa das mulheres de um acordo de paz não se efetivou, os homens decidiram agir, assim os posseiros de Ludovico afirmaram que a luta deles iniciou pelo babaçu para depois, dada as circunstâncias, passaram a lutar pela terra também.

Antes de sair, a gente já tinha conversado com os homens. Dissemos pra eles que se eles não quisessem parar, qual era a alternativa que ia ser dali pra frente. Ai eles também já estavam organizados, disseram que se eles não parassem, aí agora a luta ia ser pela terra também. Eles iam entrar iam lutar também pela terra, pela libertação do babaçu e pela... Então, quando eles disseram pra nós que não ia parar... Não vai parar não? Dissemos, olha, nós viemos aqui em missão de paz. Agora, se você não quiser paz, nós não somos responsáveis pelo que pode acontecer. E aí a gente saiu. Antes da gente sair fora da solta, o cara passou de Toyota por nós (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

Nos povoados Centrinho do Acrísio e Ludovico, cuja distância é de 7 km, não houve morte de posseiros. Mas em confrontos e emboscadas de ambos os lados um vaqueiro foi assassinado. Nos picos do conflito, as estradas que dão acesso a Ludovico ficaram fechadas, não havia possibilidade de entrada ou saída por causa das barreiras colocadas para que os chamados pistoleiros e/ou jagunços não entrassem. Quando os embates armados iniciaram, os mutirões foram interrompidos.

5.2 POSSEIROS EM CONFRONTO COM FAZENDEIROS

Com o auge dos conflitos na década de 1980, a destruição dos babaçuais passou a ser mais constante em diversos municípios, o que resultou em ações mais pontuais como o reforço dos homens nos diversos povoados e a resistência armada dos posseiros, resultando em prisões, mortes (ambos os lados), destruição de povoados inteiros, derrubadas e queima das casas dos posseiros pelos chamados pistoleiros e pela polícia. A mobilização neste período ficou dividida por estratégias. De um lado, mulheres e crianças permaneceram em suas casas, do outro, os homens fugiram para a mata fechada para não serem capturados e montavam barricadas e emboscadas nas entradas para impedir as invasões.

A luta pela terra passou a ser uma questão de sobrevivência, fazendo com que as comunidades se reunissem para planejar as estratégias. O povoado Ludovico, por exemplo, contava com 30 famílias antes dos conflitos. No entanto, em 1987 um membro da União Democrática Ruralista, citado no relatório da Província Franciscana como Raimundo V. Coutinho, iniciou a derrubada dos babaçuais, para que a área virasse pasto para o gado.

Os lavradores proibidos de fazerem suas roças e quebrar o coco babaçu e sem opção de manterem a si e suas famílias, resolveram impedir tal ato, iniciando-se um grande conflito, vez que a atitude dos lavradores não agradou o suposto proprietário, que teve como primeira providência tomada, a contratação dos serviços profissionais de inúmeros pistoleiros e jagunços fortemente armados. Contando com a força desses pistoleiros e com o apoio da UDR, o fazendeiro continuou com a derrubada do babaçual e a cada dia o desespero dos lavradores aumentava. As ameaças e atos de vandalismo eram tanto que até as mulheres do povoado resolveram ir até a sede da fazenda arriscando suas vidas, para suplicar ao proprietário que não mais derrubasse as palmeiras, tendo como resposta o aumento do número de pistoleiros na área. A situação tornou-se insuportável quando um pistoleiro foi assassinado e outro baleado dentro das terras da fazenda e os lavradores acusados pela prática do mesmo (Relatório Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, Ludovico, 1988, fl.01).

O Jornal “O Imparcial” datado de 24 de novembro de 1987, noticiou o assassinato supracitado. A matéria afirma que o clima de tensão aumentou na região do Médio Mearim com a morte de um pistoleiro. Tendo ocorrido em Ludovico, a 37 km de Bacabal. O jornal cita ainda que o homem assassinado era o braço direito do proprietário das terras reclamadas e teria se envolvido num assassinato em Serra Pelada antes de chegar ao Maranhão. O jornal descreve:

A morte do pistoleiro se deu quando ele, acompanhado de mais oito elementos, todos pistoleiros, se dirigia à sede da fazenda, onde vários posseiros o aguardavam no trajeto, a uns duzentos metros da sede da fazenda Ludovico, e abriram fogo contra o bando de pistoleiros, sendo que, o único a ser atingido, foi [...], que vinha à frente do grupo. Antes de chegar ao local, onde foram emboscados, os pistoleiros foram avisados de que a alguns metros da sede da fazenda havia uma turma de posseiros, todos fortemente armados, aguardando a chegada dos mesmos, que mudaram de rota. Todavia, uma outra turma de posseiros, já prevendo essa hipótese, se posicionou num outro ponto da estrada de acesso à sede da fazenda e ante a aproximação do bando, não hesitou e abriu fogo, atingindo [...] com uma descarga de chumbo de espingarda (Jornal O Imparcial, 1987).

O jornal destaca que o homem baleado, ainda com vida foi colocado numa caçamba blindada, cujo proprietário era o fazendeiro Raimundo Coutinho, e levaram-no para o hospital em Lago da Pedra, mas foi a óbito antes de chegar ao hospital. A notícia do jornal segue relatando que havia rumores na região que o fazendeiro contrataria mais pistoleiros, para dizimar a população de toda a sua área em questão.

Após os confrontos que resultou na morte do funcionário do fazendeiro, os posseiros de Ludovico se reuniram e escreveram uma carta destinada a D. Fr. Pascásio Rettler, Fr. Heriberto Rembecki, Fr. Adolfo Temme, os dois últimos responsáveis pela paróquia de Lago da Pedra e para Chico, representante da FETAEMA⁷⁸. Na carta, assinada em nome da comunidade, há relatos da história do povoado desde a ocupação do fazendeiro. Nela consta

⁷⁸ Federação dos Trabalhadores Rurais de Agricultores do Maranhão - FETAEMA.

que Raimundo Coutinho se apropriou da área, cercou e transformou uma grande parte em pasto. Posteriormente, em 1985 permitiu que o vaqueiro arrendasse o coco. Então ele começou a cortar todos os cachos e vender de carrada para as usinas. Vendo a situação a comunidade de Ludovico procurou o vaqueiro e reclamou. O Vaqueiro procurou o fazendeiro e relatou o que estava acontecendo. Assim, como represália o fazendeiro mandou devastar os babaçuais que se encontravam dentro da área da fazenda.

De acordo com a correspondência, no ano de 1986 a área estava devastada em 70% e o coco totalmente privado. Então, as mulheres se reuniram e pediram mais uma vez que parassem com as derrubadas. Já em 1987, vendo que as mulheres resistiam, o fazendeiro intensificou as derrubadas e ameaçou a comunidade. Na carta afirmam que o fazendeiro ameaçou dizendo que acabaria com o festejo de Nossa Senhora Aparecida e acabaria com o povoado debaixo de bala, matando homens, mulheres e crianças.

Nós entransitamos⁷⁹ a estrada com duas palmeiras e quando chegou mais uma carrada de bandidos, forçaram 2 lavradores a tirar as palmeiras e estes se negaram a tirar. Eles fizeram muitos disparos nos pés deles que eles ficaram três dias sem comer e nem dormir e na fazenda ameaçaram todas as pessoas que passavam na estrada, inclusive uma velha de quase 60 anos: deram 2 disparos nos pés dela com espingarda calibre 12. Os lavradores fizeram um bloqueio, desta vez sem entransitar a estrada, quando ia entrando uma D-20 com 6 bandidos, tudo com arma em punho, escopeta, rifle, revólver 567 e espingarda e trocaram tiros que causou a morte de um bandido. A Rádio Jainara⁸⁰ anunciou a morte de um roçador de juquirá⁸¹, mas nós nunca vimos roçar juquirá com escopeta (Carta de Ludovico, 1987, fl.01).

Ao serem perguntados sobre as invasões, os moradores de Ludovico e Centrinho do Acrísio responderam que não suportavam mais as humilhações e torturas, dentre elas sequestro de posseiros, perseguições, ameaças a idosos e crianças. Eles viviam cercados de pistoleiros. Diante da situação insustentável, os homens se deslocaram para as sedes dos municípios em busca de armamento para se defenderem. Com os intensos confrontos, começaram a treinar entre si o manuseio das armas, uma vez que estavam acostumados somente com espingardas de caça. É válido pontuar que nesta tarefa de manusear armas, as mulheres não se envolviam. Sempre que elas tentavam negociar com o fazendeiro, entravam desarmadas, somente com suas ferramentas de trabalho.

⁷⁹ Entransitar: termo utilizado pela comunidade para a palavra interditar.

⁸⁰ Rádio de Bacabal.

⁸¹ Juquirá: é a preparação da área para a plantação. A expressão roçar juquirá implica em limpar uma área de mata para plantar.

Ao ser perguntado sobre o que os impulsionaram a resistir, Ildo Lopes respondeu que as reflexões em comunidade e as viagens que fez para conhecer outras realidades de conflitos, sobretudo no Pará, o encorajou para a luta pela terra.

Quer dizer, se sentar... Nós fizemos grupos de reflexão, aí através de incentivos da ACR, incentivo do sindicato. O sindicato era combatente. Isso ajudou muito. O padre também, que a paróquia na época, a paróquia era toda. Se pegasse Frei Adolfo, Frei Estevão, Frei Antônio que era temporário lá. Depois veio Frei Alfredo também, tudo na mesma linha. Tinha uns mais áduos e outros mais lentos. Mas eu confesso que o Frei Adolfo, Frei Heriberto e Dom Pascásio, aqueles padres foram muito seguros naquilo que eles diziam pra gente. E incentivaram mesmo a gente. Vocês vão sair daqui, mas vocês vão enfrentar os mesmos problemas aonde vocês vão. Lá o pessoal também... E aí a gente começou fazendo esses intercâmbios. Eu me lembro que eu tive uma vez em Marabá, no Pará. Eu participei de uma manifestação lá onde eles botaram, eu nunca me esqueci, 623 cruces, só de pessoas que morreram nos conflitos. Eles foram para a rua, botaram numa camioneta dessas aí e encheram a carroceria. Quer dizer, aquilo dali num certo momento é ruim você ouvir aquilo, mas de qualquer forma, ali era uma energia que a gente tava vendo. Porque não adianta você sair daqui para o Pará. Porque lá no Pará eu tava vendo aquilo ali (Entrevistado, Ildo Lopes, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

O discurso da Igreja perpassava pela bandeira da “Paz no Campo”, muitas ações de oração, vigília, orientações eram geridas neste sentido para que violência não fosse respondida com mais violência. Assim, os entrevistados pontuaram que os confrontos armados não receberam a aprovação e apoio dos clérigos. As orientações dos franciscanos e da diocese consistia na luta por meios legais, com o suporte dos advogados contratados para cuidarem dos seus casos. No entanto, os atores sociais do campo, narraram que não enxergavam outra saída diante das invasões constantes em seus povoados. O entrevistado que chamaremos de “Entrevistado A”, para preservar sua identidade, destacou que houve momentos em que eles desobedeceram às orientações dos clérigos.

O Frei Heriberto... Eles conseguiam passar. Porque parece que os carros deles era diferente dos outros, eles conseguiam passar. E aí a gente reunia ali atrás, num salãozinho da igreja. Aí ele... **Lá nos acordos que foram feitos no estado, ele disse: agora nem uma parte, nem a outra mexe mais.** Aí ele vinha e reunia e dizia: olha, até que se resolva o estado assumir o compromisso do pagamento e pagar, indenizar a área... Lá ficou acordado a área e tal... Da parte da propriedade toda. Mas até que se resolva, é intocável, ninguém pode mexer com nenhum lado. Na hora que ele saía, que a gente sabia que ele já tinha ido embora, nós juntava aí uma equipe de 12 e a gente ia atrás mesmo. Porque eles eram muito bem armados. Mas nós tinha outras comunidades aqui da Mata, Que é da Lagoa Grande, por aquela região **que fornecia alguma coisa pra gente e aí a gente ia mesmo esperar.** Porque foi quem chamou a atenção para resolver... Aqui foi a última comunidade que teve conflito de terra e foi a primeira que foi resolvida, porque o governo indenizou imediato a área. Porque a gente queria ficar em casa e ninguém ficava, ia pro mato e quem aparecesse no mato... E aí ele reclamava quando vinha. E nós não dizíamos. Não, mas nós não estamos sabendo disso aqui não. Sabia! Mas nós também não podia dizer (Entrevistado A, 2022).

O Entrevistado B, também pontuou que não havia outra alternativa para aqueles que decidiram ficar, “ou a gente abraçava a causa ou a gente morria”. Os homens das comunidades faziam armadilhas nas estradas dos povoados na tentativa de evitar a entrada de pistoleiros, estratégia que os posseiros chamam de “mutreta”. O “Entrevistado B” relatou que cavou um buraco de 1,5 m na estrada, porque souberam que os pistoleiros entrariam com uma caçamba blindada. Contudo, alguém avisou os supostos invasores sobre a emboscada e eles recuaram. O entrevistado recordou os momentos de tensão e medo e relatou que passou 3 dias e 3 noites sem dormir vigiando a armadilha, e para manterem-se acordados eles bebiam cachaça. O posseiro enfatizou que bebia de forma controlada, porque ele era responsável pelas armadilhas e precisava cuidar dos outros. Outro ponto destacado foi o fato de conseguir transitar para outros municípios sem ser notado para buscar mantimentos, reforços e armas. Assim afirma: “aí eu acabava trafegando pelo meio deles, indo e vindo pra Bacabal, que é comércio maior era Bacabal e Lago da Pedra que a gente ia” (Entrevistado B, 2022).

Ao recordar os momentos de invasões nos povoados, os entrevistados consideraram ter vivido um cenário de guerra. Neste contexto a polícia foi citada como aliada dos fazendeiros, uma vez que eles tinham medo das ações dos policiais, dadas as situações de expropriação, torturas e mortes atribuídas aos policiais. Sobre a ação do fazendeiro em Ludovico, que decidiu confrontar os posseiros contratando pistoleiros e/ou jagunços, Naná relatou:

Do jeito que ele passou, ele foi direto para Bacabal. Quando foi 4 horas da tarde, ele meteu cara com uma carrada cheia de pistoleiro. Aí começou a guerra porque foi o primeiro. Foi o primeiro embate que teve, porque ele chegou contando para os homens, e aí a gente já sabia o plano deles, porque era assim que era nas outras regiões. E aí os homens foram e fizeram uma tocaia na estrada. Aí quando eles meteram a cara, começaram a trocar tiro. E aí dessa vez eles não chegaram nem aqui na fazenda, voltaram pra trás porque foi baleado um capanga deles, aí eles voltaram pra trás. Daí minha irmã, foi 5 meses de guerra. Guerra que aqui nesse povoado, ninguém entrava, nem saía. Cinco meses. Então não foi fácil, foi difícil. Isso eu contando a história nossa do Ludovico. Mas nessa época foi aqui, o Ludovico, São Manoel e Pau Santo. Foram todos juntos e Bertolino, 4 comunidades. Perseguida nessa briga. Só que a primeira que teve, de peso começou [...], primeiro foi no Pau Santo, aí do Pau Santo veio para cá. Daqui foi pro São Manoel e do São Manoel, foi pro Bertolino. Eu só sei que foi assim, um ano inteiro pra libertação de todos esses conflitos. E na época, nós tinha como proteção, era a Igreja Católica e ACESA, uma outra entidade e o sindicato rural. E a Igreja Católica entrou com o advogado dando força. E ajudava muita a gente em tudo. Com alimentação, porque aqui, ninguém entrava, nem saía ninguém. Nesse trecho aqui dessas 4 comunidades. A gente só andava por dentro dos matos, os homens escondidos. Os homens não apareciam na comunidade. Só vivia na comunidade, mulher e criança (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

Os povoados citados pela entrevistada são todos próximos e pertencem ao município de Lago do Junco. A fuga dos homens para a mata foi lembrada por todos os entrevistados. Quando os policiais ou pistoleiros entravam no povoado perguntavam onde estavam os homens,

as mulheres falavam que tinham viajado para outros estados atrás de emprego. Elas informavam que não sabiam ao certo onde estavam, porque ao saírem falavam que iam para um lugar, mas migravam para outros e não havia comunicação depois da saída deles. Nessas entradas as mulheres eram ameaçadas e humilhadas. Naná relatou que o medo aumentava a noite, por causa da escuridão, não havia energia elétrica dificultando a vigília delas para saberem se alguém estava de “tocaia”. No entanto, os homens conseguiam entrar algumas vezes no povoado para buscar alimentos e tentar proteger aqueles que haviam ficado. As imagens a seguir foram tiradas no conflito de São Manoel, no entanto era a realidade de todos os homens das comunidades em conflitos, passar meses na mata por medo das invasões de pistoleiros e/ou jagunços e da polícia. (Ver fotos 21, 22 e 23)

FOTO 21 – POSSEIROS ESCONDIDOS NA MATA EM SÃO MANOEL



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, povoado São Manoel, 1987

FOTO 22 – POSSEIROS ESCONDIDOS NA MATA EM SÃO MANOEL



FOTO 23 – POSSEIROS ESCONDIDOS NA MATA EM SÃO MANOEL



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, povoado São Manoel, 1987

Nessas invasões, houve mortes que resultaram das pressões e do medo. Foi relatado que muitas mulheres grávidas abortaram, idosos tiveram AVC, paradas cardíacas e acabaram morrendo dadas as circunstâncias. Sibá relatou uma das situações de morte por pressão no dia de uma invasão ao povoado São Manoel.

[...] no São Manoel teve uma pessoa, você sabe que as pessoas que têm problemas cardíaco, coisa assim. Na pressão que teve de uma ocupação deles, derrubando as casas das pessoas lá, junto com a polícia, aí a pessoa morreu. Nós agrega isso, aquele momento ali (Entrevista, Sibá, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

O mesmo caso comparece na crônica sobre São Manoel, escrita por Fr. Adolfo Temme. Tratava-se de um idoso que ficou da sua casa assistindo a primeira invasão de policiais em São Manoel. Outros entrevistados, também relataram essas mortes que eles consideram consequência da violência. Ildo Lopes relatou que não consegue esquecer esses momentos de pressão e medo.

Uma consequência das condições daquele momento. Nós perdemos no Pau Santo, nós perdemos na Santa Teresa, nós perdemos na Vila São Francisco, nós perdemos pessoas em uma série de lugares aí, nós perdemos aqui na Aldeia do Odino. Uns foi metralhado, mas outros morreram, inclusive o dono de lá não foi metralhado, mas quando os carros blindados chegaram que começaram a jogar fogo nas casas, ele caiu e não voltou mais. E aí assim, teve várias formas diferentes, mas foi coisas que aconteceram e a gente não pode deixar de dizer, porque a gente não consegue esquecer esses momentos. Que nós não chamamos de desafio, foi aqueles de calamidades mais pesadas (Entrevista, Ildo Lopes, Ludovico, 2022).

As comunidades de São Manoel (Lago do Junco) e Aldeia do Odino (Bacabal) foram citadas por todos os entrevistados como os conflitos mais violentos da região. Estes povoados receberam muita notoriedade na imprensa nacional e internacional, dado o envolvimento de clérigos alemães nos conflitos. Há registros desses conflitos escritos em alemão direcionados para o consulado alemão e para a Província Franciscana da Saxônia da Santa Cruz (Província-Mãe) na Alemanha.

Quanto ao conflito em São Manoel, João Valdeci relatou que os homens ficaram dois anos escondidos na mata, apareciam em casa poucas vezes quando percebiam que podiam entrar no povoado em segurança. Na mata faziam pequenas barracas de taipa e cobertas de palha do coco babaçu, dormiam em redes e ficavam em constante vigília, enquanto uns dormiam, outros ficavam vigiando para não serem pegos de surpresa. Relatou ainda, que esta era uma realidade dos posseiros de toda região em conflito com os fazendeiros (Entrevista, João Valdeci, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

Quando perguntado, como atravessaram as dificuldades durante todo o tempo de conflito, respondeu que receberam muito suporte da Paróquia de Lago da Pedra, além de

receberem alimentos, os agentes pastorais cuidavam das questões burocráticas na tentativa de sessarem os conflitos. Os clérigos buscaram dialogar com os fazendeiros também, para chegarem a acordos que fossem favoráveis aos posseiros. O entrevistado narrou uma dessas tentativas de diálogo feita por D. Fr. Pascásio Rettler, situação em que o bispo procurou o fazendeiro vulgo “Chico Galalau”, de propriedade em Lago do Boi, área que abrangia os municípios de Bacabal e São Luís Gonzaga.

Inclusive uma conversa que Dom Pascásio teve com Chico Galalau aqui na época. Ele disse que acabou puxando um terço. Disse que ele tinha arma estrangeira. Aí ele foi e puxou um terço de dentro de um negócio e mostrou... Ainda vi isso lá, dentro de um negócio desse tamanho assim. A Igreja... Inclusive o pessoal aqui, queria que a Igreja fizesse isso, desse arma. Aí o frei Adolfo foi e fez uma falação. Ele disse: olha! Nós não temos arma pra matar ninguém. Nós temos a esperança que vocês são vencedores. A nossa arma é a Bíblia. Ele é muito fofo, o frei Adolfo é um cabra muito... Deus livre se um padre daqueles desse arma pra gente. Vaza, a história vaza, não tem jeito. Ele não deu, mas vazou. E ela só vazou por causa dessa história, dessa mala que a gente trouxe daculá. As armas que os padres deram pra nós da Alemanha (Entrevista, João Valdeci, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

A história narrada, sobre as armas que os padres forneceram para eles, trata-se de uma situação em que vários homens de um povoado transportavam um doente na rede para levá-lo ao hospital. No caminho encontraram um viajante com um baú de madeira e o ajudaram a transportar, porque estava pesado. Ao passarem por alguns povoados, as pessoas insinuaram que havia armas no baú e a notícia se espalhou pela região. Assim, os homens de Centrinho do Acrísio e Ludovico ficaram conhecidos como os homens mais temidos da região. Diante dos boatos, criou-se a história que padres comunistas tinham um centro de treinamento nos povoados e estavam preparando posseiros para matarem fazendeiros. De acordo com o entrevistado, o fato de serem temidos, os preservou de maiores atentados (Entrevista, João Valdeci, Centrinho do Acrísio/Lago do Junco, 2022).

As áreas pertencentes a Ludovico e Centrinho do Acrísio encerraram os conflitos por terra concomitantemente, porque era reclamada por um proprietário apenas. Os depoimentos convergem para o fato de não haver vítimas fatais por parte dos posseiros. Mesmo tendo sido um conflito marcado pela violência no campo, os dois povoados ganharam na justiça o direito de posseiro, conforme está descrito no “Termo de compromisso - ITERMA”. (Anexo F)

Aos dias 22 de fevereiro de 1988, foi assinado um termo de compromisso entre Raimundo Coutinho (proprietário), Francisco Orlando (Presidente do ITERMA), Francisco Sales (Presidente da FETAEMA), Raimundo N. Barbosa (Secretário do STR's/Lago do Junco) e Inácio A. da Silva (Lavrador). Neste termo, o proprietário firmou o compromisso de vender 319 ha. de terra pelo valor unitário de CZ\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados) por hectare,

somando um total de CZ\$ 11.165.000,00 (onze milhões cento e sessenta e cinco mil cruzados). As áreas inclusas no acordo são: a) Fazenda Centrinho II: 72 hectares; b) Fazenda Centrinho II⁸²: 32 hectares; c) Fazenda Centrinho IV (Procópio): 50 hectares; d) Fazenda Marajá: 90 hectares; e) Fazenda Rosa: 75 hectares.

Nesta oportunidade fica também compromissado que o Sr. Raimundo Coutinho Vieira doa ao ITERMA, os 117,00 ha. (cento e dezessete hectares) de terra (Santa Isabel lugar Rosa), para repasse aos lavradores do povoado Centro do Ludovico, também se comprometem cessar todo e qualquer tipo de violência que possa ser gerada em função das terras, ora compromissadas. Para todos os fins de direito (Termo de Compromisso, ITERMA, 1988).

No relatório da Província Franciscana sobre o desfecho do conflito em Ludovico e Centrinho do Acrísio, a província afirma que através da AJULAV o litígio teve bom êxito, uma vez que o estado, junto ao ITERMA conseguiram firmar um acordo entre as partes favorecendo o assentamento dos lavradores (Relatório Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, Ludovico, 1988, fl.01).

5.3 CONFLITO DE TERRA EM PIO XII - 1984

O SECRETARIADO REGIONAL NORDESTE IV A.C.R. (Animação dos Cristãos no Meio Rural) vem denunciar ao público a terrível agressão à tiro ao lavrador JOSÉ MACHADO, ocorrido à noite de 27-02-84 na cidade de PIO XII, Estado do Maranhão. O nosso companheiro chegou a morrer no dia 29-02-84, às 12:30 no hospital em SÃO LUÍS - MA. O crime aconteceu por causa de problemas fundiários não solucionados em nosso país (Nota de Repúdio, ACR, 1984, fl.01, grifos do autor).

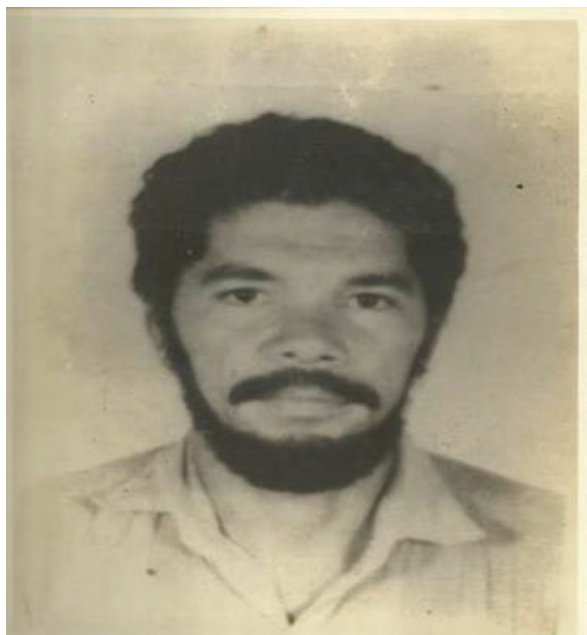
Nesta nota de repúdio, a ACR protesta contra a violência direcionada a vários posseiros no município de Pio XII, Maranhão. A nota tem por objetivo principal, denunciar às autoridades municipal, estadual e nacional o assassinato do trabalhador rural e membro da ACR/Bacabal, José Machado⁸³, que ocorreu no município de Pio XII. Assim, a ACR exigiu das autoridades medidas imediatas que responsabilizassem os mandantes e executores do crime. Na nota de repúdio (ANEXO G), a entidade afirma ainda, que o homem do campo vive em constante circunstâncias de miséria e fome, além do crescente número de assassinatos no estado, somando 10, tendo como referência dezembro de 1983 a março de 1984. Além da morte de José Machado, a ACR repudia na mesma nota, o assassinato de mais dois posseiros e sindicalistas

⁸² No documento consta Centrinho II duas vezes (trata-se de Centrinho do Acrísio), mas com medidas diferentes. Provavelmente trata-se de uma área entre Centrinho II e Centrinho IV.

⁸³ José Machado era irmão do Fr. José (frade brasileiro da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção)

no Médio Mearim, Bento A. de Lima⁸⁴ e Julião Pinto, ambos de Lago Verde. (Ver fotos 24, 25, 26, 27 e 28)

FOTO 24 – JOSÉ MACHADO



Fonte: ACR/Bacabal - MA

FOTO 25 - CRUZ QUE SINALIZA O ASSASSINADO DE JOSÉ MACHADO - PIO XII



Fonte: TEMME, Fr. Adolfo

⁸⁴ Bento Alves, posseiro assassinado em 1984, deixou esposa e seis filhos ainda crianças, dentre elas um bebê de colo.

FOTO 26 – JULIÃO PINTO



FOTO 27 – CARTEIRA DE SINDICALISTA DO TRABALHADOR RURAL JULIÃO PINTO



Fonte: ACR/Bacabal - MA

FOTO 28 - CARTEIRA DE SINDICALISTA DO TRABALHADOR RURAL DE BENTO ALVES



Fonte: Arquivos da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR/Bacabal - MA

Nos arquivos da ACR/Bacabal, acessamos um recorte do jornal “O Estado de São Paulo” (Anexo H), datado de 27 de abril de 1984, onde Fr. Godofredo Bauerdick escreve para a imprensa, relatando o assassinato do posseiro José Machado. Na matéria consta que José Machado estava voltando de uma viagem de Bacabal e já próximo de sua casa em Pio XII, foi abordado por homens desconhecidos⁸⁵ que estavam num fusca de cor amarela. Na ocasião falaram que o carro estava “no prego”, mas quando se aproximou foi alvejado com 6 tiros, de revólver grosso calibre.

O jornal destaca que anterior ao crime, José Machado estava apoiando quebradeiras de coco do povoado “Juçaral de Vital” que teriam sido ameaçadas por um suposto proprietário. Nas palavras do jornal “o grileiro vinha perseguindo quebradeiras de coco, chegando a ameaçá-las à bala (21-2-84)”. O sindicalista teria orientado as mulheres a procurarem o INCRA de Bacabal. De acordo com a matéria, havia um documento do sindicato destinado ao INCRA guardado com José Machado. Eles não informam se este documento foi encontrado na sua residência, ou se foi encontrado junto ao corpo no dia do assassinato. A carta destinada ao INCRA, datado de 21 de fevereiro de 1984 não chegou a ser entregue. Nela consta as agressões sofridas pelas quebradeiras de coco.

O posseiro era bastante conhecido na região, sua morte recebeu grande comoção de amigos, clérigos e entidades de apoio aos trabalhadores rurais como ACR, CPT, AJULAV, sindicatos etc. Na sua trajetória de luta pela terra, coordenou a Assembleia Geral Anual dos Lavradores no Maranhão, por três vezes, organizada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. Era integrante da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR e membro da Equipe Diocesana de Bacabal nos serviços de evangelização, tendo suas bases na formação das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's e no Curso de Dirigentes no Seminário Catequético de Bacabal, tendo participado do primeiro curso em 1969.

Assim pode se entender o seu engajamento no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sua organização como, também sua preocupação de transformar o mesmo num sindicato autêntico em Pio XII. Não causa surpresa nenhuma que o nosso amigo José Machado “dentro da abertura política” assumiu um compromisso político como Secretário de um partido de oposição local, direito legítimo de um cidadão. Quando chegaram as Ajudas Contra as Consequências da Seca, por intermédio dos Franciscanos Alemães, ele cuidou junto ao Sindicato, da distribuição de sementes e alimentos aos carentes do campo em Pio XII. Num povoado do município, José Machado orientou um projeto alternativo: levantamento de uma casa de farinha

⁸⁵ O jornal diz que foram quatro ou cinco homens. Não há precisão de quantos foram.

comunitária e um poço para o uso da comunidade⁸⁶ (Fr. Godofredo Bauerdick, *apud* Jornal O Estado de São Paulo, 1984).

José Machado foi enterrado no dia 01 de março ao meio-dia (Ver fotos 29, 30, 31 e 32).

FOTO 29 – ENTERRO DE JOSÉ MACHADO/1984



Fonte: ACR/Bacabal – MA, Pio XII, 1984

⁸⁶ A matéria do Jornal “O Estado de São Paulo” foi construída com base na carta que frei Godofredo escreveu a eles. Em alguns trechos eles colocam a carta na íntegra.

FOTO 30 – ENTERRO DE JOSÉ MACHADO/1984



Fonte: ACR/Bacabal – MA, Pio XII, 1984

FOTO 31 – ENTERRO DE JOSÉ MACHADO/1984



Fonte: ACR/Bacabal – MA, Pio XII, 1984

FOTO 32 – FR. JOSÉ, OFM AO LADO DO CORPO DO IRMÃO JOSÉ MACHADO



Fonte: ACR/Bacabal – MA, Pio XII, 1984

No dia 18 de março, os trabalhadores rurais do estado do Maranhão, entidades de apoio e “partidos políticos de oposição” se reuniram em uma manifestação em Pio XII. À noite, D. Fr. Pascásio Retller celebrou a missa em intenção de José Machado. (Ver figura 10)

5.4 BACABAL: CONFLITO DE TERRA EM ALDEIA DO ODINO - 1984 A 1988

Tinha umas pessoas que avisavam pra nós que iam invadir a Aldeia, mas a gente não acreditava. Nesse domingo, 14 de fevereiro de 1988, 1:00 hora da tarde, eles entraram. Eles entraram com um carro blindado na frente. Aqueles carros de carregar dinheiro. Uma caçamba com as laterais altas. Com os buracos que eles fizeram para colocar as armas. Aí entraram, não teve jeito. Todo mundo correndo... minha mãe, tanta gente correndo pro mato. Outros ficaram BR adentro, foi uma zuada. Os tiros, vocês não conferiam os segundos. Demais... até 3:30 hs da tarde. Quando foi 3:30 hs da tarde, aconteceu. Acho que foi o pneu da caçamba que furou. Furou o pneu da caçamba, e eles começaram a sair. Aí eles saíram. A gente viu que eles iam saindo e a gente foi voltando de dentro do mato devagarzinho. Aí quando chegamos de dentro do mato, vimos que tinham matado o Senhor Trazibe. Mataram o Trazibe. Estava lá no meio da rua, emborcado (Entrevista, Canuto, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

Aldeia do Odino, pertence ao município de Bacabal, era povoado por indígenas Pataxós e posteriormente recebeu famílias vindas de diversos estados do Nordeste. Beneval Silva (54 anos), filho do posseiro e líder sindical Manoel Tintino, assassinado no conflito de 1988. O entrevistado, morador de Aldeia do Odino iniciou sua entrevista, relatando que seu tataravô Odino, foi um dos primeiros migrantes a chegar ao povoado. Narrou que o seu avô migrou do Ceará junto com a família e se instalou em Aldeia. O mesmo, começou a trabalhar na cultura da cana juntamente com os indígenas, que já moravam no local. Mas em pouco tempo os indígenas migraram para outra região, ficando Odino e familiares com a posse da área (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

Os moradores de Aldeia do Odino, costumam justificar seu pioneirismo no povoado pela existência de lápides antigas nos seus cemitérios. Este é um discurso difundido também pela Igreja Católica ao demarcar que as terras, que inferem como *usucapiadas*, são de direito dos trabalhadores rurais que estavam em posse delas desde a década de 1920, levando em consideração os registros das lápides (Anexo I). O lugar de pertencimento à terra e ao trabalho que se desenvolve nela, compareceu muitas vezes nas falas dos entrevistados. Para eles, é construção da própria identidade o fato de serem posseiros, trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e oriundos de migrantes vindos do Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

A área que compreendia Aldeia do Odino foi registrada em cartório pelo direito de *usucapião* em 1940, por Porcínia C. Lemos. Posteriormente essas terras foram vendidas para Jamil Vieira Santos que aumentou sua área. O relatório da Província Franciscana, datado de 1988, declara que a ação do suposto proprietário tratou-se de grilagem da área de Aldeia do

Odino e da região circunvizinha. Tendo conhecimento do registro em cartório, o relator⁸⁷ afirma que havia uma rasura no Livro do Cartório de Imóveis, no que tange a área de Aldeia do Odino (Relatório, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988, fl.01).

Assim como nas outras áreas de conflito do Médio Mearim, a economia do povoado girava em torno da plantação de roças, da extração do coco babaçu, da caça e da pesca. Beneval Silva, destacou que a produção de arroz deles era vendida para as indústrias de arroz de Bacabal. Em entrevista, Fr. Heriberto Rembecki também lembrou a economia do arroz na região, “Na década de 50 e 60, aqui nossa cidade de Bacabal, tinha mais de 60 usinas de beneficiamento de arroz. Aqui no Maranhão corria dinheiro” (Entrevista, Fr. Heriberto Rembecki, 2023).

A cidade de Bacabal era o centro comercial para a maioria das cidades circunvizinhas. Nela havia indústrias de arroz e de beneficiamento do coco babaçu. Muitos trabalhadores rurais levavam sua produção para vender na cidade. Beneval Silva ao ser perguntado sobre a economia de Aldeia do Odino, destacou:

Essa produção era toda feita aqui, na região. E era arroz! Aí a gente parou de produzir arroz na época em que Sarney começou a dividir as terras. Começou a vender terra pra antiga SUDENE. Aí ele comprou um monte de terra... saiu comprando terra. E para aqueles que eram amigos dele, ele dava as terras. Essa aqui de trás ele deu tudinho pro Cícero Dias. E essa aqui que era nossa, onde a gente viveu o tempo todo. Chegou um pessoal da Brasólio que era produtor de explorar o babaçu, de Bacabal que se dizia dono, mas a gente sempre trabalhou nessas terras. Onde aqui na verdade a gente nunca tomou terra de ninguém, a gente era apenas resistente. Aqui era nosso, a gente nunca chegou a invadir terra de ninguém. Ah são invasores! Não! Nós apenas resistimos naquilo que era nosso (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

A empresa Brasólio, citada pelo entrevistado, era uma indústria de beneficiamento do coco babaçu, localizada na cidade de Bacabal. Porém com a expansão da agropecuária na região, houve a derrubada desenfreada dos babaçuais para a plantação de pasto para o gado, ocasionando o encerramento das atividades da Brasólio. A empresa vendeu as terras para terceiros, até que em 1984 elas passaram para o domínio de Annanias Vieira Lins⁸⁸.

O novo proprietário proibiu a plantação de roças e a extração do coco babaçu, para isto contratou os chamados pistoleiros para a proteção da área. Diante da represália, os moradores do povoado Aldeia do Odino confrontaram os homens contratados para resguardar a fazenda, o que resultou no assassinato de um funcionário do fazendeiro. Os posseiros, impedidos de

⁸⁷ Alguns relatórios da Província Franciscana não contêm assinaturas. Sabe-se apenas que foi redigido por um frade que estava à frente da organização dos posseiros.

⁸⁸ Irmão de José Vieira Lins “vulgo Zé Vieira”, pecuarista, empresário e político. Exerceu o mandato de prefeito de Bacabal por duas vezes (1997-2004; 2017-2018) e foi deputado Federal em 2009.

plantar, se reuniram em mutirão para cortarem as cercas levantadas pelo fazendeiro e começaram o plantio das suas roças⁸⁹.

Em resposta a ação dos posseiros, Annannias entrou com uma Ação de Manutenção de Posse, pela Comarca de Bacabal em 1985. De acordo com o relatório da Província Franciscana, havia no local em média 100 famílias, mas a ação solicitava a expropriação apenas de 7. A Ação de Manutenção de Posse, foi contestada em tempo hábil pelo escritório da Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV. No entanto, foi dado ao fazendeiro a Medida Liminar de Proteção Possessória. No dia 23 de novembro, o Oficial de Justiça chegou ao povoado para executar a expropriação das famílias. O relator destaca que o documento foi expedido sem uma justificativa prévia, não houve aviso e executado em dia de sábado, sendo que não poderiam exercer expediente de ordem judicial no fim de semana.

Nesse dia no Povoado Aldeia se realizava um encontro de lavradores, estando presente no mesmo, representantes de todos os sindicatos de Trabalhadores Rurais do Município, da Diocese de Bacabal, da Vice-Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção e dezenas de lavradores, quando pelas 11:00 horas o mencionado Oficial de Justiça garantido por um contingente de cerca de cem policiais ostensivo e fortemente armados, inclusive com metralhadoras e comandados pelo próprio Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado, coronel reformado do exército João Ribeiro da Silva Júnior que se fazia acompanhar de oficiais de alta patente da Polícia Militar do Maranhão, dos delegados da Capital Srs. Luis Moura, Emanuel Bastos e Everton, todos bacharéis em direito, adentraram no Povoado e desrespeitando o direito de expressão invadiram o local de reunião (Relatório, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988, fl.02).

Dois momentos foram considerados o auge dos conflitos em Aldeia do Odino, ainda que tenha começado de forma velada antes, mas os anos de 1985 e 1988, foram os que mais receberam notoriedade, dada as invasões e assassinatos, tanto de posseiros, quanto dos chamados pistoleiros. Ao ser perguntado sobre esses momentos Beneval Silva destacou que o conflito já inicia a partir da venda das terras pelo governo no final da década de 1960. Mas o divisor de águas para ele foi a inserção dos chamados pistoleiros, que começaram a derrubada dos babaçuais e a comunidade não aceitou, o que originou os enfrentamentos. O entrevistado afirmou que a partir do momento que começou a morrer homens de ambos os lados, a situação ficou mais tensa. Nessas circunstâncias, o seu tio foi uma das primeiras vítimas do conflito no povoado. Eurides, foi o primeiro posseiro a ser preso em Aldeia do Odino e morreu na prisão em circunstâncias de um infarto. Ao falar do proprietário que reclamava as terras do povoado Beneval Silva destacou:

⁸⁹ O termo utilizado pelo *lavrador* é “brocar a roça”.

Aí ele veio aqui e disse. Quando chegou bem ali, ele disse: “Eu vou comprar um inferno com os cão, tudo dentro. Quero ver se eu não tiro”. E aí começou. Colocaram um monte de homem lá dentro e a gente aqui. Aquele pessoal da estrada ali, tiveram que sair todo mundo com medo de morrer. E a gente foi se organizando, se organizando, se organizando e todo dia tinha tiroteio. A gente não dormia aqui, a cada noite a gente dormia no povoado ali na frente. À noite, quando dava 7:00 hs da noite, a gente fazia a barricada para os pistoleiros não entrarem, e foi aquele sufoco todinho. A gente não conseguia trabalhar, não conseguia produzir nossas terras. Na hora que a gente ia, tinha pistoleiro. E aí vários colegas meus foram baleados no conflito... cada dia tinha... (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

Como estratégia os homens de Aldeia do Odino também derrubaram uma casa na estrada que levava para o povoado. A casa abrigava os chamados pistoleiros, eles acreditavam que derrubando, os afastaria das redondezas. O entrevistado afirmou que ficavam em média 30 a 40 homens de guarda na casa esperando os posseiros. Relatou ainda que as mulheres do povoado começaram a se organizar no Grupo de Mães, e como resistência invadiam os babaçuais junto com os homens para a coleta do coco. Diferente do povoado Ludovico, que a motivação primeira dos enfrentamentos foi a derrubada dos babaçuais, em Aldeia do Odino a resistência começou pela ação dos homens na derrubada das cercas do fazendeiro.

A invasão da polícia no dia 23 de novembro de 1985, foi marcada pelos atores sociais, como um dos momentos mais sofridos e humilhantes para a comunidade. O entrevistado que chamaremos de “Entrevistado C”, relatou o momento da entrada da polícia.

Quando eles entraram, a primeira coisa que o padre pediu foi pra gente não se mexer. Quando eles entraram, nós ficamos todo mundo sentado do jeito que estamos aqui. E o padre pediu pra todo mundo ficar quieto. Eles entraram, cercaram, e já foram ameaçando a gente. Já foram.... Cadê as armas? Cadê as armas? Porque quando eles viram o padre, os padres e os advogados... O Dr. Sandes perguntou: doutor, o que você faz aqui essa hora? O secretário de segurança do estado. Era um dia de sábado. O que você faz aqui doutor? Aí ele disse... Não, a gente só veio dar uma olhada aqui. Porque ele sabia que aquilo que ele estava fazendo era irregular. E aí ele já mandou todo mundo baixar a arma, polícia de facão, já no ponto mesmo de bater, de matar, ou fazer qualquer coisa. E aí ele já mandou todo mundo baixar a arma. Mandou os policiais baixarem as armas, mas os outros continuaram invadindo as casas. Levando pertences do povo, caçando arma. Mas graças a Deus, as nossas armas estavam tudo escondidas dentro do mato. Eles passavam por cima assim, mas não via, só via algumas arminhas véia, que estavam dentro da rede, mas a nossa mesmo... (Entrevista, Entrevistado C, 2022).

A influência da Igreja Católica entre as autoridades foi um elemento bastante citado entre os entrevistados. Nas fontes eclesiais os discursos se constroem, sob a perspectiva da indignação diante da violência no campo, que atinge praticamente toda a área atendida pela diocese de Bacabal. As providências dos clérigos perpassam desde a negociação com autoridades, políticos e fazendeiros à criação de entidades que assessoraram os posseiros e quebradeiras de coco, em suas organizações e ações grupais nos atos de resistência e luta pela terra. Os agentes pastorais contribuíram no processo de formação de uma categoria que diante

das circunstâncias precisava unir força e organizar-se politicamente. Além de terem dado notoriedade aos vários tipos de violência no campo, através da sua influência enquanto instituição religiosa.

Guilhermina Aguiar, liderança da ACR, relatou que a presença do advogado em Aldeia no momento da invasão, se deu porque D. Fr. Pascásio Rettler foi avisado que a polícia entraria no povoado. A entrevistada relatou que vivenciou um cenário de guerra, na ocasião “ele telefonou para o Sarney, denunciando, brigando mesmo. Então imediatamente Sarney manda um telegrama para D. Pascásio. Aí D. Pascásio pega o advogado da diocese que é Dr. Sandes Macedo e foi direto para Aldeia com esse telegrama” (Entrevista, Guilhermina Aguiar, ACR, 2015).

O telegrama do Presidente da República, José Sarney foi fundamental para que o coronel recuasse nesta ação. No entanto ainda foi efetivada prisões e ameaças. Prenderam Manoel Tintinho, mas antes de saírem do povoado, Dr. Sandes ordenou que o soltassem e eles desistiram de levá-lo. Mas levaram um membro da comunidade chamado Rodolfo, o levaram para outro povoado amarrado com cordas. Segundo a narrativa de Beneval Silva, o advogado não viu quando levaram o rapaz, por isso não conseguiu evitar.

Após esta ação da polícia, os posseiros, mesmo sob ameaças dos chamados pistoleiros, continuaram a plantação das roças e coleta do babaçu. O conflito no povoado voltou a se intensificar devido o assassinato do posseiro Manoel Neco Pereira, vulgo “Manoel Tintinho”, liderança em Aldeia do Odino e um dos réus da Ação de Manutenção de Posse. O posseiro foi assassinado na cidade de Bacabal em 22 de janeiro de 1988, na casa da sua cunhada, por volta de meio dia (Relatório, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988, fl.03).

Com o conflito mais tenso, em 14 de fevereiro de 1988 (carnaval), menos de um mês do assassinato da liderança da comunidade, Aldeia do Odino foi invadida por volta de 13:30 hs, por uma caçamba blindada, com furos na carroceria contendo canos de armas de fogo. Entraram ainda uma D20 e uma caminhoneta Pampa atirando contra as pessoas do povoado. De acordo com o relatório, os posseiros reconheceram o homem que dirigia a Pampa, como sendo o próprio fazendeiro que reclamava pelas terras. Do carro blindado saíam rajadas de tiros, e jogavam sobre as casas tochas incendiárias e bombas de fabricação caseira (Relatório, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988, fl.04).

Beneval Silva relatou que cinco dias antes da invasão, o presidente do INCRA foi ao povoado, juntamente com outras autoridades e 6 policiais. Firmaram um acordo de trégua por 5 dias. O entrevistado afirma que na ocasião, os carros das autoridades ficaram distantes da

entrada do povoado, que por medidas de segurança, os posseiros haviam cortado a estrada e colocado um poste atravessado para evitar entradas, porque já tinham recebido ameaças de invasões e que iriam queimar suas casas. Como as autoridades pediram 5 dias de trégua, os dois lados se comprometeram não atirar, os posseiros desobstruíram a estrada. Sob a promessa que beneficiariam os posseiros e resolveriam o problema da terra. Assim, a comunidade acreditou que nada aconteceria no tempo da trégua. Alguns homens dos outros povoados foram para suas casas e os da comunidade não ficaram de vigília. O entrevistado classificou o acontecimento de covardia, uma vez que eles confiaram no acordo.

E quando deu domingo de Carnaval que foi o dia do tiroteio maior aqui, que a gente teve mais junto mesmo deles. A gente ia jogar bola, que era nossa única diversão que a gente tinha, no povoado chamado Boa Vista ali na frente. Aí tinha combinado um jogo de futebol. Quando deu... todo mundo almoçou no barracão ali, onde a gente fica todo mundo junto. Aí quando deu assim, uma faixa de umas 12:00 horas! Vamos? Todo mundo já estava se arrumando pra ir jogar bola. Pegamos a equipagem que tinha deixado lá naquelas casas. Quando foram pegar a equipagem, lá vem o tiroteio. Que olharam, era o carro! Como tinha tirado o poste aqui, eles entraram. Era um carro de carregar dinheiro, daqueles de carregar dinheiro. Só que ele estava todo pintado de azul. Em uma caçamba com a proteção dos pneus de cima até embaixo protegendo o para-brisa. Deixando só a parte do motorista pra ele olhar. E encima era uma chapa muito grande, cheia de buraco. E o carro de carregar dinheiro na frente. Quando os caras entraram aqui óh. Essa estrada aqui tinha um carro novo e a caçamba vinha assim, topada no carro, topada mesmo. Todo mundo correu, não ficou ninguém, todo mundo correu. Ficou só eu e mais 5 colegas. Aí todo mundo correu, foi pra dentro do mato, e as criançada, todo mundo correndo, e tiro comendo. Mas era tiro [...]. Então, o tiroteio começou... taratataaa... e fazia bumhhhh. Taratataaa... fazia bumhhhh. É tanto tiro que fazia piiiilh..., nas armas deles. Cada bordoadada que ele dava, era uma casa dessas que ia pro ar. Aqui tinha casa que foram tudo queimada nessa época. Mas não foi queimada assim, botando não. Foi queimada botando na bomba. Na casinha batia e ia embora! E aí o tiroteio começou e quando chegaram na casa do meu pai ali. Ele morava ali, eles jogaram uma bomba. Acabou tudo! Quando eu vi acabar tudo, ehh... morreu todo mundo! E aí bala, bala, bala, e quando chegaram lá na frente, naquela casa amarela lá, deram a curva, tentando subir para aquela rua, porque estava alta. A caçamba tinha um ferro aí bateu, que o aterro estava alto. Aí eles vieram! Quando eles vieram a gente já estava bem aqui, naquela casa. Só que essa casa ali, a frente dela não era de tijolo, era de taipa (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino, 2022).

Os homens do povoado reagiram ao confronto com armas de fogo, resultando em homens feridos de ambos os lados. Atingiram o motorista da caçamba blindada e furaram os pneus do carro. Na ocasião os chamados pistoleiros atingiram Trazibe Teixeira da Conceição de 64 anos, com tiros de fuzil na cabeça e na barriga e 30 casas foram incendiadas (Relatório, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988, fl.04).

Beneval Silva e seu irmão correram pela mata em direção a Bacabal (17 km) para pedirem ajuda. Ao chegarem conseguiram avisar os clérigos, então reuniram-se todos com o Vice-Governador do Maranhão, João Alberto que se encontrava em Bacabal e o prefeito

Jurandir Lago. Os posseiros pediram que as autoridades fossem até Aldeia do Odino, mas não foi fácil convencê-los.

Quando chegamos aqui já na faixa de umas nove horas da noite. Não tinha um ser humano aqui. Tinha gente baleada dentro do mato, mas ninguém sabia. Tinha gente morto aqui na rua, mas também ninguém foi juntar ninguém. Tudo queimado e a pior tristeza do mundo. Jumento morto, animal morto, gente morto e gente baleada dentro do mato. Aí a polícia pra vim aqui, não queria vir não. O Comandante que era o genro do Zé⁹⁰ Alberto na época, ele disse que não vinha não. Aí eu disse, mas a gente precisa de socorro e você é a polícia. Aí ele falou: nós vamos se você for na frente. Pois bora, que nós vamos. Nós viemos na frente e já fomos acenando para os colegas. Aí a gente entrou, aí eles ficaram com a gente aqui durante 30 dias (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

As imagens abaixo foram tiradas no povoado Aldeia do Odino após a invasão, considerada por todos os entrevistados um dos conflitos mais violentos do Médio Mearim. Nas fontes coletadas nos arquivos eclesiásticos e da ACR, identificamos que o ocorrido em Aldeia do Odino foi classificado enquanto chacina. Infere-se que isto ocorra por causa do impacto, comoção e notoriedade que recebeu a invasão de 1988. (Ver fotos 33, 34, 35 e 36)

FOTO 33 – CASA DE MANOEL TINTINHO/1988



Fonte: Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988

⁹⁰ Observação: Zé Alberto e João Alberto são duas pessoas.

FOTO 34 – KOMBI DO MORADOR DE ALDEIA DO ODINO/1988



Fonte: Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988

FOTO 35 – CASAS QUEIMADAS NA INVASÃO DE ALDEIA DO ODINO/1988



Fonte: Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988

FOTO 36 – CASAS QUEIMADAS NA INVASÃO DE ALDEIA DO ODINO/1988



Fonte: Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988

No dia 15 de fevereiro, às 11:00 hs, ocorreu o enterro de Trazibe Teixeira da Conceição. A missa de corpo presente, foi presidida por D. Fr. Pascásio Rettler e concelebrada por Fr. Heriberto Rembecki. Compareceram ainda religiosas de várias congregações femininas, posseiros e entidades de apoio. Nesta ocasião D. Fr. Pascásio Rettler, retirou do peito o crucifixo que usava e colocou no caixão junto ao corpo do posseiro assassinado.

Dom Pascásio Rettler tornou-se durante os 22 anos de seu tempo de Pastor da Diocese de Bacabal, o defensor dos humildes e pobres lavradores sem-terra. Tornou-se uma voz incômoda, pois não se calava diante das muitas injustiças e de grande violência. Ficou para sempre registrado o seu grande gesto profético, quando no dia 15 de fevereiro de 1988, no enterro do lavrador Trazibe, que foi morto em Aldeia, povoado de Bacabal, pelos pistoleiros do fazendeiro, colocou a sua cruz peitoral de bispo, que tinha recebido do Cardeal Jaeger, no caixão do mártir (Revista Voz da Esperança, Fr. Heriberto Rembeki, 2004, p.27).

As imagens seguintes foram retiradas no enterro de Trazibe Teixeira da Conceição.
(Ver fotos 37 e 38)

FOTO 37 – MISSA DE CORPO PRESENTE DE TRAZIBE DA CONCEIÇÃO/1988



Fonte: ACR/Bacabal - MA, Aldeia do Odino, 1988

FOTO 38 – ENTERRO DE TRAZIBE DA CONCEIÇÃO/1988



Festival do Lavado das Traje da Conceição, ostenta
da escola de Paróquia Aldeia

Fonte: ACR/Bacabal - MA

No dia 17 de fevereiro de 1988, posseiros e entidades de apoio se reuniram numa caminhada em manifestação pelas ruas de Bacabal em direção a catedral Santa Teresinha. A caminhada foi feita em silêncio, sendo quebrada apenas pelas batidas de tambores em alguns momentos. Os posseiros carregaram sete caixões, representando sete trabalhadores rurais assassinados. No dia 20 de fevereiro foi realizado mais uma caminhada, desta vez saiu do Povoado Sítio Novo em direção a Aldeia do Odino, onde foi celebrada a missa de 7º dia de Trazibe da Conceição (Relatório, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988, fl.04). (Ver fotos 39, 40 e 41)

FOTO 39 – ATO EM PROTESTO E SOLIDARIEDADE CONTRA A VIOLÊNCIA NO POVOADO ALDEIA DO ODINO/1988



Fonte: Rembecki, Fr. Heriberto, Aldeia do Odino/1988

FOTO 40 – PASSEATA DOS POSSEIROS PASSANDO EM FRENTE À FAZENDA/1988



FOTO 41 – ATO EM PROTESTO E SOLIDARIEDADE CONTRA A VIOLÊNCIA NO POVOADO ALDEIA DO ODINO/1988



Fonte: Rembecki, Fr. Heriberto, Aldeia do Odino/1988

As caminhadas contaram com a participação dos posseiros, quebradeiras de coco, D. Fr. Pascásio Rettler, de clérigos da Província Franciscana, religiosos e religiosas de várias congregações. Este conflito teve grande repercussão, sendo veiculado pelas imprensas nacional e internacional. A Polícia Federal foi acionada para colaborar com a Polícia Militar para assegurarem a vida dos posseiros e investigar o caso.

Um grupo de posseiros, depois da invasão a Aldeia do Odino invadiram armados a fazenda de Zé Alberto, que solicitou ao estado que resolvesse a situação. Na narrativa dos posseiros, eles acreditavam que invadindo a fazenda, o estado resolveria a situação deles. Posteriormente ocuparam o INCRA em São Luís, homens, mulheres e crianças, ajudados pelas comunidades e pela ACR, fretaram um ônibus e foram para o INCRA, onde ficaram acampados por 15 dias.

A repercussão, foi grande. Todo dia tinha repórter, tinha gente. E como o conflito foi em nível nacional, passou até no jornal nacional. E até aquela época não tinha resolvido. Eles se comprometeram que a gente voltasse para a comunidade, que eles iam resolver mesmo. E deram um documento lá para a gente, pedindo que a gente desocupasse o INCRA e que eles iam resolver. Deram o documento de Posse de Terra. Aí, agora a terra é de vocês. E aí quando a gente chegou e mandaram a CONAB, fizeram uma barraca comunitária. E enfim, tentaram dar apoio. Mesmo pouquinho, mas deram, o governo (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

Inicialmente a ajuda para a reconstrução das casas dos posseiros foi dada pela ACR⁹¹, pelo sindicato e outras comunidades, que também fizeram doações de madeira, móveis, roupas, alimentos etc. De acordo com o entrevistado, quando 10 casas ficaram prontas, o estado⁹² enviou madeira e telhas para a reconstrução das casas. Após diversas reivindicações dos posseiros e das intervenções das entidades de apoio, foi liberada uma área de 600 ha. de terra em Aldeia do Odino. O Governo Federal, desapropriou a área, cuja posse foi emitida pelo Ministério da Reforma Agrária - MIRAD e entregue à comunidade em 12 de outubro de 1988 (Relatório, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1988, fl.5).

Pra fazer essas casas. Na época eu era o presidente da comunidade. Pra fazer as casas. Só fazia 18 casas. Por causa do tanto de terra, segundo a lei deles lá do INCRA, não pode fazer, 60 casas. E aí não fazia, não fazia... pois eu disse: não quero só essas casas não. Ou faz pra todo mundo, ou não faz pra ninguém. Aí a gente arrecadava dinheiro, ia lá, cobrava de novo do INCRA. Aí disseram: pois a gente vai fazer o seguinte, vocês são muito exigentes. A gente vai tirar dinheiro de outras comunidades e colocando lá até dá as 60. E assim fizeram (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

⁹¹ O levantamento (inventário) dos danos causados pela invasão de 14 de fevereiro, foi feito pela ACR/Bacabal.

⁹² O governador em exercício era Eptácio Cafeteira.

A comunidade foi incluída no Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA e as 60 famílias que fizeram parte do conflito em Aldeia do Odino foram cadastradas no INCRA. Segundo o entrevistado, os 604 ha. de terras que receberam não era suficiente para todas as famílias. Assim depois de muitas discussões em comunidade decidiram que todos ficariam na área sem dividi-la, “ficou todo mundo comunitário”. Assim, todos tinham o direito de morar e trabalhar, mas sem demarcá-la⁹³ (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino, 2022).

Os entrevistados falaram também dos impactos psicológicos para a comunidade. Não houve suporte para cuidar dos traumas, causados pela violência que a comunidade vivenciou durante anos. Assim, homens, mulheres e crianças precisaram conviver com os resquícios da violência, mesmo depois de terem conquistado o direito de posseiro. O entrevistado Canuto falou sobre os traumas que ficaram na comunidade, relatou que ficou o trauma das mortes dos companheiros de luta da invasão de 1988, dos confrontos e dos dias que ficaram sem ter onde dormir porque suas casas foram incendiadas.

Pra comunidade foi impactante... eu quando escutava qualquer estralo, qualquer coisinha, já ficava nervoso, parece que aquele estralo estava na minha cabeça. Como se fosse um tiro. Passou foi tempo... Até hoje, porque nós que vivemos essa dificuldade dessa luta, nós temos trauma (Entrevista, Canuto, Aldeia do Odino/Bacabal, 2022).

Esta comunidade especificamente foi marcada por outras violências após a conquista da terra. Segundo Beneval Silva, principalmente os homens ficaram mais agressivos, muitos se envolveram em brigas e acabaram sendo mortos. O entrevistado afirmou que os homens não dialogavam mais com as pessoas, qualquer discussão resultava num ato de violência corporal.

Ahh é violento, violentíssimo mesmo. Se falasse alto já era. Se mexesse com um aqui. Se você chegasse na entrada do povoado, você olhasse com a cara ruim pra um. Imediatamente aqui todo mundo sabia. A pressão era grande. Se eu não tivesse lá para chegar e dizer: isso aqui não é assim gente. Aí por conta disso, todo mundo morreu, morreram tudo (Entrevista, Beneval Silva, Aldeia do Odino, 2022).

O entrevistado destacou que sua formação política através das entidades de apoio e o fato de ter saído para estudar fora do povoado, juntamente com seu irmão, após a conquista da terra, os favoreceram no sentido de serem mais cautelosos e não terem se tornado pessoas violentas. Algumas pessoas, caso do entrevistado, tinham o poder de liderança na comunidade,

⁹³ Atualmente, precisaram dividir as terras, para que o INCRA emita a documentação de cada lote. Segundo Beneval Silva, a área dividida dá o equivalente a 8 ha. para cada família.

eram articuladores da luta, este elemento de certo modo foi significativo para a postura e diálogo junto à comunidade. Como exemplo, as famílias do povoado continuaram o processo de luta após a invasão de 1988, a articulação política dos posseiros e quebradeiras de coco precisou continuar. Em outras comunidades esta articulação se encaminhou de modo diferente, caso das comunidades pertencentes ao município de Lago do Junco, que iniciou uma luta para eleger na política partidária pessoas da comunidade, e fundaram a cooperativa para tornarem-se autônomos no extrativismo e comercialização dos produtos produzidos pela comunidade.

5.5 LAGO DO JUNCO: CONFLITO DE TERRA EM SÃO MANOEL - 1986

Por que o povo não tem amparo legal? Eles moram na área há mais de trinta anos e sempre plantavam. O melhor testemunho é Adelino Barbosa que comprava o produto. O que tira o amparo legal do povo é o fato de não terem reagido contra uma cerca que não devia ser feita. A falta foi deixar a cerca em pé, e agora o crime é botar a cerca no chão. A juíza fala de esbulho e invasão, mas quem foi que tomou o direito do povo anos atrás? A juíza condena quem derruba uma violência, mas não condena quem construiu uma violência (Temme, Fr. Adolfo. Crônica São Manoel, 1986, fl.02).

No São Manoel mora o Raimundinho, de 5 anos, que não tem mais nada de menino. Perguntei: O que você sabe rezar? E ele rezou uma Ave Maria diferente que o pai ensinou: Santa Maria, Mãe de Deus, tomara que ninguém morra nesta luta, nem saia. Amém (Temme, Fr. Adolfo. Crônica São Manoel, 1986, fl.05).

Os dois trechos supracitados relatam o conflito de terra no povoado São Manoel, pertencente ao município de Lago do Junco. Na primeira citação, a crônica foi escrita em maio de 1986, onde o cronista relata em tom de denúncia as ameaças direcionadas à comunidade. A segunda citação, trata-se de uma segunda crônica referente a São Manoel escrita em agosto de 1986, após a invasão à comunidade que resultou na expropriação de todas as famílias do povoado.

Assim, como outras comunidades que vivenciaram conflitos de terra no Médio Mearim, o povoado São Manoel foi fundado por migrantes que buscavam terras livres para morar e trabalhar. Não há registros de quando chegaram as primeiras famílias no local, mas em 1986, período dos confrontos entre os posseiros e o fazendeiro, havia 26 casas, a capela, construída em 23 de setembro de 1984, casa de forno, cemitério e delegacia sindical, estruturada em 1985 no povoado.

Segundo Antonino, liderança da comunidade no período dos conflitos (73 anos), todos tem o direito de lutar pela sobrevivência. Uma vez que a área do povoado já estava cercada e não havia mais espaço para as roças, a comunidade de São Manoel (homens e mulheres) se

juntaram em mutirão e foram quebrar coco na solta. O entrevistado afirmou, que tiveram a autorização do fazendeiro para juntar o coco. Mas ao chegarem em casa tinha uma intimação que chegou dia 7 de outubro de 1985. Sendo que a audiência estava marcada para o dia 9 do mesmo mês. Foram intimados, Antonino, Milton Vieira e seu Flor do Centrinho do Acrísio. Eles compareceram na audiência e foram acusados pelo delegado de estarem roubando, responderam que não era roubo, apenas estavam trabalhando pela sobrevivência.

O delegado despachou os intimados e disse que estavam proibidos de juntarem os cocos do fazendeiro, “quem tem as pernas mais compridas que corra mais”. Antonino afirma, que voltaram para casa reflexivos com a frase que ouviram do delegado. Discutiram na delegacia sindical o que poderia significar aquela frase, e chegaram à conclusão que se tratava do fazendeiro, “ele tinha as pernas mais compridas”, porque tinha poder econômico maior, assim era ele quem mandava em tudo.

No dia 7 de fevereiro de 1986, os posseiros decidiram quebrar os cocos novamente. No caso de São Manoel, os chamados mutirões para a quebra do coco, era realizado por homens, mulheres e crianças. Diferente de outras comunidades que eram realizados, sobretudo por mulheres para evitar maiores violências. Antonino relatou que chegaram na área, quebraram coco e colocaram fogo nas cascas para fazer carvão no local. Poucos dias depois, chegou outra intimação, datada para o dia 22 de março de 1986, um dia de sábado. Desta vez os intimados foram, Antonino, Milton Vieira, Francisco Vieira Lima, Abimael e Francisco Amaro vulgo “Chico Camaro”.

Nós fomos 86 pessoas. Quando chegamos lá na delegacia do Lago dos Rodrigues, porque a delegacia era lá. O município era Lago do Junco, mas a delegacia era Lago dos Rodrigues. Passamos pela feira e o povo queria saber o que era. Descemos para a delegacia e eles acompanharam. Chegou lá, o soldado estava com a mão na porta, a gente bateu no braço dele e entremo na delegacia. (risos) O delegado falou: só quero aqui os intimados, aí povo vibrou... Nós falamos: “todos os intimados somos nós”. Eu só quero aqui os que quebraram os cocos. Quem quebrou os cocos foi nós. “Pois vão atrás do presidente do sindicato de vocês!” O presidente do sindicato não quebrou coco, quem quebrou coco foi nós. “Como é que eu resolvo um negócio desses aqui?” Não tem como resolver. Vocês estão despachados, podem ir embora. Aí a gente saiu no meio da rua gritando “**Nosso direito vem, nosso direito vem**” (Entrevista, Antonino, São Manoel/Lago do Junco, 2022, grifo nosso).

Após a segunda intimação, a comunidade de São Manoel se reuniu com outras comunidades, pediram apoio e decidiram enfrentar o fazendeiro, a partir daquele momento eles lutariam por terra. Depois de tomarem a decisão, reuniram um grupo de homens e foram conversar com o proprietário e pediram terra para trabalhar. De acordo com o entrevistado, a resposta do fazendeiro foi que ele não tinha terra para eles, somente para o seu gado. Deste

modo, a comunidade avisou aos clérigos da Província Franciscana, ao bispo, a ACR e aos outros povoados que iriam entrar nas terras e trabalhar, mesmo sem permissão.

No dia 11 de abril de 1986 entraram na terra, roçaram e plantaram feijão e macaxeira, e derrubaram a cerca da fazenda. Antonino, lembrou que foi no período da organização dos latifundiários através da UDR e relatou que foi o pior período da sua vida. Em suas palavras foi um período de terror que a comunidade vivenciou. Como represália ao mutirão, foram intimados pela terceira vez, assim sete homens foram convocados a comparecer na delegacia.

Fomos intimados novamente, para o dia 29 de abril de 1986. Quando nós chegamos lá, demorou pouco... foi intimado Antonino, Milton Vieira, Antonio Leite, Antonio Clô (dirigente do Centrinho), Netinho, Francisco Amaro e Raimundo Ermino Neto que era o dirigente daqui. Nós fomos atender esse convite. Chegamos lá, começou a audiência as 9:00 hs, e marcou presença Francisco Sales (presidente da FETAEMA), o deputado Aroldo Saboia (Deputado Estadual), Dr^a Elizabeth e Dr^a Conceição Andrade (advogadas) e o presidente do Sindicato do Médio Mearim, Antonio Medina. Fomos dando o depoimento. Quando deu sete horas da noite... Mas, 3 horas da tarde começou a chegar fazendeiro, quando deu sete horas da noite, a delegacia estava cheia de fazendeiro do lado de fora. O delegado da época era Dr. Paulo Augusto. E tinha um advogado chamado Dr. Elias, que era advogado dos fazendeiros. O resultado, quando deu sete horas da noite, eles disseram: tem que arrancar as unhas desses cachorros que é pra eles descobrirem quem está organizando eles desse jeito. Eles batiam nas paredes e na janela! E tem que decidi hoje, que não mexe mais nessa terra. Aí a Dr^a. Conceição Andrade e Dr^a. Elizabete negociou com o delegado (Entrevista, Antonino, São Manoel/Lago do Junco, 2022).

Os posseiros foram liberados e orientados a discutirem em comunidade o que eles fariam. No dia 5 de maio teriam que dar uma resposta para o presidente da UDR, Dr. Rubens, sobre as decisões da comunidade. O entrevistado relatou que precisaram sair escoltados do local. A advogada da AJULAV, juntamente com os representantes da FETAEMA se posicionaram atrás dos posseiros e a polícia atrás dos fazendeiros. O grupo de posseiros se dirigiu para a Paróquia de Lago da Pedra e ficaram escondidos lá durante a noite.

5:00 hs da manhã, o Frei Adolfo chamou nós, botou nós no carro e deixou nós na fazenda São Raimundo, de quem vem de Lago da Pedra pra Bacabal. Tem um povoado que chama Fazenda São Raimundo. Fomos pelo igarapé até chegar no Centrinho do Acrísio e fomos esbarrar lá na casa do Antônio Leite. E lá tomemos um folego, sentemos e discutimos (Entrevista, Antonino, São Manoel/Lago do Junco, 2022).

Apesar de todas as represálias, a comunidade São Manoel decidiu continuar resistindo. Escreveram uma carta, auxiliados pelo presidente do Sindicato do Médio Mearim e se direcionaram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bacabal. Porque não era seguro procurar o sindicato de Lago da Pedra. Reuniram-se com o Deputado Estadual Aroldo Saboia, o presidente da FETAEMA e o presidente do sindicato, e entregaram a carta da comunidade, intitulada: “A luta continua”.

Diante da decisão da comunidade, os fazendeiros reagiram e os posseiros receberam uma nova intimação, mas os homens estavam escondidos na mata. No dia 21 de julho a polícia entrou no povoado com 5 viaturas, com ordem para expropriar as famílias. O povoado foi avisado por um morador de Ludovico que conseguiu chegar de bicicleta antes da polícia, porque a estrada era ruim para a passagem dos carros. De acordo com Antonino, por volta de 11:30 hs todos as pessoas correram, levando as crianças, as panelas com comida e água, assim todos fugiram. Não encontrando ninguém, os policiais abordaram três homens na estrada e obrigou um deles a assinar um documento, confirmando que eles estiveram no local. Logo após a saída dos policiais, a comunidade reuniu um grupo de homens e foram para Bacabal denunciar aos agentes pastorais e entidades de apoio, a ação da polícia (Temme, Fr. Adolfo. Crônica São Manoel, 1986, fl.2).

No dia 06 de agosto de 1986, 8:00 hs, o povoado foi invadido pela polícia, pistoleiros, o fazendeiro e seu filho. Os homens fugiram para a mata e as mulheres ficaram no local. De acordo com as fontes (Crônicas e relatórios), na chegada os “invasores” cortaram um cacho de banana plantada no quintal de um posseiro e colocaram no carro. Posteriormente foram em todas as casas e ordenaram para as mulheres retirarem todos os pertences das casas em 5 minutos, porque elas seriam derrubadas. Na ação, humilharam as mulheres e apontaram armas para elas e as crianças. Os policiais disseram às mulheres que estavam lá para protegê-las e que não podiam fazer nada, porque o dono das terras não queria eles na área.

O povo resistiu até quando pôde, e os carrascos acharam ruim que a vítima deu trabalho para morrer. Vamos ligeiro, que nós não viemos aqui para aguentar abuso. Estamos cumprindo ordem. As casas iam caindo, enterrando panelas, potes e mesas. Quem puxava as casas com caminhão era o filho de um fazendeiro. Chegou a vez da Capela e o profanador falou: Esta casa foi a escola onde o povo aprendeu a tomar a terra dos outros. Quem nunca vai, pode aprender a lição? Mas realmente esta escola ensinou: Quem tiver duas camisas, dê uma para quem não tem. Na última hora uma mulher entrou e tirou o Cristo. A Igreja deu trabalho para derrubar e foi preciso cortar as forquilhas de machado (Temme, Fr. Adolfo. Crônica São Manoel, 1986, fl.02).

A notícia da expropriação em São Manoel chegou a Bacabal, onde os padres estavam reunidos na Assembleia Diocesana. D. Fr. Pascásio Rettler interrompeu o encontro e falou que continuariam a Assembleia em São Manoel. Clérigos, membros da ACR, líderes sindicais, religiosas e leigos se dirigiram em 11 carros para o povoado. O bispo tentou dialogar com o fazendeiro ao chegar, mas ele não quis escutá-lo. Não podendo fazer nada, arrumaram um espaço embaixo de uma mangueira para rezar.

Quando voltamos para as mangueiras, vimos um triste espetáculo: um infeliz amarrando o cabo de aço na forquilha de uma casa, o caminhão puxando e a polícia guarneecendo a ação. Quando a casa caiu, ouvimos gargalhadas, Dom Pascásio vendo

aquilo, lançou a maldição no nome do Deus Altíssimo: Deus te destruirá assim como destruístes a casa dos pobres. – O que nós podíamos fazer? Procuramos uma mesa velha e colocamos uma janela em cima que servia de altar. E celebramos a missa no lugar dos insultos, na presença dos algozes. O fazendeiro ainda quis se justificar: 100 casebres destes não vale uma casa minha. Era impressionante ver: 19 casas destruídas e os pertences eram tão poucos que não ia encher a casa de um rico. Nisto o fazendeiro teve razão. O que as famílias perderam foi muito pouco, mas era tudo o que eles tinham (Temme, Fr. Adolfo. Crônica São Manoel, 1986, fl.02).

Os posseiros e agentes pastorais, atribuem o assassinato de Antônio Fontenele, em 17 de maio de 1986, ao conflito de terra em São Manoel. Apesar do posseiro ser morador do povoado Centro do Aguiar (município de Lago do Junco), que também estava em conflito, os atores sociais destacaram que ele foi assassinado porque era um dos apoiadores no conflito de São Manoel⁹⁴. (Anexo J) Nas palavras de Fr. Adolfo Temme, “O fazendeiro diz que não tem nada com essa morte. Mas quem foi que deu rancho e comida para os assassinos e quem pagou a munição? E o Antonio se entrou na lista de morrer porque na opinião do prepotente fazendeiro tinha ajudado a São Manoel” (Temme, Fr. Adolfo. Crônica São Manoel, 1986, fl.02).

Ao término da ação havia 19 casas derrubadas. No dia 08 de agosto de 1986, os funcionários do fazendeiro fecharam a estrada com arames farpados, outra estrada antiga, entupiram três poços e colocaram o gado para entrar nas roças de feijão e mandioca dos posseiros. (Ver fotos 42, 43, 44, 45 e 46)

⁹⁴ Antonio Fontenele, tinha 25 anos quando foi assassinado no Centro do Aguiar, numa invasão dos chamados pistoleiros que entraram atirando na manhã do dia 17 de maio de 1986. Os moradores do povoado fugiram e o corpo ficou sendo vigiado pelos chamados pistoleiros até que alguém fosse buscar. Só liberaram o corpo à tarde, quando os moradores de outros povoados foram buscá-lo (Relatório, São Manoel, Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, 1989, fl.01).

FOTO 42 – CHEGADA DOS AGENTES PASTORAIS EM SÃO MANOEL/1986



FOTO 43 – CHEGADA DOS AGENTES PASTORAIS EM SÃO MANOEL/1986



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, São Manoel, 1986

FOTO 44 – CASAS DE POSSEIROS DERRUBADAS EM SÃO MANOEL/1986



FOTO 45 – MISSA DE DESAGRAVO NO MOMENTO DA INVASÃO EM SÃO MANOEL/1986



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, São Manoel, 1986

FOTO 46 – MISSA DE DESAGRAVO NO MOMENTO DA INVASÃO EM SÃO MANOEL/1986



Fonte: Temme, Fr. Adolfo, São Manoel, 1986

As mulheres de São Manoel, expropriadas foram morar na casa de outras pessoas fora da área do conflito e os homens ficaram escondidos na mata. Deixaram para traz suas plantações, animais e a escola, que foi a única construção que não foi derrubada, onde foi montado um QG da polícia. Esta continuou vigiando a área até dia 2 de novembro de 1986 e os funcionários do fazendeiro ficaram até meados de março de 1987. Mas os posseiros continuaram buscando apoio do INCRA e do ITERMA para resolverem a situação, enquanto continuavam escondidos na mata.

No dia 27 de março, os posseiros, não suportando mais a situação decidiram retornar para o povoado São Manoel. Antonino relatou que conversaram e muitos tinham medo de voltar. Então entraram primeiro os homens e começaram a reconstruir as casas, feitas de palha dos babaquais. Assim em julho, todas as casas estavam prontas.

Dia 17 de julho, eu disse pra mulher bem cedo... [choro⁹⁵]... Mulher nós não vem mais pra cá, e ela perguntou: e tu vai pra onde? Pra casa, vou pra minha casa. Ela falou: “eu não vou levar meus filhos pra morrer lá”. Morre não, Deus não deixa não. “Se entrar jagunço e polícia mata todo mundo”. Mata não, Deus não deixa não. É o seguinte, se tu quiser ir, tu vai e eu já vou. Deu umas horas ela chegou com a vassoura, varrendo a casa e acendeu o fogareiro. Os outros foram chegando... não entrou mais polícia, não entrou mais jagunço, mas nós vigiando. As outras comunidades ajudando e a gente respondendo só na justiça (Entrevista, Antonino, São Manoel/Lago do Junco, 2022).

A comunidade permaneceu em estado de alerta até o dia 18 de fevereiro de 1991, quando o estado comprou a área. Após 6 anos de resistência e luta a comunidade de São Manoel foi assentada. Receberam uma carta de Fr. Adolfo Temme com a notícia que a área havia sido comprada pelo estado. O entrevistado pontuou que as intervenções das entidades de apoio foram fundamentais no processo de luta da comunidade. Nas palavras de Antonino, “Graças a Deus, a Igreja católica que sempre esteve ao lado dos pobres. Se não fosse dar apoio aos pobres, não sei o que era de nós. Mas a Igreja Católica, quando as casas eram derrubadas, eles mandavam alimentação [...], ajudou no que puderam” (Entrevista, Antonino, São Manoel/Lago do Junco, 2022).

5.6 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DE POSSEIROS E QUEBRADEIRAS DE COCO APÓS A CONQUISTA DA TERRA

Após a conquista da terra, as quebradeiras de coco e posseiros do município de Lago do Junco começaram a discutir o modo como eles se sustentariam a partir daquele momento. Como lutariam por políticas públicas, educação, saúde, trabalho etc., para a melhoria da região. As mulheres pretendiam continuar a extração do babaçu, mas não queriam depender dos atravessadores, porque sobrava muito pouco para elas. Começaram a se organizar para regularizarem uma associação de mulheres, porque consideraram que o Grupo de Mães, não corresponderia às novas perspectivas.

Assim foi fundada a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco - AMTR (Fundação: 1989), para garantir os direitos das mulheres e proteger os babaçuais. Atualmente foi incorporado também o município de Lago dos Rodrigues. Foi pensada uma associação que preservasse a identidade das quebradeiras de coco da região e que pudessem ser autossustentáveis. Fundaram também a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do

⁹⁵ Em alguns momentos, os entrevistados se emocionaram. Respeitamos o tempo até sentirem vontade de falar, e perguntamos se eles gostariam de prosseguir, caso contrário encerrariamos a entrevista. (Todos continuaram)

Maranhão - ASSEMA (Fundação: maio de 1989), esta última tinha como perspectiva prestar assistência técnica em assentamentos de reforma agrária. Além disso, as quebradeiras de coco também ajudaram a fundar o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, que abrange os estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Uma proposta que surgiu a partir das discursões da AMTR, depois dos intercâmbios que as quebradeiras de coco passaram a fazer com outros estados (Entrevistas, Ildo Lopes; Naná, Ludovico, 2022).

De acordo com Ildo Lopes, a comunidade continuou passando fome, porque os comércios que ficaram, ainda cobravam preços altos pelos produtos de subsistência. Destacou ainda que estavam malvistos pela sociedade, uma vez que eram classificados enquanto invasores e agressores por causa dos conflitos de terra. Assim começaram as discussões para fundarem uma cooperativa na comunidade. Para não precisarem passar pelo intermediário, pelos “bodegueiros” e terem autonomia de comercializar direto com as usinas. Então começaram a juntar e quebrar o coco de forma coletiva e levar para as usinas. Mas a oferta era em pequena escala e não atendia a necessidade do comércio, ainda que a qualidade do produto fosse um dos melhores.

Na época, ainda na década de 80, nós tivemos um bispo, Dom Pascásio que era um bispo progressista, revolucionário. Ele, assinou um projeto para que a ASSEMA pudesse ter junto à cooperativa, alguns atendimentos, como tem a cantina⁹⁶ hoje aqui. De atendimento dessas pessoas, tanto para comprar a produção, como vender a mercadoria de subsistência. Só para vocês verem o tamanho da pobreza que a gente tinha até na cabeça, eu vou pedir desculpa para vocês, era fumo. O povo todo vivia de fumar, aí ficava... Desses 4, aí a gente. Imagina o que que nós achava, café, açúcar, sal, aí não tem mais nada de vantagem pra você escolher. Hoje nós temos aí chegando 2000 itens na cooperativa. Mas saía para vender a nossa produção. Juntava e ia vender fora. Entregava para terceirizar. Ele pagava ainda do jeito que queria. Tirava ainda era os gastos dele de vir buscar aqui. Não dando em nada. Aí começamos a vender fora: São Luís, Codó, Caxias, Teresina. E quando a gente ia vender a nossa capacidade era tão pequena que eles achavam boa, porque nós tínhamos uma qualidade. Da produção. A qualidade da produção de vocês é muito boa. É a melhor que a gente Compra. Mas se nós depender de funcionar com a produção de vocês, nós fecha, nós não trabalha nem 1 hora. Então pra nós, não tem um sentido, então pra vocês, nós não pode nem melhorar o preço, que nós prefere melhorar pra quem tem a produção de má qualidade, mas que tem um volume maior. E aí cada dia que se passa, se a gente não tivesse uma resistência para se manter nessa luta. A gente tinha caído do cavalo, assim como os outros sócios, dos 63 pra frente. A gente tinha desistido no caminho, mas nós insistimos. E a gente conseguiu sair dessa situação, junto a algumas empresas da Europa, elas nos conheceram, aí começaram a nos ajudar (Entrevista, Ildo Lopes, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

⁹⁶ As cantinas estão distribuídas por diversos povoados de Lago do Junco. São pequenos comércios com produtos de subsistência que atendem a comunidade, além dos produtos produzidos pela COPALJ, como óleo, sabonete, azeite, mesocarpio e carvão vegetal.

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco - COPALJ, foi fundada em 1991, com 217 sócios, mas ao longo do processo somente 63 sócios seguraram o investimento. A cooperativa foi financiada pela MISEREOR⁹⁷, através de um projeto inscrito pela ACESA⁹⁸ para a comunidade de Lago do Junco. A Cooperativa movimentou a economia local, gerou empregos, favoreceu políticas públicas como as Escolas Famílias Agrícolas - EFA's presentes em Lago do Junco e Lago da Pedra. Além da participação política, onde a quebradeira de coco Maria Elaide foi eleita vereadora na década de 1990 e lançou a proposta da “Lei do Babaçu Livre”, aprovado nos anos 2000⁹⁹ (Entrevista, Naná, Ludovico/Lago do Junco, 2022).

⁹⁷ Entidade organizada pelos bispos da Igreja Católica na Alemanha, cujo objetivo é financiar projetos para combater a pobreza na América Latina, África e Ásia. (Ver: misereor.de)

⁹⁸ A Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura - ACESA, é uma organização não governamental, com sede no município de Bacabal/MA e com atuação regional. Foi fundada em 1986, pela iniciativa de Fr. Klaus Finkam (Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção). O objetivo inicial era atender as comunidades do Médio Mearim que haviam vivenciado os conflitos de terra. Atualmente é dirigida por agricultores familiares e assessorada por uma equipe de técnicos e extensão rural, tem como objetivo a promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia e economia solidária (Relatório, ACESA, 2023).

⁹⁹ Ver: SILVA, Linalva Cunha Cardoso. **Quebradeiras de Coco Babaçu, organização e mobilização política no Lago do Junco e Lago Dos Rodrigues, região do Médio Mearim (MA): a experiência da fábrica de sabonete**. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, São Luís, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese buscamos discutir aspectos históricos, teóricos, políticos e sociais que atravessaram a questão rural e agrária no Brasil, com foco na região do Médio Mearim-MA. A má distribuição de terras que resultou numa série de conflitos ao longo das décadas de 1970 a 1990, recorte temporal de interesse desta pesquisa é resultado de uma série de fatores sociais, econômicos e políticos, nacionais e globais. Alguns dos principais fatores que provocaram tensões e conflitos no campo brasileiro trata-se da concentração fundiária, um problema que atravessa décadas de história. A relação entre a ditadura militar e a questão agrária pode ser observada em vários momentos no país, onde as políticas não favoreceram o camponês. Pelo contrário ampliaram o capital de uma classe burguesa, garantindo grandes quantidades de terras para seus empreendimentos, financiados por projetos econômicos dos governos federais e estaduais. Já que o Brasil passava na década de 1970 por um crescimento econômico significativo, resultado dos investimentos internacionais, o chamado “milagre econômico”.

Com a mobilização de diversos setores da sociedade, exigindo respostas para os problemas socioeconômicos do país, foi sancionado o Estatuto da Terra em 1964, que teve um papel importante na luta pela terra, sobretudo das populações do campo. Ainda que se tenha criado em um regime autoritário e com brechas para favorecer os empreendimentos de grandes ruralistas, pensando na exploração e expansão do capitalismo. Mesmo com a pouca ênfase que o regime militar deu para cumprir as leis do Estatuto, os trabalhadores rurais puderam através da Lei reclamar por seus direitos.

No período que compreende a abertura política, vários setores da sociedade se organizaram para reivindicar melhores condições salariais, direito à terra e direito à liberdade de expressão. Respaldados por este movimento que pedia o fim da ditadura os sindicatos ganharam mais força. As Ligas Camponesas, setores da Igreja Católica e outros partidos políticos e movimentos do campo, pressionavam o governo para que suas reivindicações fossem atendidas. A resposta do governo às pressões dos movimentos do campo foi a criação do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, criado no ano em que o Brasil retomava o direito a democracia em 1985.

O Maranhão foi marcado por conflitos de terra em várias regiões. No Médio Mearim estes conflitos foram marcados pela violência e luta de posseiros e quebradeiras de coco, que reivindicavam o direito de permanecer nas terras. Os posseiros ameaçados de expropriação reclamavam que a terra era deles por direito, porque eles é quem beneficiavam a terra com o

seu trabalho. Ainda que os registros dos conflitos tenham sido datados da década de 1970, as fontes aqui utilizadas responderam que na década de 1950, já havia um processo de expropriação das famílias do campo. Os anos 1970 receberam mais visibilidade, por causa dos grandes empreendimentos de latifundiários, que não aceitavam mais os posseiros nas terras que haviam comprado ou adquirido pelas relações de amizade ou por meio da grilagem.

Cansados de serem obrigados a pagar rendas exorbitantes para fazendeiros, os posseiros começaram a se organizar em sindicatos, delegacias sindicais e movimentos pastorais para reclamarem o direito de posse da terra. A região aqui estudada foi atravessada pela mediação da Igreja Católica que no período era gerida por padres alemães. Em sua trajetória pastoral estes clérigos tinham trabalhos voltados para a educação, saúde, religiosidade e para as populações do campo. Com o aumento dos conflitos nos municípios atendidos pela diocese de Bacabal, os clérigos juntamente com outros agentes pastorais e as populações do campo levantaram a bandeira da reforma agrária, bastante discutida no período de abertura política e redemocratização do país.

Os efeitos dessa luta foram um número assustador de assassinatos no Médio Mearim, tanto de posseiros como dos chamados jagunços ou pistoleiros. Por outro lado, a resistência e luta pela terra dos posseiros resultou na conquista da terra, na criação de associações e cooperativas. Alguns povoados, a exemplo do Centro do Zé Machado, pertencente ao município de Lago da Pedra não houve conflitos. A Província Franciscana comprou a área dos posseiros e entregou para eles para evitar o conflito, isto ocorreu em outros povoados também. Em outros casos o Estado comprou as terras devolutas e assentou os posseiros. Mas houve também muitos povoados que desapareceram. Onde não houve uma resistência mais efetiva, os fazendeiros transformaram os povoados em pastagens para o gado.

Algumas dessas especificidades dos municípios de Bacabal, Lago da Pedra, Lago do Junco, Paulo Ramos e Pio XII, só foi possível perceber através das fontes escritas e orais aqui analisadas. Sendo um dos poucos trabalhos que teve a possibilidade de analisar os conflitos de terra no Maranhão através da multiplicidade de fontes, sobretudo de registros eclesiásticos e entidades de apoio aos posseiros, como exemplo a Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR e a Assistência Jurídica aos Lavradores - AJULAV, as duas estruturadas em Bacabal na década de 1980 para atender a demanda dos conflitos no campo do Médio Mearim.

Outro aspecto importante da luta pela terra no Médio Mearim é a resistência das quebradeiras de coco, que proibidas de extraírem o coco babaçu, começaram a se organizar em grupos e discutir políticas públicas para reclamar o direito de acesso livre as áreas de babaçuais.

O resultado dessa luta foi a criação da Lei do Babaçu Livre, Lei n.01/2000, uma iniciativa das quebradeiras de coco do município de Lago do Junco no final da década de 1990, sendo sancionada em 2000. Onde toda área de preservação de babaçu em Lago do Junco, ainda que esteja sob o domínio de fazendeiros, por Lei não deve ser privada.

Mesmo após a conquista da terra, como denominam os posseiros e quebradeiras de coco, outra iniciativa da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção foi a criação de uma entidade para continuar dando apoio ao posseiro. Trata-se da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura do Médio Mearim – ACESA, criada em 1986 para melhorar as condições de produção dos posseiros e a renda das famílias, fornecendo apoio técnico de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. A Ação dos Cristãos no Meio rural - ACR, também criou projetos para dar assistência às viúvas e filhos de posseiros que foram assassinados nos conflitos de terra do Médio Mearim. Os projetos para viúvas e filhos beneficiaram as famílias na década de 1990 e início dos anos 2000.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS ECLESIASTICOS E ENTIDADES

Ação dos Cristãos no Meio Rural – ACR. **Relatório: Povoado São José do Ricardo.** 1980.

Ação dos Cristãos no Meio Rural – ACR/MA. **Nota de repúdio. A terrível agressão à tiro a José Machado.** 1984.

ACR. João Batista Macedo Sandes, Advogado. **Honorários.** São Luís, MA 09 de ago. 1978.

ACR. João Batista Macedo Sandes, Advogado. **Honorários. São Luís.** MA 29 de out. 1979.

APARECIDA, Cecília *et al.* **O rosto do Maranhão, anúncio e denuncia, seus sistemas políticos e socioeconômico.** São Luís, 1995. p.9. (Apostila).

Boletim Informativo – Arcebispado. **Bispo assume defesa total dos pobres.** São Luís - MA, 01 de abril de 1980.

Boletim Informativo – Arcebispado. **Bispo de Paulo Ramos excomunga grileiros.** São Luís, 18 mar, 1980.

Comissão Pastoral da Terra. **Relatório: Assassinato do lavrador José Machado.** 1984.

D. Fr. Pascásio Retller. **Nota Oficial. Diocese de Bacabal.** 13 de ago. 1986.

Diário Oficial da Justiça. **Ação Discriminatória.** 1977.

Dom João José Motta e Albuquerque. **Carta em apoio aos clérigos de Paulo Ramos.** 1980.

Fr. Adolfo Temme. **Crônica: Desprovidos de qualquer amparo legal - Deus nos acuda.** Lago da Pedra, maio de 1986.

Fr. Adolfo Temme. **Crônica: SÃO MANOEL – ROGAI POR NÓS.** Lago da Pedra, 18 de ago. 1986.

Fr. Adolfo Temme. **Crônica: São Manoel.** 1986.

Fr. Adolfo Temme. Relatório, **Conflito do Ludovico (1987/1988): onde vai terminar isto?** 1988.

Fr. Heriberto Rembecki. **Relatório: Sarney abriu as terras do Maranhão para firmas particulares.** 1991, fl.05.

Fr. Reinhard Kellerhoff und Fr. Heriberto Rembecki. **MIT DEM VOLK UNTERWEGS.** 1985, p.82.

Guilhermina Aguiar. **Relatório, Um pouco da História do Fr. Godofredo.** 2007.

Instituto de Colonização do Maranhão. **Termo de compromisso: Ludovico.** 1988.

Protesto. **Lavradores de Paulo Ramos e Lago da Pedra.** 31 de março, 1980.

Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção. **Biografia: vida de Fr. Godofredo,** ?. fl.02.

Província Nossa Senhora da Assunção. **Relatório: Ludovico.** 1988.

Província Nossa Senhora da Assunção. **Relatório: Paulo Ramos.** 1980.

Província Nossa Senhora da Assunção. **Relatório: Povoado Aldeia.** 1988.

Província Nossa Senhora da Assunção. **Relatório: Povoado São José do Ricardo.** 1980.

Província Nossa Senhora da Assunção. **Relatório: São Manoel.** 1986.

Rembecki, Fr. Heriberto. Advogado dos Lavradores. *In:* D. José Belisário da Silva. **Dom Pascásio, o primeiro bispo de Bacabal.** Revista Voz da Esperança. Boletim informativo da Diocese de bacabal - MA. Ano XIV, nº 60, jan. 2005.

Sandes Macedo (Advogado). **Relatório: terras devolutas do Maranhão.** São Luís/MA, 21 de nov. de 1979.

ARQUIVO, PERIÓDICOS E JORNAIS

DOPS/MA. Série entidades religiosas. **Informe sobre Fr. Godofredo Bauerdick.** nº 06/80. 11/02/1980. cx. 72, maço 6.

DOPS/MA. Série entidades religiosas. **Lista de bispos do Maranhão.** cx. 72, maço 6.

DOPS/MA. Série entidades religiosas. **Pedido de busca.** cx. 72, maço 6.

O Estado do Maranhão. **Intromissão.** 27 de março de 1980.

O Estado do Maranhão. **UDR vai a Cafeteira e desiste de boicote.** 23 de out. de 1982.

O Imparcial. **Posseiros matam jagunço durante emboscada e clima volta a agitar. Fazendeiro afirma que irá contratar sua própria segurança e pede apoio à UDR.** São Luís, terça feira, 24 de nov. **Conflito de terra em Ludovico.** 1987.

O Estado de São Paulo. **José Machado: mais um lavrador martirizado.** São Paulo, 27 de abr. a 03 de maio de 1984.

O Imparcial, São Luís, 18 de março. **Bispo vai ao governador.** 1980.

O Imparcial, 23 de out. **UDR vai ao governador e reivindica tranquilidade.** 1982.

ENTREVISTAS

AGUIAR, Guilhermina: depoimento [set. 2015]. Entrevistadora: Dayane de Sousa Lima. Bacabal - MA. Gravadores sonoros. Coordenadora da Ação dos Cristãos no Meio Rural – ACR/BACABAL-MA.

GOMES, Sebastiana (Sibá): depoimento [abr. 2022]. Entrevistadoras: Dayane Lima e Laryssa Pimenta. Centrinho do Acrísio/Lago do Junco. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Quebradeira de coco/Trabalhadora Rural/Posseira/Sindicalista.

JESUS, Teresinha de: depoimento [ago. 2015]. Entrevistadora: Dayane de Sousa Lima. Bacabal - MA. Gravadores sonoros. Religiosa – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos.

LEITE, Antonio: depoimento [abr. 2022]. Entrevistadoras: Dayane Lima e Laryssa Pimenta. Centrinho do Acrísio/Lago do Junco. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Trabalhador Rural/Posseiro/Sindicalista.

LOPES, Ildo Sousa: depoimento [abr. 2022]. Entrevistadoras: Dayane Lima e Laryssa Pimenta. Ludovico/Lago do Junco. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Trabalhador Rural/Posseiro/Sindicalista.

PEREIRA, Nasira (Naná): depoimento [abr. 2022]. Entrevistadoras: Dayane Lima e Laryssa Pimenta. Ludovico/Lago do Junco. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Quebradeira de coco/Trabalhadora Rural/Posseira/Sindicalista.

REMBECKI, Fr. Heriberto: depoimento [jan. 2023]. Entrevistadores: Adna Soriano; Dayane Lima; Guilhermina Aguiar; Iran Oliveira; Raimundo Alves (Didi) e Rogério. Bacabal - MA. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Escola de Fé e Formação da Diocese de Bacabal; a Rede Vida de Bacabal e a Universidade Federal do Paraná - UFPR. Clérigo, Ordem dos Frades Menores – Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção.

REMBECKI, Fr. Heriberto: depoimento [set. 2015]. Entrevistadora: Dayane de Sousa Lima. Bacabal - MA. Gravadores sonoros. Clérigo, Ordem dos Frades Menores – Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção.

TEMME, Fr. Adolfo: depoimento [fev. 2019]. Entrevistadores: Dayane Lima; Jaciara Leite; José Ribamar Lemos; Laryssa Pimenta; Milena Galdez. Teresina - PI. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Clérigo, Ordem dos Frades Menores – Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção.

TEMME, Fr. Adolfo: depoimento [set. 2015]. Entrevistadora: Dayane de Sousa Lima. São Luís - MA. Gravadores sonoros. Clérigo, Ordem dos Frades Menores – Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção.

VALDECI, João: depoimento [abr. 2022]. Entrevistadoras: Dayane Lima e Laryssa Pimenta. Centrinho do Acrísio/Lago do Junco. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Trabalhador Rural/Posseiro/Sindicalista.

SOARES, José (Antonino): depoimento [abr. 2022]. Entrevistadoras: Dayane Lima e Laryssa Pimenta. São Manoel/Lago do Junco. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Trabalhador Rural/Posseiro/Sindicalista.

SILVA, Beneval: depoimento [abr. 2022]. Entrevistadoras: Dayane Lima; Laryssa Pimenta; Milena Galdez. Aldeia do Odino/Bacabal. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Trabalhador Rural/Posseiro/Sindicalista.

CONCEIÇÃO, José da (Canuto): depoimento [abr. 2022]. Entrevistadoras: Dayane Lima; Laryssa Pimenta; Milena Galdez. Aldeia do Odino/Bacabal. Câmera de áudio e vídeo e gravadores sonoros. Entrevista concedida à Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Federal do Paraná - UFPR. Trabalhador Rural/Posseiro/Sindicalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Admário Luís de. **Igreja, segmentos populares e ação libertadora: uma ligação perigosa (Brasil e Portugal, 1960-2010)**. São Luís: Zona de Fotografias Ltda., 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. São Luís, 1981.

_____. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. Comissão Pastoral da Terra CPT - MA, ?, 1982.

AMARAL NETO, Roberval. **A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO MARANHÃO: Implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970**. XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: história e democracia, (Anais de Evento), 2017. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491152606_ARQUIVO_AQuestaoFundiarianoMaranhao.pdf>. Acesso em 10 de jan. de 2023.

_____. XXIX Simpósio Nacional de História Contra os preconceitos: História e democracia. 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/>> Acesso em 9 de jul. de 2022.

ANDRADE, Maristela de Paula. **MUTIRÕES, EMPATES E GREVES Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil**. Revue Lusotopie XII (1-2), 2005, 175-189.

_____. Hoje, a mulher é a estrela - divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas do Maranhão. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. II, A diversidade das formas das lutas e conquistas, São Paulo: Ed. UNESP; Brasília - DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ANGELOZZI, Gilberto Aparecido. Igreja, Estado e Poder: as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil. Jundiaí, Paco Editorial: 2018. Scribd, Acesso em: << 06 de junho de 2023>>.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves de. Estado Novo e a formação do Estado capitalista nacional: Consolidação das desigualdades no Maranhão. In: PICCOLO, Monica e SULIDADE, Mariana da. **Maranhão republicano em foco: Estado, imprensa e Historiografia**. Ed. Shalom/EDUEMA, São Luís, 2015.

ASSELIN, Victor. **Grilagem, corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes/CPT, 2009.

BESKOW, Gabriela Carames. “A pátria é a terra”: as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. (Tese de Doutorado) Instituto de Ciências Sociais/Centro de Pós-graduação de Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRJ, 2010. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/tede/674/1/2010%20-%20Gabriela%20Carames%20Beskow.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2023.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal Do Brasil. Ministério da Fazenda. **Declaração/perguntam. Outros assuntos: 600 - O que se considera terra nua para fins de apuração do ganho de capital?** 2014. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2014/perguntao/perguntas/pergunta-600.html>> Acesso em: 26 de maio de 2023.

BRUNO, Regina Angela Ladim. **Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação**. Revista Instituto de Estatística Brasileira, São Paulo, 40: 69-89, 1996.

_____. **Senhores da Terra, senhores da Guerra**: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRJ, 1997. Disponível em: << [Regina-Bruno-Senhores-Da-Terra-Senhores-Da-Guerra-Cap-3.pdf](#) >>. Acesso em: 20 de mar. 2023.

_____. **Nova República: patronal rural como prática de classe**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003, p.284-310. Disponível em: << <https://www.scielo.br/j/soc/a/9YsX9tJJyn3kyhLMG96BWhc/?format=pdf&lang=pt> >>. Acesso em 20 de mar. de 2023.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **Mídia e Populismo/Populismo e Mídia**. In: Revista Contracampo, v.28, nº3, ed. Dez-mar, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. Pags: 52-72. Disponível em << www.uff.br/contracampo >>. Acesso em: 17/09/2022.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao Estado novo - Segunda República (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONGOST, Rosa. La “gran obra” de la propiedad. Los motivos de um debate. In: CONGOST, Rosa e LANA, Jose Miguel. **Campos cerrados, debates abiertos analisis histórico y propiedad de la tierra en Europa (siglos XVI-XIX)**. Ed. Universidad Pública de Navarra: Nafarroako Uniberstitate Publikoa, 2007.

COSTA, Wagner Cabral da. **O ROSTO RURAL DA IGREJA: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981**. 59 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 1994.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil – 1988**. Goiânia, abril de 1989. Disponível em:
<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=263&catid=41&m=0>
 Acesso em: 06 jan. 2023.

CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - Goiânia: CPT Nacional, 2022.

DE SALIS, Carmém Lúcia Gomes. **Estatuto da terra: origem e (des)caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciência e Letras de Assis/Universidade Estadual Paulista, 2008, 230f. Disponível em:<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103164/desalis_clg_dr_assis.pdf?sequence=1>> Acesso em:<<05 de maio de 2023>>.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral Memória, tempo, identidades**. 2ª ed. Autêntica, 2017.

Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/1941, Página 3029 (Publicação Original).

ERMÍNIO NETO, Raimundo. **Francisca e Miguel e a beleza na produção do Pacará: Centrinho da Aparecida, Lago do Junco - MA**. Embrapa Recursos Genéticos e Tecnologia. VI ed. Coleção 21ª, Brasília - DF, 2020.

FACHIN, Luiz Edson. **O Direito e o avesso na reforma agrária na Nova República, era esse o título do texto**. Revista Reforma Agrária, ano 15, n.3, p.13-63, 1985.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **Políticas territoriais e a organização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/publico/ANTONO_JOSE_DE_ARAUJO.pdf>> Acesso em: 17 de set. de 2022.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social. Niterói-RJ, 2015.

FOLLMAM, José Ivo. **Igreja, ideologia e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

GOERTZEL, Ted; BURTON, Guy. Liderança presidencial no Brasil e nos Estados Unidos. *In*: PEIXOTO, João Paulo M. (Org.) **Presidencialismo no Brasil: história, organização e funcionamento**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Rev. Mediações, Londrina, v.5, n.1, p.11-40, jan/jun. 2000.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da Terra: o fracasso da Reforma Agrária no Brasil**. Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, São Paulo: Iglu; Jabuticabal, SP, 1991.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, desigualdade e História Oral: questões metodológicas. *In*: MONTENEGRO, Antonio Torres; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos F. Freire; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. (Orgs.). **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **Memória individual e memória coletiva**. *In*: Halbwachs, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2008, p. 29-70.

IMESC, **Mapa do Médio Mearim**. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. 2018. Disponível em: << <https://imesc.ma.gov.br/portal/Home>>>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 3.059, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1941 - Publicação Original. Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 3.059, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1941 - Publicação Original. Disponível em << <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>>> Acesso em 17 de set. 2022.

LÖHER, Frei Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007**. Teresina: Halley, 2009.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A Terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré-Maranhão**. Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária I. São Luís - MA, UFMA/Secretaria de Educação, 1984.

MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil**. Tradução: Heloiza Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANFREDO, Maria Teresa. **Os conflitos pela terra no Brasil**. ComCiência, Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, n.33, 2011. Disponível em: Acesso em 02 jun. 2018.

MARANHÃO. Lei Nº 2.968 de 17 de junho de 1969. Disponível em: <<
<https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/1301/leis-de-sao-luis>>>. Acesso em 20 de maio de 2023.

MARTINS, José de Sousa. A Igreja face à política agrária do Estado. PAIVA, Vanilda (Org.) **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo, 1985.

_____. **Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11(2): 97-128, 2000. Disponível em:
 <<<https://www.scielo.br/j/ts/a/3cKRhQt3XTpyYLnPRQYsMFw/?format=pdf&lang=pt>>>. Acesso em: 16 de mar de 2023.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes. 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e fotografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFANS, Ronaldo. (Orgs). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAY, Peter H. **TRANSFORMAÇÕES AGRÁRIAS NOS BABAÇUAIS DO MARANHÃO**. R. Econ. rural, Brasília, 25(1):119-134, jan./mar. 1987. Disponível em
 <<<https://www.revistasober.org/article/5d8a5c2f0e88254d22c51226/pdf/resr-25-1-119.pdf>>>. Acesso em 15 de set de 2022.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde, Expressão Popular, 2012.

_____. Movimentos Sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre as relações entre o direito e os conflitos sociais. LEITE, Sergio Pereira, BRUNO, Regina (Orgs.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

MEIHY, S. Bom. **Manual de História Oral**. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. **A risível Reforma Agrária de Sarney: o desenho de humor e a crônica política no jornal dos Trabalhadores Sem Terra (1985-1988)**. SAECULUM – Revista de História [v.27, n.47]. João Pessoa, p.153-176, julh./dez. 2022, ISSN 2317-6725. Disponível em: <<
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/62493>>>. Acesso em: <<10 de mar. de 2023>>.

MEYER, Eugenia. Balanço e novos desafios. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História Oral: desafios para o século XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

MIRANDA, Newton Rodrigues. **Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens**. Revista do CAAP: Belo Horizonte. N2, JV. XVII, p. 153-176, 2011.

MITIDEIRO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado), 2008. Disponível em: <<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07012009-161303/pt-br.php>>>.

Acesso em: 13 de jan. de 2018.

MOTTA, Márcia. e ZARTH, Paulo. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, UNESP; Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. (História Social do Campesinato no Brasil).

MUSSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice, editora revista dos tribunais: ANPOCS, 1988.

NERES, Weriston Silva. **As Comunidades Eclesiais de Base e a recomposição das formas de militância católica no Maranhão (1970-1980)**. PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 12, nº 2, 2021, p. 137-163. Disponível em: <<[*As comunidades eclesiais de Base.pdf](https://www.plura.org.br/revista-de-estudos-de-religiao/assuntos/comunidades-eclesiais-de-base)>>. Acesso em: 08 de jun. de 2023.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

Núcleo Geoambiental. **Mapa do Macrozoneamento ecológico do Maranhão - Biomas**. Publicação de mapas, UEMA, 2013. Disponível em

<<<https://www.nugeo.uma.br/?p=11089#prettyPhoto>>> Acesso em 16 de set. 2022.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo de. **Messianismo Canela: entre o indigenismo e o desenvolvimento**. Revista Anthropologicas, ano 11, v. 18, 2006, p. 183-214. Disponível em: <<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23706/19362>>>.

Acesso em: << 10 de ago. de 2022>>.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **A REFORMA AGRÁRIA EM DEBATE NA ABERTURA POLÍTICA (1985-1988)**. Tempos Históricos • Volume 22 • 2º Semestre de 2018 • p. 161-183 • e-ISSN: 1983-146.

PASSOS, Cristiane. **The occurrence of conflicts over land, rescued from slave labor and murders increases in 2022**. CEDOC - Dom Tomás Balduino da CPT. Comissão Pastoral da Terra – National Board Communication Office, 2022. Disponível em:

<<<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6201-cpt-divulgara-dados-parciais-de-conflitos-no-campo-em-2022-na-proxima-segunda-feira-24>>>

Acesso em: <<15 de abr. de 2023>>.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Recife, 2013. 278f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELA, Camila da Silva. **Entre a cruz e o fuzil: análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão**. São Luis, 2015. 198f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2015. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2612745>>. Acesso em: 17 de jun. de 2023.

PORRO, Roberto *et al.* **Francisca e Miguel e a beleza na produção do Pacará: Centrinho da Aparecida, Lago do Junco - MA**. Embrapa Recursos Genéticos e Tecnologia. VI ed. Coleção 21^a, Brasília - DF, 2020.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2^a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROMANO, Roberto. **BRASIL: Igreja contra Estado: crítica ao populismo católico**. Kairós, São Paulo, 1974.

SANTOS, Frednan Bezerra. **Questão Agrária no Maranhão: singularidades da mediação do capital**. Verlang; Deutschen nationalbibliothek, 2015.

SERENO, Thiago. Mapa das Regiões do Maranhão, 2022. Disponível em: <<<https://serenoadvogados.adv.br/bandeira-do-maranhao/>>>. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

SILVA, Adriano Negreiros da. Construção discursivo-imagética de José Sarney nas charges da imprensa de São Luís na ditadura empresarial-militar (1964-1974). In: PICCOLO, Monica e SULIDADE, Mariana da. **Maranhão republicano em foco: Estado, imprensa e Historiografia**. Ed. Shalom/EDUEMA, São Luís, 2015.

SIT/MDA. **Mapa do Médio Mearim**. Perfil territorial, 2015. Disponível em: <<<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2026/2/MariaJulianaAlves.pdf>>>. Acesso em: 05 de jan. de 2023.

STEDILE, J. P, **Dicionário da Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.

VALENTINI, Dom Demétrio. **Revisitar o concílio vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 2013. Scribd, Acesso em: 02 de junho de 2023.

VATICANO. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. **Documento de Puebla**. Puebla de los Angeles, México. Paulinas, 1979. Disponível em: <<http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf>>. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

_____. II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **Conclusões de Medellín**. 6 ed. São Paulo, Paulinas, 1968. Disponível em: <<https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf>>. Acesso em: 08 de jun. de 2023>>.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Ao iniciar a entrevista se identifique falando o seu nome, congregação, idade, nacionalidade, povoado etc.
2. Fale sobre sua experiência nos conflitos de terra no Médio Mearim.
3. Em que momento os conflitos de terra ficaram mais intensos? E em quais áreas?
4. Fale sobre as estratégias utilizadas na luta pela terra.
5. Fale sobre a atuação da Igreja Católica nos conflitos de terra.
6. Fale sobre o momento em que vocês se organizaram enquanto Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
7. Fale sobre a atuação dos latifundiários/fazendeiros nesse processo de conflitos de terra.
8. Fale sobre os impactos dos conflitos de terra na sua vida.
9. De onde vieram as famílias que estavam em posse das terras. E a partir de que período.
10. Você consegue falar um pouco da história do seu pai? Que acabou sendo uma vítima na região de Aldeia do Odino.
11. Os pistoleiros vinham de onde?
12. Qual foi a atuação das mulheres nesse processo de luta pela terra?
13. quem eram as mulheres que estavam à frente desse movimento?
14. Quais os povoados envolvidos na resistência?
15. Você consegue perceber onde começou a organização da resistência contra os conflitos?

APÊNDICE B – BREVE BIOGRAFIA DOS ENTREVISTADOS

AGENTES PASTORAIS

Frei Adolfo Temme – Natural de Glane, Alemanha, nasceu em 12 de julho de 1940, seu pai comercializava gado. Ingressou na Ordem dos Frades Menores em 1960, fez a profissão perpétua em 28 de abril de 1964, se ligando definitivamente a Ordem dos Frades Menores. No dia 24 de maio de 1964, recebeu o envio para o Brasil celebrado por Fr. Dietmar Westemeyer (Ministro provincial da Alemanha). Embarcou em Hamburgo num navio cargueiro em 19 de junho de 1964, juntamente com os outros missionários enviados Fr. Heriberto Rembecki, Fr. Frederico Zillner e Fr. Gereão Bödeker. Fr. Adolfo Temme fez seus estudos de Teologia em Petrópolis/RJ e foi ordenado sacerdote em 17 de dezembro de 1966. Posteriormente desenvolveu seu trabalho pastoral em Teresina/PI. Na década de 1970, foi enviado para o Maranhão onde desenvolveu trabalhos pastorais juntamente com os posseiros do Médio Mearim. Sua principal função foi acompanhar comunidades em conflitos de terra e foi um dos colaboradores na formação de agentes pastorais, como diretor do Seminário Catequético Frei Jordão Mai - 1977 a 1983, juntamente com as Irmãs Catequistas Franciscanas. Fr. Adolfo também era cronista da província e autor da obra “Mala de Couro”, onde relata suas experiências de visitas às Comunidades Eclesiais de Base na zona rural. Tendo talento para música, compunha canções que retratavam a realidade do povo e cantava junto com eles letras que falavam das suas dores, alegrias e esperanças diante do cenário. Fr. Adolfo Temme, faleceu em 02 de maio de 2023 em Teresina/PI.

Frei Heriberto Rembecki – Natural de Herne, Alemanha, nasceu em 13 de julho de 1939, filho do Jonh e Fernanda, três irmãos, onde dois são falecidos. Ingressou na Ordem dos Frades Menores em 1960, no ano seguinte fez a primeira profissão solene¹⁰⁰ e em 1964 fez a profissão perpétua se ligando definitivamente a Ordem dos Frades Menores. Após a profissão solene foi enviado juntamente com os confrades, Fr. Adolfo Temme, Fr. Gereão Bödeker e Fr. Frederico Zillner para a missão no Brasil. Fr. Heriberto Rembecki e Fr. Adolfo Temme foram enviados para continuar os estudos em Petrópolis/RJ, os freis Gereão Bödeker e Frederico Zillner foram enviados para Salvador. Foram ordenados padres juntos na cidade de Bacabal em 17 de dezembro de 1966. Após terminar os estudos Fr. Heriberto Rembecki foi enviado para trabalhar nas pastorais em Bacabal. Ele esteve à frente da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção como ministro provincial durante doze anos (1983-1995). Mora atualmente na fraternidade São Raimundo Nonato em Teresina/PI.

Guilhermina Aguiar – Natural de Bernardo do Mearim, MA, em 1957, filha de trabalhadores rurais e professora da rede pública estadual do Maranhão. Viveu até os 20 anos na zona rural de Lago da Pedra, no povoado Bela Vista. Iniciou sua atuação na Igreja Católica na década de 1970, onde fez cursos no Seminário Catequético Fr. Jordão Mai em Bacabal. Atuou como catequista e foi dirigente da regional de Lago da Pedra. Participou da coordenação do grupo de jovens Juventude Católica Rural - AJAC, a nível paroquial que compreendia Lago da Pedra, Lago do Junco, Vitorino Freire e Paulo Ramos. No final da década de 1970, início de conflitos

¹⁰⁰ **Primeira Profissão Solene:** são os franciscanos em formação que fazem votos de castidade, pobreza e obediência. Esses votos são renovados uma vez por ano até que ele complete o tempo dos estudos e seja aceito definitivamente na Ordem dos Frades Menores, fazendo assim os votos solenes, também conhecido como votos perpétuos.

de terra envolvendo paroquianos da diocese de Bacabal, foi convidada por Fr. Godofredo Bauerdick para coordenar a Casa do Lavrador em Lago da Pedra, para dar assessoria aos posseiros. Em 1983 mudou-se para Bacabal para compor a administração da Ação dos Cristãos no Meio Rural - ACR. Guilhermina Aguiar é casada com o Raimundo, conhecido como “Raimundo da ACR” que fez parte da equipe da Casa do Lavrador em Lago da Pedra e da ACR em Bacabal. O casal tem dois filhos e Raimundo faleceu em 2021.

Irmã Teresinha de Jesus Sousa – Natural de Vitorino Freire, MA, nasceu em 1956, filha de trabalhadores rurais. Entrou para a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos em janeiro de 1981, seus primeiros votos foram em março de 1985. Acompanhou os conflitos de terra nos períodos de 1985 a 1995. Atualmente reside em Bacabal. Possui formação em pedagogia, técnica em enfermagem e acupuntura. Em seus trabalhos pastorais compõe a equipe da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB. Sua congregação desenvolve um trabalho voltado para crianças, adolescentes e jovens de periferia e com vulnerabilidade social nas cidades de Bacabal e São Luís.

POSSEIROS E QUEBRADEIRAS DE COCO

Antonio Leite – Posseiro, sindicalista, morador de Centrinho do Acrísio, nasceu em 1944, foi uma liderança na luta pela terra no Médio Mearim. Foi eleito vereador por um mandato em Lago do Junco. Uma das lideranças no processo de luta pela terra, foi obrigado a prestar depoimento na delegacia por diversas vezes por causa dos conflitos.

Beneval Pinto Silva – Natural de Aldeia do Odino/Bacabal, nasceu em 1968. Posseiro engajado na luta pela terra no Médio Mearim. Filho de Trazibe da Conceição, posseiro assassinado no conflito de Aldeia em 1988. Beneval foi um dos poucos que saiu da comunidade para estudar em outro município. Atualmente é casado e reside em Aldeia do Odino.

Ildo Lopes – Natural de Ludovico, nasceu em 1952, posseiro, foi delegado sindical de Ludovico na década de 1980. Uma das principais lideranças no processo de luta pela terra na sua região, participou também de grupos e movimentos pastorais que envolvem a luta pela terra. Viajou diversas vezes para conhecer outras realidades de conflitos de terra, principalmente no Pará, onde se preparou para articular a fundação da COPALJ, embasados na cooperativa de beneficiamento da castanha do Pará. Ildo é um dos sócios fundadores da COPALJ e da ASSEMA.

João Valdeci – Posseiro, nasceu em 1958, natural de Brejo do Anapurus, MA, mudou-se com a família para Centrinho do Acrísio em 1962, filho de trabalhador rural e quebradeira de coco, de uma família com 14 irmãos. João Valdeci é casado com Sebastiana Serqueira, uma das entrevistadas para esta tese, eles têm três filhos. João Valdeci é diretor e um dos sócios fundadores da Cooperativa dos Pequenos Agricultores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPALJ e da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão – ASSEMA.

José da Conceição Oliveira (Canuto) – Natural do Povoado Aldeia do Odino/Bacabal, nasceu em 1982. Filho de posseiros e quebradeira de coco. Foi engajado nos conflitos de terra no Médio Mearim, participou ativamente como sindicalista e apoiou outras comunidades em conflito. Atualmente Canuto ainda reside em Aldeia do Odino e é comerciante.

José Soares Sobrinho (Antonino) – Nasceu no Povoado São Manoel em 1946, é Casado, tem 7 filhos. Posseiro engajado na luta pela terra no Médio Mearim. Foi uma das lideranças na sua comunidade, sendo intimado a depor na delegacia por diversas vezes, porque a comunidade se reunia para colher o coco babaçu na área da fazenda. Antonino foi uma das lideranças no processo de luta pela terra e sócio da Cooperativa dos Pequenos Agricultores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPALJ e da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão – ASSEMA. Atualmente ainda mora no povoado São Manoel.

Nasira Pereira (Naná) – Nasceu no povoado Centro do Leôncio/Lago do Junco, MA em 1948. Mudou-se para Alto Alegre em Lago da Pedra, onde o seu primeiro esposo envolveu-se numa briga por questões de terra, na ocasião foi morto numa troca de tiros com um pistoleiro que também morreu. Naná mudou-se para Ludovico na década de 1980, onde integrou o Grupo de Mães, foi uma das primeiras mulheres associadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lago do Junco e uma das sócias fundadoras da Cooperativa dos Pequenos Agricultores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPALJ, da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão – ASSEMA, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR e do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MQCB. Todas essas associações surgiram das discussões das quebradeiras de coco e trabalhadores rurais de Lago do Junco e região. Naná tem 8 filhos e atualmente reside em Ludovico/Lago do Junco.

Sebastiana Serqueira (Sibá) – Natural de Centrinho do Acrísio/Lago do Junco e nasceu em 1962. Posseira e quebradeira de coco babaçu, uma das sócias fundadoras da Cooperativa dos Pequenos Agricultores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPALJ, da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão – ASSEMA, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR e do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MQCB. Sibá se engajou nos conflitos de terra na década de 1980, participou ativamente de pastorais ligadas à questão da terra, integrante do Grupo de Mães, importante projeto pastoral de luta pela terra no Médio Mearim, além de ser uma das primeiras mulheres a se associar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lago do Junco.

**APÊNDICE C – QUADRO DE CONFLITOS ACOMPANHADOS PELA
ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS LAVRADORES - AJULAV**

MUNICÍPIO	POVOADO	ANO
Paulo Ramos	São José do Ricardo	1979
São Luís Gonzaga do Maranhão	Olho D'água dos Grilos e Monte Alegre	1979
Lago do Junco	Centro dos Zé Machado e Centro dos Limas	1980
Paulo Ramos	Centro dos Leites	1980
Lago da Pedra	Unha de Gato	1980
Lago do Junco	Fazenda Guaribas	1980
Lago da Pedra	Sumaúma	1980
Altamira do Maranhão	Brejo dos Bezerras	1981
Lago da Pedra	Alto Alegre e Lago da Cabaça	1981
Lago Verde	São Constâncio e outros	1983
Paulo Ramos	Nova Brasília	1984
Bacabal	Aldeia do Odino	1984/1988
Vitorino Freire	Serra Bonita	1985
Lago do Junco	Pau Santo	1985

Vitória do Mearim	Serraria	1985
Lima Campos	São José dos Mouras e outros	1985
Lago do Junco	Ludovico	1986
Olho D'água das Cunhãs	Teteu	1986
Bacabal e São Luís Gonzaga	Lago do Boi	1986
Lago do Junco	São Manoel	1986
Lago do Junco	Santa Zita	1987
Bacabal	Jatobá	1991
Olho D'água das Cunhãs	Limoeiro da Mata	1991

Fonte: Arquivos Eclesiásticos da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção

ANEXO A – LISTA DOS BISPOS DO MARANHÃO

 *Arcebisado de São Luís*
Maranhão
Caixa Postal, 11

RELAÇÃO DOS BISPOS DO MARANHÃO

Dom João José da Motta e Albuquerque	-	Arcebispo de São Luís
Dom Manuel Edmilson da Cruz	-	Bispo Auxiliar "
Dom Luiz Gonzaga da Cunha Marelim	-	Bispo de Caxias - Ma. +
Dom Afonso Maria Ungarelli	-	Bispo de Pinheiro -
Dom Carmelo Cassati	-	Bispo Auxiliar de Pinheiro
Dom Pascasio Rettler	-	Bispo de Bacabal +
Dom Francisco Hélio Campos	-	Bispo de Viana - <i>substituído</i>
Dom Afonso de Oliveira Lima	-	Bispo de Brejo +
Dom Valentino Lazzari	-	Bispo de Grajaú +
Dom Marcelino Bicogo	-	Bispo de Carolina + <i>20</i>
Dom Rino Carlesai	-	Bispo de Balsas +
Dom Guido Casulo	-	Bispo de Cândido Mendes
<i> Carmelo Cassati</i>	-	<i>Bispo de Pinheiro</i>
<i> Adalberto paulo da silva</i>	-	<i>" de Viana</i>
<i> Rinaldo puender</i>	-	<i>de Coqueiros</i>

São Luís, 27 de setembro de 1972

Op. Gen. 1.

ANEXO B – DOPS - PEDIDO DE BUSCA/1974

CONFIDENCIAL

De 2084 09

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO
IV EXERCÍTO — 10.ª RM
24.ª BATALHÃO DE CAÇADORES
Gu SL — 2.ª SEÇÃO

São Luís, Ma. 07 / MAR / 1974

Assunto: ARCEBISPOS E BISPOS DO MARANHÃO
Origem: 10.ª RM
Avaliação:
Difusão: DPF/MA, SSP/MA e arquivo.
Dif. Anterior:
Referência: Rt nº 137/E2-Ciro, de 19 Fev 74, do Cel Ch ET/10.
Anexo: Fotocópia da relação dos Bispos do Maranhão.

PEDIDO DE BUSCA Nº 29/S2/GUSL/1974

1. DADOS CONHECIDOS
Os constantes do documento anexo.

2. DADOS SOLICITADOS
a. Fotos atualizadas, tamanho postal, dos Arcebispos e Bispos do Maranhão.
b. Atendimento com possível brevidade.



2

2

*De 3000 foto p/1
monificar no arquivo civil.
Gu 10/13/74
DPF/MA
DOPS*

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS — (Art. 62-Dec. 60.417/67-E)

CONFIDENCIAL

ANEXO C – INTROMISSÃO, JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO – 1980

TRANSAÇÃO

O Estado

do Maranhão

Intromissão

Certamente, que precisamos hoje de abrir um parêntese para comentar um assunto importante, face a sua atualidade e sua repercussão no seio da comunidade piauiense e maranhense. Queremos nos referir às notícias que ultimamente vem envolvendo o nome do Dr. Rupert Macieira Gonçalves, conselheiro do Tribunal de Contas do Piauí, homem íntegro, sério, cumpridor dos seus deveres e uma turma de veste batina (se é que vestem), na qual está envolvido inclusive o bispo de Bacabal. Em primeiro lugar devemos informar que o Dr. Rupert Macieira é ligado ao Piauí, não apenas do Governo Alberto Silva, quando exerceu o cargo de Secretário da Fazenda, mas desde há muito vez que quando criança morou em Tere-sina, com seu honrado pai, motivo pelo qual está ligado a esta terra com bastante intensida-de.

Sabe-se que o conselheiro Rupert Macieira vem sendo, há muito tempo, molestado, insultado, moral e psicologicamente torturado, por uma porção de caboclos, no interior do Mara-nhão, onde tem propriedades. Estes caboclos começaram a criar asas, a tornarem-se mais ousados e afoitos após começarem a receber apoio velado e agora ostensivo de uma turma de padres alemães que estão alojados em Bacabal.

A posse e propriedade do Dr. Rupert Macieira tem sido turbada, constantemente, inclusive com danos materiais por esta turma. Partiram, posteriormente, para ameaças de ocupação de terras e agora partiram para ameaças de morte contra o Dr. Rupert Macieira e seus perpostos naquela propriedade. É lamentável que isso ocorra, principalmente num Estado que já teve a fama de ser o mais civilizado do País e berço de muitos intelectuais.

SÃO LUIS-MA, 27/03/80 – QUINTA-FEIRA

Até nisso a campanha demagógica da igreja está fazendo mal aos brasileiros. Como disse dom Luciano Duarte, arcebispo de Aracaju, a igreja deveria trabalhar intensamente objetivando suscitar mais vocações sacerdotais, entre os brasileiros, e não deixar o essencial e partir para uma campanha sobre a terra. O que ocorre é que temos, no momento, mais de seis mil padres estrangeiros aqui dentro, numa campanha terrível contra nacionais. Queremos deixar claro que não somos germanófilos. Contudo, entendemos que os problemas dos brasileiros devem ser resolvidos pelos brasileiros. Não queremos, não precisamos de estrangeiros para nos ajudar na resolução dos nossos problemas internos, assim de maneira tão direta. Não rejeitamos, em hipótese alguma, a colaboração de estrangeiros, mas cada um deve desempenhar o papel que lhe cabe dentro de nacionalidade.

Esta história de intimidar com excomunhão já passou e não tem qualquer sentido, os "padres" agravam, molestam, insultam e criam toda sorte de problema e quanto recebem o revida ameaçam com excomunhão. No caso em espécie quem merecia excomunhão, segundo nos parece, eram os clérigos que já deveriam ter sido expulsos do País, ou seja, retirados da nossa comunhão, por estarem intrometendo-se em nossos problemas internos.

ANEXO D - PROTESTO: LAVRADORES DE PAULO RAMOS E LAGO DA PEDRA

PROTESTO DOS LAVRADORES DE PAULO RAMOS E LAGO DA PEDRA-MA.

Os Lavradores dos Municípios de Paulo Ramos e de Lago da Pedra, vedno de perto os acontecimentos de grilagem na região, especialmente o caso de SÃO JOSÉ, protestam contra a situação daquele lugar e do dos Lavradores em geral.

Houve em São José, no Município de Paulo Ramos, um acontecimento que serviu de assombro ao povo Brasileiro. O Povo daquele lugar foi atacado pelo grileiro Dr. Rupert Macieira Gonçalves, residente em Terezina, Capital do Piauí. Os Lavradores de São José vem sendo oprimidos há dois anos por queimação de roças, ameaças de expulsão de suas casas, violação de sua Igreja humilde, afinalde queimação da mesma e de diversas casas de família etc. Ultimamente o Doutor começava de atacar a Igreja Local e Universal acusando ela de "subversiva".

Sabemos corretamente que o Sr. Rupert tem boas qualidades como afirma o Jornal "O ESTADO" do Maranhão do dia 27/0.80 na pagina 13. Mas este tipo de acusação contra a Igreja do Brasil não aceitamos. O Doutor vem ofendendo a Igreja Universal, de que a nossa Igreja do Brasil faz parte, de modo especial a Igreja do Maranhão e da Diocese de Bacabal. Só para ter razão se acusa a Igreja que em nome de Jesus Cristo tem honra o dever de cuidar dos "pequenos".

Não aceitamos, também, a exposição do Sr. Rupert que a Igreja do Brasil está liderada por Estrangeiros. Enquanto 6.000 Padres e os demais religiosos são fiéis ao SANTO PAPA JOÃO PAULO II, ao seu chefe, e obedecem as orientações da Hierarquia Brasileira, construir uma Igreja que de preferência cuida dos oprimidos e dos pobres, são todos colaboradores por um mundo melhor do progresso verdadeiro das nações.

Afirmamos que em São José, mun. de Paulo Ramos foram desrespeitados gravemente Os Artigos: 19, 39, 42, 199 e 229 da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Estas leis não foram feitas por Estrangeiros, nem pela Igreja, mas sim pela maioria das NAÇÕES UNIDAS, também, pelo GOVERNO BRASILEIRO. Quem ofende em qualquer lugar do mundo o povo como a EMPRESA RURAL: "BAPECA" fez em São José, faz um desafio à NAÇÃO BRASILEIRA e HUMANIDADE TODA, porque somos uma irmandade só no mundo inteiro.

Declaramos ainda, que a própria J U S T I Ç A do nosso país ficou desrespeitada. Faz uns meses que no Município de SÃO LUIS GONZAGA, em MONTE ALEGRE 93 casas foram queimadas, acontecimento doloroso, mas com ordem da Justiça da Juíza da Comarca, - não com ordem particular do autor como no caso de São José em Paulo Ramos. O MANDADO DE SEGURANÇA contra a Juíza de Vit. Freire e a SUSPENSÃO do processo de MANUTENÇÃO DE POSSE da Fazenda pelo TRIBUNAL de São Luis no dia 17 de Março do ano em curso provam a nossa afirmação.

A Imprensa do Brasil (Revista "VEJA") já revelou que no Maranhão existem 6.000.000 de hectares de terras griladas e a maioria de por pessoas que não moram no nosso Estado. Quem está tão enraizado no Estado do Piauí, como diz o acima referido Jornal, "não venha tomar as Terras Maranhenses" dizem nós.

Para findar o nosso Protesto contra as arbitrariedades e São José - P. Ramos queremos informar que não conhecemos nenhuma benfeitoria feita de Dr. Rupert Macieira Gonçalves para o povo do nosso Município, a ser oprimir as sofridas por policiais, representantes da justiça, pistoleiros, jaqueiros. O grande numero de empregos que (interiorana) o Pro. da BAPECA prometeu de suscitar com implantação da empresa nunca apareceu, ao contrário teria acontecido, se a Fazenda tivesse ganho a questão: 57 famílias famintas na rua sem casa, sem terra, sem ter o que comer, sem emprego.....

Se o Bispo de Bacabal foi excomungar os implicados nas injustiças cometidas foi apenas declarar que por seus atos já estavam fora da IGREJA e da Expulsão por aquele Prelado. Nunca vimos o Dr. Rupert Macieira assistir uma só Missa nas humildes capelas do nosso Interior.

A TODOS QUE SE EMPANHAM PELA LIBERTAÇÃO DO LAVRADOR MARANHENSE NOSSO AGRADECIMENTO e NOSSO RESPEITO.

SÃO JOSÉ, 31 de Março 80, OS LAVRADORES DE PAULO RAMOS E LAGO DA PEDRA, Estado do MARANHÃO.

ANEXO E – NOTA OFICIAL, D. FR. PASCÁSIO RETTLER, 1986



DIOCESE DE BACABAL — ESTADO DO MARANHÃO

NOTA OFICIAL

DOM PASCÁSIO RETTLER, Bispo da Diocese de Bacabal, Estado do Maranhão, tendo em vista a nota mentirosa e infamante da malsinada União Democrática Ruralista - UDR, lida durante o "PROGRAMA RODA VIVA", da emissora local "RÁDIO JAYNARA", do dia 13 de agosto do corrente ano, vem declarar o seguinte, a bem da verdade e em desagravo à Igreja Particular da Diocese de Bacabal, cujos membros - Bispo, Padres, Religiosas e leigos - estão comprometidos com a justiça social e a paz no campo, onde humildes e indefesas famílias de lavradores e posseiros sofrem a mais cruel perseguição de latifundiários e fazendeiros da região:

1º) Não tem nenhuma procedência a afirmação de que o Bispo de Bacabal incentiva invasões de propriedades de quem quer que seja, sendo certo que todos os conflitos pela posse da terra na circunscrição da Diocese de Bacabal estão ligados a um povoado, mais antigo do que os títulos de propriedades daqueles que, agora, querem expulsar os habitantes desse mesmo povoado;

2º) No caso específico de São Manoel, referido na caluniosa nota da UDR, repetiu-se, ali, o mesmo deprimente episódio do lugar "PAU SANTO" do mesmo município de Lago do Junco, onde a Polícia Militar do Estado, a pretexto de garantir o cumprimento de uma liminar possessória também a favor de um sócio da famigerada UDR, matou um velho e doente lavrador. Felizmente o imóvel denominado Pau Santo, mercê dos pedidos de verificação feitos ao Presidente da República por Dom Pascásio, acaba de ser desapropriado para o assentamento definitivo das 93 famílias de lavradores ali existentes, pelo Decreto Presidencial nº 93.037 - de 27/07/88;

3º) Nunca houve sequer intenção de Dom Pascásio de obstaculizar o cumprimento de qualquer decisão judicial, tanto que, nesse particular, a Diocese mantém uma Assessoria Jurídica competente para cuidar dos casos de lavradores e posseiros ameaçados de expulsão e vítimas de prisões ilegais;

4º) A presença de Dom Pascásio e seus colaboradores no lugar São Manoel, na manhã do dia 7 do corrente mês, por volta das 11 horas, deu-se em razão da notícia de que a Polícia Militar do Estado, juntamente com o fazendeiro Adelino Pereira Lima e "jagunços" deste, estavam derrubando as casas e benfeitorias dos lavradores do dito povoado, excedendo a própria decisão judicial de que se diziam executores;

5º) 19 das 25 casas dos lavradores já tinham sido criminosamente derrubadas com a utilização de cabos de aço que eram amarrados em suas cumeeiras e puxados por um caminhão dirigido por um filho do mencionado fazendeiro Adelino Pereira Lima: tanto o Bispo e seus colaboradores não foram ali para impedir semelhante fúria contra pobres e indefesos lavradores, que, ostensivamente e como que num desacato e desafio, foi derribada mais uma casa sob suas vistas, inclusive a capela local. E a Polícia já se encontrava ali desde o dia anterior;

6º) Afinal, quem é mafiosa é essa tal de UDR, que é contra o Plano de Reforma Agrária do Governo Federal e, inclusive, está procurando desestabilizar o Governo do Presidente Sarney, a quem Dom Pascásio, em companhia de 7 Bispos, entregou pessoalmente, no dia 8 do corrente mês, em São Luís, um dossiê dos acontecimentos ocorridos em São Manoel, obtendo a garantia do mesmo Presidente de que o Ministro da Reforma Agrária iria se comunicar com Dom Pascásio, buscando uma imediata solução para essa grave situação, o que já fez por telefone, no dia 12 do corrente, às 22 horas.

A VERDADE VENCERÁ

Bacabal - Ma., 13 de Agosto de 1986

+ Frei Pascásio Rettler ofm
Bispo de Bacabal - Ma.

ANEXO F - TERMO DE COMPROMISSO - ITERMA/1988

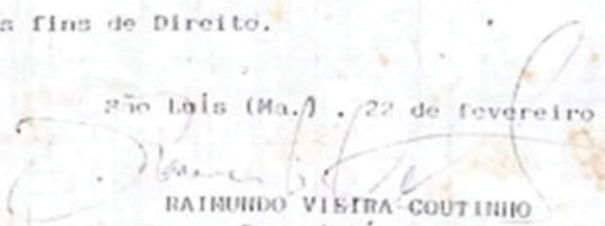


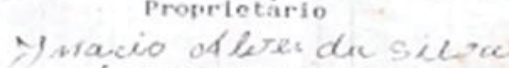
Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

T Ê R M O D E C O M P R O M I S S O

Pelo presente Termo de Compromisso, RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade, nº 74.157 - SSP - MA. e C.F.F. nº 008.013.723-72, se compromete em vender 319,00 ha. (trezentos e dezenove hectares), pelo valor unitário de Cz\$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Cruzados) por hectare, perfazendo o total de Cz\$ 11.165.000,00 (Onze Milhões Cento e Sessenta e Cinco Mil Cruzados), incluindo as seguintes áreas: Fazenda Centrinho II 72,00 ha., Fazenda Centrinho IV (procópio) 50,00 ha., Fazenda Centrinho III 32,00 ha., Fazenda Marajá 90,00 ha. e Fazenda Rosa 75,00 ha. Nesta oportunidade, fica também compromissado que o Sr. RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO doa ao ITERMA, os 117,00 ha. (cento e dezessete) hectares de terra (Santa Isabel lugar Rosa), para repasse aos lavradores do povoado Centro do Ludovico. As partes aqui compromissadas de um lado RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO, e do outro os lavradores do povoado Ludovico, também se comprometem cessar todo e qualquer tipo de violência que possa ser gerada em função das terras ora compromissadas. Para todos os fins de Direito.

São Luís (Ma.), 22 de fevereiro de 1.988


 RAIMUNDO VIEIRA-COUTINHO
 Proprietário


 INÁCIO ALVES DA SILVA
 Lavrador

continua . . .

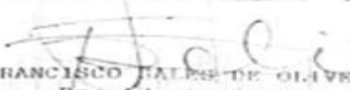
 Rua Rio Branco, 279
 Telefone: 222 6344
 São Luís — Maranhão

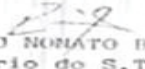
 Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

continuação fls. 02

TESTEMUNHAS:


FRANCISCO ORLANDO COSTA NUNEZ
Diretor Presidente do ITERMA


FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA
Presidente FETAEMA


RAIMUNDO NORATO BARBOSA
Secretário do S.T.R. Lago do Junco

Rua Rio Branco, 279
Telefone: 222-6344
São Luis — Maranhão

Fonte: Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção

ANEXO G – NOTA DE REPÚDIO – ACR/BACABAL/1984

SECRETARIADO DA A.C.R.
NORDESTE IV
65.700 BACABAL - MA.

NOTA DE REPÚDIO.

O SECRETARIADO REGIONAL NORDESTE IV DA A.C. R. (Animação dos Cristãos no meio Rural) vem denunciar ao Público a terrível agressão à tiro ao Lavrador JOSÉ MACHADO, ocorrido à noite de 27-02-84 na cidade de PIO XII, Estado do Maranhão. O nosso companheiro chegou a morrer no dia 29-02-84 às 12,30 no hospital em SÃO LUIS-MA. O crime aconteceu por causa de problemas fundiários não solucionados em nosso país.

1. Levamos ao conhecimento das Autoridades : Nacionais, Estaduais e Municipais nossos Protestos contra o crime acontecido em PIO XII e insistimos junto aos órgãos de TERRAS de nosso Estado que sejam tomadas providências urgentes a favor dos Trabalhadores Rurais vivendo por grande parte em condições de miséria e de fome; e que considere-se : o número de 10 assassinatos em nosso Estado de Dezembro 83 até Março 84 com a morte de JOSÉ MACHADO. Na publicação do "A B C DA TERRA" na letra A as próprias Autoridades indicam a origem do direito à Terra para o homem do Campo: " O agricultor tem o direito à propriedade da terra e quem garante isso é a Constituição Federal e o Estatuto da Terra".

2. EXIGIMOS que a JUSTIÇA tome as devidas providências reconhecendo os Lavradores como Cidadãos Brasileiros punindo os responsáveis dos crimes praticados em JOSÉ MACHADO de PIO XII, em BENTO ALVES DE LIMA E JULIANO PINTO de LAGO VERDE e num Lavrador de JOSELÂNDIA, todos da nossa região, e em mais outros companheiros do Maranhão.

3. Apelamos à SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA do Estado que venha assegurar a vida dos Lavradores que tem compromisso na Diretoria do S T R, nas lutas pelos legítimos direitos à terra e à vida ou num partido a favor dos oprimidos e que estão sendo ameaçados e perseguidos por pistoleiros especialmente em PIO XII.

Sabemos que os Lavradores sustentam com seus trabalhos arduos no campo a vida da nação brasileira. Por isso merecem o respeito de toda a Nação para com sua dignidade e seus direitos fundamentais.

Como movimento da IGREJA UNIVERSAL DE JESUS CRISTO a A.C.R. declara se unida ao sofrimento da classe camponesa e aos Protestos das demais entidades contra os crimes cometidos.

ANEXO H – JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO



São Paulo, de 27 de abril a 3 de maio de 1984

José Machado: mais um lavrador martirizado

Os frades franciscanos de Bacabal, no Maranhão, escreveram uma carta a **O São Paulo** sobre a morte do lavrador José Machado, ocorrida no dia 29 de fevereiro deste ano. Era grande a amizade dos religiosos pelo lavrador que se constituía em um dos mais ativos participantes da pastoral local, e foi mais uma vítima dos inúmeros conflitos de terra que têm se alastrado pelo país.

"No dia 1-3-84", relata o frei Godofredo Bauerdick, ofm, pela Custódia Franciscana de Bacabal, "escreve o Jornal de Hoje: José Machado foi alvejado por desconhecidos quando se dirigiu para casa em Pio XII ao retornar de uma viagem a Bacabal. Quatro ou cinco homens que se encontravam num fusca amarelo o chamaram (dizendo que o carro estava no prego) e quando o lavrador se aproximou, foi agarrado à traição e em seguida, alvejado por revólveres de grosso calibre. Ao todo, seis balas atingiram José Machado. Como explicação o jornal menciona o seguinte: Em Pio XII, companheiros de José Machado ligam o seu assassinato ao problema de terras no povoado "Juçará de Vital", onde o grileiro Severo (dono de farmácias em São Luís e Bacabal) vinha perseguindo quebradeiras de côco, chegando a ameaçá-las à bala (21-2-84). José Machado colocou-se em defesa das quebradeiras de côco, orientando-as para encaminhar o problema ao Incra de Bacabal-MA, levantando a ira do grileiro. (Obs.: entre os documentos que José Machado ainda guardou após a agressão a ele, foi encontrado a carta de denúncia de 25-3-84, do Sindicato de Trabalhadores Rurais ao Incra, relatando a agressão às mulheres. Não deu mais para entregar a mesma)".

A carta dos franciscanos prossegue citando outros assassinatos ocorridos no Maranhão, na mesma ocasião, em conflitos pela terra: Cantídio Dintz, na localidade de Cardeais; Bento Alves da Silva e Julião Pinto, em Juçará dos Ericeira, todos lavradores que defendiam os direitos legítimos dos que trabalham a terra.

Transcrevemos aqui, na íntegra, a segunda parte da carta:

"José Machado coordenou três vezes a Assembleia Geral anual dos lavradores em nosso Estado, organizada pela Comissão Pastoral da Terra. Ele pertenceu nos últimos anos à Animação dos Cristãos no Meio Rural e prestou serviços de evangelização na Equipe Diocesana de Bacabal, MA. Suas atitudes fundamentais de compromisso com o povo ele adquiriu na convivência e organização das comunidades eclesiais de base. Em 1969, José Machado fez o primeiro curso para dirigente no Seminário Catequético de Bacabal, MA. Assim pode se entender o seu engajamento no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sua organização como, também, sua preocupação de transformar o mesmo num sindicato autêntico em Pio XII. Não causa surpresa nenhuma que o nosso amigo José Machado dentro da "abertura política" assumiu um compromisso político como Secretário de um partido de oposição local, direito legítimo de um cidadão. Quando chegaram as Ajudas Contra as Consequências da Seca, por intermédio dos Franciscanos Alemães, ele cuidou junto ao Sindicato, da distribuição de sementes e alimentos aos carentes do campo, em Pio XII. Num povoado do município, José Machado orientou um projeto alternativo: levantamento de uma casa de farinha comunitária e um poço para o uso da comunidade. Não participou mais da conclusão destes mutirões".

Na sua última parte, a carta informa sobre o enterro do lavrador, no dia 1.º de março, ao meio dia, com uma grande caminhada. Nela, se encontrava Maria das Graças, esposa de José Machado, que enfrentou tudo corajosamente e ainda falou "meu marido foi se embora, mas ele deixou uma semente, este meu filho. Eu vou cuidar bem dele para que tenha no futuro um dia em que a grande colheita de Liberdade e da Fraternidade será uma realidade, tão sonhada por José Machado". Foi feita, ainda uma grande manifestação em Pio XII, no dia 18 de março. Comparceram companheiros lavradores de todo Maranhão, além de representantes dos partidos de oposição, que clamaram por justiça para o homem do campo. À noite, houve missa fúnebre em intenção a José Machado, celebrada por D. Pascasio Rettler, bispo de Bacabal.

Fonte: Arquivos da ACR/MA

ANEXO I – LÁPIDE, CEMITÉRIO EM ALDEIA DO ODINO 1922

Fonte: Foto dos arquivos pessoais de Fr. Heriberto Rembecki

ANEXO J – PERTENCES DE ANTONIO FONTINELE, POVOADO CENTRO DO AGUIAR (1986)



Fonte: Arquivo da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção